



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL – CCBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS BACABAL – PPGLB
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

EDNÓLIA DA SILVA FARIAS

MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego

Bacabal – MA
2024

EDNÓLIA DA SILVA FARIAS

MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (PPGLB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Bacabal (CCBA), como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, área de concentração em Texto e Linguagem, linha de pesquisa, Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber.

Orientador: Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira

Bacabal – MA
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

DA SILVA FARIAS, EDNÓLIA.

MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego / EDNÓLIA DA SILVA FARIAS. - 2024.
197 f.

Orientador(a): RUBENIL DA SILVA OLIVEIRA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão, BACABAL, 2024.

1. Buchi Emecheta. 2. Carolina Maria de Jesus. 3. Identidades maternas. 4. Literatura de autoria feminina negra. 5. Mães negras. I. DA SILVA OLIVEIRA, RUBENIL. II. Título.

EDNÓLIA DA SILVA FARIAS

MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (PPGLB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Bacabal (CCBA), como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, área deconcentração em Texto e Linguagem, linha de pesquisa, Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira (PPGLB-UFMA)
Orientador

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (PPGLB-UFMA)
Membro Interno

Prof^ª. Dr^ª. Érica Fernandes Alves (PPGL-UEM)
Membro Externo



*Se mil vidas eu tivesse, mil e uma negra seria,
Se mil vidas eu tivesse, mil e uma mãe eu seria,
Se mil vidas eu tivesse, mil e uma negra e mãe eu seria.
(Ednólia Farias)*



Dedico àquela que é a minha mãe, Magnólia Fernandes, àquelas que se fizeram minhas mães, Conceição, Maglene e Madnólia e àquelas que me fizeram mãe, minhas filhas Allana Cristine e Kiara Maria.

AGRADECIMENTOS

Depois do resultado da seleção, a primeira coisa que eu pensei foi em como seria meus agradecimentos. Dois e todos os dias me vinha uma nova ideia. E hoje 25 de dezembro de 2023, nascimento de Jesus e eu às 4h da manhã não consigo dormir, de um lado a pressão para concluir o texto em tempo hábil; por outro, a retomada das ideias para expressar minha gratidão sem esquecer ninguém.

É, Jesus Cristo, deu certo! nossas conversas em cada nova igreja que visitava, em cada missa que eu participava, nos momentos da transubstanciação do pão e do vinho ou mesmo na capela, diante do Santíssimo. Você fez o milagre, estou aqui. Graças e louvores sejam dados a todo momento ao Santíssimo e Diviníssimo Sacramento.

À minha família, todas as vezes que tentei escrever, as lágrimas não me permitiram, e agora, estou na milésima tentativa, não consigo escrever, lágrimas e mais lágrimas. Vou seguir. Voltei, para informar que os agradecimentos a eles serão feitos ao longo do texto.

Rubenil?? Será necessário escrever uma outra dissertação para abarcar o que ele foi, o que é e o que sempre será na minha vida?. Nossa história segue a estrutura do romance urbano: encontro, desencontro e reencontro, e o típico final feliz – graças a Deus kkkkkkk. Meu amigo das pastorais sociais de longas datas (não me recordo, mas certamente ele lembra o dia, o evento e o ano), depois cada um seguiu seu caminho, nos distanciamos. Até que uma provocação fora deixada no Facebook. Um convite para aluna especial no Mestrado. Aceitei, e foi o nosso reencontro. À espera do final feliz. A quem eu devo agradecer? Agradeço ao amigo, ao companheiro, ao professor, ao incentivador, ao orientador, no sentido literal da palavra. Fostes amor, me acolheu, mas também me repreendeu, sorriu comigo, compartilhamos nossas alegrias e aflições. Sempre presente, pela manhã, à tarde, a noite e principalmente nas madrugadas – nosso melhor horário. Em alguns momentos segurou a minha mão, em outros, fostes a minha própria mão. Abriu portas, mostrou-me a essência do universo das letras, apresentou-me pessoas, teorias. Obrigada por me fazer acreditar em mim que este momento chegaria.

"Os 3: boa sorte, vocês vão precisar ", um presente divino. Evany e Saulo. Razão e emoção. E eu no meio. Um sorriso o outro lágrimas., e eu no meio. Um, terra firme, o outro no mundo da lua, e eu no espaço. Nossas histórias proibidas, nossa felicidade com as conquistas do outro, nossa sintonia e nossa amizade, são motivos para louvar e agradecer sempre.

Clemilda e dona Macelita, me acolheram com tanto amor, meu suporte fundamental para os dias de orientação. Obrigada por todo carinho, cuidado e disponibilidade nesses dois anos.

Érica, amor à primeira vista, me acompanha desde aluna especial, seu doce falar se contrapõe com a robustez de sua sapiência e de sua exortação. Wheriston, carinhosamente chamado de STSG, dono de um exímio conhecimento e de uma leveza que consegue acalmar qualquer coração aflito. Não poderia ter, se não, a melhor banca, a suavidade dos dois foi fundamental para manter o equilíbrio com a explosão hiperativa do meu orientador.

GEPELIND – Grupo de Pesquisa em Literatura, Negritude e Diversidade, como eu cresci nessa caminhada com vocês, minha fonte conhecimento e de amizades.

Aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo e cuidado.

Aos meus diretores, por estarem sempre dispostos e atentos às minhas necessidades durante esses dois anos.

Aos meus alunos do 2º e 3º anos 2023, do CSFA, por dividirem comigo as leituras e análises das obras escritas por africanas.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar as representações da maternidade nos romances **As Alegrias da Maternidade** (2018), de Buchi Emecheta e em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), de Carolina Maria de Jesus, sob a perspectiva da literatura comparada e da abordagem dos estudos culturais. Nesse sentido, esta pesquisa constituiu-se também como um espaço para a compreensão das performances e subjetividades das mães negras apresentadas no universo literário e na formação da sociedade por meio de elementos históricos e cartográficos. Para isso, foram usados recortes de textos selecionados por meio de uma revisão literária acerca de temas como: Identidade, maternagem, mulher negra, provedora, apropriando-nos de teoria como Gonzalez (2020); hooks (2019); Bhabha (1999); Hall (2006) e outros. O método usado nas análises foi o comparativista, além do hermenêutico, compreendido a partir da leitura cerrada dos textos teóricos e literários usados neste estudo. A temática das duas obras se entrecruza quando estas trazem questões sobre a cultura patriarcal, a miséria, o trabalho infantil, a liberdade física e psicológica através da educação, a independência da mulher e principalmente sobre a maternidade. Buchi Emecheta apresenta-nos um protótipo do que é ser mulher colonializada em que a mulher é sempre prisioneira da maternidade, pois antes de ser mãe vem o desejo e ao ser mãe, as responsabilidades. Carolina Maria de Jesus traz-nos uma representação da mulher que sofre todo tipo de violência simbólica e preconceitos, além da vida conduzida pelas escolhas feitas, a maior delas, ser mãe solo. Neste sentido, as análises apontam para a existência de uma visão estereotipada das mães negras e de uma nova categoria de corpo dessas mulheres, a saber o corpo materno, ainda que alguns pesquisadores afirmem que seus comportamentos são definidos pelo corpo subalterno, portanto, mulheres movidas por um só sentimento – ser mãe e proteger os seus filhos ainda que se tornem malvistas pela sociedade e por eles.

Palavras-chave: Identidades maternas; Mães negras; Literatura de autoria feminina negra; Carolina Maria de Jesus; Buchi Emecheta.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to analyze the representations of motherhood in the novels **The joys of matherhood** (2018), by Buchi Emecheta and in **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada** (2020), by Carolina Maria de Jesus from the perspective of Comparative Literature and Cultural Studies approaches. In this sense, this research also represented a place to understand the performances and subjectivities of black mothers portrayed in the literary universe and social formation through historical and cartographic elements. Regarding methodology, we applied theories on topics such as: identity, motherhood, black women, providers, by Gonzalez (2020), hooks (2019), Bhabha (1999), Hall (2006), among others. The method used in the analyzes was both hermeneutic and comparative in nature and was understood from a close reading of the theoretical and literary texts selected in this study. The themes present in both literary works intertwine as they raise questions about patriarchal culture, poverty, child labor, physical and psychological freedom through education, women's independence, and especially motherhood. Buchi Emecheta presents us with a prototype of what it means to be a colonized woman, in which they are always motherhood prisoners because before becoming a mother properly there is the desire, and when one becomes a mother, comes the responsibility. Carolina Maria de Jesus presents us with the portrayal of a woman who suffers from all kinds of symbolic violence and prejudice besides to her life being dictated by the choices she makes, the biggest of which is being a single mother. In this sense, the analyzes suggest the existence of a stereotypical view of black mothers and a new category of these women's bodies, namely the maternal body, even if some researchers claim that their behavior is defined by the subordinate body, therefore, women moved by a unique feeling - being a mother and protecting their children even if they become unpopular in society and among their offspring.

Keywords: Maternal identities; Black mothers; Black Women's literature; Carolina Maria de Jesus; Buchi Emecheta.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 IDENTIDADES MATERNAS: estereótipos e percursos teóricos.....	19
1.1 A construção da maternidade sob a perspectiva dos estudos culturais.....	36
2 A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DAS PERSONAGENS NEGRAS NA LITERATURA	43
2.1 Cartografia da maternidade na literatura brasileira	44
2.2 Cartografia da maternidade na literatura nigeriana	70
3 A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NEGRA: um projeto de escrever, maternar e resistir	90
3.1 Itinerários da literatura de autoria feminina negra: da escrevivência á resistência	95
3.2 O feminismo e a representação da maternidade negra.....	113
3.3 Estado da arte da pesquisa: investigações sobre Buchi Emecheta e Carolina Maria de Jesus.....	121
4 DO IDEAL AO REAL: a maternagem de Carolina e Nnu Ego	126
4.1 Carolina: um corpo materno em evidência.....	135
4.2 Nnu Ego: do sonho materno à solidão eterna	154
4.3 Carolia e Nnu Ego: um diálogo em construção.	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	189
ANEXO	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS – primeiras palavras

Esta dissertação trabalha a partir do referencial teórico advindo dos estudos culturais e da literatura comparada, em articulação com a corrente feminista e com outras teorias de diferentes áreas de conhecimento. Pensar a comparação entre as obras **As alegrias da Maternidade** (2018), de Buchi Emecheta e **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), de Carolina Maria de Jesus é ir ao encontro com aspectos que se assemelham e que se distanciam tanto no fazer literário quanto na compreensão dos textos. Nesse sentido, fez-se necessário a associação de teorias diversas, que por meio da revisão bibliográfica, auxiliaram na interpretação de como as imagens das mães negras foram construídas socialmente, o quanto elas carregam de estereótipos e como esses padrões tendem a influenciá-las, levando em consideração o contexto histórico e seus valores culturais.

A escolha pela temática da maternidade e da escolha das obras foi uma sugestão do meu orientador, professor Dr. Rubenil da Silva Oliveira. Pois, conhecendo, a minha condição de mãe solo, e meu interesse pelos estudos africanos, sugeriu-me, no primeiro dia de aula, da qual eu participava como aluna especial do Programa de Pós-graduação em Letras de Bacabal (PPGLB), a produção de um artigo sobre a maternidade negra sob a perspectiva dos Estudos Culturais e da Literatura Comparada, e revestida do medo e do entusiasmo, aceitei o desafio. Após o término da disciplina, resolvi seguir essa linha de pesquisa e buscar aprovação na seleção para o mestrado. Contudo, este texto não deverá ser entendido apenas como uma pesquisa científica sobre a maternidade negra no Brasil e na Nigéria, em que se ouve apenas a voz das protagonistas das obras corpus desta pesquisa e dos teóricos, mas também como um discurso polifônico que reverbera a voz de tantas mães negras, e, muito mais como uma declaração de amor para as minhas mães, Magnólia, Antônia da Conceição, Maglene e Madnólia, instrumento usado para dizer o quanto elas são exemplos para mim, o quanto eu as amo. Pois, mesmo estando com elas no dia a dia, muitas coisas eu não conseguia perceber a respeito dos cuidados maternos, tampouco teria chegado até aqui.

Partindo do pressuposto de que todas as mulheres já nascem com uma pré-disposição à maternidade, o que lhes deveria conferir as mesmas condições de representatividade social, cultural e emocional que são naturais dentro dessa condição. No entanto, notou-se uma diversidade de maternagens as quais passam a definir diferentes grupos sociais acentuados em contextos históricos específicos, não obstante, quando falamos de conjunturas sociais, encontramos a ausência de determinados direitos no que diz respeito à maternagem das mães

negras. Essa passou a ser entendida, durante muito tempo, como uma atividade a qual as mulheres negras deveriam desempenhar, não em seu favor, mas em favor do bem-estar físico, emocional e social das senhoras brancas. Assim, a maternidade negra passou a ser definida por estereótipos como o da mãe-preta, aquela que por motivo alheio a ela, não seria digna de usufruir da maternagem de seus próprios filhos.

Nesta perspectiva, buscou-se na literatura, por ser um dos meios mais autênticos de representação da realidade e com intento de encontrar elementos que justificassem as desigualdades existentes acerca do exercício da maternidade das mães brancas e negras. Por isso, pretendeu-se responder à seguinte questão: de que forma acontece a representação da maternidade negra nas obras **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), de Carolina Maria de Jesus e em **As Alegrias da maternidade** (2018), de Buchi Emecheta?

Sabe-se, portanto, que a maternidade é uma das mais sublimes experiências vivenciadas pelas mulheres, em todos os momentos e em todas as civilizações; esta condição tem servido como aporte definidor de novas representações identitárias das mulheres negras, uma vez que estas são apresentadas como hiperssexualizadas. Desse modo, pensar a maternidade negra é trazer ao centro das discussões o papel que essas mulheres desempenharam dentro da sociedade, o quanto seus amores foram incompreendidos e suas dores ignoradas.

Discutir essas questões possibilita-nos fazer uma revisão histórica, política e social da importância dessas mães, da contribuição de suas trajetórias para possíveis alterações na formação das identidades das mães negras atuais e para a valorização daquelas que se doaram ao longo da história. Ademais, contribui para a desconstrução de estereótipos que definiram essas mulheres como incapazes de amar, educar e de ter seu espaço no convívio social. Neste sentido, a ausência de estudos que abordam essa temática tende a fortalecer a manutenção das estruturas sociais que disseminam uma cultura de superioridade de grupos sociais mais desenvolvidos que visam a permanência das desigualdades pré-estabelecidas na história das sociedades e tendem a inferiorizar as mulheres negras e mães nas mais distintas sociedades.

Parafraseando Conceição Evaristo (2020), a escrita de mulheres negras que não convivem nos mesmos espaços que elites tem um sentido de insubordinação. Essa condição é um dos fatores que fundamentaram a pesquisa, tanto pelo quão representativas são as obras e suas autoras, quanto deve ser a disseminação de suas falas que em muito traduzem esse ato de violação comportamental. Assim sendo, escrever sobre as representações das mães negras na

contemporaneidade é ir de encontro a desconstruções de valores que se tornaram marcos das desigualdades sociais.

Com o intuito de corroborar a pesquisa, optou-se pela escolha dessas duas obras como corpus de estudo, uma vez que estas discutem a temática da maternidade negra e solo, embora Nnu Ego, protagonista do romance **As alegrias da maternidade** (2018), seja uma mulher casada, toda responsabilidade para com a criação dos filhos é desempenhada pela força de seus braços. Na referida narrativa, encontramos ao mesmo tempo a submissão e a resistência de uma mãe. Submissa por entender que sua identidade só se completaria pela maternidade, pensamento imposto pela sociedade patriarcal, e resistente por lutar contra esse mesmo sistema para que seus filhos não vivessem os mesmos desfortúnios que ela vivera. Da mesma forma, em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), a altivez e a subversão de Carolina tornam-se modelos a serem seguidos por diversas mães que se encontram na mesma condição, a sua consciência de classe, sua visão política são traços que fazem com que ela não aceite a sua realidade como sendo algo natural, mas que é possível de transformação.

A rebeldia, a insubordinação, a fome, a miséria, a discriminação, a inteligência, a força, a coragem, a benevolência, o bom senso, a escrita de Carolina, associada ao medo, a obediência, a sujeição, a violência, a precariedade, domínio, abandono. Além destes, a (in)capacidade de reprodução, a determinação, a doação, o respeito, o amor, os sonhos de Nnu Ego são representações literárias que nos revelam comportamentos das mães que viveram desde as sociedades antigas até os dias atuais.

Essas narrativas se fazem importantes não somente pela diversidade de temas e pelo engajamento social, mas sobretudo pelas contribuições que são próprias da literatura, o fazer literário aplicado através da linguagem, as autoras parecem ficcionalizar os contextos em que estão inseridas. Diante dessa realidade, o objetivo geral foi analisar as representações da maternidade nos romances **As Alegrias da Maternidade** (2018), de Buchi Emicheta e em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), de Carolina Maria de Jesus, sob a perspectiva da literatura comparada e da abordagem dos estudos culturais. E como objetivos específicos: identificar o perfil Nnu Ego das personagens mães negras nos romances corpus dessa pesquisa; comparar as representações da maternagem nas obras selecionadas e discutir as representações identitárias das mães negras nas duas narrativas.

A abordagem segue o princípio da Literatura Comparada, apoiada no conceito discutido por Sandra Nitrini (2010) de que esta tem como objeto o estudo das diversas literaturas e suas relações, como estas se aproximam ou como se tornam fontes de inspiração

para outras, no tocante ao conteúdo, à forma e ao estilo. Vale ressaltar aqui o tom da nossa pesquisa, pois, não se trata de uma releitura ou de uma literatura de influência, posto que as autoras não tiveram acesso aos seus textos anteriormente, mas de um ponto de vista da temática, levando em consideração a importância dessas obras para a reconstrução da identidade das mulheres negras e mães solo.

O interesse por tentar buscar confluências e ao mesmo tempo um distanciamento entre essas obras encontra reforço nas palavras de Tânia Franco Carvalhal quando esta, nos deslinda que “próprio da literatura comparada é a busca de afinidades como o estudo daqueles contrastes que, comparativamente, servem de forma esclarecedora para caracterizar uma literatura ou um autor” (2006, p. 78). Aproximando ou contrastando os dois textos encontramos elementos legítimos para que, de forma coerente e responsável, possamos caracterizá-las dentro de um universo literário mais abrangente.

O aporte teórico metodológico que embasou a pesquisa foi estruturado por meio de leituras instigantes de autores como Silva, (2000), Culler (1999) e Hall (2006) que discutem a importância dos Estudos Culturais, Bhabha (1998) com uma apresentação densa sobre Identidade e a diferença, Carvalhal (2006) e Nitrini (2010) com as definições de Literatura Comparada, Gonzalez (2020), Collins(2019), Lerner (2019) e hooks (2019) com as questões do feminismo negro e tantos outros autores que abordam em seus estudos conceitos que foram fundamentais para validação de novas teorias e que possibilitaram uma elaboração de uma análise mais coerente dos processos sociais que auxiliaram e determinaram as estruturas de diferentes grupos sociais e como estes passaram a orientar todo processo de representatividade das mães negras.

Falar da maternagem de Carolina e de Nnu Ego é falar como essa relação de amor e cuidado tem poder de transformar não somente a mulher que se torna mãe e a seus filhos que passam a construir para si uma nova realidade, mas acima de tudo, tem o poder de transverter dor em alegria. “A maternidade é o grande caso das mulheres. ‘A mãe deveria ser nossa religião’, [...] A maternidade é uma realidade multiforme” (Perrot, 2007, p. 68), a maternidade tem um poder sublime que poderíamos associar à religião por nos aproximar daquilo que é mais sublime, que é algo inexplicável e que deve ser guia de orientação para todos, ser multiforme é ter a certeza de que cada dia é único e que a essa unicidade requer modos de viver, de agir e de cuidar de si e dos outros.

Como a função materna é um pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social (Perrot, 2007, p. 69), é pilar por ser a função primeira que se constitui em

instituição e se mantém como base para sustento da sociedade, reforçada pelas ideologias do Estado, passa a paralelo a ele, impor normas comportamentais que tendem a perpetuar ou a romper com determinadas estruturas, e por estar presente em todas as sociedades é entendida como um fato social coercitivo e exterior do ponto de vista durkheiminiano.

O trabalho foi organizado em quatro partes fundamentais a saber: o primeiro capítulo versa sobre as identidades maternas, elencando os estereótipos pré-estabelecidos ao longo dos tempos, conduzido pelas teorias de Stuart Hall (2006), que vem trazendo desde as concepções do sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno, a fim de explicar como esses sujeitos são moldados e o que eles representam. As definições da identidade da mulher negra, passa pelo diálogo que se desenvolveu principalmente pelas teorias de Tomaz Tadeu da Silva (2000), Homi Bhabha (1998), Lélia Gonzalez (2020) e bell hooks (2021), são conceitos que afirmam existências de estereótipos que inferiorizam as mães negras e representam toda uma conjuntura elaborada pelo patriarcado branco e que usurparam por muito tempo o direito das mulheres negas de exercer suas maternidades.

As contribuições de bell hooks (2021) serviram-nos para explicitar a existência de inúmeros mitos que foram produzidos pelos senhores brancos e donos de escravizados, a respeito da mulher negra. Esses mitos serviram e continuam servindo atualmente, como base para a manutenção da diferença entre as raças, dando lugar ao racismo, preconceito, discriminação e exploração dos negros, que passaram a ser visto como seres não humanos. E na sequência, uma abordagem através dos Estudos Culturais, sua relação com os diversos elementos culturais e suas implicações na representação da maternidade negra, com o intento de encontrar elementos capazes de revelar os mecanismos que são utilizados para manter as mães negras cada vez mais invisibilizadas, por meio de ideologias que reforçam as estruturas do poder do patriarcado e como essas mães conseguem resistir em espaços que as marginalizam.

O segundo capítulo, alude sobre a representação da maternidade negra na literatura brasileira, seguindo uma ordem cronológica que se iniciou na produção literária do Romantismo e se estendeu até as narrativas escritas na contemporaneidade. Nessa mesma senda, buscou-se compreender por meio da cartografia nigeriana, a relação desses povos com a maternidade. Pois, para a sociedade em estudo, o tornar-se mãe, de filhos homens, era algo a ser celebrado e que todas as mulheres precisariam desfrutar dessa condição, para seres vistas como seres completos. Para contribuir com as ideias finas sobre esse capítulo, aportou-se nas teorias de Hall (2006) e Bhabha (1998), que elaboraram um percurso que

alimentou/alimenta determinados estereótipos que envolvem a maternidade das mulheres negras.

O terceiro capítulo, intitulado de A literatura de autoria feminina negra: um projeto de escrever, matinar e resistir, buscou aprofundar-se na literatura de autoria feminina, pois como assevera Mirian Alves (2010), a produção das mulheres negras é de suma importância, pois revela as relações de dominação existentes ao longo da história, ao mesmo tempo em que autoriza e legitima a voz das mulheres negras a falar sobre si mesma. Na tentativa de quebrar o silêncio imposto à escrita de autoria feminina negra buscou-se neste capítulo abordar sua literatura enquanto projeto integrador dos conceitos de escrivência, apropriando-se das definições estabelecidas por Conceição Evaristo (2020), ao afirmar que esta é uma condição específica das mulheres negras, que buscam desconstruir as imagens que foram criadas sobre elas no passado.

Já a maternagem, deve ser vista como uma atitude que corrobora para o empoderamento das mulheres negras, como visto em Maria Collier Mendonça (2021). Desse modo, além de dar um sentido à maternidade, é fundamental que essas mulheres possam viver suas pretividades. Assim, lhes cabe o direito de resistir. E para fazer em resistência, buscou-se fundamentar nas teorias de Alfredo Bosi (2002), que enfatizam que resistir é opor-se ao outro, é não aceitar determinadas imposições, é tornar-se capaz de fazer e refazer sua própria história. Para isso, julgou-se necessário apresentar discussões já existentes sobre o tema, além de aprofundá-las a partir da leitura de hooks (1995), Miranda (2019), Alves (2010), entre outras.

A primeira subseção contextualiza sobre as condições em que a literatura de autoria feminina foi escrita tanto no cenário brasileiro e africano. Contudo, o seu objetivo maior é mostrar além do percurso, os processos culturais que estão impingidos na produção dessas mulheres. A contribuição teórica necessária para alinhar esse percurso, foi encontrado nos textos de Fernanda Rodrigues Miranda (2019) que nos presenteia com sua pesquisa sobre a escrita dessas mulheres. O capítulo se encerra com uma pesquisa feita por amostragem, dos trabalhos científicos que foram escritos levando em consideração a maternidade negra em **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020) e em **As alegrias da Maternidade** (2018) e de como se dá as representações da maternidade negra e sua relação com o movimento feminista.

A segunda subseção faz uma apresentação dos estudos sobre o feminismo no Brasil e na Nigéria, com o intento de situar o leitor sobre a importância desse movimento para as

conquistas das mulheres negras. Tendo, pois, como fundamento, a necessidade de pensar um lugar para essas, posto que o feminismo como vinha se apresentando, não abarcava as necessidades de grupo específico. Seguindo-se de uma abordagem sobre como se revelam as diferentes maternidades no poema de Alice Ruiz, o que nos revela a que a maternidade acontece de forma heterogênea e assim, ressalta-se a necessidade de novas agendas voltadas para a inclusão social dessas mulheres na sociedade contemporânea. Finalizando o capítulo, foi feito o estado da arte a respeito da diversidade de estudos já realizados sobre a maternidade negra em **Quarto de despejo: diário de uma favelada** de Carolina Maria de Jesus e em **As alegrias da maternidade** de Buchi Emecheta. Nesse sentido, a pesquisa nos revelou a não existência até o presente momento de um estudo que visa estabelecer uma comparação entre as duas obras, o que nos garante um caráter singular.

O quarto capítulo intitulado *Do ideal ao real: a maternagem de Carolina e Nnu Ego*, objetivou estabelecer análises a cerca dos estereótipos e dos processos de construção da maternidade das personagens Carolina e Nnu Ego, ressaltando a importância da produção de autoria feminina, para a compreensão da representação das imagens das mães negras ao longo da história, em espaços distintos. Este, foi organizado em três seções.

A primeira faz uma análise da obra **O Quarto de Despejo: diário de uma favelada** da autora brasileira Carolina Maria de Jesus, onde discorremos sobre um pouco da vida da autora que intencionalmente se confunde com a vida da personagem, de como uma mulher negra, favelada e mãe solo encontra caminhos seguros para cuidar e educar seus filhos com princípios totalmente contrários aos que a maioria das vivem ao seu redor.

A segunda parte foi dedicada a apresentação de Buchi Emecheta autora africana e de uma de suas obras mais marcantes, **As Alegrias da Maternidade**, que narra a história de uma jovem nigeriana cercada de comportamentos estabelecidos por visões patriarcais, um povo ainda absorto em padrões culturais um tanto conservador, que de acordo com Bourdieu (1989) essa postura tem em si um poder simbólico de construção da realidade, e que serve como mecanismo que são utilizados sem hesitação para sustentar as estruturas estruturantes, instituindo valores, classificações e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos, naturais e desinteressados.

A terceira e última parte foi dedicada a estabelecer as comparações entre os dois textos de forma a buscar suas aproximações e seus distanciamentos, mostrando a relação presente nas obras em questão e como essas duas mulheres negras se tornam um modelo de mãe, que nenhum dificuldade, mesmo a fome tem força suficiente para corromper a dignidade os valores

e a moral, mostra também o quanto nós mães podemos ser esses instrumentos de transformação social, capazes de deter em si um amor incondicional, de inventar e reinventar a cada nascer do sol.

O que se pode justificar o interesse em fazer pesquisas como essa, é exatamente poder mostrar o poder que os textos literários dentro de uma sociedade, como estes poder ser usados como porta voz de grupos marginalizados e das minorias sociais. Essas narrativas trazem para toda a sociedade seus espaços, suas dores, seus sonhos, para que sejam conhecidas a partir de seu lugar de fala, com toda uma carga de legitimação de quem são essas pessoas, a fim de romper com estereótipos estabelecidos por vozes que não vivem essas realidades e tendem a espalhar inverdades que garantem as desigualdades e as manutenções de poder.

CAPÍTULO I
IDENTIDADES MATEERNAS: estereótipos e percursos teóricos



Magnólia Fernandes da Silva Farias, a mãe de Manoel (in memória), Evaldo, Conceição, Maglene, Erasmo, Ednólia, Madnólia e Everaldo. Ela, que com seu braço forte, soube cuidar educar tão bem os seus filhos. A minha base, o meu amor.

Este capítulo apresenta, teoricamente, as noções de identidade que recaem sobre as representações femininas no quadro das maternidades. Considera-se, neste processo, imagens maternas que possibilitam o afloramento de práticas intersubjetivas. Essas práticas promovem reflexões sobre os caminhos históricos que incorporaram outras dimensões sobre o *ser mãe*, levando-se em consideração os conceitos de identidade e os estereótipos que as acompanham. Além disso, verifica-se como a diferença temporal e cultural corroborou na variação da posição feminina diante da maternidade. Deste modo, a discussão aqui proposta organiza-se em torno da *pluralidade materna*, e a partir da concepção de *identidades problemáticas*.

No tocante à identidade feminina, Cecil Zinani (2006) afirma que ela é um produto de interações que se constrói por meio da impossibilidade da rigidez histórica, uma vez que “devido [à] fragmentação do indivíduo moderno [...] a identidade, entendida como conjunto de características próprias de um sujeito, sofre forte abalo em suas bases” (Zinani, 2006, p. 19). Dessa maneira, o sujeito é concebido como uma unidade problemática, pois a sua identidade não é fixa, e a estabilidade é um sentimento negado. Nesse sentido, estudar as representações da maternidade ao longo da história tem se constituído como uma tarefa difícil, visto que as representações identitárias são sempre “abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas”, assim como se apresentam nas fisiologias do sujeito pós-moderno (Hall, 2006, p. 46).

Essas características fragmentárias podem ser atribuídas à *figura da(s) mãe(s)*¹, que nesta pesquisa está fortemente atrelada a concepção do *sujeito sociológico*², postulada por Stuart Hall (2006). Nesta classificação de sujeito, são perceptíveis identidades cambiantes, móveis e que não se fixam em ponto algum, notando-se constantes transformações ou adequações à natureza e ao tempo. A noção de *sujeito sociológico* reflexiona a problematização identitária, contudo, se diferencia da identidade do sujeito *pós-moderno* a partir de traços particulares, como pode ser verificado no quadro abaixo.

¹ Neste estudo, o substantivo *mãe* será apresentado em determinados momentos flexionado em número, singular e plural. Entretanto, as duas formas buscam compreender o complexo grupo heterogêneo que é formado pelas múltiplas identidades que o sujeito mulher pode significar, nesse caso, no sentido da(s) maternidade(s). Isto posto, fica claro que independente do singular ou plural, esta pesquisadora encontra-se ciente da transversalidade das representações que serão apresentadas no decorrer dos capítulos.

² Stuart Hall em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006) distingue três concepções de identidade, as quais, consequentemente, estão imbricadas a tipos representacionais de sujeitos: a identidade do sujeito do Iluminismo; a do sujeito sociológico; e a do sujeito pós-moderno. Segundo Hall (2006, p. 10), “o sujeito do Iluminismo [é] baseado numa concepção da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado”, isto é, dominador de seus pensamentos (sujeito da razão), baseado no sujeito Cartesiano de René Descartes (1596- 1650). Quanto a identidade do sujeito pós-moderno, fundamentada na *psique* de Freud (1856-1939), o sujeito é problemático, está sempre em situações incômodas em relação ao seu próprio *eu*. Nessa concepção, o sujeito não é mais dominador de seu discurso.

Quadro 1 — Concepções de identidade a partir de Stuart Hall

CLASSIFICAÇÃO CARACTERÍSTICAS	CLASSIFICAÇÃO CARACTERÍSTICAS
Identidade do sujeito pós-moderno	Identidade do sujeito sociológico
O sujeito apresenta identidades diferentes a depender do momento. Ele é conflitado a partir de seu próprio lócus imaginativo e representacional.	Possui um diálogo com o mundo moderno e o núcleo interior (representações internas ao sujeito).
O processo de identificação é provisório.	As representações internas e externas ao sujeito são formadas por relações interpessoais e culturais.
A identidade desse sujeito é formada e transformada continuamente. (Hall, 2006).	Reflete a interação entre o <i>eu</i> e a <i>sociedade</i> . Sua identidade é modificada e (re)feita em contato com os mundos culturais (Hall, 2006).

Fonte: Hall, 2006.

O Quadro 1 revela que as concepções de identidade (per)passam emaranhados que, conseqüentemente, se dispersam e confundem-se a depender da posição social e cultural do sujeito. Por esse motivo, cabe salientar que os balanços centrais desta pesquisa atenuam múltiplas possibilidades identitárias, as quais são instaladas nas narrativas **As alegrias da maternidade**, da autora nigeriana Buchi Emecheta; e **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020 [1960]), de Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, verifica-se que a avaliação das identidades maternas se apresenta através das personagens das tramas, trazendo uma carga simbólica de significados que traçam um panorama crítico das especificidades do feminino e do sujeito da história na literatura.

A identidade materna de Carolina Maria de Jesus, descrita a partir de suas experiências em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), difere-se nitidamente da textualidade maternal de **A Filha Perdida** (2016), de Elena Ferrante. Carolina, busca através da catação de papel o sustento dos filhos e o enfrentamento da maternidade solitária – o que

subverte costumes que foram amplamente explorados na literatura brasileira (para não dizer por toda sociedade), culturalmente, a mãe solo não deveria existir.

Contrariamente à imagem da mãe solo, pobre, brasileira e negra, a personagem Leda em **A Filha Perdida**, no contexto europeu, cultiva a fragmentação identitária materna na esfera do tédio, do embaralho dicotômico mulher/casa, mulher/trabalho, mulher/família. O sujeito feminino tecido por Elena Ferrante enfrenta a barreira do pertencer a si e a busca da realização pessoal na digressão das necessidades das filhas.

Que bobagem pensar que é possível falar de si mesmo aos filhos antes que eles tenham pelo menos cinquenta anos. Querer ser vista por eles como uma pessoa e não como uma função. Dizer: sou sua história, vocês começam comigo, escutem, pode ser útil. (Ferrante, 2016, p. 66).

As circunstâncias históricas, sociais, culturais, classicistas, raciais e geográficas enunciam a duplicidade de visões de mundo das mulheres retratadas em suas maternagens. Não há como definir uma identidade materna, pois a posição da mulher na sociedade é questionada por diversos fatores – que atravessam o campo da dominação, do autoritarismo, da santificação e da sobrevivência.

Com base nessa esteira de relações, pode-se “dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (Silva, 2000, p. 96), que se molda conforme a dinâmica social e ora se desestabiliza para reencontrar o equilíbrio em outra relação. Neste sentido, convém sustentar que “o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la.” (Silva, 2000, p. 84). O confronto estabelecido entre esses movimentos, contribui para a diversidade e para o desequilíbrio das representações maternas, pensadas a partir da centralidade das obras literárias.

As narrativas que versam sobre a maternidade, sejam elas sociais, orais ou escritas, apontam sempre para a ideia da representação identitária, sendo ela flexível e mutável, adaptando-se de acordo com a identificação pessoal e ideológica do sujeito. Entretanto, essa identidade não pode ser entendida como uma identidade *pré-dada* (identidades já formadas e pré-estabelecidas), uma profecia *autocumpridora*, que o sujeito adere quase sempre sem questionamentos. Conforme Homi Bhaba (1998), a identidade *pré-dada* refere-se a pré-conceitos, construídos a partir de experiências sociais.

Para sintetizar esse quadro de identidades *pré-dadas*, destaca-se a primeira imagem materna que se constituiu: a religiosa cristã. Maria mãe de Jesus, uma jovem bonita, dona de um caráter ilibado, que disse sim à maternidade, sem grandes questionamentos e que aceitou tudo com resignação, modelo a ser seguido por todas. As construções sociais apagaram por completo a presença de outras mães também apresentadas na bíblia, a exemplo de Sara e Isabel, que eram estéreis e se tornaram mães na terceira idade. A maternidade a elas atribuída é analisada de forma secundária – o etarismo e a resignação são os vieses principais em suas narrativas.

Carolina Maria de Jesus, em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2020), já apresenta, nitidamente, a relação entre maternidade e etarismo como polos negativos. A autora descreve esse mecanismo de exclusão na cena que retrata a suposta gravidez de Dona Binidita. Observe o trecho abaixo:

Quando as mulheres aglomeram na torneira, enquanto esperam a sua vez para encher a lata vai falando de tudo e de todos. Se uma mulher está engordando, elas dizem que está grávida. Se está emagrecendo elas dizem que está tuberculosa. Temos aqui a Dona Binidita que está com 82 anos. Começou engordar...

—É filho! A Dona Benidita está grávida.

—Não diga! Naquela idade? —Isto é o fim do mundo!

—De quantos meses? Seis, sete, a data que vinha na mente. E quando alguém ia levar roupinhas para a Dona Binidita. Ela chingava e rogava praça. Dizia:

—Eu sou mãe da que já saiu da circulação. Como é que eu posso ter filho? Eu já estou aposentada.

Quando eu ouvia os rumores pensava: quem teve filhos nesta idade foi só Santa Isabel, mãe de São João Batista. (Jesus, 2020, p. 58-59)³.

Nesse sentido, percebe-se que há no imaginário sociocultural uma identidade pré-concebida de um ideal materno, assim como uma idade definida para que uma mulher se torne mãe. Carolina Maria de Jesus ao citar Santa Isabel como a única mulher conhecida que teve filhos em idade avançada, atenua a internalização de um padrão de maternidade. Entre tantas mães, Maria, foi escolhida como essa identidade *pré-dada*, o que torna visível os processos de formação das *identidades* e das *diferenças*.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), a identidade construída e atribuída como modelo aos sujeitos, preconiza as formas não privilegiadas de expressão do *eu*, isto é, constrói-se um caminho hierárquico, no qual é estabelecido um padrão único a ser seguido. As identidades que fogem desse padrão são consideradas diferentes do dispositivo normativo.

³ As alterações gramaticais contidas nos excertos da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, seguem a fidelização na escrita da autora Carolina Maria de Jesus.

[F]ixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade, específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (Silva, 2000, p. 83).

Para Silva, a normalização da maternidade segue esse processo de hierarquização, o que faz com que Maria⁴, a mãe de Jesus Cristo, se torne o exemplo, por se constituir principalmente por meio da submissão, da juventude e da branquitude⁵, e que qualquer outra maternidade, que não siga este padrão, será entendida como diferente. Pensamento esse, que se fundamenta na teoria de que “a construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. Aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais” (Del Priore, 1994, p. 278), reforçando assim a necessidade que as mulheres encontraram em ter que seguir tais modelos, como condições necessárias para sua aceitação no contexto social.

Em posse da representação materna baseada no *mito da fragilidade feminina*, conforme Teresinha Schmidt (2008), foi construída a identidade da mulher branca, casta, religiosa, ideal para o casamento, por carregar consigo todas as virtudes *pré-dadas*. Desse modo, se tornam as donas dos casarões onde passariam a assumir um papel social de senhoras respeitadas, benevolentes e, conseqüentemente, mães de família. Contudo, no tocante à maternidade, a essas mulheres caberia apenas a função de gestar seus filhos, uma vez que todo o restante das tarefas de maternagem era relegado às mulheres negras, as conhecidas *mães pretas*.

⁴ De acordo com a narrativa bíblica Maria é apresentada no Novo Testamento como sendo a mãe de Jesus, “Eis como nasceu Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava desposada com José. Antes de coabitarem, aconteceu que ela concebeu por virtude do Espírito Santo. José, seu esposo, que era um homem de bem, não querendo difamá-la, resolveu rejeitá-la secretamente. Enquanto assim pensava, eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse: ‘José filho de Davi, não temas receber Maria por sua esposa, pois o que nela foi concebido vem do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo de seus pecados’”. (Mt. 01, 18-21). Contudo, por ser da região de Nazaré na Judeia Maria não seria uma mulher branca como se faz parecer nas criações europeias da cristandade, porque na criação desta imagem parece se constituir um modelo de mãe cristã e branca como ideal.

⁵ A concepção de branquitude na maternagem se encontra atrelada ao imaginário da família nuclear, que segundo a pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020, p. 174): “a família nuclear é uma família de gênero por excelência. Como domicílio de uma única família, a família nuclear é centrada em uma esposa subordinada, um marido patriarcal e crianças”. Em suma, essa estrutura familiar está gendrada em um privilégio masculino/branco e feminino/branco – noções de gênero pautadas nos conceitos ocidentais.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), às mães pretas cabiam as funções de amamentar, limpar, vestir, contar histórias e ensinar a falar os filhos das senhoras da *Casa Grande*, atividades até então definidas como obrigatórias para aquelas que queiram usufruir do título de mães. Com base nisso, historicamente, a quem deve ser dado título de mãe? Como se constituiu o estereótipo da mãe branca ocidental, se quem exercia a maternagem era a mãe preta?

É notório que a mulher branca, a chamada legítima esposa, “torna-se a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é ‘a mãe’ (Gonzalez, 2020. p. 87, grifos da autora). Todavia, a sociedade patriarcal e racista não reconhece a importância da mãe preta na educação dos filhos dos brancos, tampouco as consideram peças fundamentais para a formação e consolidação da família. A mãe, a esposa ideal, o exemplo de mulher e maternidade continua sendo atribuído à mulher branca.

Tais comportamentos, segundo Grada Kilomba (2019), são direcionados para um deslocamento colonial que se desenvolve dentro de processo atemporal que liga o passado ao presente, o que possibilita a retomada de ações antes vivenciadas no período da escravidão e da colonização e que se manifestam na contemporaneidade como uma estrutura natural – a continuidade colonial é real e contemporânea. De acordo com Bhabha:

A presença negra atravessa a narrativa representativa do conceito de pessoa ocidental: seu passado amarrado a traiçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração não produzira uma história de progresso civil, um espaço para o *Socius*; seu presente, desmembrado e deslocado, não conterà a imagem de identidade que é questionada na dialética mente/corpo e resolvida na epistemologia da aparência e realidade. Os olhos do homem branco destroçam a corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência e transgredido, seu campo de visão perturbado. (Bhabha, 1998, p.73).

Para o autor, os estereótipos que foram criados no período da escravidão sobre as atribuições das mulheres brancas e negras evidenciam a crise da identidade e as diferenças existentes entre esses sujeitos. A mãe branca, por não querer ver seus corpos decaídos e seus seios flácidos, pois precisavam manter seus corpos atraentes e assim continuar alimentando a imagem da mulher ideal para os seus senhores, delegavam às mulheres negras todo processo de amamentação e cuidado para com seus filhos.

A fim de possibilitar uma sustentabilidade da existência da mãe branca, se faz necessário a construção da imagem da mãe preta. Essa idealização que emergiu das estruturas sociais, foi também fortalecida dentro do universo literário colonial, o qual trouxe uma ideia

completamente romantizada do papel dessas mulheres no cenário familiar. São identidades que se definem não apenas em um único momento histórico, pois “a identidade historicizada se constrói em boa parte se apoiando sobre a memória das tragédias coletivas” (Candau, 2016, p. 151), e essas memórias coletivas dizem respeito ao período mais intenso da história dos negros a saber, o da escravidão. Dito isso, afirma-se que esses desfortúnios colaboraram para a instituição do mito da mãe preta, sendo, pois, um mito que evidencia uma subjetividade regulada pela confluência das ideologias patriarcais, misóginas e racistas, que postularam uma série de estereótipos.

As mulheres negras foram representadas no contexto da escravidão como corpos passíveis ao sexo e excelentes reprodutoras, desempenhando assim as “funções de amantes e mães” (Kilomba, 2019, p. 141). Essas eram as atribuições que lhes cabia, ou estariam servindo sexualmente aos senhores da casa grande, rendendo-lhes indistintos prazeres, ou gerando e criando os filhos – dos mesmos senhores – como forma de manutenção da mão de obra escrava. Desse modo somente dois espaços lhes eram permitidos, a cama e a cozinha. O que torna ilegítimo o mito da democracia racial proposto por Gilberto Freyre (2006).

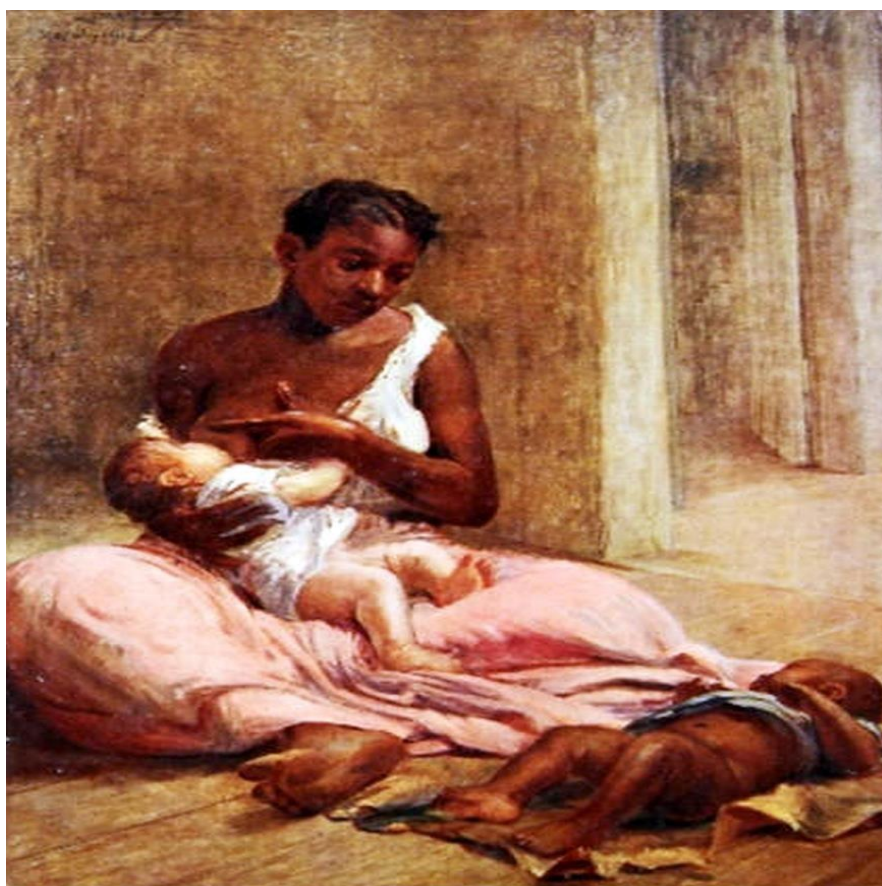
Segundo bell hooks (2021) as mulheres negras escravizadas no continente africano passaram a ser descritas enaltecendo a sua capacidade de procriação, sendo-as classificadas em três grupos: “procriadoras de escrava/os, mulheres em idade fértil, dentro do período de reprodução ou velha demais para procriar” (Kilomba, 2019, p. 141). As descrições presentes nas relações comerciais desempenhadas pelo colonialismo, apontam não para as visões favoráveis no tocante à maternidade negra, mas para a sua incapacidade de maternar. Desse modo, “seu trabalho foi usado para nutrir e prover a casa branca, enquanto seus corpos foram usados como mamadouros, nos quais crianças brancas sugavam o leite” (Kilomba, 2019, p. 141). Além disso, a comercialização das mulheres negras escravizadas passa a sustentar também a presença da mãe preta que nega a sua própria maternidade em nome da maternagem dos filhos dos brancos:

A existência das ‘mães-pretas’ revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas consequências inevitáveis foram a negação da maternidade escrava e a mortandade de seus filhos. Para que a escrava se transformasse em mãe- preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. A proliferação de nhonhôs implicava o abandono e a morte dos moleques. Desta forma, ao incorporar a negra ao ciclo reprodutivo da família branca, a escravidão reafirmava a impossibilidade para os escravos de constituírem seu próprio espaço reprodutivo. (Giacomini, 1988, p. 58).

Segundo a autora, era necessário consolidar a subsistência desse modelo de mãe e, para que esta função se cumprisse, algumas medidas violentas precisaram ser tomadas, como o alto índice de infanticídio. A violência se torna ferramenta indispensável para a criação dessa mãe. Suas dores estavam em não ter direito de escolher seus parceiros para então gerar seus filhos negros e na separação destes para poder cuidar dos filhos brancos.

Seguindo essa linha de raciocínio, a autora enfatiza que “os estereótipos construídos em torno da figura da ‘mãe-preta’ desempenharam e desempenham papel estratégico nas diferentes visões quanto à natureza da escravidão em nosso país” (Giacomini, 1988, p. 63). Neste sentido, a escravidão no Brasil jamais poderá ser caracterizada como algo ameno e de poucos impactos, mas como estratégias perversas de manutenção do poder, isso pode ser observado nas artes e em outros movimentos, inclusive na pintura, conforme visto a seguir:

Imagem 01: Mãe Preta, de Lucílio Albuquerque (1912)



Fonte: <https://horadopovo.com.br/um-ensaio-a-mulher-negra-na-pintura-brasileira-no-inicio-do-seculo-xx-2/>

Observa-se na imagem que a maternidade negra parece vinculada à pobreza extrema, porque nem mesmo têm uma cama para dormir, tampouco as roupas de baixo, inclusive

representa o abandono. mãe negra recostada à parede enquanto amamenta uma criança de cor branca enquanto o seu filho está mais distante faz voltar ao século XIX em que muitas mães deixavam seus rebentos para alugar o seu seio e amamentar os filhos dos senhores ou mesmo, no sistema escravagista tinha os seus vendidos e cuidaram com zelo dos filhos dos seus algozes. Por outro lado, o cinema passa transmitir outras imagens que demonstram ainda a subserviência das mães negras ao modelo da sociedade branca europeia e estadunidense.

Imagem 02: Vivien Leigh (à esquerda) como Scarlett O'Hara e Hattie McDaniel como Mammy em “E o Vento Levou”, filme de 1939.



Fonte: <https://datebook.sfchronicle.com/movies-tv/1939s-gone-with-the-wind-is-a-teaching-opportunity-in-2020>.

O mito da mãe preta foi uma das imagens maternas que mais se espalhou através da pintura e das outras artes no início do século passado, por exemplo destaca-se a tela acima – Mãe preta (1912), de Lucílio de Albuquerque. A imagem retratada pelo pintor revela cenas do cotidiano das mães negras, em particular, a amamentação de uma criança branca enquanto seu próprio filho fica relegado a segundo plano, colocado na parte inferior da tela, com poucas vestes, símbolo da inferioridade do seu povo, já a centralidade das personagens se concentra no bebê que está no colo, com vestes brancas, aparentemente bem nutrido, se observa ainda que a criança não toca o solo, caracterizando a supremacia dos brancos. Nesse contexto, vale ressaltar o olhar da mãe piedoso da mãe para o seu filho, a dor de viver uma realidade em que os negros não possuem direitos nem mesmo sobre seus corpos.

A segunda imagem descortina a estereotipia da mulher negra exibida nos cinemas. O filme norte-americano *E o vento levou*, datado de 1939, por meio da personagem Mammy interpretada por Hattie McDaniel, depreende-se que o papel da mulher negra sempre fora o de servilismo, ademais, as características físicas eram sempre mostradas como a senhora gorda, seu corpo totalmente coberto para não chamar atenção, o lenço amarrado na cabeça, o que sugere que estas não são senhoras zelosas, e a mais pungente das representações, se diz damãe que cuida diuturnamente e com muito zelo da filha dos seus senhores. A indústria cultural, grande responsável por disseminar esse mito, tem mostrado em todos os seus veículos, a definição do papel dos negros na sociedade, sobretudo da mulher negra, que lhes são atribuídos papéis secundários, são sempre as cozinheiras, babás. Desse modo, entende-se que:

A ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura. (Gonzalez, 2020, p.15).

Em conformidade com o fragmento acima entendeu-se que, no Brasil, alguns veículos de comunicação difundiram um modelo para a maternidade branca e um outro para a maternidade negra, sendo para este último, o da ausência, da irresponsabilidade da pobreza extrema e precariedade da vida. Por essa razão, o lar das mulheres negras é quase sempre um lugar de extrema solidão e sofrimento, da violência que se abate contra o corpo materno e os filhos gerados nesse ventre, conforme se nota na contística de Conceição Evaristo e em outras escrituras de autoria negra feminina.

Outro conceito, que durante muito tempo vem sendo reproduzido no imaginário social sobre o papel da mulher negra na sociedade, é o rótulo do matriarcado. Essa concepção tem suas origens pontuadas também no sistema escravocrata e suas ramificações se estendem até os dias atuais, por se constituir uma das ideologias que mais afetou a população negra. Nos parágrafos seguintes, tomaremos como objeto para pensar os estereótipos atribuídos às mulheres negras, o mito do matriarcado estabelecido pela feminista bell hooks, discutido em sua obra *e eu não sou uma mulher?* (2021). Ainda que sua pesquisa esteja ambientada na

sociedade estadunidense, ela se adequa facilmente às realidades brasileiras e africanas, as quais se configuram como escopo do nosso estudo.

De acordo com hooks (2021), a teoria da existência do matriarcado dentro da estrutura da família negra, serviu tão somente para perpetuar toda sistemática de desvalorização da “mulheridade negra”, inferiorizando-a cada vez mais. Isso fez da mulher negra, uma escrava de ideologias que sustentam o racismo genderizado⁶. No entanto, esse pensamento foi visto por muitos como algo positivo, em que a mulher se lança como um sujeito real, que tem um papel social aceito como aquela que é forte, corajosa e que sendo assim, deve se comportar e seguir os padrões antes prescritos, o que desperta uma dupla significação quanto a utilização do termo matriarca.

Todo esse conflito acontece, devido à má utilização do termo matriarca. Pois compreende-se que esse conceito sustenta “a existência de uma ordem social na qual as mulheres exercem poder social e político” (hooks, 2021, p. 124), condição essa que até pouco tempo nunca havia sido vivenciada pelas mulheres, sobretudo as negras. A inversão acontece pelo fato de que não há registros dessa supremacia, posto que fora sempre os homens os definidores de suas condutas, de seus afetos, de seus corpos tampouco de seus destinos.

Essa transferência de poder, que inconsciente e opressivamente trona-se legítima, faz com que a mulher negra seja vista como objeto que pode ser usado pelo homem a qualquer momento e em qualquer situação. E mais ainda, o mito do matriarcado passa a ser reforçado quando em uma família não há presença de um homem, o que robustece o absurdo de que a mulher só estará completa na presença de um corpo masculino, ainda que este não assumisse nenhuma responsabilidade para com a família. Assim, esse mito pode ser percebido no trecho narrado por Emecheta:

Você não vê, Nnu Ego, filha de Agbadi? Não vê que está fugindo da posição que sua chi lhe deu, deixando-a para uma mulher que seu marido herdou do irmão, uma mulher que todos aqui sabemos ser muito ambiciosa, uma mulher que nem sequer deu um filho homem à família? E você... você tem raízes profundas... O que pensa que está fazendo? Você quer andar sem se soltar da terra. Não dá! Você criou raízes na família Owulum. É a esposa mais velha de seu marido; é como um amigo homem para ele. Seu lugar é ao lado dele, supervisionando a esposa mais jovem. **Você já ouviu falar em mulher completa sem um marido?** Você fez o seu dever em relação a seu pai, um homem com tanta nobreza de espírito que seria difícil explicar. Agora está na hora de você ficar ao lado de seu marido. (Emecheta, 2018. p.156, grifo nosso).

⁶ Termo utilizado por Grada Kilomba (2019) em **Memórias da plantação – episódios de racismo**, para designar a opressão caracterizada pela interconectividade dada entre o racismo e sexismo que residem sobre os corpos das mulheres negras.

A autora considera dentro do seu texto, a presença marcante da ideologia patriarcal em contraposição à ideia do matriarcado. Pois ao revelar uma estrutura social que tem como princípios as condições do homem em detrimento da importância da mulher na sociedade nigeriana, revela como as pressões sociais invadem a natureza feminina, tornando-as apêndices do masculino. Contudo, ao pensar Carolina Maria de Jesus, encontraremos uma outra realidade, a da mulher sem marido, que trava lutas diárias para criar seus filhos sem a presença dos pais, ao afirmar que “Não invejo as mulheres casadas da favela, que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou desconte” (Jesus, 2020, p. 23). Contudo, essa personalidade aguerrida da personagem foi motivo de muita repulsa pelos moradores da favela.

Outro mito do matriarcado que se faz necessário apresentar nesta pesquisa, é a forma como os homens negros transformaram essa abstração em uma arma psicológica capaz de persuadir as mulheres negras a tornarem-se mais passivas, silenciosas e exímias cuidadoras do lar e dos filhos. São esposas e mães que não medem esforços para zelar pelo bom desempenho e comportamento familiar, como se essa fosse uma responsabilidade da manutenção da ordem fosse apenas da mulher. Contudo, o tomar decisões não caberia dentro desse mito. Desse modo, esse poder deveria ser concedido para o homem mais próximo, quando o assunto se referisse às mães solo ou mães negras, sendo estes parentes, amigos ou filhos, que não se aceitava, era que a mulher tomasse posse do controle total do lar.

Seguindo a exposição dos mitos da matriarca, nos deparamos com a caracterização que sustenta a ideia de que a mulher tem controle completo sobre seu corpo (hooks, 2019). Dizer que a mulher tem total poder sobre seus corpos e que isso se aplica ao matriarcado, é fazer com que toda uma história de luta do movimento feminista seja deslegitimado, desacreditado, uma vez que esta tem sido uma das maiores e mais complexas lutas já travadas nesse contexto. Poder decidir sobre seu corpo, implica dizer que as mulheres podem entre outras coisas decidir sobre o aborto, temática que permanece em aberto até os dias atuais na maioria das sociedades. É ter a liberdade de poder usar determinada roupa e não ser assediada ou mesmo violentada tanto física quanto moralmente. É poder amamentar em qualquer lugar sem ter que sofrer pressões ou agressões. Mas é acima de tudo ter e fazer uso de sua liberdade, conquistando o direito de ser mulher, apenas, como narrado por Geni Guimarães em seu conto “Mulher”, presente na obra **A cor da ternura** (2022):

Mulher, como me contaram. Apenas.
Mulher, terminando o Ensino Médio.

Mulher, cursando o Magistério, a caminho do professorado, cumprindo o prometido.
 Mulher, se fazendo, sob imposições, buscando forças para ser forte.
 Mulher, rindo para esconder o medo da sociedade, da vida, dos deslizes dos passos.
 Mulher, cuidando da fala, misturando palavras, pronúncias suburbanas aos mil
 modos de sinônimos rolantes no tagarelar social requintado.
 Mulher, jogando cintura, diante das coações e dos preconceitos.
 Mulher, apesar de tudo, a um passo do tesouro: o cartucho de papel (Guimarães,
 2022, p. 77).

No conto de Geni Guimarães, a protagonista traz a memória do que lhes contaram sobre ser mulher, desde as mudanças físicas e biológicas até as mais altas conquistas as quais se sucederiam em sua vida. O que ocorre, porém, é que entre o nascer mulher e tornar-se mulher, existe um universo vultuoso que dificulta a trajetória feminina em busca da sua liberdade. Desse modo, o ser apenas mulher, passa pelo direito à educação, pelo direito de sonhar e conquistar, pelo direito de acertar, mas também de errar sem que isso lhe custe a vida, pelo direito de ouvir, mas principalmente de falar, pelo direito de ser quem ela decida ser, sem ser perseguida, rejeitada ou violentada até que se alcance seu tesouro, a própria liberdade.

Outra questão relevante que diz respeito ao mito, está relacionado com as questões de execução do trabalho. Foi convencionado às mulheres/matriarcas, que por meio do uso de suas forças, elas ultrapassariam os limites da feminilidade e consequentemente desmasculinizariam os homens negros, criando entre ambos uma relação conflituosa, que só serviu para intensificar ainda mais as estruturas do poder dominante do homem branco e consolidar as desigualdades sexistas. O momento em que as mulheres negras e mães tornam-se provedoras de suas famílias, a sociedade passa a fazer uma interpretação negativa desse comportamento, e como meio de destituí-las de suas capacidades de liderar uma família, levaram os homens à compreensão de que o emprego era uma das formas de mostrar sua masculinidade e seu poder, o que na verdade estava se reestabelecendo era a visão patriarcal da superioridade masculina branca, bem como a necessidade desse ser em ter que se submeter a qualquer tipo de trabalho, posição que foi aceita por alguns e repudiada por outros, fazendo com que esses abandonassem seus lares.

Todos esses episódios foram substanciais para a visibilidade da maternidade negra. Ainda que os olhares traduzissem mais os infortúnios do que as conquistas. A maternidade solo passa a ser recorrente, e a ela, são apontados julgamentos preconceituosos e medíocres, sendo as mães solo vistas como as legítimas culpadas pelo desarranjo familiar. De tal sorte, se estabelece a percepção do diferente, por não obedecer aos padrões definidos para família nuclear, em detrimento da observância da identidade cultural. No entanto, vale ressaltar que “através da figura da mãe preta, a verdade surge da equivocação. Exatamente essa figura para

a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante” (Gonzalez, 2020, p. 87). O que a autora afirma, é que esse mito criado em torno da mãe preta não se constitui como um modelo ideal de amor e dedicação que foi criado pelos seus dominadores brancos e que também não são esses sujeitos que não são dignos de confiança como querem os homens negros, mas que estas são apenas e simplesmente a mãe, com todos os seus erros e acertos.

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (Silva, 2000, p. 81).

Segundo o autor, as definições de pertencimento ou não pertencimento a determinados grupos sociais, a exemplo dos grupos negros, estabelecem as conjunturas relativas ao modelo de família e se estende às concepções de maternidade, o que favorece o processo de socialização dessas mulheres. Assim, a compreensão da inexistência de comportamentos inocentes é amplamente percebido pelos estudiosos do matriarcado.

De acordo ainda com o pensamento de hooks (2019), algumas mulheres negras aceitaram o rótulo de matriarca, por estarem cansadas de serem identificadas com termos ofensivos como ‘vaca’, ‘puta’ e outros, e acreditaram que o rótulo em questão lhes concederia determinados privilégios sociais. O que elas não conseguiram perceber foi todo processo de alienação utilizado pelos colonizadores para poder distorcer a realidade existente, levando-as a acreditarem em definições que postulavam muito mais os processos negativos que os positivos.

Angela Davis (2016) ao fazer uma abordagem sobre o rótulo de matriarca, declarou que o significado a ela empregado não define a mulher negra, que este é um equívoco carregado de aspectos cruéis, o que se justifica pelas aflições traumáticas em que essas mães foram submetidas, quando foram obrigadas a entregar suas gestações a outros, em nome dos interesses econômicos desses outros. Dessa forma, não se pode aceitar que essa seja uma conotação afirmativa na identificação dessas mulheres, uma vez que a sua vida e seus desejos não foram respeitados.

Se às mulheres negras não foi dado o poder de conduzir suas vidas, seus corpos, seus desejos, como estas poderiam ser chamadas de matriarcas. De acordo com Sueli Carneiro

(2011), em sua obra *Racismo, sexismo, e desigualdade no Brasil*, aponta que as condições de vida das mulheres negras configuram-se como o “matriarcado da miséria”⁷, circunstâncias produzidas pela convergência entre racismo e sexismo e que produz nessas mulheres, “uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (Carneiro, 2011, p. 127). Portanto, suas visões reforçam o entendimento de Davis (2016) ao considerar uma inadequação indevida do emprego do termo matriarca para a mulheres negras.

Vale ressaltar que esse *modus operandi* não esteve presente apenas nos períodos da escravidão e/ou do colonialismo, mas que continua vivo e ativo na sociedade contemporânea. É comum encontrar nas falas das mulheres negras, a exaltação de sua sexualidade, em que se mostram mais atraentes e com melhores desempenhos sexuais; que exibem maiores condições para todo tipo de trabalho, são ativas e poderosas, mito da matriarca amazona. O que se pode inferir dessas condutas, é que elas foram socialmente construídas. As mulheres negras foram obrigadas a desempenhar tanto as questões sexuais quanto as de trabalho, por meio do sistema opressor, ou seja, elas não tiveram escolhas, o que se pode entender que qualquer ser humano exposto a situações de dominação e exploração, conseguem adquirir condições necessárias para sua sobrevivência.

Devo enfatizar que objetivo do excerto acima descrito, não é o de contribuir para a inferiorização da mulher negra, tampouco de mostrar sua supremacia, mas de fazer entender que todos esses comportamentos foram pensados e repensados pelos colonizadores, que nunca existiu interesse em torná-las verdadeiras matriarcas, até mesmo pelo fato de não ter a comprovação desse modelo de mulher como descrito por hooks. Dessa maneira, a compreensão da existência dos mitos que perfazem o termo matriarca, foram fundamentais para que as mulheres negras começassem suas batalhas para a determinação de suas identidades.

[...] dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteira, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (Silva, 2000, p. 82).

⁷ A expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país. (Carneiro, 2011, p. 130).

Existe, assim, uma necessidade de autoafirmação, de autodefinição que perpassa pelos percursos históricos das mulheres negras, um desejo de encontrar-se com seus ancestrais e de recuperar suas identidades que foram roubadas ao longo de sua existência. Por sua vez, ao ler as narrativas que servem de objeto à investigação ora desenvolvida, vimos que Nnu Ego e Carolina são mães negras e extremamente dedicadas aos filhos, porém situadas em lugares distintos com ideários culturais os quais permitem identificá-las como construções singulares dos seus lugares. Neste sentido, ressalta-se que:

A luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. A análise da despersonalização colonial não somente aliena a ideia iluminista do "Homem", mas contesta também a transparência da realidade social como imagem pré-dada do conhecimento humano. Se a ordem do historicismo ocidental é perturbada pelo estado colonial de emergência, mais profundamente perturbada é a representação social e psíquica do sujeito humano. (Bhabha, 1998, p. 72).

A própria história das mães não pensa a benevolência materna o tempo todo, há um conjunto de rupturas na construção das identidades, como um ato político inscrito no tempo. A transferência da maternidade pautada principalmente no poder aquisitivo e nas experiências do mundo do trabalho nas sociedades industriais faz com que muitas mulheres vejam na maternidade uma prisão ou mesmo uma imposição, o que leva à cessão das responsabilidades para com seus filhos.

Ao observar as descrições maternas presentes em **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020) e em **As alegrias da maternidade** (2018) de Buchi Emecheta, não apenas das protagonistas, mas das inúmeras mães que fazem parte das duas narrativas, encontra-se uma alegoria de diferentes mães que não seguem os padrões pré-estabelecidos e, que passam a serem descritas como inadequadas e outras, que trazem em seus comportamentos a força das imposições patriarcais, e ainda assim, não valorizadas, como notado em:

15 DE JUNHO

...Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. (Jesus, 2020, p. 62).

E também se repete a mesma situação em: “27 DE JUNHO Hoje a Leila está embriagada. E eu fico pensando como é que uma mulher que tem duas filhas em idade tenra

pode embriagar-se até ficar inconciente. Dois homens vieram nos braços. E se ela rolar na cama e esmagar a recém nascida? (Jesus, 2020, p. 71). Esse silenciamento das mulheres também é recuperado na narrativa da nigeriana, consoante o que se lê a seguir:

A mãe de vocês é uma boa mulher. Tão discreta, tão silenciosa... Quem me ajudará, agora, a ficar de olho naquelas minhas esposas jovens, quem cuidará da casa com a competência dela?”. [...] “Minha filha mostrou ser uma virgem intacta. O povo do marido veio agradecer”. [...] “Quando uma mulher é virtuosa, não tem dificuldade para conceber. Não demora e os filhos de Nnu Ego estarão chegando para brincar por aqui”, disse Agbadi com convicção (Emecheta, 2018, p. 31-32).

Nota-se uma busca intensa por parte das personagens de Buchi Emecheta, para adequar-se aos modelos antes dispostos, já em Carolina Maria de Jesus, constitui-se uma outrarealidade, não apenas geográfica por se tratar de um outro país, mas também pelas particularidades culturais. São mães que rompem completamente com a sistemática social, que subvertem e que são julgadas como inadequada até mesmo por seus pares.

As relações de poder presentes em cada sociedade definem as características que devem ser entendidas como positivas e como negativas enquanto garantias da manutenção de determinadas estruturas sociais e dos interesses dos grupos dominantes. Numa afirmação promissora sobre a construção identitária desses sujeitos dentro das narrativas, passam a ser compreendidos pela teoria cultural contemporânea, como a relação estabelecida pela “identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação” (Silva, 2000, p. 89), da mesma forma, pode-se afirmar que, tanto na ficção como no real que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da representação” (Hall, 2006, 48). Diante disso, evidencia-se que é a superestrutura que hierarquiza e normaliza os comportamentos maternos sob a perspectiva do gênero.

1.1 A construção da maternidade sob a perspectiva dos estudos culturais

A cartografia apresentada anteriormente apresenta uma série de comportamentos identitários que se desenvolveu em torno das mães negras na historiografia literária. Ademais, se faz necessário discutir alguns apontamentos que justificam a formação dos estereótipos a partir dos conceitos estabelecidos pelos estudos culturais e que nos ajudou a moldar e guiar a análise feita a respeito da maternidade negra, observando seus traços culturais e sua relação com a sociedade, como exposto no quadro abaixo:

Quadro 02 – Categorias dos Estudos Culturais

CONCEITOS	CARACTERÍSTICAS
CULTURA	Conjunto de significados, valores, símbolos, práticas e crenças compartilhadas por uma sociedade ou grupo social. A cultura é essencial para a identidade e coesão social.
IDENTIDADE	A forma como as pessoas se vê e se define em termos de pertencimento a grupos culturais específicos. A identidade cultural é moldada por experiências e representações culturais.
REPRESENTAÇÃO	Trata de como a cultura é expressa, retratada e transmitida através de diversas formas, como mídia, arte, literatura, cinema e outras práticas culturais.
PODER	Explora as relações de poder na cultura, como certos grupos têm mais influência na criação e disseminação de significados, enquanto outros são marginalizados ou sub-representados.
INTERSECCIONALIDADE	Considera como diferentes categorias de identidade, como gênero, raça, classe social, sexualidade, entre outras, se sobrepõem e interagem para moldar a experiência cultural de uma pessoa ou grupo.
IDEOLOGIA	Crenças, valores e ideias que sustentam e justificam como estruturas de poder e hierarquias presentes na sociedade.
RESISTÊNCIA	Os estudos culturais investigam as formas de resistência cultural, como movimentos sociais, subculturas, contraculturas e práticas culturais de grupos marginalizados, que questionam as estruturas de poder existentes e buscam promover mudanças sociais. (Culler, 1999. Escosteguy, 2010. Hall, 2006. Silva, 2000)

Fonte: Culler (1999). Escosteguy (2010). Hall (2006). Silva (2000).

As categorias acima se mostram presentes nas obras analisadas nesta investigação, a saber, **Quarto de despejo – diário de uma favelada**, de Carolina Maria de Jesus e **As alegrias da maternidade**, de Buchi Emecheta, além disso, cumpre o aporte da abordagem dos estudos culturais à medida que esta se vale da interseccionalidade de gênero e raça. Trata das escrituras de duas mulheres negras que vivem processos culturais distintos, a primeira é brasileira e publicou sua obra em 1960; a segunda é nigeriana e teve seu texto publicado em 1979. Embora em décadas próximas é preciso considerar as transformações sociais que

permeiam as autoras e os quais podem trazer impactos ao fato narrado. Também não podemos nos esquecer de que a literatura é uma forma mimética de representação da sociedade, além disso apresenta verossimilhança com as experiências do real e tem a intenção de suscitar a catarse no leitor, aliando forma e conteúdo.

A perspectiva dos estudos culturais sobre a maternidade negra é especialmente importante para compreender e analisar as experiências das mulheres negras como mães, levando em consideração as interseções entre raça, gênero e classe. Os estudos culturais destacam como as representações e práticas culturais influenciam a maternidade negra, além de examinar as relações de poder e as desigualdades sociais que afetam essas mulheres. Desse modo, reconhece que as experiências maternas são moldadas por contextos históricos, políticos e sociais específicos.

Como observado desde o período da escravidão até a contemporaneidade, a violência racial, a discriminação, a falta de acesso a recursos e a desigualdade socioeconômica são questões que afetam as maternidades negras e que precisam ser entendidas como fatores que interferem no seu exercício. Assim, ao examinar como a maternidade é representada e idealizada pelas mídias, como filmes, programas de televisão, literatura e publicidade, evidencia-se um aparato capaz de refletir e reforçar normas culturais dominantes, ao mesmo tempo em que moldam as expectativas e os comportamentos das mulheres como mães.

Outra característica dos estudos culturais diz respeito sobre as formas de resistências e as estratégias de empoderamento adotadas pelas mulheres negras em relação à maternidade. Essas estratégias se consolidam com a formação dos movimentos sociais que criam redes de apoio comunitário, buscam a valorização das tradições culturais e o ativismo político mostram a capacidade que as mulheres negras tem de transformar as narrativas e as condições sociais em que vivem. Além disso, a perspectiva dos estudos culturais enfatiza a importância de ouvir e valorizar as vozes das mães negras, reconhecendo que a elas cabe o direito de narrar suas próprias experiências. Essa abordagem busca ampliar as vozes e as narrativas das mães negras, ao mesmo tempo em que destaca as lutas, resistências e estratégias de empoderamento adotadas por elas, levando em conta as influências sociais, políticas e históricas que moldam a experiência das mulheres como mães em diferentes contextos como visto em:

Nesse contexto, as experiências das mulheres negras são bastante significativas: não é raro que uma dona de casa negra de classe média, quando atende a porta, seja surpreendida por um vendedor que insiste em falar com sua patroa. Ou, ainda mais comum, quando porteiros de prédios de classe média alta ou burguesa impeçam

mulheres negras de usarem a entrada principal, insistindo para que usem a porta de serviço. Em ambos os exemplos, o estereótipo estabelece a relação: mulher negra = trabalhadora doméstica. O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como uma mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico”. (Gonzalez, 2020, p. 170).

De acordo com a pensadora brasileira, a mulher negra carrega consigo características preconceituosas que foram estabelecidas desde o período escravocrata e disseminadas ao longo de sua história. Neste sentido, entende-se que ainda hoje esses estereótipos reforçam a não ocupação da mulher negra em determinados espaços de maior prestígio social, porexemplo, não há nenhuma mulher negra na Suprema Corte do Brasil, nas Universidades enquanto professoras são minorias e quase inexistentes quando se trata dos cargos de direção deste espaço. Além disso, notou-se que resiste a ideia de que o espaço dessa mulher é a cozinha e a rua para a prostituição, entretanto, Carolina é aquele corpo que quando não é mais explorado por ser mãe passa a viver daquilo que recolhe nas ruas, amalgamando uma nova forma de fazer poética, a poética dos resíduos⁸.

Retomando as categorias conceituais existentes no interior da crítica dos estudos culturais – cultura, identidade, representação, poder, interseccionalidade, ideologia e resistência – julgou-se necessário discuti-las a partir da vasta bibliografia já produzida sobre essa corrente literária. Dito isto, toma-se a cultura como sendo “mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações” (Laraia, 2014, p. 48). Os processos culturais não tratam somente de acumulações históricas transmitidas geneticamente, mas é imersão do sujeito dentro de um determinado ambiente, por exemplo, a da narradora Carolina dentro da favela do Canindé juntamente com seus três filhos pequenos. Também pode ser as experiências de Nnu Ego com os maridos e os filhos em Igbo e Lagos, na Nigéria, ressalta-se ainda que no primeiro ambiente o comportamento e as realizações da personagem demonstram haver uma maior valorização da mulher e suas ações no ambiente.

Diante do notado pelas experiências narradas no romance da brasileira e no romance da nigeriana a identidade materna é distinta, moldada pelos processos culturais vividos pelas narradoras, além de ser também uma marca do seu tempo e da sociedade onde vivem. A

⁸ Termo cunhado pela pesquisadora Raffaella Andrea Fernandez na sua tese de doutoramento “A Poética de Resíduos de Carolina Maria de Jesus” (2019).

maternagem de Carolina carrega estereótipos que parecem reproduzir a historicidade das mães negras dos séculos anteriores, como posto em: “Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mal olhado” (Jesus, 2020, p. 19-20). A partir do fragmento anterior a imagem das mães pretas se revela no cuidado com os filhos, na preocupação em manter o sustento deles e ainda obedecê-los, além de trazer a religiosidade presente no benzimento e no saber ancestral.

Outro conceito que se faz necessário nessa pesquisa é o de representação, pois, “grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um processo autóctone, foram copiados de outros sistemas culturais” (Laraia, 2014, p. 105). Nesta perspectiva, compreende-se a importância das artes, da literatura e das mídias para o processo de difusão de determinados comportamentos culturais que tendem a estabelecer estereótipos a respeito de determinados grupos ou sociedades. Nesta perspectiva, durante muito tempo a imagem das mulheres negras que fora veiculada nesses sistemas, foi a de que elas devem ser submissas a seus pais e a seus esposos e relegadas sempre a um plano inferior sem voz e muitas vezes assumindo culpas que não lhes cabiam, como observado em Nnu Ego, quando esta não consegue gerar filhos no primeiro casamento,

Tenho certeza de que a culpa é minha. Você faz tudo direito. Como vou encarar meu pai e confessar que falhei? [...] No caminho de volta, depois de uma dessas visitas, Nnu Ego fez o voto de nunca mais jogar os próprios problemas para cima do pai. O coitado sofre mais do que eu. É difícil para ele aceitar o fato de que alguma coisa que saiu dele não seja perfeita. Também não volto para sua casa como fracassada, a não ser que meu marido me ordene que parta. (Emecheta, 2018, p. 46; 48).

O excerto acima reforça a estereótipia de que há um lugar e condições específicos das mulheres negras dentro da sociedade, em detrimento da alteridade exercida pelos homens no mesmo ambiente, inclusive esse registro está cristalizado universalmente na mente das crianças quando desenhavam o pai sempre maior do que a mãe. De acordo com Ogene S. Mbanefo, “o problema da esterilidade estigmatiza a mulher Igbo, pois as pessoas temem que a causa possa ser sua vida moral fraca antes do casamento ou uma maldição de Deus” (2016, p. 111), de uma forma ou de outra, a mulher sempre seria culpabilizada por não cumprir com sua função, não se permitia, ainda de que hipoteticamente, colocar o homem na condição de estéril.

Todo ideário de perfeição serve para legitimar as relações de poder do patriarcado, as quais passam a determinar que os papéis ou funções das mulheres negras sejam aqueles que a indústria cultural massiva reforça todos os dias. Neles, elas são sempre as cozinheiras, faxineiras, solitárias e sempre muito cuidadosas com todos da família dos seus senhores/patrões, ou ainda, como as mulatas sensualizadas e se não reforçam esses padrões são vistos como seres amorfos, assexuados, quasímodos. Nessa perspectiva, Escosteguy, em seu texto, *O que é, afinal, estudos culturais?* (2010), afirma que a compreensão dos estudos culturais mostra que os produtos culturais são na verdade os agentes de reprodução social, capazes de acentuar a natureza vista como complexa, dinâmica e ativa, na construção da hegemonia.

Laraia (2014) assevera que para entender a lógica e a coerência de um sistema cultural é preciso conhecer as categorias que compõem, como a linguagem e os hábitos. Assim, não se pode considerar que tais construções culturais possam ser entendidas como naturais, mas que existem processos ideológicos que os sustentam. Neste sentido, ideologia, representação e poder passam a ter uma relação de dependência, na qual um garante a existência do outro como observado em: “Entenda... a morte de meu irmão vai trazer mudanças para nós todos. Agora sou o chefe, e você, a esposa do chefe. E como acontece com todas as esposas de chefes em Ibuza, há certas coisas que seria inadequado você comentar ou mesmo perceber, [...]”. (Emecheta, 2018, p. 175). Assim, a imbricação entre os conceitos reforça a ideia de que havia uma diferença e poder entre homens e mulheres e que mesmo depois da morte os outros homens chefiariam a família do morto, nunca a viúva.

Por interseccionalidade entende-se como “o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramento jurídicos sobre os quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras” (Akotirene, 2019, p. 59). Esse paradigma também envolve outras acepções, por exemplo, a riqueza e a exploração do trabalhador, elementos que contribuem para que as violências se sobreponham sobre o corpo feminino e negro como posto em:

14 de setembro

[...] Hoje é o dia da páscoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que quase todos os judeus são ricos. Já nós os pretos não tivemos um profeta para orar por nós. (Jesus, 2020, p. 113).

Do excerto depreende-se que para a narradora, a desventura e a pobreza dos pretos são atribuídas à falta de um profeta que orasse por eles, para ela não existia profetas ou deuses pertencentes a esse grupo étnico e, por isso, a existência da interseccionalidade da violência e pobreza sobre o corpo negro. Desse modo, o sujeito negro que viveu ou vive a experiência cristã se sente como um não ser, o qual estar à mercê da sorte e do acaso, nem mesmo a inteligência que é produto da racionalidade e da cultura letrada chega a esses indivíduos e por essa razão, a narradora reclama a sua sorte e infortúnio.

Uma outra categoria conceitual dos estudos culturais que perpassa os estudos sobre a maternidade negra é o de resistência, porque as escrituras das autoras se configuram como um manifesto que vai de encontro as opressões impostas às suas maternagens, trabalham e cuidam da prole praticamente sós. Por essa razão, cabe dizer que “a resistência literária, [...] é capaz de atingir de maneira mais eficiente a sociedade colonial, pois, mesmo que a luta armada seja perdida, a consciência de um povo colonizado continua a atormentar os colonizadores” (Cordeiro, 2019, p. 97). Assim, a resistência nas páginas literárias opera como um elemento combativo às colonialidades de poder e, nessa dimensão, as escrituras de Carolina Maria de Jesus e Buchi Emecheta representam a palavra do corpo materno, uma palavra de ordem insubmissa escrita por mulheres que antes não eram ouvidas. Assim, “a resistência escrita é capaz de atingir as gerações seguintes e consequentemente perceber neles a mudança pedida” (Cordeiro, 2019, p. 97).

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DAS MATERNIDADES NEGRAS NA LITERATURA



Madnólia da Silva Farias, a mãe dedicada do André Lucas. A minha leitora favorita, ela Belonísia e eu Bibiana, uma relação de cuidado, de cumplicidade e de grandes partilhas. Em cada obra analisada, há muito de você, se assim não fosse, eu não teria conseguido. Muito obrigada por cada leitura.

Na história cultural das sociedades a maternidade tem ocupado lugares diversos, condição essa que é também representativa das próprias maternidades, pois em cada sociedade ou comunidade sempre houve um modelo específico do ser mãe. Entretanto, não nos interessa aqui tratar dessas diferentes formas com foco na antropologia ou na sociologia, mas cartografar as maternidades na literatura brasileira, desse modo, foram selecionadas algumas obras que trazem estereótipos dessas distintas maternidades.

Diferentes autores têm abordado o conceito de estereótipo em suas obras, oferecendo perspectivas e definições diversas. De acordo com Bhabha (1998), o estereotipo pode ser entendido como um modo de representação que tem uma complexidade acentuada, ambivalente e contraditória, capaz de ampliar nossos objetivos. Dessa forma, subentende-se que o estereotipo não é uma simplificação de determinada realidade, porém, tal representação encontra sentido quando nega a existência do outro. Nessa mesma perspectiva, encontramos o pensamento de Hall (2016), quando este afirma que a definição da diferença, nos faz agir de forma simbólica, ao cerrar fileiras e fortalecer a cultura, além de estigmatizar e classificar, qualquer coisa que se entenda como diferente, como anormal ou impuro.

Também, Hall (2016) acredita que essa diferença possa ser entendida também como poderosa e estranhamente atraente por ser proibida, o que nos faz compreender de maneira mais segura, como funciona o significado das representações. Desse modo, partimos da compreensão da existência das diferenças que se estabeleceram sobre as mulheres brancas e negras, é que apresentaremos uma cartografia cronológica da representação da maternidade negra nas obras literárias, a começar pela produção oitocentista do romance brasileiro.

2.1 Cartografias da maternidade na literatura brasileira

Entende-se que as cartografias são formas artísticas e técnicas utilizadas na representação do espaço com o fito de descrevê-lo o mais fidedignamente possível, assim, toma-se de empréstimo da geografia essa categoria conceitual para representar as maternidades na literatura brasileira. Isso é possibilitado por a dissertação ora escrita está centrada na abordagem dos estudos culturais, uma vez que esta na sua centralidade é interdisciplinar, dialoga com os diversos saberes a fim de produzir outros que não os compartimentalize nem os ponha em gavetas fechadas e claustrofóbicas. Assim, buscou-se traçar esse conjunto cartográfico desde o Romantismo, época em que na percepção do professor Antônio Cândido pode ser sustentado haver um sistema literário no Brasil à

produção contemporânea afro-brasileira, momento em que se enquadra a produção de Carolina Maria de Jesus, um dos objetos da dissertação.

No romance, **As vítimas algozes** (2012), de Joaquim Manuel de Macedo, a primeira imagem da mãe negra é a da ama de leite, aquela que deixa de amamentar os seus filhos para amamentar os filhos dos senhores como acontece com a filha de Domingos Caetano. Todavia, a imagem da mãe branca desperta piedade, uma vez que ela não pode amamentar a sua filha, como acontece com Angélica e ainda assim ela traz atitudes nobres como o afeto e gratidão nutridos pela escrava que fora ama de leite da sua filha Florinda. Ambas as imagens da mãe branca e da ama de leite podem ser vistas em:

Angélica, a nobre esposa e virtuosa mulher, não pôde ter a dita de amamentar o seu anjo, e confiou-o aos peitos de uma escrava que acabava de ser mãe como ela: a escrava que amamentara dois filhos, o próprio e o da senhora, morreu dois anos depois, e Angélica pagou-lhe a amamentação da sua querida Florinda, criando com amor maternal o crioulinho Simeão, colação de sua filha (Macedo, 2012, p. 29).

Conforme se nota na citação acima, a escrava representa a fidelidade incondicional aos seus senhores, nem sequer o seu nome é apresentado, é a escrava, uma escravizada qualquer, negra, sem nome e um objeto na mão dos seus senhores, um objeto doméstico e domesticado. Essa visão parece ser quebrada ao observarmos que com a morte da escrava, depois de dois anos de ter amamentado a filha de Angelica e Domingos Caetano, Angelica se apieda da criança órfã e o cria, tornando Simeão “cria estimada da família” (Macedo, 2012, p. 29). Nestesentido, dialoga-se com a ideia de que no romance macediano a imagem materna da mulher negra é,

Símbolo da fidelidade incondicional e servilismo absoluto à classe senhoril, a mãe-preta conviveu, portanto, na literatura oitocentista ao lado de uma imagem mais ameaçadora da escrava doméstica, misto de “vítima e algoz”, segundo a pena abolicionista de um escritor popular da época, Joaquim Manuel de Macedo (Roncador, 2008, p. 130).

Na perspectiva da teórica, o romance macediano apresenta uma imagem comum às escravizadas da época, as mulheres que tinham essa condição amamentariam os filhos dos seus senhores e nenhum valor lhes seria pago ou em outras condições quando não existisse na senzala uma escrava com condições para amamentação, se alugava outra de um outro senhor, conforme vistos em anúncios dos jornais da época, por exemplo, no **Correio Paulistano**, do qual se destaca os trechos que seguem:

Precisa-se de uma para ir para Santos, livre ou escrava, que seja sadia e sem filho. Para tratar na Ladeira de Santa Iphigenia n.2, paga-se bem (1873, ED. 04948).

Atenção. Precisa-se de uma ama de leite na Luz, chácara do Barão de Antonia, tendo filho é escusado apresentar-se. Paga-se bem (1876, ED. 05931).

Vantagens do ventre livre. Paga-se 40\$000 rs de aluguel mensal para uma escrava boa ama de leite, sem filho, ou 30\$000 rs com o filho que se manda criar, de modo que n'um anno, o senhor da escrava recebe quasi metade do valor della e isso sem despeza alguma. A' rua Direita, 27 (sobrado) (1877, ED. 06212).

Observou-se nos fragmentos extraídos do Jornal em anos diferentes (1873 – 1876 – 1877), que destacam a necessidade de que preferencialmente as mulheres alugadas para a função de ama tivessem como condição não ter filhos ou deixá-los para trás. Entretanto, se era para a função de ama, elas precisavam estar com os seios cheios de leite e não há um outro processo de criação do leite materno que não seja a partir da gravidez e do parto, a partir deste, também com a sucção da criança, assim implica dizer que seus filhos ou estariam mortos ou deveriam ser deixados para trás, como se deixam coisas, ou ainda como muitas mães fazem hoje, quando precisam trabalhar como domésticas em locais distantes e que não podem voltar para casa a fim de cuidar dos seus rebentos. Por sua vez, ainda se afirma que:

Raramente as mães puderam chegar às casas dos locatários com seus filhos. Os poucos anúncios de mães alugadas junto a seus bebês, geralmente a baixo preço, são expressivos das conquistas destas mulheres. Em meados de 1850, quando o futuro da escravidão passava a depender da sobrevivência das filhas e filhos das escravizadas, eram publicados anúncios de mães alugadas junto às crianças. Tais anúncios sugerem, além dos interesses senhoriais sobre o bebê, as pressões das mães em mantê-los consigo, mas também as políticas senhoriais para evitar a fuga ou resistência da cativa em servir aos locatários sem a criança (Telles, 2018, p.222).

A partir da visão da historiadora notou-se um diálogo com outras escritas a exemplo de bell hooks (2019), Kilomba (2019) e outras, pois revela haver subjugação do corpomaterno negro para favorecer alimentação dos brancos em detrimento dos seus, e nisto nota-se a resistência dessas mães, uma vez que não queriam se distanciar dos seus filhos.

A literatura oitocentista aborda a temática da escravidão com muita frequência, o que lhes soa como natural por ser esse o contexto ao qual foram produzidas essas obras. No entanto, apesar de ser uma tônica recorrente, pode-se observar que as interpretações dadas a essas narrativas, dizem muito das condições sociais em que seus autores estão inseridos. Antonio Candido adverte que a natureza da obra literária é o social, assim,

O poeta e escritor transformam tudo que passa por eles, combinando a realidade que absorvem com a própria percepção, devolvendo assim ao mundo uma interpretação própria e subjetiva, longe de ser um mero espelho refletor. Assim, deve-se pensar a

influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte, assim como a influência que a própria obra exerce sobre o meio. A arte pode então, ser uma expressão da sociedade, não deixando de se considerar o teor de seu aspecto social, ou seja, o quanto ela está interessada nos problemas sociais. A partir do século XVIII, a literatura passa a ser também um produto social, já que expressa condições de cada civilização em que se forma. (Cândido, 2006, p. 30).

De acordo com o teórico, o fazer literário está intrinsecamente relacionado com o mundo a sua volta. Ao autor cabe a função de observar a realidade, apropriar de suas ideologias, seus costumes, crenças e valores, para em seguida devolver ao leitor uma nova leitura totalmente subjetiva da sociedade em que está inserido, no entanto, esta não pode ser entendida como uma expressão legítima do real, uma vez que a literatura deve ser entendida como uma imitação da realidade. Dessa forma, Cândido nos mostra uma relação de interdependência entre o autor, a obra e o meio, que estão imersos no mesmo contexto histórico e social, o que torna o seu resultado instrumento de condução dos comportamentos dos seus sujeitos.

Diante desse cenário, podemos pensar a obra **Úrsula** (1859) que foi escrita por Maria Firmina dos Reis. Essa narrativa aborda a maternidade do ponto de vista feminino, mas com traços muito fortes da visão do patriarcado. No entanto, analisaremos o comportamento de duas mães a saber: Luíza B. e a Preta Susana, a escolha se fundamenta nas condições socio- raciais a qual elas pertencem.

A primeira, Luíza B., uma senhora branca, que foi casada com um senhor de escravizados perverso, estúpido e opressor, comportamento semelhante ao da maioria dos senhores dessa época, no entanto, ela nunca compactuou com as atitudes do marido, tampouco teve forças para lutar contra essas atrocidades cometidas por ele. Desse relacionamento, nasce Úrsula, menina doce e afeiçoada de todos, que desenvolve uma relação de amor e cuidado com sua mãe. A representação da maternagem de Luíza B. é definida pela exímia capacidade que foi atribuída ao modelo de mãe ideal, aquela que ama e detém o amor incondicional, que se coloca em segundo plano, conforme narra a autora,

Sou mãe, senhor! Vede minha pobre filha! É um anjo de doçura e de bondade, e abandoná-la, deixá-la só sobre este mundo, que ela mal conhece, é a maior dor de quantas dores hei provado na vida. Sim, é a maior dor — continuou ela com amargo acento — porque então perderá o único apoio que ainda lhe resta! (Reis, 2018. p.76).

Nota-se no excerto acima que a relação desenvolvida entre mãe e filha é moldada pela sociedade, porque “é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho” (Badinter, 1985, p. 23).

Além disso, esse modelo aparece reforçado em: “Luíza B. queria dizer: eu nada peço para mim, nada mais que a sepultura; mas se sois cavaleiro, se tendes virtude na alma, protegeiessa pobre órfã” (Reis, 2018. p.75).

As descrições feitas pela autora compreendem uma representação da maternidade vivida por inteiro, a mãe que se encontra moribunda sofre com os medos do futuro, não do seu futuro, mas do que possa acontecer com sua filha, pois em nada mais lhe interessava nesta vida, tudo que lhes poderia deixar feliz, era a certeza que sua filha estaria bem e feliz, ao mesmo tempo, tem em Úrsula, a legitimação da capacidade de saber educar os filhos, pois ela é generosa, compassiva e cuidados com sua mãe, desvelando uma cumplicidade entre ambas. Essa é uma conduta que foi ideologicamente construída pela sociedade branca. Assim, apenas as mulheres brancas seriam dignas de experimentar esse modo de maternar.

Do outro lado, temos a Preta Susana, que representa um contraponto interessante dentro da narrativa como visto a seguir: “E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor — única, cuja recordação nos apraz, e em que... (Reis, 2018. p. 84). Entretanto, o olhar materno da preta Susana é comum ao das mães pretas da época escravagista, estavam distantes ou tinha sido separada dos seus filhos naturais e cuidavam amorosamente dos outros. Ainda assim, permaneciam com “índole fiel, mais devota às demandas da casa-grande que aos interesses da própria senzala, distanciava-a igualmente da figura do escravo revoltado, e vingativo” (Roncador, 2008, p. 131). Isto pode ser também visto quando a preta fala da sua senhora: “— A senhora Luíza B. foi para mim boa e carinhosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca me esquecerei de que poupou-me os mais acerbos desgostos da escravidão” (Reis, 2018, p. 86). E a preta ainda desenvolve o mesmo olhar para um outro preto escravizado, como notado em;

Ah, meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma. Uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade! (Reis, 2018, p.87).

Susana era uma escrava africana e idosa, que cruelmente fora arrancada de sua pátria e jogada em navios cargueiros junto a outros trezentos negros, passaram por mais de trinta dias em condições desumanas e trazidos para o Brasil tornando-os cativos. A personagem foi

violentamente forçada a deixar para trás sua terra, esposo, mãe e filha e, principalmente, a sua liberdade para viver todo tipo de opressão em terras brasileiras e sob o domínio do de Paulo B..

No entanto, o que nos vale aqui é observar como a autora descreve essa personagem, deslocando-a de seu papel de mãe, para classificá-la com o mito da mãe preta, ao descreve-la como uma senhora benevolente e compassiva, capaz de amar os filhos de outras pessoas. Contudo, o emprego dos termos “negra” e “serviu” traduzem todo o estereotipo que se construiu em torno das mães pretas, aquela que é diferente e que deve sempre estar pronta para servir. Em seguida esse mito toma força na aceitação da bondade da senhora Luíza, a quem Susana diz não ter como pagar a dívida por esta ser tão bondosa. Ademias, seu relato no último excerto acima, mostra que de todas as perdas que tivera na vida, nenhuma se assemelha a dor da separação da filha. Como se pode observar, são duas representações bem distintas, mas que traduzem e intensificam todos os estereótipos construídos a respeito das mulheres negras.

Seguindo nesse caminho da literatura do romantismo, falaremos de **A Escrava Isaura** (2005) obra de Bernardo Guimarães, autor do regionalismo romântico, conhecido por sua constante valorização da cultura regional e por buscar a exaltação do amor, da pureza e da simplicidade das mulheres. Isaura é a materialização da conduta feminina no Brasil colonial, pois mesmo sendo uma escrava, a sua criação é pautada nos comportamentos da burguesia. A literatura desse período se torna uma agente de expansão da cultura dos brancos.

Quanto as representações maternas, a obra uma nova categoria, a mãe ausente. Isaura não teve a oportunidade de conhecer aquela que lhe gerou, todavia ela revela a falta que sente de sua genitora, como se afirma no diálogo com sua mãe adotiva, “porque me faz lembrar de minha mãe, que eu não conheci, coitada!...” (Guimarães, 2005, p. 5), o seu canto desperta as memórias do inconsciente, trazendo à tona a sua ancestralidade e o seu desejo de pertencimento. Por sua vez, a ausência da mãe de Isaura se dá pela morte, por isso, aquela não cuida desta, por outro lado, as mães brancas da época terceirizavam o cuidado dos filhos “o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos” (Badinter, 1985, p. 02).

A ausência da mãe negra, gera uma mãe socioafetiva branca que pretende de todas as formas fazer com a escrava lhe renda eterna gratidão por cuidar dela como uma filha, dar-lhe uma boa educação, mais uma vez a generosidade das senhoras se sobressai. Ao encontrar sua

filha cantando, a mãe adotiva a reprime: “- Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores” (Guimarães, 2005, p. 5). Amar, respeitar e servir aos senhores e senhoras branca passa a ser uma obrigação para Isaura, o que a distância da relação pura e amorosa que deveria existir entre as duas. A mãe em questão não consegue demonstrar amor, mas um sentimento de posse, por se sentir ameaçada por memórias daquilo que não se realizou, o amor de Isaura e sua mãe biológica. Também, a obra de Guimarães denuncia os abusos sofridos pelas escravas em poder de seus donos, como notado em:

Isaura era filha de uma linda mulata, que fora por muito tempo a mucama favorita e a criada fiel da esposa do comendador. Este, que como homem libidinoso e sem escrúpulos olhava as escravas como um serralho à sua disposição, lançou olhos cobiçosos e ardentes de lascívia sobre a gentil mucama. Por muito tempo resistiu ela às suas brutais solicitações; mas por fim teve de ceder às ameaças e violências. Tão torpe e bárbaro procedimento não pôde por muito tempo ficar oculto aos olhos de sua virtuosa esposa, que com isso concebeu mortal desgosto. (Guimarães, 2005, p.8).

De acordo com o autor, essa eram as condições em que muitas mulheres negras escravizadas foram submetidas, a naturalização da cultura do estupro, a violação dos seus direitos, os castigos, o silêncio, a morte. Incontáveis são os filhos e filhas órfãos, ou de mães vivas, ou de mães mortas; inúmeras são as mães que não tiveram a oportunidade de exercer suas maternidades. Dessa forma, encontram-se os sujeitos oprimidos, que são aniquilados para dar lugar às “santas mulheres brancas”, aquelas que culpam o céu por não conseguirem gerar filhos em seus ventres. A dureza na formação da identidade dessas mulheres traduz a rigidez do período colonial.

As representações da maternidade nas três obras aqui apresentadas, traduzem o quanto a mulher negra foi excluída do direito de gerar e criar seus próprios filhos. Ainda que em face de autores distintos, é nítida que a interrelação dos comportamentos das personagens traz quase sempre a mesma estrutura, ou são escravizadas ou são senhoras donas de escravizados. Contudo, a identidade da mulher branca se mostra superior, quando esta é referida como aquela que é piedosa, que cuida com amor dos seus e com carinho dos filhos de outras mulheres, mas a todo momento situa o leitor da importância de seu papel e ineficiência das mães negras. Desse modo, a maternidade negra se mostra degenerada ou pela morte da mãe ou pela separação e pelo óbito de seus filhos. Essas imagens reforçam o apagamento da maternidade negra. Assim, a mulher negra fica impedida de usufruir dos mesmos direitos

maternos que vivem as mulheres brancas, o que passa a enaltecer uma outra categoria, a da mãe socioafetiva como meios de inferiorizar a maternidade biológica negra.

Seguindo a cronologia literária, avançamos para a segunda metade do século XIX, período em que a literatura adotou novas formas de expressar as condutas das sociedades europeias e vividas no cotidiano brasileiro. Quando se trata da presença das mães escravizadas como as amas de leite e as mães pretas, elas já não mais existiam na literatura europeia, porém continuaram a fazer parte da cena brasileira do período assinalado. Neste sentido, ao abrirmos as páginas literárias escritas neste período, seja em Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis e outros, estas imagens continuaram naturalizadas, como apontam as cartografias que seguem.

“**A ESCRAVIDÃO** levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (Assis, 2018, p. 466, grifo do autor). Se a escravidão tinha seus aparelhos e ofícios específicos, a experiência da maternagem também reflete essa condição e as mulheres escravizadas quando se sabiam grávidas fugiam desses aparelhos, porque sabiam que seus filhos passariam pelos mesmos sofrimentos. No fragmento, o escritor Machado de Assis chama a atenção do seu leitor para pensar as experiências já lidas ou ouvidas sobre o processo de escravização e seu aparelhamento social.

Entretanto, para isso toma o tom da anedota, no conto “Pai contra mãe”, no qual opõe o pai (Cândido Neves/Candinho) e a mãe (Arminda), o primeiro, supostamente um ex-escravizado, pobre e que não se sustentava em nenhum trabalho por mais de três meses; ela, escravizada fugida após saber que estava grávida e, no desfecho, capturada e devolvida ao seu dono pelo primeiro. No conto machadiano, Candinho, por causa de dívidas e do desemprego, se vê obrigado a se desfazer do próprio filho, devendo deixá-lo na roda dos enjeitados, porém para a sua surpresa enquanto carrega o filho encontra o anúncio de uma escravizada fugida: “Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido” (Assis, 2018, p. 473).

A nota acima dá conta da escravizada que logo adiante saberemos tratar de Arminda, que foi capturada e levada a seus donos por Candinho, aqui sabemos, o real motivo da sua fuga, quando ela diz ao seu algoz que se encontrava grávida e clama por sua piedade. “- Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço! - Siga! repetiu Cândido Neves. - Me solte! - Não quero demoras; siga!” (Assis, 2018,

p. 474). Neste ponto da narrativa o título do conto se justifica, é a oposição de um pai que não quer perder o seu filho e uma mãe que quer proteger o seu das agruras que os aparelhos e ofícios do processo de escravização impõe aos escravizados. Além disso, revela-se que:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (Davis, 2016, p. 19).

Por outro lado, podemos dizer aqui que por se tratar de uma sociedade patriarcal, machista, racista e sexista há prevalência do poder e da força do masculino ante a imobilidade e silenciamento do feminino, uma vez que a voz de Arminda e sua súplica parecem não ser ouvidas por Candinho, tampouco pela sociedade escravocrata da época. Além disso, a escravizada é culpabilizada pela gravidez, pois na sua condição não deveria conceber filhos, mesmo que não se saiba a situação em que se deu a gravidez da negra, visto ser comum o estupro delas pelos feitores e próprios senhores. Essa culpa atribuída a Arminda pode ser lida em: “Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? Perguntou Cândido Neves” (Assis, 2018, p. 474). Neste sentido, percebeu-se uma dupla culpabilização do feminino, engravidou porque foi irresponsável e pela fuga quando era cativa, ambos os aspectos depõem contra a moralidade esperada para o ser materno.

Por último, notou-se que nem todas as crianças vingam (Assis, 2018) e assim “o fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono” (Assis, 2018, p. 475). Aqui, vimos que Arminda sofre um aborto antes mesmo de ir ao tronco como modelo de punição às escravizadas fugidias. Portanto, a maternidade de Arminda morre para que dê vida e continuidade à paternidade de Candido Neves.

Dando continuidade ao processo de cartografização das maternidades na estética realista/naturalista representada na literatura brasileira nas últimas décadas do século XIX. Para isso, também se leu **O Mulato**, de Aluísio Azevedo, romance originalmente publicado no ano de 1881 e considerado obra inaugural da estética naturalista, mesmo que se note nela alguns traços de forte teor romântico. Por outro lado, este não é o foco da leitura empreendida, ressalta-se que o objetivo da leitura é identificar e discutir estereótipos da maternidade negra na historiografia brasileira.

Na referida obra, o primeiro exemplo de maternidade retrata a mulher branca como sujeito virtuoso, religioso e que quando morre assume características de santidade e de anjo da

guarda dos rebentos deixados, conforme se notou na descrição de dona Mariana, a mãe da protagonista:

[...] uma senhora de Alcântara chamada Mariana muito virtuosa e como a melhor parte das maranhenses extremada em pontos de religião; quando morreu, deixou em legado seis escravos a Nossa Senhora do Carmo. [...] Bem triste foi essa época tanto para o viúvo como para a filha orfanada, coitadinha, justamente quando mais precisava do amparo maternal (Azevedo, 2010, p. 22).

As características da maternidade assumem uma feição positivada e terna, semelhante aquilo que se notou na construção da imagem materna pela cristandade, para qual a mãe é sempre uma mulher pura, sem defeitos, vícios ou quaisquer impeditivos à sua maternidade. Todavia, as mães pretas não carregam essas mesmas marcas, elas são ou estão ausentes da criação dos seus filhos, pois se amas de leite ou mães pretas empenhariam mais cuidados com os filhos dos seus senhores do que com a sua prole. Notamos a ausência de ambas as mães dos protagonistas de **O Mulato**, a mãe de Ana Rosa é ausente porque morreu enquanto a mãe de Raimundo está ausente por imposição do processo escravocrata, ele é filho de uma negra, a Domingas com o seu senhor José da Silva, este, temendo que algum mal fosse feito ao filho pela esposa, leva-o a São Luís e deixa-o aos cuidados do irmão e da cunhada. Essa é a razão pela qual o protagonista masculino e a mãe são separados quando ela ainda tem três anos de idade. Sendo assim, a separação de Domingas e Raimundo se dá por conta dos paradigmas sociais da época, conforme visto em:

Mas, além do peso dos valores dominantes e dos imperativos sociais, delineia-se um outro fator não menos importante na história do comportamento materno. Esse fator é a surda luta dos sexos, que por tanto tempo se traduziu na dominação de um sobre o outro. Nesse conflito entre o homem e a mulher, a criança desempenha um papel essencial. Quem a domina, e a tem do seu lado, pode esperar levar a melhor quando isso convém à sociedade. Enquanto o filho esteve sujeito à autoridade paterna, a mãe teve de se contentar com papéis secundários na casa. Segundo as épocas e as classes sociais, a mulher sofreu essa situação ou aproveitou-se dela para escapar às suas obrigações de mãe e emancipar-se do jugo do marido. (Badinter, 1985, p. 26-27).

O processo de ausência da mãe é muitas vezes sentido por Raimundo quando adulto, embora se note que ele não sabe a sua real história, foi criado em um mundo distante, entre Brasil e Portugal e, neste último, parecia não sentir o peso da diferença étnica, o que somente muito tempo depois do seu retorno a São Luís passa a ser percebido. Por sua vez, compreendeu-se que essa ausência advém em forma de perguntas que repercutem na consciência do protagonista, ele não sabe quem é a sua verdadeira mãe, que olhos, cor da pele

ou gestos ela tinha, o que guarda são memórias vagas da tia Mariana ao falar sobre a sua outra mãe, como lido em:

[...] queria parecer-lhe que a sua verdadeira mãe não era aquela senhora aquela vinha a ser sua tia, porque era a mulher de seu tio Manuel: e até, se lhe não falhava a memória, por mais de uma vez ouvira dela própria falar na outra, na sua verdadeira mãe... 'Mas quem seria a outra? Como se chamava?... Nunca lho disseram!...' (Azevedo, 2010, p. 63).

A narrativa mostra que a maternidade perpassa pelas histórias das personagens de forma incompleta, pois o protagonista vive esse conflito durante toda a sua vida, o desejo de que sua tia em algum momento fosse sua verdadeira mãe, realça a necessidade que todo filho tem de viver sua vida em volta dos laços maternos. O silêncio daqueles que estão a sua volta só alimenta ainda mais a sua vontade de saber tudo sobre aquele que de alguma forma lhe deu a vida. E, são essas inquietações que o faz voltar a Rosário na tentativa de um reencontro com sua história, como narrado pelo autor em:

A preta continuou a rir. Raimundo insistiu no seu interrogatório, mas sem obter resultado algum. A doida o considerava fixamente, como que procurando reconhecer-lhe as feições; de súbito, deu um salto sobre ele, tentando abraçá-lo; o rapaz não tivera tempo de fugir e sentiu-se em contacto com aquele corpo repugnante. Então num assomo nervoso repeliu-a bruscamente. Ela caiu para trás, estalando os ossos contra os tijolos do chão.
Raimundo saiu de carreira para reunir-se a Manuel, porém a idiota alcançou-o, já no cemitério, e arremessou-se de novo contra ele.
— Não me toques! gritava o moço, com raiva, levantando o Chico
Manuel acudiu correndo:
— Não lhe bata, doutor! Não lhe bata, que é doida! Conheço-a!
— Mas, se ela não me quer deixar!... Sai! Sai, diabo! Olha que te
Manuel mostrava-se agoniado e surpreso.
— Já! disse ele, intimidando a louca. Já pra dentro!
A preta retomou-se humildemente.
— Quem é ela? perguntou Raimundo, lá fora, tratando de montar. O senhor disse que a conhecia.
Essa pobre negra... respondeu Manuel hesitante, foi escrava de seu pai. Vamos! (Azevedo, 2010, p. 184).

A dualidade dessa situação se justifica devido as relações existentes entre o tempo e a memória. Raimundo tem suas memórias afetadas pelo tempo que os separaram, por manter uma imagem ideal de como seria sua mãe, não havendo espaço para concebê-la como uma louca, essas são algumas barreiras que o distanciam do seu grande sonho. Por outro lado, temos uma mulher e mãe que mesmo vivendo os espasmos entre o consciente e o inconsciente, a loucura e a realidade, esta não perdeu a imagem nutrida do seu rebento. Havia entre eles um mesmo período de tempo da separação, todavia, para o ser materno é fácil

reconhecer a presença do filho, já para ele não ocorre o mesmo, os três anos de convivência com a mãe não são suficientes para que ele retenha no seu inconsciente a imagem desta.

A outra presença materna negra que vale ressaltar dentro da narrativa azevediana é Mônica, “orçava pelos cinquenta anos; era gorda, sadia e muito asseada; tetas grandes e descaídas dentro do cabeção. Tinha ao pescoço um barbante, com um crucifixo de metal, uma pratinha de 200 réis, uma fava de cumaru, um dente de cão e um pedaço de lacre encastado em ouro” (Azevedo, 2010, p. 88). Em razão das características apresentadas ao leitor e o tempo em que fora publicada a narrativa, percebeu-se que Mônica era também uma mulher escravizada e, mais tarde, o leitor sabe que se trata da ama de leite de Ana Rosa. Além disso, recupera-se outras características da personagem como forma de entendê-la:

Desde que amamentara Ana Rosa, dedicara-lhe um amor maternalmente extremoso, uma dedicação desinteressada e passiva. Iaiá fora sempre o seu ídolo, o seu único “querer bem”, porque os próprios filhos esses lhos arrancaram e venderam para o Sul. Dantes, nunca vinha da fonte, onde passava os dias a lavar, sem lhe trazer frutase borboletas, o que, para a pequenina, constituía o melhor prazer desta vida. Chamava-lhe “sua filha, seu cativoiro” e todas as noites, e todas as manhãs, quando chegava ou quando saía para o trabalho, lançava-lhe a bênção, sempre com estas mesmas palavras: “Deus te faça uma santa! - Deus te ajude! Deus te abençoe!” Se Ana Rosa fazia em casa qualquer diabrura, que desagradasse a mãe-preta, esta a repreendia imediatamente, com autoridade; desde, porém, que a acusação ou a reprimenda partissem de outro, fosse embora do pai ou da avó, punia logo pela menina e voltava-se contra os mais. Havia seis anos que era forra. Manuel dera-lhe acarta a pedido da filha, o que muita gente desaprovou, “terás o pago!...” diziam-lhe. Mas a boa preta deixou-se ficar em casa dos seus senhores e continuou a desvelar-se pela Iaiá melhor que até então, mais cativa do que nunca. (Azevedo, 2010, p. 88).

Observa-se que a personagem, assim como outras amas de leite do período tinham devoção extrema àqueles filhos e filhas dos senhores a quem amamentavam. Desse modo, a história de Mônica se confunde com as histórias de muitas outras mulheres que por força da conjuntura escravagista da época e ainda na literatura da romantização que estas sofriam. Embora a obra inaugure a estética naturalista a qual Roncador (2008) diz que não havia mais nela o servilismo do escravizado, no entanto, a representação de Mônica mostra o contrário, ela tem devoção extremosa, dedicada, desinteressada e passiva. Por outro lado, essa devoção a Ana Rosa tem por motivação a ausência dos filhos naturais que lhes foram arrancados dos braços e vendidos para o Sul. Além disso, observou-se que a carta de alforria dada a ela foi uma imposição de Ana Rosa e não somente em querer de Manuel da Silva, o que demonstra um distanciamento da romantização ao escravagismo imposto às amas de leites e mães pretas oitocentistas.

Uma outra cartografia da maternidade negra do Realismo/Naturalismo pode ser visualizada no conto “A escrava” da maranhense Maria Firmina dos Reis. O conto foi publicado em 1887 e conta por meio de discurso direto e indireto a história de Joana, uma escravizada que tivera seus filhos gêmeos arrancados dos seus braços e vendidos, fato que o leitor vem a saber quando a personagem revela a sua história, no delírio de morte, a uma senhora abolicionista que a acolhera. Também, o leitor sabe da narrativa de vida da personagem, pois ela narra:

Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas eu de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava.

Eram casados e desse matrimônio, nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente à minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas; mas ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a quantia sorrindo — tinha eu cinco anos — e disse: a primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado.

Custou a ir à cidade; quando foi demorou-se algumas semanas, e quando chegou entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe:

— Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler; de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade.

Então furtivamente eu comecei a aprender a ler, com um escravo mulato, e a viver com alguma liberdade.

Isso durou dois anos. Meu pai morreu de repente, e no dia imediato, meu senhor disse a minha mãe:

— Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia.

Minha mãe, surpresa, e confundida, cumpriu a ordem sem articular uma palavra.

Nunca a meu pai passou pela ideia, que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando.

Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus.

Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo. (Reis, 2020. p. 3-5).

Fica evidente que a história de Joana trata da voz de uma mãe que é também filha escravizada, uma vez que seu pai mesmo trabalhando arduamente para livrar a filha do jugo da escravidão, fora enganado pelo senhor com uma folha com palavras sem nexos e sem assinatura. Fato sabido somente após a morte do pai, porque a mãe desconfiara da ordem do senhor de que a menina devia trabalhar, pois já contava com idade de sete anos e ali, a mãe mandou ler aquilo que seria a carta de alforria da menina. O desgosto e a dor de saber que a filha seria escravizada fora tão grande para a mãe que esta acabou por morrer três dias depois, ficando a menina órfã e escravizada. Esse relato exposto na narrativa tem como objetivo situar o leitor dentro de uma realidade que não explicita apenas a situação da personagem, mas que

se encontra presente na vivência de muitas mulheres, fazendo com que se perceba a há uma recorrência nos fatos que determina a incapacidade que Joana tem de viver uma vida melhor que a de sua mãe.

As dores da mãe se assemelham com as dores da filha, o que pode ser observado na luta de Joana para salvar seu filho mais velho Gabriel das mãos dos seus algozes, pois emborativesse suplicado não fora ouvida e tivera seus dois filhos mais novos arrancados de seus braços. Sabendo do sofrimento da mãe Gabriel intercede para que a ela não se aflija, ao passo que é interrompido pela mãe, como visto a seguir:

— Basta, minha mãe, — disse-lhe, vendo esboçados em seu rosto todos os sintomas de uma morte próxima.
 — Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.
 Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos! (Reis, 2020, p. 54).

A reação da mãe diante da violência sofrida pelos filhos, revela comportamentos que para estranhos parecem incompreensíveis, a súplica pela morte, condição única para superar a dor ou mesmo a fragilidade do consciente que a levaria a loucura. Essas características supõem “proteção e afetos maternos intensos, acrescidas a características de provedora da mulher africana e afrodescendente” (Bernardo, 2019. p. 55). Na ótica da autora, embora trate do mito do instinto materno porque não há uma compreensão nítida das atitudes dela, visto que nem toda mulher negra e mãe agiria da mesma forma, por exemplo, a Mônica, personagem de **O Mulato**, sabe que seus filhos foram vendidos, mas não se revolta com o senhor que os vendeu e ainda cuida da filha dele com mais afeto.

No início do século XX, outras cartografias da maternidade negra são encontradas no período pré-modernista, nas obras – **Rei negro**, de Coelho Neto; **Canaã**, de Graça Aranha e **Clara dos Anjos**, de Lima Barreto. Ainda que assinale um período de transição como classifica a historiografia da crítica literária brasileira presente em Bosi (2002), Afrânio Coutinho (2014) e outros, visto haver nessas representações características que são comuns as estéticas do fim do século XIX e as correntes vanguardistas que dominam o cenário das artes nas duas primeiras décadas do século XX. Por essa razão, julgou-se conveniente trazer essas cartografias como meio de perceber as continuidades e rupturas das representações da maternidade negra na cena literária.

Em **Canaã (2017)**, romance originalmente publicado em 1902, o narrador apresenta Maria Perutz, jovem colona e mestiça que fora separada do seu amado - Moritz Kraus –

“Esses amores eram, como em geral, os amores da colônia e deviam acabar por um casamento. Assim esperava Maria. Mas a cúpida ambição dos já então velhos Kraus não permitiu que as coisas seguissem o curso habitual” (Aranha, 2017, p. 138). conforme o excerto fica evidenciado a separação do jovem casal motivada pelo poderio econômico e social, uma vez que para a família o jovem Moritz Kraus deveria casar-se “com Emília Schenker, uma das mais ricas moças do lugar” (Aranha, 2017, p. 138).

Todavia, após a separação do casal, Maria descobriu-se grávida. No final da gravidez, quando trabalhava no cafezal, sentiu as primeiras dores do parto: “as dores inexoráveis prosseguiram amiudadas, e a desgraçada, sem mais esperança, viu chegada a hora da maternidade” (Aranha, 2017, p. 211). Após a chegada das dores do parto, Maria procura, aos poucos, se afastar do cafezal em busca de um abrigo que pudesse lhes dar sombra e amenizar seu sortilégio e fazer vir ao mundo o seu rebento, como se lê em:

Tomada de medo, abandonou o serviço e, afastando-se o mais possível da casa, deixou o cafezal e aventurou-se para o lado do rio, onde era mais deserto. Aí, no terreno inculto e bravio, as únicas árvores que havia eram esparsos cajueiros muito derreados, esgalhando-se pelo chão. Maria sentou-se debaixo duma dessas árvores que naquela época estavam em flor. O aroma forte invadiu-lhe a cabeça. E ela combalida deixou-se pender sobre a terra. No vão das dores, os olhos indiferentes se estendiam sobre o campo e recolhiam a pomposa fosforescência do rio faiscante... (Aranha, 2017, p. 212).

Em meio à solidão do momento vivido pela personagem, esta busca recolhimento longe da casa e do cafezal a fim de ter seu filho sem precisar incomodar ninguém, uma vez que ela não poderia contar com nenhuma ajuda, pois sofreu durante todo o período da gestação, o infortúnio de não ter um marido, condição necessária para a aceitação da gestante. Assim, entre um gemido e outro, nasce o filho de Maria entre os porcos que foram até lá atraídos pelo forte cheiro dos resíduos sangrentos. A cena continua sendo descrita de forma a mostrar o quanto Maria estava preocupada com a presença dos porcos, porém, suas forças já haviam se esvaído a ponto de não conseguir afugentá-los, e tudo que conseguia era “gemer estrebuchando, numa mistura de sofrimento e de gozo, que a estimulava estranhamente...” (Aranha, 2017, p. 213). A mãe, entre alucinações causadas pelas fortes dores, não consegue mover-se para então socorrer seu filho. Enquanto isso, os porcos,

Devoravam tudo, sôfregos, tremendos; sorveram o sangue e na excitação da voracidade arremessaram-se à criança, que às primeiras dentadas soltou um grito forte, despertando a mãe... Quando esta abriu os olhos, deu um salto brusco e pondo-se de pé, lívida, hirta, alucinada, viu o filho aos trambolhões, partilhado pelos porcos, que fugiam pelo campo afora... (Aranha, 2017, p. 213).

Como se não bastasse a perda de seus pais, do seu amado, do seu emprego e de sua dignidade, Maria perde também seu filho, que morre de maneira cruel. Contudo, o que nos chama a atenção na descrição feita pelo narrador, é a força que habita nas mulheres definidas como instinto materno. Pois, ao ouvir o grito da criança, a mãe enche-se de uma força capaz de trazê-la à realidade, para mais uma vez levá-la ao exórdio de seu sofrimento. Por outro lado, o clímax da narrativa acontece quando a filha dos patrões de Maria, que saíra a sua procura e, ao chegar no local, avista espantosa cena apresentada no excerto anterior. A interpretação feita pela jovem – que Maria entregou seu filho propositalmente aos porcos – faz com que Maria seja acusada de cometer crime de infanticídio.

O crime de infanticídio é um tema recorrente na literatura mundial, sendo abordado de diferentes formas e perspectivas. Desde a antiguidade, autores têm explorado o tema, seja como uma forma de denúncia social, seja como uma maneira de compreender a natureza humana. Na literatura contemporânea, o infanticídio é frequentemente tratado como um ato de desespero ou loucura, resultado de uma sociedade opressiva e desigual. A autora Toni Morrison já abordou o tema em sua obra **Amada** (1987), uma narrativa que nos faz refletir sobre a vida, a morte, a maternidade e a responsabilidade individual e coletiva, mas que se distancia da obra de Graça Aranha pelo fato de que a primeira, o crime é real e na segunda não aconteceu, tudo não passou de uma interpretação equivocada dos acontecimentos. O crime de infanticídio, portanto, é um tema que continua a inspirar e desafiar escritores em todo o mundo e nos convida a repensar nossas crenças e valores mais profundos.

Seguindo na perspectiva pré-modernista da literatura brasileira foi cartografado o exemplo de Lúcia enquanto mãe negra na obra **Rei Negro** (2011), de Coelho Neto, escritor maranhense, membro da Academia Brasileira de Letras e um dos principais nomes da literatura realista/naturalista brasileira. No referido romance, Lúcia engravida como consequência do estupro praticado por Julinho, embora já casada com Macambira “belo tipo de raça. Trinta anos sadios, alto, entroncado, ereto como uma coluna, tinha, no porte esbelto, desembaraçado, a elegância viril e airosa de um atleta.” (Coelho Neto, 2011, p. 21).

Nessa obra, vê-se que a maternidade não vem da forma desejada por nenhuma mulher, ela é fruto de uma cultura patriarcalista e escravagista, sistemas em que a mulher é objetificada e/ou coisificada nas mãos e no subconsciente do masculino. Neste sentido, a mãe de Julinho, dona Clara, a exemplo dos escravocratas da época julgava que o filho poderia estuprar todas as mulheres negras as quais ele quisesse, visto que os brancos tinham direito sobre a vida e honra dos escravizados, além disso, o narrador adverte que ela: “não podia

compreender que as negras se revoltassem contra a violação das filhas ou que os negros se sentissem do aviltamento das mulheres que o senhor moço apetecia.” (Coelho Neto, 2011. p. 20). Entretanto, a visão daquele que sofre o estupro difere da visão dos seus senhores e para Lúcia a gravidez pode ser um fardo, uma vez que se sabendo grávida não conhecia a identidade do pai de seu rebento, conforme se lê em:

- antonce, rapariga, é guentá. Qui vai fazê? Ocê não casô? Guenta. Agora é tê cuidado, não fazê maluquice i dexá vi. Fio é Noss’Sinhô qui manda.
- é ... mas a gente sofre.
- uai! – calaram-se. Lúcia pensou em Macambira, logo, porém, lembrou-lhe Julinho, e a figura do senhor moço impôs-se à do negro. E se fosse dele? Podia ser... Balbina escarrou, silvou uma cusparada e, resmungando, levantou-se. Caminhou para a casa arrastando pesadamente os pés inchados. (Coelho Neto, 2011, p. 86).

Nota-se no excerto que a preocupação de Lúcia não é com o se tornar mãe, mas que o filho que espera não seja do seu marido e temia que o estupro sofrido pudesse implicar na separação do casal. Por sua vez para Macambira saber que a esposa poderia estar grávida era ventura suprema, uma benção dos céus, como posto em: “Grávida? Para Macambira era a suprema ventura, para Lúcia a certeza era uma angústia. Desde então, nunca mais teve sossego de espírito, acompanhava aterrada a marcha da gravidez. O ventre crescia, arredondavam-se-lhe os flancos: era como se inchasse.” (Coelho Neto, 2011, p. 91). Consoante posto, percebeu-se que para ela a alegria da maternidade é tornada pavor, medo da descoberta e da acusação de que ela fora leviana, uma mulher fácil e irresponsável que se entregara a seu senhor moço.

Durante toda gravidez o espírito de Lúcia vive em desassossego, pois carregava no subconsciente o peso de que o seu filho era fruto do estupro vivido e não adiantara espancar a barriga ou mesmo o sofrimento dos enjoos e da fraqueza a criança vingou e nasceu forte, já farejando o leite da mãe. Entretanto, nasceu branco e assim se confirmou a suspeita da rapariga, era filho do senhor moço e não de Macambira. Após o nascimento do filho, Lúcia ainda tivera tempo de contar à tia Balbina o segredo que guardava: “- Escuta, tia Balbina, vosmecê está com raiva de mim, eu não tive culpa. Foi nhô Julinho. Vosmecê sabe como eleé. - Olhe... - e descreveu-lhe a cena entrecortadamente, estuando de fadiga, às rajadas de choro”. (Coelho Neto, 2011, p. 110). O leitor é consciente de que Lúcia assim como muitas mulheres não revela a todos a violência sofrida, pois habita em si o medo e a vergonha, visto que ninguém acreditaria na palavra de uma negra em detrimento da do seu senhor. Após o nascimento do filho e da revelação feita a tia Balbina, a rapariga morre deixando o filho, que é prova do crime praticado contra ela.

Uma outra cartografia materna do período pré-modernista está em **Clara dos Anjos**, de Lima Barreto. A maternidade de Clara principia com o afastamento daquele que a engravidara, pois desde o início da narrativa Cassi Jones já se mostrava um sujeito sem responsabilidade ou sem qualquer afeição ao outro e as mulheres, sobretudo as de estrato social mais baixo eram apenas para satisfação das suas necessidades fisiológicas, assim como acontecera com Nair. Neste sentido, o leitor se depara com uma Clara que resente a dor do abandono do amado como posto em:

- Deve ser há algum tempo, minha senhora -- aventou Praxedes, com toda a delicadeza de voz; - porque há bem quinze dias que embarcou para São Paulo, em Cascadura. Eu até me despedi dele... Praxedes saía e Clara, logo que pôde, correu ao quarto para chorar. Estava irremediavelmente perdida; ele a abandonava de vez. Como havia de ser? Como havia de esconder a gravidez, que se ia mostrando aos poucos? Que fariam dela os seus pais? Era atroz o seu destino! (Barreto, 2012, p. 159).

As reflexões da protagonista demonstram o peso da vergonha e o julgamento social que recaía sobre a figura da mulher à época, ela era agora “uma perdida” e não podia mais esconder a gravidez, visto que a barriga crescia, além de pensar também no suicídio, assim não carregaria o peso da vergonha de ter entregado o seu corpo a um qualquer. Diante do abandono, como ato desesperador, ela recorre à dona Margarida para tentar de alguma forma um medicamento abortivo, como notado em:

Pensou em morrer; pensou em se matar; mas, por fim, chorou e rogou a Nossa Senhora que lhe desse coragem. Se pudesse esconder?... - acudiu-lhe repentinamente este pensamento. Se pudesse "desfazê-lo"? Seria um crime, havia perigo de sua vida; mas era bom tentar. Quem lhe ensinaria o remédio? Correu o rol de suas poucas amigas; e só encontrou uma: Dona Margarida. (Barreto, 2012, p. 160).

Os comportamentos da personagem revelam traços de uma sociedade patriarcal capaz de subjugar-la e condená-la, pois todos a veriam como culpada, uma vez que Cassi Jones não usara da força ou mesmo de alguma outra arma (revólver, faca) e isto pode ser visto em: “Engraçado, essas sujeitas! Queixam-se de que abusaram delas... É sempre a mesma cantiga... Por acaso, meu filho as amarra, as amordaça, as ameaça com faca e revólver? Não. A culpa é delas, só delas...” (Barreto, 2012, p. 165). Embora se trate de uma mãe, que a todo custo defende o seu filho, nota-se na fala de Salustiana uma voz polifônica, instituída por si e na estrutura social em que se encontra estabelecida. A mulher, na sua fragilidade física, era também a responsável por não perder a sua virgindade.

Depois de ter contado à dona Margarida sobre a gravidez, ela não satisfaz o desejo de Clara de dar-lhe um abortivo, ao contrário, o seu caráter e idoneidade morais demovem a protagonista da ideia e contam-na para a dona Engracia, mãe de Clara. Exposta a situação, a amiga da família de Clara resolve levá-la para conversar com a família do pai do rebento que a protagonista carregava no ventre, entretanto, ao chegar lá e conversar com dona Salustiana, mais uma vez a jovem grávida é exposta a uma outra situação – o racismo estrutural da sociedade pós-abolicionista, conforme percebido em: “Dona Salustiana ficou lívida; a intervenção da mulatinha a exasperou. Olhou-a cheia de malvadez e indignação, demorando o olhar propositadamente. Por fim, expectorou: - Que é que você diz, sua negra?”. (Barreto, 2012, p. 164).

Consoante visto, no excerto, dona Salustiana deixa-se mover pelas forças do poder opressor, ao ouvir de Clara o desejo de que seu filho viesse tomá-la em casamento, no entanto, essa ideia soa como uma ofensa, principalmente por ser negra, um ser indigno, desmerecedor de qualquer aceitação. Nisto, percebe-se que a recusa da mãe dele ao casamento não encontra razão apenas na diferença social econômica, mas, na cor da pele, porque Clara é uma “mulatinha insolente” que ousa pensar em se casar com um jovem branco, ainda que este não tivesse nenhum préstimo social, mas era branco. Por último, ao ser negada a possibilidade da união entre Clara e Cassi Jones, resta-lhe o lamento e certeza de que não há espaço para as mulheres negras, que mesmo estando dentro de um contexto em que os negros são considerados livres, ainda assim, toda narrativa deixa evidente o quão inferior é a raça negra, o que se pode observar na conversa entre mãe e filha: “[...] - Mamãe! Mamãe! - Que é minha filha? - Nós não somos nada nesta vida” (Barreto, 2012, p. 166).

Na estética modernista as imagens maternas negras são ausentes, não necessariamente por causa da morte, visto que em **O moleque Ricardo** (2005) de José Lins do Rego, a mãe Avelina é um eco na memória pois, ele era visto como um fugitivo das terras do Coronel José Paulino:

Deixara o quarto da mãe Avelina fedendo a mijó por outros. E no entanto, a sua fugida ele calculara. Todos os dias aquele ir e vir de trens, aqueles passageiros de boné na cabeça e guarda-pó, o povo da segunda classe, os que iam a Recife, a Paraíba, a Campina Grande, gente falando de feira, de cidades, de terras que não eram engenho, tudo isto fazia crescer a sua imaginação. Fico? pensando em fugir. Mas a mãe? A tia Galdina? Ele gostava da mãe, da negra Avelina. Puxara nos seus peitos os restos de leite que deixavam de sobra. “Bênção, mãe”, era assim que se levantava de madrugada, e era assim que ia dormir. A fugida ia, porém, crescendo. (Rego, 2005, p. 29).

Para a personagem, a grande preocupação em relação a sua fuga, estaria em saber como ficaria a sua mãe e aquela que para ele era também outra figura materna – tia Galdina, a qual fora a sua ama de leite – assim, nota-se que Ricardo quer sair do Santa Rosa em busca daquilo que pode conquistar, mas se mantém preso às figuras maternas. Por sua vez, o desejo de o protagonista partir é mais forte embora não tenha dinheiro para isso e consiga uma passagem com o condutor do trem que o leva a Recife. Ainda durante a viagem, a mãe, os irmãos, a natureza do Santa Rosa e os banhos nos rios de águas barrentas são memórias carregadas, além disso, persistia o medo de que o homem se arrependesse da oferta dada: “Ricardo tomara o trem do Pilar. O condutor gostou. O medo do moleque era que o homem se arrependesse e não quisesse mais ele. Capaz de nem querer mais e aquele oferecimento ser só de brincadeira.” (Rego, 2005, p. 35). Por sua vez, o medo do protagonista não foi concretizado.

Se para Guimarães Rosa “o sertão era o mundo”, para Ricardo o seu mundo não é o Santa Rosa, ali ele seria sempre o moleque de mando do coronel e dos seus descendentes, nunca teria uma casa ou um quarto que pudesse chamar de seu. Por essa razão, o Recife é um mundo novo que se abre diante dos olhos dele, é um novo começo para as suas ambições de menino negro ainda que nascido forro. Restou a ele a esperança de que um dia pudesse rever mãe e aos irmãos, embora tenha enviado uma carta a ela na qual lhe dava notícias e tratava do seu retorno, o que nunca aconteceu, conforme lido em:

Ricardo se lembrava da Mãe Avelina. Com que alegria ela recebera a carta dizendo que ele ia! Os negros todos da rua se assanharam na certa com a notícia. Ricardo ia chegar calçado de botina e de gravata no pescoço, como o José Ludovina no dia de eleição. Ricardo no Recife não tirava a botina dos pés, mas agora era isto que estava se vendo. Fernando de Noronha esperava por ele. Cercado de água por todos os lados, para o resto da vida. Morreriam por lá. (Rego, 2005, p. 305).

Diante do excerto, verifica-se que a promessa de volta para buscar e melhorar a vida da mãe e dos irmãos não se cumpre. Também aqui, fecha-se o enredo aberto com a notícia da carta: “A CASA INTEIRA recebeu a carta com muita alegria. Ricardo vinha do Recife passar uns dias com eles. Há anos que se fora. Ainda quase menino, sumira-se do engenho sem ninguém saber para onde. Ricardo fugiu.” (Rego, 2005, p. 29). percebeu-se que a ansiedade da carta traz alegria a todos, entretanto, Ricardo não vem, pois fora preso e acusado de participação nas greves dos operários e o governo tendo-o capturado, enviou-o para a prisão em Fernando de Noronha, interrompendo assim o que poderia ser o reencontro feliz de mãe e filho.

Para finalizar o processo cartográfico que analisa a maternidade negra na literatura, chamamos algumas autoras contemporâneas como, Geni Guimarães e a **A cor da ternura**, (1991) Conceição Evaristo e sua obra **Insubmissas lágrimas de mulheres** (2011) e Cristiane Sobral com **Amar antes que amanheça** (2021), quando estas passam a refletir em seus contos, as várias possibilidades de realização das maternidades negras. Nessas obras, podemos perceber uma interrelação entre memória, ficção e realidade que guia o leitor através de um percurso que retrata não somente as dores das mães negras, mas também seus amores, suas subjetividades e contradições, trazendo novos aspectos do fazer literário. Uma das particularidades que deve ser levada em consideração, é a presença da autoria negra feminina, uma vez que todas as obras apresentadas anteriormente, foram em grande maioria escritas por homens, sendo alguns deles branco, o que mostra o silenciamento das mulheres a partir de Maria Firmina dos Reis o que contempla um longo espaço temporal.

A primeira obra contemporânea a ser cartografada é **A cor da ternura** (2022) de Geni Guimarães retoma a temática da discriminação enfrentada pela família da protagonista, também chamada de Geni, por ser pobre e negra, nesse contexto, as personagens não conseguem se identificar como pertencentes dessa sociedade, uma vez que os valores estabelecidos não são capazes de incluir o povo negro. No entanto, a presença da mulher negra revela um processo de resistência e de resiliência capaz de se sobrepôr a todas essas adversidades e conquistar seu espaço.

O conto *Primeiras lembranças*, faz uma retomada memorialista a fim de evidenciar que a problemática racista sempre esteve presente no cotidiano da família. Contudo, o aspecto que nos interessa nesse momento, é observar como a mãe de Geni passa a ser representada por meio da visão da filha. Nessa perspectiva, a primeira imagem que se constrói, é o da mãe negra que é capaz de viver a pretividade⁹ em relação ao cuidado com seus filhos e que existe sim uma forma específica de amar que própria das famílias negras, como se observa a seguir:

Minha mãe sentava-se numa cadeira, tirava o avental e eu ia. Colocava-me entre as pernas, enfiava as mãos no decote do seu vestido, arrancava dele os seus seios e eu mamava em pé.

Ela aproveitava o tempo, catando piolhos da minha cabeça ou trançando-me os cabelos. Conversávamos, às vezes:

- Mãe, a senhora gosta de mim?

- Ué, claro que gosto, filha.

- Que tamanho? – perguntava eu.

Ela então soltava minha cabeça, estendia os braços e respondia sorrindo:

⁹ Segundo Conceição Evaristo (2020), Famílias negras são estigmatizadas de serem desprovidas de afetos e de cuidados. As famílias negras têm suas pretividades (afetividades pretas) e proteção. MATERNAGEM exercida no meio da miséria e no meio da pobreza de forma não passivamente.

- Assim.

Eu voltava ao peito, fechava os olhos e mamava feliz.

Era o tanto certo do amor que eu precisava, porque eu nunca podia imaginar um amor além da extensão dos seus braços. (Guimarães, 2022, p. 9-10).

O excerto acima mostra que as mães negras, quando permitido pelo poder social/cultural, mostram que possuem as condições necessárias para viver sua afetividade materna. Diferente do que se mostrou nas narrativas anteriores à contemporaneidade, elas não só são habilitadas para maternar, como também para transformar a realidade em que estão inseridas. A protagonista é testemunha da existência daquilo que é definido como sendo características do ser mãe, que durante muito tempo foi atribuída especificamente à mulher branca, a ligação entre mãe e filha, o diálogo, a extensão infinita do amor. Por isso, afirma-se que:

O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. (Badinter, 1985, p. 2).

Para a autora, o amor materno está atrelado ao ambiente e ao tempo, pois estes são fatores que passam pela relação de causalidade e são portando, adquiridos. Dessa maneira, pode-se dizer que as mulheres negras, que viveram no período escravocrata e/ou colonial, tiveram seu direito de maternar tolhido pela cultura da branquitude, cabendo-lhes as dores, a ausência dos filhos e infelicidade. Na obra em questão, a ausência dá lugar à presença, pois ao longo da narrativa, a personagem evidência, ao relatar as brincadeiras e os risos que frequentemente aconteciam, que a felicidade é uma qualidade também das famílias negras.

A segunda obra a ser cartografada foi **Insubmissas lágrimas de mulheres** (2011) de Conceição Evaristo, produção marcada pela presença de narrativas fortes, que tratam em seus 13 contos, histórias de mulheres negras que são submetidas aos mais diversos tipos de violências e narradas com um tom de comiseração. A maneira como a autora exhibe seus escritos, chama-nos a atenção e enriquece a pesquisa com suas escrevivências que ultrapassam os limites da realidade e da ficção, fato que justifica a escolha do conto a ser analisado, a saber, *Shirley Paixão*. Uma narrativa que evidencia em primeiro plano a violência de gênero, mas que abre caminhos para explorar o comportamento da mãe diante das relações familiares.

O conto escolhido, discorre sobre o insano ato cometido por Shirley Paixão contra seu então marido. A personagem é uma mulher que vive uma relação tradicional, onde o homem é assume o papel de provedor da família e a esposa, aquela que cuida da casa e das filhas. Ela, mãe de duas meninas e ele, pai de três filhas, o relacionamento do casal segue dentro daquilo que é entendido como sendo normal, “vivíamos bem, as brigas e os desentendimentos que, às vezes, surgiam entre nós eram por questões corriqueiras, como na vida de qualquer casal. Nada demais.” (Evaristo, 2020, p. 27).

No entanto, esse caráter de normalidade se encerra logo após a professora de Seni, filha mais velha do marido de Shirley Paixão, ter chamado mãe adotiva para saber como era a relação dos pais com a adolescente, se estes eram severos com a menina, o que foi prontamente negado por Shirley Paixão que explicou: “o pai implicava muito com ela, mas pouco ou nada exigia. Quando se dirigia à menina era sempre para desvalorizá-la [...]” (Evaristo, 2020, p. 29), a desconfiança da professora suscitou na narradora, questões como, estaria a menina se sentindo culpada pela morte da mãe? Não sabia ao certo o que motivava a conduta de Seni. Diante das incertezas, o ideal de uma esposa seria procurar o esposo e contar o que estava acontecendo, ao fazer isso, o homem teve um acesso de raiva que espalhou medona esposa e na filha, o que nos permitiu atentar para a conduta daquela que mulher que não era a mãe biológica.

Se existem condutas que são próprias do ser mãe, estas certamente não estão atreladas aos traços biológicos, mas que de acordo com Badinter (1985), estes são adquiridos, como podemos ver no discurso da mãe adotiva, “abracei a menina de doze anos. A que eu não tinha parido, mas que eu tinha certeza ser ela também minha filha. Por ela e pelas outras eu morreria ou mataria se preciso fosse. E necessário foi o gesto extremado meu de quase matá-la”. (Evaristo, 2020, p. 30-31). De acordo com a narrativa, a maternidade negra contemporânea passa a ser moldada na condução dos valores expressos, das condutas vividas, Shirley Paixão afirma que a relação dela para com as cinco filhas é alicerçada pela amizade, cumplicidade, confiança e nas semelhanças, características que as tornavam únicas, incapazes de serem identificadas como filhas de mães e pais distintos.

O referido conto segue uma estrutura que nos permite caminhar pelos caminhos das relações de poder estabelecida pela sociedade patriarcal, o de impor a dominação masculina em detrimento da feminina. Na narrativa o homem se incomoda com a cumplicidade entre mães e filhas. Por outro lado, temos a mulher negra que vive essa realidade da subordinação, mas que encontra forças para resistir, como visto em:

(...), o homem retornou à casa e, (...). Então, puxou violentamente Sani da cama (...). Naquela noite, o animal estava tão furioso (...). E avançou sobre Sani, gritando, xingando os maiores impropérios, rasgando suas vestes e expondo à nudez aquele corpo ainda meio-menina, violentado diversas vezes por ele, desde que a mãe dela falecera. (...). Foi quando assisti à cena mais dolorosa da minha vida. Um homem esbravejando, tentando agarrar, possuir, violentar o corpo nu de uma menina, enquanto outras vozes suplicantes, desesperadas, desamparadas, chamavam por socorro. (...) Naquele instante, a vida para mim perdeu o sentido, ou ganhou mais, nem sei. Eu precisava salvar minha filha”. (Evaristo, 2020, p. 28-29).

De acordo com o excerto, a força que essa mãe desconhece se sustenta nas bases do amor materno. A dor de ver a filha sendo violentada por aquele que deveria protegê-la se desdobra em uma mistura de sentimentos que a impede de agir motivada pela razão, a mesma tem suas ações guiadas pelos sentimentos de acordo com Max Weber (2022). Dessa maneira, compreende-se que o amor conquistado é capaz de conduzir não apenas as ações das mães brancas, mas que as mães negras também são dotadas de sentimentos e atitudes que as fazem pertencer ao grupo que durante muito tempo foram impedidas de integrar.

Conceição Evaristo em suas escrituras, faz emergir a presença da mulher negra, abordando suas dores, mas também seus amores. Durante muito tempo a literatura foi usada para legitimar o local de pertencimento da mãe negra, que fora o silêncio e a subalternidade. Desse modo, torna-se evidente que sua ausência no contexto literário, autoriza a voz masculina a falar por elas e mais que isso, a se sobrepor a elas, uma vez que “o silêncio dos marginalizados é coberto por vozes que se sobrepõem a eles, vozes que buscam falar em nome deles, mas também por vezes, é quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes” (Dalcastagnè, 2012, p. 17).

No entanto, as narrativas de Conceição Evaristo têm ocupado esse espaço de exposição das vozes das mulheres e mães negras na literatura brasileira, isso se torna mais consistente, por ser ela, a própria mulher negra e marginalizada, ou seja, uma autoridade nesse contexto. São discursos de intelectuais como os delas que contribuem para a desconstrução dos estereótipos das mulheres negras, como visto em, *Pode o subalternofalar?*, texto de Gayatri Spivak (2010), quando esta reconhece que há uma cumplicidade com o desenvolvimento do trabalho intelectual e que este, cria espaços de autorrepresentação e de questionamentos sobre o próprio lugar de onde surge a teorização.

A última obra a ser analisada nessa cartografia é **Amar antes que amanheça** (2021) de Cristiane Sobral, uma coletânea de contos em traz a temática do amor como essa força motriz que envolve os seres humanos e que mesmo em face de tanta violência e negligência para com as mulheres negras, é preciso amar e amar antes que amanheça. O conto escolhido

para nossa análise, foi *Daforim: ebó para os ventres adoecidos*, o texto nos convida a pensar um outro modelo de mãe, a saber, a mãe negra ausente ou que talvez não tenha tido a possibilidade e exercer a sua maternidade. Assim, por meio das súplicas de uma filha, o enredo se torna envolvente conduzindo o leitor por caminhos opostos, em alguns momentos se faz presente as mudanças na maternagem negra, em outros parece estar preso às construções maternas de séculos passados.

A narrativa se constitui em tom dramático, por meio da personagem mulher, que deve escrever uma carta em papel preto e letras vermelhas. Daforim, a protagonista, fazendo uso das suas cartas, desloca a representação das mães negras e suas possíveis maternidades, a biológica, a solo, a adotiva e a morta. As marcas simbólicas narradas por Daforim se sustentam na ausência da mãe, o que efetivamente se traduz em incertezas, “eu sou Daforim, uma filha que nunca soube da mãe, cujas representações das mães imaginárias possíveis foram fornecidas pela coletividade que, na maioria das vezes, demoniza a figura da mulher que abandona os próprios filhos” (Sobral, 2021, p. 37). Diante da indagação da personagem, percebe-se como as representações dessas mães são estereotipadas e sustentada ao longo do tempo, através do discurso estabelecido e reproduzido pela coletividade de forma que essas mães sejam vistas como algo ruim, e que o fato de não estarem presentes, subentende-se que estas abandonaram seus filhos. Assim sendo, a ausência da mãe desenvolve em Daforim uma subjetividade indecifrável tanto no saber o que aconteceu com sua mãe, quanto na definição de quem é a personagem afinal, como se observa no trecho abaixo,

- Quem sou eu? Tô fazendo o que aqui? Nunca me decifrei e sempre fui devorada. Cadê minha mãe? Tá viva ou tá morta? Nunca te vi, mãe, não tenho o seu nome, nem sobrenome, foto, nenhuma informação. Se você é branca ou negra, indígena, oriental, também não sei. Não sei como você era, mas minha negritude é inegável. No país das aparências, é o tipo da coisa que não deixa dúvida quando me olho no espelho. (Sobral, 2021, p. 37).

A autora, ao construir esse monólogo suscita várias questões acerca da maternidade negra como: a mãe passa a ser sinônimo de segurança para os filhos, ajuda na construção de suas identidades, é definidora do pertencimento a determinada raça. Quando não há a possibilidade de exercer a maternagem, acaba por deixar um espaço vazio e que por mais que digam que não, os filhos abandonados jamais conseguirão sentir-se completos. Contudo, a ideia de que maternidade é destino, também passa a ser questionada pela protagonista do conto, “Maternidade não deveria ser destino. Desde quando mulheres negras têm liberdade e gerencia de corpo? A solidão da mulher negra muitas vezes não inclui o êxito nos afetos e a

possibilidade de maternar os próprios filhos. Nem de cuidar das próprias crianças interiores. (Sobral, 2021, p. 38).

Em conformidade com a personagem encontra-se o pensamento de Lélia Gonzalez (2020), ao afirmar que não é possível pensar a liberdade quando se é mulher negra e que tudo isso se legitimou pelo fato de o negro ser passivo e que a mãe preta representa esse modelo de aceitação. Porém, cabe aqui destacar que estes não tiveram escolhas, uma vez que essas mães foram obrigadas a cuidar dos filhos dos seus senhores enquanto os seus erram arrancados para evitar que estas dedicassem o mínimo possível do seu tempo e do seu cuidar. Diante disso, Daforim remete à literatura brasileira, a responsabilidade de reprodução dessas concepções e afirma que a maternidade ultrapassa os limites do paradoxo cristão que se define na relação entre o bem e o mal.

Outra observação feita no texto, diz respeito à presença (ausência) do pai, ao querer saber quem é seu pai, ou o que aconteceu, destaca-se que nesse viés, a mulher sempre será culpabilizada por tudo, o que caminha de forma contrária com o pensamento cristão respeito da família, “a mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos” (Badinter, 1985, p. 30). Em seguida, abordagem é feita na representação da mãe adotiva, por se considerar uma outra possibilidade de maternar e que encontra um percurso carregado de dificuldades no que diz respeito à adoção no Brasil, condição que tem registrado a presença de todas as formas de violências e que todos esses infortúnios podem acabar na morte dessa mãe. De acordo com Sobral (2021), as questões maternas são em sua maioria complicadas de se entender o que acontece com elas,

Eu ainda não entendia a importância de uma mãe. Não entendia muita coisa do mundo das mães. Vale a pena a pergunta? Morreu de quê? Já ouvi dizer por aí que mulheres morrem de cansaço, de falta e afeto, de tristeza, de tanto carregar masculinidades adoecidas sem solução? Mamãe sucumbiu de todos esses trágicos acontecimentos (Sobral, 2021, p. 39-40).

A autora toca na maior de todas as feridas vividas pelas mulheres negras no tocante ao exercício da maternidade, o adoecimento físico, mental e espiritual que segundo ela é causado pela violência da branquitude que escraviza essas mães, que tomam posse de seus corpos e os impedem de prover outros corpos. Toda essa estrutura patriarcal exerce um poder opressor capaz de controlar até mesmo os sentimentos das mães negras que acabam por desembocar na solidão, a única companheira dessas mulheres e culmina na morte muitas vezes precoce.

A partir da análise dos textos literários, ancorada na cartografia cronológica, foi possível identificar que as identidades das mães negras foram representadas de diferentes

formas. Pois podemos observar que os textos escritos nos séculos XIX, XX e XXI continuam representando a mulheres e mães negras como seres incapazes de dominar seus corpos, passando a legitimar a imagem da mãe preta, tanto nos séculos passados como na atualidade. A simbologia da representação realça o pejorativo ou subalterno, são mulheres vistas como seres não humanizados. Assim sendo, por mais que se busque expandir um discurso que contesta essas representações tão redutoras, a compreensão que se tem dessa realidade, é que o avanço tem sido mínimo, entretanto, é preciso dar continuidade à produção que valoriza a mãe negra como forma de combater a estratégia repetitiva da estereotipia de gênero e raça utilizada pela literatura brasileira.

2.2 Cartografias das maternidades na literatura nigeriana

A experiência de ser mãe na África, desde o início até a contemporaneidade, é diversificada e moldada por uma variedade de fatores, incluindo contexto histórico, cultural, social e econômico. Vale ressaltar que a África é um continente vasto, composto por muitos países com culturas e tradições distintas, portanto, as experiências das mães africanas podem variar significativamente de uma região para outra.

Nas sociedades africanas antigas, as mulheres muitas vezes desempenhavam papéis centrais nas famílias e comunidades. A maternidade era valorizada e celebrada, e as mulheres geralmente eram responsáveis pela transmissão de conhecimentos culturais e habilidades para as gerações futuras. Muitas culturas africanas possuem rituais e cerimônias associados à maternidade, como ritos de passagem durante a gravidez e o parto. Esses rituais variavam, mas frequentemente enfatizavam a importância da comunidade e da conexão com a ancestralidade, por exemplo, a preservação do *chi*¹⁰.

Durante o período colonial, as práticas e crenças tradicionais foram muitas vezes subjugadas pelos colonizadores europeus e deram lugar às inovações e inserção dos costumes eurocentrados. Isso influenciou as dinâmicas familiares e a percepção da maternidade, introduzindo, em alguns casos, valores e normas ocidentais, por exemplo, a imagem da

¹⁰ Na cultura nigeriana, os ibos acreditam que cada pessoa tem o seu assistente espiritual pessoal chamado Chi, nomeados para eles antes e no momento de seu nascimento e permanece com eles para o resto da vida na Terra. O Chi é a personificação do destino desse indivíduo, que é creditado pelos sucessos, infortúnios e fracassos da vida de um indivíduo. Os ibos acreditam que seu sucesso na vida é determinado por seu Chi, e que nenhum homem pode superar a grandeza de seu próprio Chi. Chi (o guardião divino), a providência pessoal é um agente divino atribuídos a cada ser humano do nascer ao morrer.

mulher cuidadora, protetora, uma alegoria da mãe de Cristo. O colonialismo também trouxe desafios socioeconômicos, como a exploração de recursos e a introdução de sistemas econômicos que afetaram as condições de vida das comunidades africanas. Ressalta-se que com o surgimento dos movimentos de independência, muitas nações africanas buscaram recuperar e preservar suas identidades culturais e isso também teve impacto na percepção da maternidade, porque favoreceu um renascimento de práticas e valores tradicionais.

O aumento da urbanização e das mudanças sociais trouxeram novos desafios e oportunidades para as mães africanas entre os quais – o estudar, o trabalhar fora do ambiente doméstico para aquelas que imigraram e foram para a Europa ou mesmo para cidades já corrompidas pelo eurocentrismo. A transição para ambientes urbanos frequentemente implicava em diferentes estruturas familiares e papéis de gênero, posto que até o homem poderia trabalhar em atividades consideradas típicas do feminino, como é o caso de Nnaife, segundo esposo de Nnu Ego, em **As alegrias da maternidade** (2018). Atualmente, as experiências de ser mãe na África são altamente diversas. Em áreas urbanas, as mulheres podem enfrentar desafios como conciliar carreira e maternidade, enquanto em áreas rurais, as práticas tradicionais ainda podem ser prevalentes.

Muitos países africanos têm feito progressos significativos em termos de acesso à educação e serviços de saúde materno-infantil. No entanto, disparidades persistem entre áreas urbanas e rurais. Os desafios socioeconômicos, como pobreza e instabilidade política em algumas regiões, ainda afetam a vida das mães e suas famílias. Em várias nações africanas, as mulheres têm se envolvido cada vez mais na política, advogando por questões relacionadas à maternidade, saúde e educação. Em resumo, ser mãe na África envolve uma complexidade de experiências moldadas por fatores históricos, culturais, econômicos e sociais. À medida que a África continua a se desenvolver e evoluir, as experiências das mães refletirão as mudanças dinâmicas em curso na sociedade africana contemporânea.

Na literatura nigeriana, diversas escritoras abordaram a maternidade em suas obras, explorando as complexidades e desafios associados a esse tema. Essas obras oferecem múltiplas perspectivas sobre a maternidade no contexto local, explorando questões culturais, sociais e individuais relacionadas ao papel das mulheres como mães. Posto isso, foi traçado um conjunto de cartografias que exploram e apresentam a produção literária nigeriana por dentro, permitindo que os autores nigerianos possam falar por si, uma vez que para comparar dois sistemas literários precisa-se estabelecer um caminho igual. Assim, o método comparativo usado neste capítulo teve a pretensão de comparar as cartografias da maternidade

no Brasil e na Nigéria, entretanto, como tratamos da literatura brasileira no tópico anterior, neste, tratamos apenas da literatura nigeriana.

Muitos autores desde a tradição oral contaram sobre a relação e os cuidados das mães com os seus filhos, inclusive na busca por orientar às novos em como cuidar dos seus rebentos e preservar os costumes da ancestralidade, ora também para discutir a infertilidade feminina enquanto um castigo das divindades. Entretanto, a leitura das narrativas as quais serão descritas na sequência reforçam que a infertilidade não é um fardo apenas para a mulher, porque ela pode ser um problema da saúde do homem, somente não é aceito por força da hegemonia patriarcal existente nessa sociedade. Por outro lado, deve-se considerar também que essa disputa pode ter como referente as práticas da escritura literária no continente africano, consoante lido no fragmento seguinte.

In characterizing African literature, critics have ignored gender as a social and analytic category. Such characterizations operate to exclude women's literary expression as part of African literature. Hence what they define is the male literary tradition. When African literary discourse is considered from the perspective of gender, it becomes evident that dialogic interaction between men's and women's writing is one of the defining features of the contemporary African literary tradition. Such a redefinition has important implications for both critical and pedagogical practices. What it indicates is that neither men's nor women's writing can be fully appreciated in isolation from the other¹¹. (Stratton, 2002, p. 01).

Embora os críticos africanos tentem ignorar as disputas e o apagamento das escrituras de mulheres, não reconhecendo que a noção de gênero é uma construção social como já apresentada pela filósofa francesa Simone de Beauvoir e por ser parte de um sistema cultural anterior a eles. Esse silenciamento imposto a elas como parte dos processos culturais aparece como uma marca identitária da produção literária, sobretudo, nas obras escritas por mulheres, não somente Chimamanda Ngozi Adiche ou Buchi Emechetta, que é objeto de estudo nesta dissertação. Cabe ressaltar que a intenção do tópico ora escrito não quer essa discussão, porque nele se assume que tanto o masculino quanto o feminino podem escrever sobre as maternidades, o estudo também assume a perspectiva da imbricação dos gêneros.

¹¹ Ao caracterizar a literatura africana, os críticos ignoraram o gênero como uma categoria social e analítica. Tais caracterizações funcionam no sentido de excluir a expressão literária das mulheres como parte da literatura africana. Portanto, o que eles definem é a tradição literária masculina. Quando o discurso literário africano é considerado a partir da perspectiva do gênero, torna-se evidente que a interação dialógica entre a escrita de homens e mulheres é uma das características definidoras da tradição literária africana contemporânea. Tal redefinição tem implicações importantes tanto para as práticas críticas como para as práticas pedagógicas. O que isso indica é que nem a escrita dos homens nem a das mulheres podem ser plenamente apreciadas isoladamente uma da outra.

A primeira obra a ser analisada é **Efuru** (1966), romance escrito por Florence Nwanzuruahu Nkiru Nwapa, (1931-1993), ou tão somente Flora Nwapa, uma das primeiras romancistas nigerianas e a primeira mulher africana a publicar um livro em inglês. Ficou conhecida como a “a matriarca das obras femininas em África” que se dedicou a contar a história de mulheres de sucesso e independentes, seguindo em uma via contrária de outros escritores que sempre trouxeram a representação das mulheres que se dedicavam e ficavam confinadas no lar, vistas como submissas e dóceis.

Acrescenta-se ainda que a escritura da romancista assume um papel combativo, de resistência à invisibilidade da luta das mulheres nigerianas, ela as retira das margens, das periferias e as torna protagonistas da sua existência, de um mundo em transformação. Dito isto, declara-se: “Se na escrita de Chinua Achebe o mundo igbo se despedaça, em Flora são as mulheres que reúnem cada um desses pedaços para re(existir) nesse outro mundo que se forma, sob as bênçãos de Uhamiri” (Nwapa, 2023, p. 12). Em se tratando de **Efuru**, a narrativa conta a história de uma mulher que enfrenta desafios em busca da felicidade, amor e maternidade, inclusive temas culturais e sociais relacionados à maternidade e de gênero na Nigéria, consoante se lê no excerto seguinte.

Efuru e seu marido negociavam e vendiam inhames. Eles remavam de sua cidade até um afluente do Grande Rio e daí para Agbor. Lá, eles compravam inhames e outras coisas raras em sua cidade e as vendiam com lucro. Quando o comércio de inhame era ruim, eles vendiam peixe seco e lagostim. Foi com lagostim que fizeram fortuna (Nwapa, 2023, p. 30).

Fica evidenciado, no fragmento, que a mulher tem a sua função demarcada na divisão social do trabalho, Efuru ajudava o marido nos negócios, a remar até a cidade, na compra e venda de inhames, inclusive para ganhar outros rendimentos e ainda, na mudança de produtos, quando a produção ou tempo não era propício a determinada cultura. Por essa razão, ressalta-se que ainda trata da educação das mulheres, posto que Efuru sabe negociar, vender e também poupar para que mais tarde transformem a sua condição de vida, assim, ela fratura “The argument that education debilitates women by socializing them into an acceptance of western gender norms¹²” (Stratton, 2002, p. 88). Entende-se ainda que esse argumento só pode ser fragmentado porque trata da escrita de uma mulher, pois se fosse na escrita de Chinua Achebe ou de um outro homem nigeriano, uma vez que “not only does the male inner voice fail to

¹² “O argumento de que a educação debilita as mulheres ao socializá-las para uma aceitação das normas sociais de gênero” (Stratton, 2002, p. 88).

question the harsh injustice done to women, the female inner voice is utterly mute¹³.” (Stratton, 2002, p. 34).

O romance tem por espaço a comunidade Igbo, na Nigéria, antes da colonização britânica, explorando a cultura, crenças e tradições do povo Igbo. O romance é composto por personagens marcantes como, Efuru, a protagonista, uma mulher forte e independente que desafia as expectativas tradicionais das mulheres em sua comunidade; Adizua, o primeiro marido de Efuru, um homem pobre, não sabia negociar e visto como traidor; Ossai de Ajanupu e a primeira sogra de Efuru, uma mulher bondosa e sofrida que fora abandonada pelo marido. Ajanupu é uma personagem com destaque e está sempre perto de Efuru, sobretudo, conhece todos os ritos e valores da cultura igbo. Entre esses valores está o culto à Uhamiri, a deusa do lago, sempre adorada por seu povo é símbolo da feminilidade; Gilbert segundo marido de Efuru, descrito como educado, moderno, fora amigo de infância de Efuru, sábio nos negócios; Ogea, foi dada por sua mãe a Efuru como empréstimo. Para isso, logo, no início do romance temos:

Eles se viam com bastante frequência e depois de quinze dias de cortejo, ela concordou em se casar com ele. Mas o homem não tinha dinheiro para o dote. Apenas algumas libras para ir pro campo e das quais não podia se desfazer. Quando a mulher viu que ele não podia pagar nada, disse para não se preocupar. Eles iriam se declarar marido e mulher e pronto.

Efuru era seu nome. Uma mulher extraordinária. Não só porque vinha de uma família distinta. Ela se distinguia por si só. Seu marido não era conhecido e as pessoas se perguntavam por que ela se casara com ele.

Foi depois do Festival em que rapazes e moças procuravam esposas e maridos que Efuru conheceu Adizua. Adizua a pediu em casamento e ela aceitou.

Numa noite de luar, eles tiveram um encontro. Falaram de várias coisas, de sua vida e de sua felicidade. Efuru disse que se afogaria no lago se ele não se casasse com ela. Adizua disse que a amava muito e que até a poeira que ela pisava era importante para ele (Nwapa, 2023, p. 13).

Efuru cresceu em uma comunidade Igbo e se destaca desde jovem por sua beleza, inteligência e coragem, casa-se com Adizua, um homem que parecia respeitável, porém, aos poucos o leitor consegue perceber assim como os vizinhos se tratar de um homem preguiçoso, um fracasso ao ideal de masculinidade africano. Ele não conseguiu pagar o dote, ela pagou mesmo depois de um ano de unida ao marido; o casal enfrenta desafios quando ela não consegue conceber filhos, inclusive se torna alvo do comentário dos vizinhos: “Os vizinhos falavam, como era de se esperar. Eles não viam razão pela qual Adizua não deveria se casar

¹³ “[...] não só a voz interior masculina falha em questionar a dura injustiça cometida às mulheres, como a voz interior feminina é totalmente muda.” (Stratton, 2002, p. 34).

com outra mulher, pois, segundo eles, dois homens não moram juntos. Para eles, Efuru era um homem, pois não podia reproduzir”. (Nwapa, 2023, p. 34). Somente depois de inúmeras as tentativas, rituais – adoração à deusa do rio – e desejos ela engravida, mas a filha morre anos depois, gerando um conjunto de acusações como o não saber cuidar dos filhos. Além disso, Efuru prospera como uma empresária independente e enfrenta várias tragédias, incluindo a perda de sua filha e a luta contra crenças supersticiosas.

A representação da maternidade na obra de Nwapa, segue os padrões culturais imaginados pelos ancestrais, as mulheres precisavam gerar e criar seus filhos para se tornarem seres dignos. Por sua vez, o morrer dos filhos significa que a mãe não soube cumprir com a sua tarefa de cuidar, assim, a morte precoce da filha de Efuru, faz com que a mãe perca a vontade de viver, “— Ajanupu, minha filha me matou. Ogonim me matou. Minha única filha me matou. Por que eu deveria viver? Eu deveria estar morta também ao lado da minha filha. Oh, meu Chi, por que você fez isso comigo?” (Nwapa, 2023, p. 94). Desse modo, entendeu-se o lamento da mãe que perde sua filha, a invocação dos deuses e dos ancestrais ampliam o sofrimento desta, porque ela atribui a eles como se um castigo fosse imputado por conta de as mulheres terem se tornado símbolos da “resistance to colonial domination”¹⁴ (Stratton, 2002, p. 63).

O mesmo sofrimento de Efuru foi imposto antes a Ajanupu, que também é uma mulher-símbolo da resistência ao colonialismo, Ajanupu, tivera oito filhos mas não conseguiu criá-los, pois todos morriam ainda na infância. Assim, fica evidenciado que o não êxito das maternidades de Ajanupu e Efuru não é apenas uma mera coincidência, mas uma forma de desacreditar da força das mulheres, posto que elas deveriam cuidar dos seus afazeres no espaço privado, a casa, o cuidado com a família e não participar das lutas políticas contra o colonialismo. Sendo assim, a escrita feminina de Flora Nwapa inscreve-se como aquela que seinsubordina e perturba a ordem patriarcal, uma que acredita na potencialidade das vozes femininas ao construir mulheres como Ajanupu e Efuru.

Acrescenta-se que Efuru desafia os papéis tradicionais de gênero ao buscar independência financeira e se recusar a submissão às expectativas patriarcais, assim como visto nas narrativas negras escritas por afrodescendentes, salvo as diferenciações entre a escrita maculina e feminina. O romance de Flora Nwapa aborda a influência da superstição e da tradição na vida da comunidade com ênfase em como essas crenças moldam as escolhas e destinos das pessoas. Também, a questão da infertilidade de Efuru é um elemento central,

¹⁴ “resistência à dominação colonial” (Stratton, 2002, p. 63).

uma vez que explora como a sociedade encara as mulheres que não conseguem conceber filhos, além de reforçar estereótipos da divisão sexual do trabalho, pois ela pensa por si própria, suas decisões são tomadas pensando no seu bem estar e se destaca no plano econômico. Por isso, relacionando o contexto das mulheres de Igbo às afro-americanas pode ser dito que:

As ideias sobre a maternidade negra oriundas das comunidades afro-americanas eram consideravelmente diferentes. Historicamente, o conceito de maternidade é central nas filosofias dos afrodescendentes. Em muitas comunidades afro-americanas a exaltação em torno da maternidade negra era tanta que “a ideia de que as mães deveriam viver uma vida de sacrifícios se tornou a norma”. Dada essa importância histórica, muitos pensadores afro-americanos tendem a glorificar a maternidade negra. Negam-se a reconhecer os problemas enfrentados pelas mães negras, que retornam “às tarefas frequentemente ingratas de suas próprias solidões, de suas próprias famílias”. Essa glorificação da mãe se evidencia principalmente na obra de homens estadunidenses, que elogiam com frequência as mães negras, em especial as suas próprias. Contudo, ao afirmar que as mães negras são ricamente dotadas de devoção, autossacrifício e amor incondicional – atributos associados à maternidade arquetípica –, os homens negros estadunidenses inadvertidamente fomentam uma imagem diferente das mulheres negras, ainda que pareça positiva. (Collins, 2019, p. 292-293).

Mediante o excerto, fica evidenciado que a escrita feminina contraria as perspectivas do masculino quando escreve sobre a maternidade das mães negras não somente em África, mas também fora desse continente. Neste sentido, a narrativa de Nwapa (2023) culmina em uma reviravolta dramática na vida de Efuru, inclusive suscita questões sobre destino, sacrifício e o papel da mulher na sociedade, além de destacar a força e a resiliência das mulheres ao mesmo tempo em que critica as limitações impostas pela sociedade tradicional. Por essa razão, a obra pode ser considerada uma contribuição significativa para a literatura nigeriana assim como para a literatura universal, sobretudo porque expressa valores universais das mulheres e do mito do amor materno.

Seguindo a análise cartográfica, temos a obra **Basta um**, de Flora Nwapa publicada originalmente em 1981 e traduzido em para a língua portuguesa em 2023.. Trata-se de uma narrativa ambientada na Nigéria, no ano de 1970, nas cidades de Onitsha e Lagos, em meio ao golpe Civil de Biafra em 1966. A autora arquiteta uma alegoria de personagens que passam a desafiar as tradições que consideravam injustas, e passa a mostra por meio destas, que suas identidades sexuais são provadas pela estética e pela fisiologia feminina. Com efeito, a personagem, Amaka, protagonista da narrativa, tornou-se a representação da mulher que vive em busca de independência financeira e amorosa, e que procurou subsistir o amor e sobretudo a maternidade segundo as suas próprias intenções e desejos

O romance inicia com uma conversa entre Amaka e sua sogra, o teor gira em torno da infertilidade de Amaka e sobre uma suposta gravidez da protagonista, que implora o perdão da sogra, para que ela pudesse seguir com seu casamento em paz. Um traço marcante na narrativa é centrado na sogra de Amaka, que conseguiu colocar o filho contra a nora, devido ao fato de ela não conseguir engravidar e lhe conceder a maior herança que um homem deveria ter, um filho. No contexto nigeriano, a função da esposa no casamento é a procriação, essa marca identitária encontra correspondência em *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos os homens*, no qual se sustenta que: “No casamento, a esposa devia ter filhos; de modo mais específico, filhos meninos. A esterilidade, interpretada como fracasso em não ter filhos meninos, era uma desgraça para ela e causa para divórcio.” (Lerner, 2019, p. 215). Desse modo, compreendeu-se que a sogra assume uma função social necessária para a manutenção da estrutura de opressão, sua imagem representa a personificação das relações de poder, seu discurso sobre a infertilidade é na prática, o discurso falocêntrico a respeito da função social da mulher.

Os relacionamentos de Amaka, anteriores ao casamento, foram fundamentais para a formação identitária da protagonista. Obi, foi o primeiro namorado dela, porém a deixou para casar-se com outra; Isaac, foi o que lhe mostrou como ter prazer no sexo, Amaka ansiava para que ele a pedisse em casamento, mas não aconteceu e; Bob, um playboy, que ousou pedi-la em casamento, mas ela não aceitou por orientação de sua tia. Neste cenário, cabe destacar que o pertinente é a presença da personagem Isaac na narrativa, por meio dele, a narradora convoca o leitor para pensar a respeito da paixão e do prazer através do sexo, situações que o contrato social vigente impedia as mulheres de vivê-los, como subscrito no excerto a seguir

Então surgiu seu amado; Isaac era seu nome. Isaac fez com que Amaka soubesse o que significava estar apaixonada. Isaac a ensinou a desfrutar do sexo. Até conhecê-lo, acreditava que sexo era algo que um homem e uma mulher faziam para ter filhos. A parte prazerosa era desconhecida para ela.

Isaac, por sua vez, ficou surpreso com a inocência e a ignorância de Amaka. As perguntas que ela fazia o intrigavam. Eram perguntas inocentes de alguém de dezesseis anos. O que mais intrigou Isaac, porém, foi que Amaka estava genuinamente ávida por aprender. Na cama, eles ficavam em êxtase, nos céus. Os dois conversavam muito, eram capazes de se comunicar com o corpo e a alma. Ambos desfrutavam da vida sexual, assim como das conversas que mantinham. (Nwapa, 2023, p. 18-19).

A protagonista, assim como a maioria das mulheres desse grupo social, acreditava que as relações sexuais eram exclusivas para a procriação, preceito religioso, e que se sentissem prazer, passariam a serem vistas como culpadas. Diante desta realidade, Collins (2019)

reverbera sobre a existência de um projeto de regulação da sexualidade das mulheres negras que se justifica por meio da opressão de gênero, que passou as mulheres em duas categorias, “as honestas e assexuais, protegidas pelo casamento, e seu oposto, as imorais e sexuais” (2019, p. 232), arquétipos esses vistos nos pensamentos de Isaac, ao observar a ingenuidade de Amaka. Ao longo da narrativa, Amaka passa por diferentes julgamentos, acerca do seu corpo, do ser mulher e principalmente por ser estéril, categorias essas que são “bandeiras de luta” das feministas africanas.

A cada relacionamento vivido pela protagonista, encontra-se uma oportunidade de ressignificar o papel das mulheres nigerianas, visto envolver vozes que chamam para a reflexão acerca de uma agenda do feminismo negro na Nigéria e, por conseguinte, na África. Salienta-se que as relações coexistentes entre Amaka e Obiara, seu primeiro esposo, estabelece mais uma vez o quanto a generificação se faz presente em todas as esferas sociais. Obiara, inicialmente, mostrou-se um homem amoroso, comportamento necessário para poder conquistar o respeito da mulher, entretanto, tem sua personalidade transformada por influência de sua mãe. Ele, homem trabalhador, porém, ganhava menos que sua esposa; ela, por ter uma condição financeira melhor que o marido, acreditava que deveria sustê-lo de tudo, em virtude de sua incapacidade de dar-lhe um filho.

No contexto geral, por mais que Amaka tenha sido posta como uma mulher comum, ela desafiava a sociedade tradicional em busca de sua emancipação, ela carrega consigo, na mesma proporção, a certeza de estas mulheres se encontravam presas às ideias da submissão do poder masculino. Nesta perspectiva, ressalta-se que, “o pensamento patriarcal é construído de tal modo em nossos processos mentais, que não podemos excluí-los senão tomarmos consciência dele, o que significa um grande esforço.” (Lerner, 2019, p. 65). Nesta senda, percebeu-se a preocupação da autora na busca incessante do despertar essa consciência, principalmente das mulheres, através de seus textos, sem desconsiderar a conjuntura prisional do sistema androcêntrico do qual elas fazem parte.

A centralidade da protagonista incorporada a essas conexões matrimoniais e, em constantes transformações sociais, expressa as experiências das relações abusivas, ora vistas como normais para os defensores do sistema patriarcal. Historicamente, nas sociedades patriarcais, a mulher sempre fora silenciada, seus direitos foram transferidos para os homens, e a estes, cabia-lhes também executar a mulher para corrigi-la, uma vez que elas não deveriam, de modo algum, levantar a voz ou discordar de uma ação feita ou pretendida pelo seu homem, consoante notado no fragmento seguinte.

Foi no segundo ano de casamento. O fogo da paixão ainda queimava. Amaka não conseguia se lembrar exatamente do que causou a surra. Houve uma discussão, ela se recusou a ceder porque estava certa do que dizia. E ele se recusou a ceder porque era seu marido e, em virtude disso, estava certo. “Você não deveria discutir com o seu marido.” Uma mulher que tentava ganhar uma discussão do marido era “uma Maria João Amaka não deu o braço a torcer. Conseguia ser teimosa, por isso continuou. Então, para acabar com toda a discussão, para que sua esposa não o dominasse, ele usou a força bruta. Ele a espancou tão impiedosamente que Amaka pensou que iria matá-la. (Nwapa, 2023, p. 41)

Embora o poder de correção da mulher fosse outorgado ao homem, a narrativa sustenta que as mulheres que não aceitavam esse ultraje aos seus corpos passaram a contrariar, resistir, inclusive, batendo neles: “De repente, sem que esperasse, a porta foi aberta. Amaka se esquivou quando o marido a atacou com as mãos. Ela então se levantou rapidamente e deu um forte golpe no peito dele com o martelo. Obiora simplesmente se espatifou no chão do banheiro, sem nem conseguir gritar.” (Nwapa, 2023, p. 44). A reação da protagonista não trata apenas da revolta com o marido por causa das agressões praticadas contra ela, mas é uma resposta ao domínio do colonizador, aqui, há uma ruptura das matrizes de poder colonial (Quijano, 2005), sobretudo dessa matriz de poder sobre o corpo feminino pelo masculino.

A resistência de Amaka expressa ainda o cansaço pela constância das violências de que foi vítima, isso pode ser lido através da força empregada no golpe, uma vez que esfacela o mito da fragilidade feminina, inclusive foi capaz de silenciar o homem. Outro argumento expresso na narrativa foi o sacrifício da maternidade, posto que quando casavam e não conseguiam engravidar nos primeiros meses as mulheres passavam a ser oprimidas pelos familiares e pela vizinhança. Para se libertarem desse jugo recorriam a diferentes meios – mandingas, beberagens, banhos de ervas, vigílias e outros rituais para que o *chi* olhasse por elas e lhes desse a alegria da maternidade, no entanto, essa alegria poderia representar a má sorte, como no caso de uma gravidez gemelar, consoante lido a seguir.

Infelizmente para ela, minha mãe deu à luz gêmeas, duas meninas. Os aldeões pegaram as meninas e as mataram. Ela ficou arrasada. Durante muito tempo, não engravidou, e se conformou com seu destino. Sentiu que teria gêmeos se engravidasse novamente. Por isso, evitou o meu pai. Mas ele a amava muito, então a acolheu e conversou com ela, demandando que enxergasse a razão, que era a tradição da terra se livrar de gêmeos. Disse a ela que não tinha o poder de ir contra a lei da terra. Minha mãe não se sentia reconfortada. Então, um dia, uma amiga a visitou e a convenceu a ir à igreja. (Nwapa, 2023, p. 88).

Em conformidade com exposto no fragmento anterior percebeu-se que os rituais em vez de trazer a benção da maternidade, poderia trazer a desgraça, uma vez que não era visto como natural a mulher ter mais de um filho por vez, quem tinha vários filhos eram os animais – porcos, cachorros, gatos. Por essa razão, os aldeões de Lagos e Onistha deveriam sacrificar as crianças nascidas gêmeas, o que trazia grande desconforto ao coração materno, porque elas ficariam sem seus filhos e voltariam ao estado primeiro, novo sacrifício para arranjar uma nova gravidez. Ao revisitar essas marcas das sociedades tradicionais do espaço nigeriano encontramos a presença do colonizador representado pelas freiras, as quais fundaram uma maternidade que acolhia as crianças gêmeas e suas mães, mediante lido no excerto abaixo.

Em pouco tempo, as freiras apareceram e estabeleceram uma maternidade em nossa vila. Minha mãe foi uma das mulheres que trabalharam duro para sua construção. Por intermédio de um intérprete, contou às freiras sobre as práticas desumanas da matança de gêmeos. Ela mesma persuadiu muitas mães a ter os bebês ali. Mas parecia que algo na nossa vila favorecia o nascimento de gêmeos. Mais de trinta por cento das mães atendidas no hospital tinham gêmeos. Elas sentiam medo e várias abandonaram os seus bebês lá. Algumas mulheres levavam a menina ou o menino, dependendo do que mais necessitavam materialmente. As mães um pouco mais safas alimentavam um bebê e deixavam o outro morrer de fome. (Nwapa, 2023, p. 88-89).

Observou-se, no fragmento, que a maternidade rompe com os preceitos da tradição – a morte das crianças gêmeas -, além de ter sido construída com a ajuda das mulheres, esses episódios representam a inovação e o empoderamento das mulheres nigerianas. Por outrolado, acresce-se que, ao longo da narrativa, Amaka foi dada como estéril tanto pelos médicos quanto pelos vizinhos, no entanto, ao se envolver com o padre, ela engravidou de gêmeos e nasceram dois meninos. Também, Amaka não quis mais casar, pois já havia sofrido muito no seu casamento, decidiu cuidar de seus filhos sozinha, era uma mulher à frente de seu tempo que decidiu não querer viver as opressões impostas às mulheres nigerianas.

Ao aproximar as protagonistas dos romances de Flora Nwapa foi evidenciado que tanto Efuru quanto Amaka, por não conseguirem gerar filhos, passaram a ser definidas como não mulher, tirando-lhes, assim, as suas identidades sexuais. Ademais, elas caem na armadilha da objetificação dos seus corpos, por acreditarem também no mito de que só a maternidade podia assegurar suas identidades enquanto mulher. Portanto, o desejo que as consome, de poder experimentar as alegrias da maternidade é o mesmo que acontece com Nnu Ego, a protagonista de **As alegrias da maternidade** (2018), de Buchi Emecheta.

Hibisco roxo (Purple Hibiscus) é um romance escrito por Chimamanda Ngozi Adichie, publicado em 2003 e traduzido para o português em 2011. A produção crítica e literária de Adichie apropria-se das ideologias feministas, abre espaços para que as vozes das mulheres sejam ouvidas e suas histórias conhecidas, comportamento assumido pela autora, por meio de histórias contadas principalmente pela sua família, como visto no excerto a seguir,

Minha bisavó, pelas histórias que ouvi, era feminista. Ela fugiu da casa do sujeito com quem não queria se casar e se casou com o homem que escolheu. Ela resistiu, protestou, falou alto quando se viu privada de espaço e acesso por ser do sexo feminino. Ela não conhecia a palavra “feminista”. Mas nem por isso ela não era uma. Mais mulheres deveriam reivindicar essa palavra (ADICHIE, 2015, p. 49).

Conforme fragmento acima, o ser feminista, não está relacionado apenas com a militância política, mas principalmente com o agir e com o resistir no ambiente familiar, com o reivindicar seus direitos e se fazerem ser respeitadas nas suas individualidades. Embora o foco desta obra não seja exclusivamente a maternidade, esta, tem uma função política e transgressora, capaz de tensionar as noções culturais de gênero. A obra de Adichie aborda dinâmicas familiares complexas, incluindo a relação entre Kambili Achike, narradora-personagem, e sua mãe Beatrice, que sofre abuso do marido Eugene. Por outro lado, o título do romance parece, à primeira vista não dar conta da narrativa, entretanto, o contato da personagem com a natureza é a marca, são os hibiscos roxos que nos levam a entender o eu da narradora. Além disso, na orelha do romance, é explicado que:

A narrativa sobre a complexidade da formação psíquica e amorosa de uma adolescente africana é toda acompanhada pelas mudanças sofridas pelas flores e plantas: as buganvilias, os girassóis, os coqueiros, as casuarinas e especialmente, os hibiscos roxos – variedade fruto de um experimento único, que gera flores raras, cobiçadas por todos. (Adichie, 2011, n.p.).

O espaço da narrativa é Enugu, Nigéria, suas complexidades sociais, políticas e culturais no final do século XX. As personagens são Kambili, a protagonista e narradora da história, uma adolescente que cresce em uma família abastada e autoritária; Eugene Achike, pai de Kambili, um homem rico e respeitado em público, mas tirânico e abusivo em casa; Beatrice Achike, mãe de Kambili, uma mulher religiosa que enfrenta abusos e é submissa ao marido; Amaka, prima de Kambili, uma estudante universitária rebelde e crítica das práticas

religiosas da família. Das práticas religiosas as quais mostram o impacto do colonizador e o processo de aculturação do povo nigeriano, a narradora declara:

A congregação respondeu "Isso mesmo", ou "Deus o abençoe", ou "Amém", mas não muito alto, para não se parecer com os membros daquelas igrejas pentecostais que brotavam como cogumelos; e então todos ouviram em silêncio, cheios de atenção. Em alguns domingos, a congregação prestava atenção mesmo quando o padre Benedict falava de coisas que todos já sabiam, sobre como Papa fizera as maiores doações ao óbolo de São Pedro e à igreja St. Vincent de Paul. Ou sobre como Papa pagara as garrafas de vinho usadas na comunhão, os novos fornos do convento onde as irmãs assavam a hóstia e a nova ala do hospital St. Agnes, onde o padre Benedict dava a extrema-unção.

E eu ficava sentada com meus joelhos apertados um contra o outro, ao lado de Jaja, tentando deixar meu rosto sem expressão e impedir que meu orgulho ficasse visível nele, pois Papa dizia que a modéstia era muito importante. (Adichie, 2011, p. 11).

Em consonância com o episódio transcrito anteriormente a narradora inicia a história destacando a influência dominante da fé católica na vida da família Achike e os métodos abusivos de disciplina impostos por Eugene, o pai. Kambili e seu irmão Chukwuka, mas conhecido desde a infância com o apelido de Jaja, passam um tempo na casa de seu tio liberal, o que os expõe a diferentes perspectivas e modos de vida. A narrativa explora os crescentes conflitos dentro da família Achike, à medida que segredos são revelados e a tensão aumenta. À medida que Kambili é exposta a novas ideias e experiências, ela começa a questionar as rígidas estruturas familiares e religiosas que a dominaram.

A maternidade analisada neste texto, será feita por meio das personagens Beatrice e Ifeoma, inicialmente representadas como antagônicas em seus comportamentos. Na primeira, encontra-se o silenciamento, a opressão e a subordinação do patriarcado, enquanto que a segunda, é a representação da transgressão feminina, da mudança e da resistência. A simbologia presente na construção das duas personagens, podem ser justificadas pelas transformações sofridas pelos hibiscos, “Os arbustos de hibiscos roxos começavam a florescer lentamente, porém a maioria das flores ainda era vermelha. Eles surgiam tão rápido, aqueles hibiscos vermelhos, apesar de Mama cortá-los com frequência para decorar o altar da igreja” (Adichie, 2011, p. 15).

Notou-se a partir do excerto que assim como a natureza está sujeita a mudanças, o estado psíquico dos sujeitos também acompanha o mesmo ritmo, uma vez que Beatrice, a Mama, segue esse ritmo, saindo do estado de opressão que a silencia por toda a primeira parteda narrativa. Acrescenta-se que o silenciamento da personagem foi construído pelas amarras da sociedade patriarcal a qual reservava esse lugar às mulheres. Nele, elas apanhavam em silêncio e dissimulavam o sofrimento como entendido na leitura do excerto: “Nunca havia

lágrimas em seu rosto. Da última vez, há apenas duas semanas, quando seu olho inchado ainda estava da cor preto-arroxeadada de um abacate maduro demais, Mama rearrumara as estatuetas depois de limpá-las.” (Adichie, 2011, p. 17). O fragmento nos permitiu entender que a ausência das lágrimas não significa a ausência do sofrimento, posto que a “cor preto- arroxeadada dos olhos” era uma cicatriz deixada na alma e no corpo depois de uma violência física, entretanto, ela não podia chorar diante dos filhos. Esse silenciamento parece intensificado no fragmento seguinte.

Jaja, Mama e eu fomos lá para cima nos trocar. Nossos passos na escada eram tão contidos e silenciosos quanto nossos domingos; o silêncio de esperar que Papa acordasse da sesta para que pudéssemos almoçar; o silêncio da hora de reflexão, quando Papa nos dava uma passagem da Bíblia ou um livro de um dos Pais da Igreja para que lêssemos e pensássemos sobre ele; o silêncio do rosário da noite; o silêncio de ir de carro até a igreja para receber a bênção depois. Mesmo nossa hora da família era silenciosa aos domingos, sem jogos de xadrez ou discussões sobre os jornais, mais apropriada para o Dia do Descanso. (Adichie, 2011, p. 37).

Mediante a repetição da palavra “silêncio”, no trecho transcrito acima, entendeu-se que a narradora queria enfatizar o estado de opressão da família de Eugene, uma vez que somente ele era o dono da voz, embora se acrescente a ideia do dogma religioso, que é uma ação da presença do colonizador. Por outro lado, pode-se sustentar que “a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. [...] o *gênero* acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina.” (Saffioti, 2015, p. 90). Além disso, compreendeu-se que o “silêncio, portanto, é forçosamente a ausência de *alguma coisa*.” (Wolff, 2014, p. 34), assim o entendemos como a privação da voz às mulheres, a ausência do poder delas mesmo no espaço privado. Embora as mulheres pensassem ser livres, elas eram oprimidas, silenciadas, conforme se lê na caracterização das mulheres centrais da narrativa.

[...] a protagonista Kambili, uma adolescente que entra em conflito ao tensionar o poder exercido e representado pelo seu pai, que ocupa a centralidade discursiva e de poder na família; a mãe da protagonista, Beatrice, que mesmo sofrendo e não compactuando discursivamente com os valores impostos pelo seu marido em relação ao exercício de poder e a negação à representação da tradição, vive uma parte da narrativa sob seus comandos pontuado pelo seu silêncio, mas que no desenvolvimento da história é o mesmo silêncio que age como estrutura de rompimento, subvertendo o sofrimento diante dos ensinamentos e encorajamentos em diálogo com seus filhos; a tia Ifeoma, que ocupa o lugar da renovação, aquela que questiona lugares pré-estabelecidos tanto da tradição quanto da cultura exógena que rege a religião absolvida no seu contexto social e que apresenta a jornada a ser vivida como uma possibilidade real; e Amaka, filha de Ifeoma, que é fruto de uma maternidade transgressora e que ao se relacionar com sua prima Kambili demarca

um feminino em movimento para assumir uma performance política na sociedade. (Oliveira; Freitas, 2021, p. 99).

Entendeu-se, a partir da leitura dos perfis femininos apresentados, que a autora evoca a ruptura com as colonialidades de poder impostas ao corpo do mulherio; é uma representação política que atravessa e controla os corpos das mulheres. Isso permite endossar que “feminism helps in building a positive feminine culture which contributes largely to the development of society and without women, there can be no meaningful development in literature and society.”¹⁵ (Nutsukpo, 2020, p. 92). Por sua vez, convém reforçar que a escritura feminina nigeriana assume o lugar da insubordinação às colonialidades de poder e de gênero as quais agiam sobre o corpo-Nação e o corpo-útero, uma vez que repercutia na sociedade e nos filhos. Para romper com esse ciclo de violência e submissão, Beatrice mata o marido para libertar seus filhos, porém é o filho quem leva a culpa, consoante lido em:

Mama não parece se importar com sua aparência; nem mesmo parece se dar conta dela. Está diferente desde que Jaja foi preso, desde que começou a dizer às pessoas que foi ela quem matou Papa, que colocou veneno no chá dele. Mama até escreveu cartas aos jornais. Mas ninguém acreditou nela; ainda não acreditam. Pensam que a dor e a incapacidade de aceitar a realidade - de que seu marido morreu e de que seu filho está na prisão - a transformaram nessa aparição de corpo horrivelmente ossudo e pele sarapintada de cravos negros do tamanho de sementes de melancia. Talvez por isso a perdoem por ela não ter usado só negro ou só branco por um ano. (Adichie, 2011, p. 310).

Do fragmento entendeu-se que a aparência desleixada de Beatrice é agora um retrato da agonia materna, pois sabia que o filho não cometera crime algum, fora ela quem envenenou o marido, queria livrar a si e os filhos da violência doméstica sofrida e por não poder se separar dele, a única forma de libertá-los foi matando-o. Todavia, a sociedade não acreditou nela mesmo que ela não tivesse vestido o preto ou branco como sinal do luto, era uma mulher, pensavam que o querer levar a culpa pelo crime cometido era para camuflar e extirpar a pena imputada ao filho, era somente uma mãe a defender o seu rebento.

Outro perfil feminino que contribui para pensar as cartografias da maternidade na literatura nigeriana é Ifeoma, irmã de Eugene (marido de Beatrice), mãe de três filhos, ensina-os a serem curiosos e tomarem suas próprias decisões, não deixando que eles se submetam aos valores do colonizador e da sociedade patriarcal. Embora, ela não recuse que a sua comunidade possua valores culturais e práticas religiosas dos seus ancestrais, combina-os com

¹⁵ “O feminismo ajuda na construção de uma cultura feminina positiva que contribui largamente para o desenvolvimento da sociedade e sem as mulheres não pode haver um desenvolvimento significativo na literatura e na sociedade.” (Nutsukpo, 2020, p. 92).

as marcas culturais e religiosas do colonizado, sendo uma personificação do entre-lugar, combina tradição e modernidade sem situá-los como opostas, mas partes contínuas de uma mesma sociedade. Assim, “Tia Ifeoma também sussurrava, mas dava para escutar direitinho tudo o que ela dizia. Seu sussurro era como ela – alto, exuberante, destemido, maior que o mundo.” (Adichie, 2011, p. 104). Também, é uma feminista, enuncia-se como dona dos seus próprios discursos, inclusive não rejeita a filha lésbica, assim, desafia as ordens da tradição local, religiosa e do sistema patriarcal.

Por fim, da leitura de **Hibisco roxo** (2011), de Chimamanda Ngozi Adichie, entende-se que a autora reflete a influência e os efeitos do fanatismo religioso, questiona práticas extremas e fundamentalistas próprias do fanatismo. Por outro lado, o romance explora o impacto da violência doméstica e como as personagens lidam com a opressão, inclusive do silenciamento, da resiliência e ainda das formas de resistência para se libertar desse sistema opressor que impacta profundamente na vida das mulheres e dos filhos. Por sua vez, Kambili experimenta uma jornada de autodescoberta e desenvolvimento pessoal ao sair do ambiente controlador de sua casa, além de o clímax da história revelar eventos trágicos, os quais alteram permanentemente a dinâmica familiar e a percepção da narradora sobre si mesma e sua família, sobretudo as mulheres e o irmão.

Tudo de bom vai acontecer é um romance escrito por Sefi Atta, autora nigeriana, publicado em 2005. O espaço da narrativa é a cidade de Lagos, Nigéria, e situa-se entre os anos de 1971 e 1995. As personagens principais são, Enitan Taiwo, protagonista e narradora, mulher nigeriana cuja vida é acompanhada desde a infância até a idade adulta; Sherifat Bakare, amiga de Enitan, com quem compartilha muitos momentos significativos da vida e; Arin, mãe de Enitan, uma mulher forte, severa, independente e muito religiosa, inclusive não queria que a filha fosse amiga de Sheri, consoante lido na advertência: “- Sua mãe não vai gostar dessa menina. [...] Tudo bem. Mas não quero ver você nem ela perto dessas flores de novo.” (Atta, 2012, p. 12-13).

A obra é dividida em quatro capítulos, a narrativa inicia mostrando como foi a infância de Enitan em Lagos, suas experiências e amizades na sociedade nigeriana, “minha distração favorita era ficar sentada no pequeno deque e fingir que estava pescando. Mas detestava quando minha mãe gritava da janela da cozinha, ‘Enitan, venha me ajudar aqui’. Era obrigada a voltar correndo para casa.” (Atta, 2012, p. 8). Além disso, Enitan enfrenta os desafios da adolescência, incluindo a influência dos amigos, as questões de identidade cultural e as mudanças políticas na Nigéria. O romance explora os relacionamentos de Enitan com sua

família, amigos e amantes, destacando questões de gênero, poder e expectativas sociais. A autora contempla em seu texto questões pertinentes às lutas feministas, explorando o papel das mulheres na sociedade nigeriana e os combates por igualdade e autonomia. Isso expressa que “Women, individuals and writers, must learn to confidently admit their ambitions, claim their achievements, allow their successes to give hope and courage, and to testify of their indispensability in the African society.”¹⁶ (Nutsukpo, 2020, p. 92). Assim, fica evidenciado que a escrita das mulheres apresenta um maior comprometimento com a visibilidade das outras mulheres e dos corpos marginalizados na sociedade nigeriana.

Enitan, filha de pais nigerianos, lida com a dualidade de sua identidade cultural, navegando entre as tradições nigerianas e influências ocidentais, sobretudo a partir do confronto entre a religiosidade cristã da mãe e da amiga muçulmana. “Sheri era muçulmana e não sabia nada sobre a religião cristã, a não ser que havia um livro na Bíblia que, se fósse lido, levaria à loucura. Eu perguntei por que os muçulmanos não comiam porco. — Porque é um animal imundo — disse ela, coçando a cabeça.” (Atta, 2012, p.21). Acrescenta-se que a narradora traz uma riqueza de detalhes tanto na descrição das cenas quanto das personagens, mediante observado no fragmento seguinte.

As casas da nossa rua residencial eram em geral semelhantes, com acomodações para empregados e gramados. Não tínhamos a uniformidade de bairros próximos, financiados pelo governo e construídos pelo Departamento de Obras Públicas. Nossa casa era um bangalô coberto de buganvílias e outras trepadeiras. A dos Bakare era uma casa enorme de um andar, quadrada, com venezianas de vidro azul-claro, parecendo um castelo. A não ser por uma sebe baixa de pitangueiras que ladeavam a entrada do carro e uma mangueira junto da casa, o resto do jardim era todo cimentado. (Atta, 2012, p. 17).

Observa-se, no fragmento, a presença do ideal da estética naturalista que se preocupava com o descritivismo do espaço a fim de explicitar as influências dele sobre o comportamento das personagens, uma vez que o determinismo de Taine sustentava que o homem é produto do meio, da hereditariedade e da circunstância (Bosi, 2002). Por isso, percebeu-se que os comportamentos da mãe da protagonista refletem a ação do meio sobre o sujeito, inclusive da religiosidade como notado nos cuidados dela com o filho mais velho, cujo tinha anemia falciforme e em uma das crises sua mãe o leva para a igreja para que todos pudessem fazer súplicas pela saúde do menino, como consta em:

¹⁶ As mulheres, os indivíduos e os escritores, devem aprender a admitir com confiança as suas ambições, reivindicar as suas realizações, permitir que os seus sucessos deem esperança e coragem e testemunharem a sua indispensabilidade na sociedade africana. (Nutsukpo, 2020, p. 92).

Eu era a mais velha, e tornei-me filha única com a morte do meu irmão. Ele vivia a vida entre uma crise e outra, causadas por uma doença chamada anemia falciforme. Minha mãe entrou para uma igreja nova para tentar curá-lo, renunciando ao anglicanismo e a si mesma. No dia em que meu irmão teve uma crise forte, ela o levou à igreja para ser curado. Ele morreu aos 3 anos. Eu tinha 5.

Na igreja da minha mãe os fiéis usavam camisolões brancos, andavam descalços e dançavam ao som de tambores. Eram batizados em um riacho de água sagrada que bebiam para purificar a alma. Acreditavam que os espíritos maus eram mandados por outras pessoas para causar destruição e que os reencarnados não ficavam muito tempo na terra. Eram cheios de magia, venerados e louvados. Eu aceitava ver minha mãe levantando os braços para o alto e agindo como nunca agira em uma igreja anglicana. Mas achava que seria meu fim se o padre chegasse perto de mim e revirasse os olhos, como fazia quando ia ter uma visão. (Atta, 2012, p. 9).

Esta cena remete à forma de vida da mãe, uma mulher que passava parte de seu tempo dedicada à igreja, inclusive o *modus operandi* do processo de aculturação do processo colonizador, o qual promovia a coisificação do ser, assim, a doença do sujeito poderia ser, a qualquer tempo, curada por meio da intersecção e graça divinas. Por sua vez, Enitan mostra um pouco do relacionamento dos pais até a separação, porque a mãe se colocava como uma adversária do pai quanto à criação dos filhos como quando encontrou um livro dado por Sheri na mala da filha:

— Enitan? Quem te deu isso?

Agarrou-me pela orelha e esfregou o livro de Sheri no meu nariz.

— Quem? Responda agora.

— Pelo amor de Deus — disse meu pai.

Os dedos dela pareciam garras de ferro. As contas do ayo que estavam na minha mão caíram no chão.

Respondi que foi Sheri, a vizinha. Minha mãe me fez levantar, puxando-me pela orelha enquanto eu explicava.

Disse que Sheri me deu o livro pela abertura na cerca, uma abertura bem grande, mas que eu ainda não havia lido nada.

— Deixe-me ver — falou meu pai.

Minha mãe jogou o livro na mesa.

— Fui mexer na mala dela e encontrei isso... isso... Se eu pegar você conversando com aquela menina de novo, vamos ter encrenca, está me ouvindo?

Soltou minha orelha e eu me sentei novamente.

— Como assim? Ela não pode mais fazer amigos?

— Você continua a se interpor entre essa menina e eu — disse minha mãe.

— Você é mãe dela, não uma juíza.

— Eu não quero criar uma delinquente. Quando a gente procura o mal, encontra. (Atta, 2012, p. 22).

Entendeu-se que para a mãe de Enitan, a jovem vizinha era uma ameaça àquilo que ela aprendera na igreja anglicana, posto que a religiosidade costumava agir como meio para a manutenção do poder colonialista, no qual as mulheres seriam submissas aos homens e, estes não poderiam contrariar a voz das mulheres no ambiente doméstico. No entanto, o pai aceita a amizade da vizinha com a filha “— Não se importe com ela, isso é coisa daquela igreja. Eles viraram a cabeça da sua mãe. Sacudiu meus ombros, mas eu mantive os olhos fechados.

Estava cansada, com vontade de dormir. — Vamos continuar a jogar — disse ele.” (Atta, 2012, p. 23). Nisto se percebeu que a amizade entre Enitan e Sheri não é aceita por suas famílias, à exceção do pai da protagonista. Mais tarde, a personagem central vai para a Inglaterra onde completa os estudos e, depois, retorna a Lagos e cumpre a sina de todas as mulheres, casar-se com Niyi, ainda mais tarde engravide e perca o filho primeiro. Desse sofrimento, menciona-se:

Fiquei grávida e logo depois tive um aborto. Senti a primeira contração no trabalho. Quando cheguei em casa era tarde demais, e um coágulo de sangue já tinha sido expelido. Chorei até ensopar o travesseiro. Nada pior que perder um filho, mesmo antes de nascer. Quando um filho morre na sua mão, fica implícito que você é a responsável. Mas quando morre dentro de você, imediatamente tentam te absolver: “Foi a vontade de Deus, não se deve chorar por isso.” Não dá para entender. Fiquei grávida de novo. Dessa vez o bebê desenvolveu-se fora do útero e poderia ter me matado se não fosse por um médico inteligente. Tive de ser operada de emergência. O médico disse que minha chance de ter outro filho era reduzida. “Mas continue tentando”, falou. Um ano depois ainda tentávamos. Os parentes de Niyi começaram a pressioná-lo. “Está tudo bem?” Olhavam para minha barriga antes de olhar para minha cara. Alguns me repreendiam diretamente. “O que está esperando?” Minha mãe me convidou para ir às suas vigílias, meu pai ofereceu-se para me mandar para o exterior consultar outros médicos. Eu perguntava por que atormentavam as mulheres assim. Nós éramos muito mais que um ventre, maior que todo o nosso corpo em conjunto. (Atta, 2012, p. 98).

A relação entre a protagonista e a mãe fora marcada por conflitos e após o casamento, o início de uma nova jornada, a primeira não consegue cumprir o rito de felicidade esperado para a mulher, uma vez que não conseguiu ser mãe nas duas primeiras gravidezes – abortara espontaneamente o primeiro e o segundo fora uma gravidez extra-uterina. Desse modo, percebeu-se que, embora o sistema patriarcalista queira transformar a mulher em útero-forma a fim de perpetuar a criação humana, todavia, a infelicidade da protagonista acontece porque ela não rendeu aquilo que a sociedade dela esperava – ter filhos vivos. Por outro lado, algumas mães viviam casamentos fracassados para manter os seus filhos, conforme expresso em: “A maternidade negra como instituição é ao mesmo tempo dinâmica e dialética. As tensões que vemos hoje são resultado, de um lado, dos esforços para moldar a maternidade negra em benefício de opressões interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade e nação [...]” (Collins, 2019, p. 296).

Por último livro culmina na maturidade de Enitan, revelando como suas experiências moldaram a visão de si mesma e da sociedade nigeriana, posto que a narradora compreende como o colonizador vê a presença do sujeito nigeiriano “Seca, fome e doenças. Não havia desastre maior no continente africano que o controle que alguns exerciam sobre nossos recursos: petróleo, diamante, seres humanos. Eles venderiam qualquer coisa e qualquer um

aos compradores estrangeiros.” (Atta, 2012, p. 150). Neste sentido, a obra de Seffi Atta é aclamada por uma representação perspicaz da vida da mulher nigeriana e explorar temas de feminismo, identidade e transformação social. Portanto, a narrativa rica e complexa de Sefi Atta oferece uma janela para as complexidades da experiência feminina na Nigéria ao longode várias décadas.

As cartografias demonstram haver condições específicas para as maternidades brasileira e as maternidades nigerianas, isso é reforçado pelas marcas do colonialismo em cada uma das Nações – o Brasil, independente desde 1822; a Nigéria, tempos depois, assim, as opressões foram distintas e ainda demarcadas pelo imperialismo capitalista. Desse modo, sustenta-se que, no Brasil, as maternidades solas de mulheres negras são distintas das mulheres brancas; não se casaram e têm filhos que sustentam sem precisar do marido ou de um outro provedor. Por isso, afirma-se ainda que “a literatura atua como um espaço de reflexão para a voz no feminino, ficcionalizado na narrativa, mas que apresenta a enunciação como uma categoria de reorganização de poder e do discurso” (Oliveira; Freitas, 2021, p. 111). Assim, vimos que as maternidades negras brasileiras e nigerianas assumem perspectivas as quais traduzem as experiências das suas autorias e dos espaços e contextos em que foram escritas, assim, a maternidade é uma construção temporal e espacial, marcada por ideologias que transmutam o tempo e corporificam novos sujeitos.

CAPÍTULO III

A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NEGRA: um projeto de escrever, maternar e resistir



Maglene da Silva farias, a mãe do Pedro Caniggia, da Paula Cananda e do Caio Gustavo. A resiliente, que soube se reenventar em uma terra tão distante de nós, que trilha os seus caminhos guiada pela força do Espírito Santo. A que cuida de nós todos os dias por meio de suas orações. Obrigada por ser esta força espiritual.

Literatura, autoria, mulheres, negras, mães, quem são essas que escrevem, que existem e que resistem? O que escrevem e como escrevem as mulheres que interseccionalizam os atributos negra e mãe? No campo da literatura costumamos ouvir que há espaço para todos e para tudo aquilo que se possa definir literário, no entanto, encontramos em face desse universo, um quadro de incertezas e de paradigmas sobre o fazer literatura, o qual tende a estabelecer normas e valores acerca de quem pode e deve produzir textos. São conceitos pautados em valores patriarcais, aos quais dão voz, em sua grande maioria, aos homens; para as mulheres, esse é um campo que lhes nega poder e voz, tudo isso se acentua quando nos referimos às condições de escrita das mulheres negras.

Neste sentido, afirma-se que “a defesa da literatura brasileira tem de ser a defesa de uma literatura para todos, feita por todos que acreditem ter algo a expressar sobre o mundo” (Dalcastagnè, 2017, p. 245). Diante do exposto pela pesquisadora da Universidade de Brasília, compreendeu-se que há uma negação à escrita das mulheres, sobretudo das mulheres negras que escreveram nos séculos XIX e XX embora haja uma pequena abertura nas primeiras décadas do século XXI. Isso mostra haver um quadro de exclusão da escrita feminina o que parece ser julgado como se as mulheres não tivessem o que dizer ou que ainda não soubessem ficcionalizar o real ou mesmo criar numa relação de verossimilhança na sua escrita como pontuado por Aristóteles (2011).

Na tentativa de quebrar o silêncio imposto à escrita de autoria feminina negra intenta-se neste capítulo abordar sua literatura enquanto projeto integrador dos conceitos de escrevivência, maternagem e resistência. Para isso, julgou-se necessário apresentar discussões já existentes sobre o tema, além de aprofundá-las a partir da leitura de hooks (1995), Miranda (2019), Alves (2010), entre outras. Nesta perspectiva cabe pensarmos a história das vozes de mulheres negras na constituição da literatura, por isso, pode ser dito que:

Escrever, para estas mulheres, é ‘ultrapassar’ uma percepção única da vida; é construir mundos e neles apreender, discutir, apontar, enfim, serem agentes imprescindíveis à vida. As vozes-mulheres negras são, portanto, as vozes agora audíveis, não somente a própria voz, mas as vozes ancestrais silenciadas por séculos de exclusão. As mulheres negras se posicionam e constituem uma resistência contra os preconceitos. Suas tessituras literárias vão rompendo com as barreiras, qual agulhas nas mãos tecelãs, ora com pontos apertados da crítica, ora com pontos finos, mas firmes na poesia. Elas soltam as mãos e os olhares em seus teares, formando aos poucos, nova roupagem para a literatura brasileira: a literatura afrobrasileira de autoria feminina. O papel das escritoras é escrever e inscrever a memória do povo negro pelo olhar de dentro; um olhar que recusa as omissões que a sociedade brasileira, sob a égide do mito da democracia social e racial, impôs e ainda impõe à população brasileira (Figueiredo apud Alves, 2010, p. 66).

De acordo com a autora, o ato de escrever das mulheres negras incorpora as suas vivências, inclusive possibilita novas aprendizagens que são exponenciais para a vida em sociedade e demonstram haver uma ruptura entre um passado de silenciamento e um presente de vozes audíveis. Em suas tessituras, nota-se que há a presença da resistência tanto na temática quanto no ato da escrita (Bosi, 2002), além de recuperar a ancestralidade e fraturar barreiras que antes separavam a mulher e a escrita no ambiente externo, visto que o lugar reservado a elas era a cozinha e o quarto ou ainda a senzala. Por essa razão, assume-se que a escrita literária feminina serve de fratura no silenciamento imposto às memórias femininas durante mais de três séculos e lhes reserva o olhar para dentro de si, assumindo um ponto de vista, linguagem, autoria, tema e públicos específicos (Duarte, 2010). Desse modo, pode ser afirmado que:

A produção textual das mulheres negras é relevante, pois põe a descoberto muitos aspectos de nossa vivência e condição que não estão presentes nas definições dominantes de realidade e das pesquisas históricas. Partindo de outro olhar, debatendo-se contra as amarras da linguagem, as mordças ideológicas e as imposições históricas, propicia uma reflexão revelando a face de um **Brasilafro** feminino, diferente do que se padronizou, humanizando esta mulher negra, imprimindo um rosto, um corpo e um sentir mulher com características próprias (Alves, 2010, p. 67).

Mediante o excerto acima, constatou-se o quanto a produção dessas mulheres se faz necessária, no sentido não apenas de elevá-las a uma categoria de escritoras, porém no de revelar estruturas de controle social colocadas como dispositivos de poder sobre o corpo (Foucault, 2017) e voz feminina negra. Também se ressalta que a escritura feminina negra à medida que traz um ponto de vista da própria mulher negra que fala sobre si, que assume uma autoria, ganha relevos próprios do sujeito que está dentro, mas que na ótica do outro esteve fora, não que não existisse, mas que suas histórias eram consideradas irrelevantes e não atrairiam a um público leitor. Por isso, ainda convém ressaltar que a literatura afro-brasileira pode ser considerada como sendo:

[...] processo, devir. Além de segmento de linhagem, componente de amplo encadeamento discursivo. Ao mesmo tempo “dentro de fora” da literatura brasileira, como já defendida, na década de 1980, Octavio Ianni (1988, p. 208). Uma produção que implica, evidentemente, redirecionamentos recepcionais e suplementos de sentidos à história literária estabelecida. Uma produção que está *dentro* porque se utiliza da mesma língua e, praticamente das mesmas formas e processos de expressão. Mas que está *fora* porque, entre outros fatores, não se enquadra no ideal romântico de instituir o advento do espírito nacional. Uma literatura empenhada, sim, mas num projeto suplementar (no sentido derridiano) ao da literatura brasileira canônica: o de edificar uma escritura que seja não apenas a expressão dos afrodescendentes enquanto agentes de cultura e de arte, mas que aponte o

etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização. Daí seu caráter muitas vezes marginal, porque fundado na *diferença* que questiona e abala a trajetória progressiva e linear de nossa história literária (Duarte, 2010, p. 135).

Em conformidade com o autor, compreendeu-se que o conceito de literatura afro-brasileira ora apresentado dialoga com o pensamento de Alves (2010) exposto anteriormente, uma vez que se percebe o lugar de visibilidade dado à voz das mulheres negras; agora, elas ocupam o lugar de sujeito e não mais de um objeto que adornava a casa. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se entender que “Literatura negra afro-brasileira é aquela na qual um autor negro escreve manejando um arcabouço de dispositivos específicos” (Miranda, 2019, p. 33), são traços que os distinguem da produção de autores brancos, principalmente os que fazem parte do cânone literário, inclusive leva em consideração seus dispositivos simbólicos. Nesta perspectiva, convém mencionar que a literatura criada por mulheres negras expressa um novo projeto à literatura, que vai de encontro às estruturas de poder já cristalizadas no interior da crítica literária, sobretudo, quando se tratam de concepções ou correntes que priorizam apenas o estudo da linguagem. Por essa razão, acrescenta-se que a literatura afro-feminina se reveste de novas categorias conceituais como a *escrevivência*, a *maternagem* e a *resistência*.

Outro conceito que fundamenta a investigação aqui realizada é o de *escrevivência*, que se entende como sendo o método da escrita da literatura que demarca o espaço da mulher e traz um comprometimento com seus traços e corpos, inclusive rompe com paradigmas já anteriormente definidos pela literatura canônica. Sendo assim, a *escrevivência* demarca os gritos, os silêncios, os gestos e os gostos das mulheres, inclusive serve de expressão, mesmo àquelas que pertenciam às culturas letradas e demonstra o compromisso dessa escrita com as especificidades do sujeito mulher-negra (Evaristo, 2007). Também se utiliza de uma linguagem própria, como outrora definiu Lélia Gonzales (2018), o *pretuguês*¹⁷, como sendo essa língua esse agente de transformação da mulher negra, capaz de subverter e ressignificar o idioma do colonizador.

Escrever sobre si vem sendo um desafio para as autoras, mais ainda para as negras, uma vez que estas não são vistas como dotadas de capacidade intelectual, e que mais que qualquer outro agrupamento social, têm sido consideradas só corpo, sem mente (hooks, 1995).

¹⁷ Termo utilizado pela autora Lélia Gonzalez em seu texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984), aqui retirado do livro *Primavera para as rosas negras* (2018), com o objetivo de mostrar que o alguns definem como preconceito linguístico a troca do r pelo l, nada mais é que uma marca linguística de um idioma africano, no qual o l não existe. (Gonzalez, 2018. p. 208)

Conceição Evaristo em seu texto **Escrevivência a escrita de nós** (2020), reforça o pensamento de Lélia Gonzalez, ao afirmar que:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (Evaristo, 2020, p. 30).

Segundo a autora, existe uma simbologia e uma construção intelectual, social e sentimental no processo de escrevivências e que estes seguem uma linha temporal de desenvolvimento conceitual do que venha a ser entendido como escrita das mulheres negras. Para ela, essa escrita acontece como um ato de insubordinação e negação dos vínculos com um passado histórico de violências, quando essas vozes estavam imersas sob o poder dos escravocratas. Contudo, o hoje, também pertence à produção literária das mulheres negras e pobres construídas por meio de suas escrevivências.

Também para esta pesquisa se considera exponencial o conceito de maternagem, o qual é entendido não somente como uma experiência dolorosa, traumática ou uma obrigação à figura feminina, mas pode ser também uma ação que contribui para seu empoderamento (Mendonça, 2021). Acrescenta-se que em Buchi Emecheta essa experiência da maternagem está para além do poder feminino, é uma experiência que pode ser transmitida também aos filhos para que eles possam ir em busca dos seus desejos e sonhos, conforme se lê em:

[...] Os amigos e pessoas próximas ficaram surpresos ao ver que ela não chorava; e quando lhe disseram que em breve o filho estaria de volta dirigindo um carrão, ela se deu conta de que ninguém havia entendido nada. Não estava em seu destino ser uma mãe daquele tipo, era o que percebia naquele momento. Sua alegria era saber que criara os filhos, mesmo que no começo não tivessem nada, e que aqueles mesmos filhos um dia poderiam andar ombro a ombro com os grandes homens da Nigéria. Era essa a recompensa que esperava (Emecheta, 2018, p. 285).

De acordo com a protagonista narradora, o exercício da maternagem ultrapassa as barreiras do visível, pois o poder dado às mulheres na experiência do ser mãe nem sempre é compreendido por aquele que está de fora, como visto na situação narrada. Sendo assim, a maternagem não está preocupada apenas com a biologia da maternidade, mas com a sociologia e a psicologia do ser mãe, o que envolve preparar os filhos para que tenham o domínio de si na idade adulta. Nessa condição, cabe trazer um último conceito que envolve

esse projeto literário desenvolvido por mães negras – o de resistência, entendido aqui como aquele que “apela para a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia” (Bosi, 2002, p. 136). Portanto, é desvelar um poder interior capaz de fazer e refazer a sua própria história, lutando contra todo sistema opressor. Bosi (2002) acrescenta ainda que.

A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, *segundo seu desejo*, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. [...] A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o predem à teia das instituições. (Bosi, 2002, p. 121; 134)

De acordo com o excerto, a literatura de resistência encontra mecanismo para construir seus textos não apenas nas memórias dos acontecimentos vividos, dos fatos ouvidos, mas também dispõe de tudo que é real e principalmente daquilo que está no universo da imaginação, do que não foi dito, daquilo que é silenciado pelo poder opressor; o medo, a angústia e a dor são as bases de uma literatura resistente. Sendo assim, a resistência pode ser entendida como algo inerente à narrativa, assume, assim, o papel fundamental na construção do sujeito, que passa a mostrar a sua realidade existencial e histórica por meio de uma perspectiva que transforma a mentira em realidade. Assim, a literatura negra feminina passa a ocupar um espaço de transformações gerando inúmeros conflitos sociais, que tendem a desprender seus leitores de amarras antes construídas pelas instituições.

3.1 Itinerários da literatura de autoria feminina negra: da escrevivência à resistência

O universo literário tem sido dominado por homens brancos que pertencem às classes média ou alta e que seguramente, disseminam as estruturas de poder absoluto desde os primeiros textos difundidos na esfera social de que se tem notícia. Nisto, ressalta-se que essa construção político-social é mantida como o modelo ideal, o qual determina e controla todos os espaços literários, porque legitima suas ações em todo contexto de produção e de circulação dos livros, usando-os não apenas para narrar as belas histórias como também para serem usados como instrumentos de manipulação e condução dos padrões sociais estabelecidos. Inclusive, essa estrutura social serve para ditar regras e assegurar o

protagonismo branco e masculinizado eurocêntrico, conforme se vê nas obras consideradas como clássicos universais.

Por sua vez, a presença das mulheres na literatura por muito tempo foi suprimida e se fez acreditar que elas eram incapazes de escrever, visto haver, em décadas passadas, uma negação dos seus escritos, sobretudo quando se propunham a ficcionalizar enquanto a elas cabia escrever sobre bordados e culinária. Também, as mulheres mantiveram-se distantes do cenário da ficção literária e quando escreviam, mantinham o anonimato da sua identidade ou se revelavam por meio de pseudônimos masculinos ou simplesmente como anônimas, a exemplo de Maria Firmina dos Reis quando assina o romance **Úrsula** (1859) como uma anônima. De outro modo, essa estrutura tende a ser quebrada a partir do instante em que as primeiras escritoras começaram ainda que timidamente fraturar esse espaço totalmente pensado por e para os homens.

Sobre o percurso da escrita de autoria feminina pode-se observar que ao longo da história, as vozes das mulheres negras foram silenciadas e marginalizadas, perdendo espaço para os discursos dominantes. No entanto, hoje em dia, essas autoras vêm se destacando e se estabelecendo como importantes narradoras de suas próprias experiências e perspectivas. Por meio da autoria feminina negra, questões como a luta contra o racismo, o empoderamento feminino e a interseccionalidade tornam-se temas centrais nas obras literárias. Essas autoras trazem uma nova e necessária visão de mundo, quebra de estereótipos e narrativas subversivas, enriquecendo e diversificando a literatura global.

Ressalta-se que escritoras como Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1868), poetisa e educadora brasileira, permanece esquecida e pouco explorada. A extensão do seu fazer poético é expresso em mais de quinhentas páginas de obras, contudo, esta, seguedesconhecida por muitos nos dias de hoje. Além de ser uma importante figura nas Letras Brasileiras, Beatriz viveu durante os séculos XVIII e XIX, e mergulhou profundamente na vida social, cultural e política tanto de Ouro Preto quanto do Brasil como um todo. Mesmo diante de seu apagamento, sua biografia oferece elementos fundamentais para se compreender a formação da sociedade brasileira nessa época como vistos em seus poemas patrióticos, líricos e religiosos.

Outros nomes da autoria feminina como: Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Freire Lisboa, (1810-1885) tem sua história marcada por registrar a primeira voz feminina que se levanta para lutar pelas mulheres, pelos indígenas, pela abolição e se colocar contra os padrões da sociedade patriarcal; Maria Firmina dos Reis (1822-1917), poeta,

romancista, professora, é considerada a primeira escritora negra do Brasil; seu trabalho lhe coloca como pioneira na luta a favor dos negros e das mulheres no século XIX; a poeta Adélia Josefina de Castro Fonseca (1827-1920) é a autora do livro **Ecos da minh'alma** (1866), dedicado à imperatriz Teresa Cristina, esposa do imperador D. Pedro II; seus poemas receberam a crítica elogiosa de Machado de Assis; Maria Angélica Ribeiro (1829-1880), poeta e teatróloga, inicia a dramaturgia no Brasil e; Júlia Lopes de Almeida (1862 -1934), cronista, teatróloga e abolicionista, uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras. Conforme observado estas são autoras do século XIX, todavia que não conseguem o reconhecimento da sua escrita no período em que viveram. (Câmara dos Deputados, 2018).

Também se acrescenta que a aceitação social da autoria feminina só viria a acontecer tempos depois, e ainda em um círculo que considerava apenas mulheres brancas e de alto poder aquisitivo. Neste âmbito se destacam as produções de Cecília Meireles (1901 -1964), Rachel de Queirós (1910 -2003), a primeira mulher a fazer parte da Academia Brasileira de Letras, Carolina Maria de Jesus (1914), Clarice Lispector (1920) e Lygia Fagundes Telles (1923). Estas mulheres contribuíram satisfatoriamente para o reconhecimento, formação e desenvolvimento da literatura brasileira no século XX. (Câmara dos Deputados, 2018). Vale ressaltar que essa lista tem, em sua maioria, escritoras brancas, de classe alta e escolarizadas, com o intuito de ressaltar, as condições em que se insere a literatura de autoria feminina no Brasil e que, se para essas mulheres o percurso foi longo e cheios de tropeços, muito mais conturbado foi a introdução das mulheres negras no campo da literatura brasileira.

Segundo Alves (2010), a historiografia da literatura de autoria feminina negra data do período colonial, entretanto, as primeiras vozes, como a de Esperança Garcia e Maria Firmina dos Reis, foram esquecidas e silenciadas por mais de um século e somente revisitadas nas últimas décadas do século XX. Por outro lado, é a partir da interpenetração do feminismo negro no feminismo tradicional, que se passa a reconhecer as vivências e reivindicações das mulheres negras, pobres e lésbicas que até esse momento não tinham reconhecidos o seu direito à voz e cidadania plena.

A militância feminina negra se distinguiu das bandeiras que impulsionaram o chamado movimento feminista brasileiro, pois para ela seriam outros os obstáculos a superar, em oposição à mentalidade de muitas mulheres brancas para os quais o conceito de feminilidade estava relacionado à brancura e à pureza, as quais não contemplavam as mulheres negras que tinham (e têm) que se desvencilhar de uma variedade de estigmas que correlacionam a cor e trajetória histórica com inferioridade, entre estas:

- i.) uma suposta essência;
- ii.) desonestidade e delinquência;
- iii.) moradia precária;

iv.) depravação moral;
 v.) falta de religiosidade;
 vi.) falta de higiene;
 vii.) falta de urbanidade, falta de educação ou analfabetismo (Bezerra, 2007, p. 30 *apud* Alves, 2010, p. 61).

Mediante o fragmento acima, fica evidenciado que o feminismo tradicional não contemplava as necessidades de todas as mulheres, pois as negras e indígenas não tinham os mesmos direitos e pureza que as mulheres brancas. Desse modo, foi preciso que as mulheres negras se fizessem ouvir e ir de encontro aos estereótipos negativos com os quais eram definidos o seu corpo e trajetória, inclusive na superação do analfabetismo e de outras marcas que as distanciavam das bandeiras do feminismo eurocentrado. Do analfabetismo, observam a obra **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**,

23 de julho

[...] Liguei o rádio para ouvir o drama. Fiz o almoço e deitei. Dormi uma hora e meia. Nem ouvi o final da peça. Mas, eu já conhecia a peça. Comecei a fazer meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.

- Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.

Todos tem¹⁸ um ideal. O meu é gostar de ler. (Jesus, 2020, p. 31)

Em conformidade com a autora, percebeu-se que muitas mulheres negras, mesmo antes do reconhecimento de suas vozes, já buscavam ocupar um outro lugar, a exemplo de Carolina, a narradora-protagonista de **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. Ela era uma mulher preta que gostava de livros e prezava pela educação dos filhos, que ouvia radionovelas, que escrevia peças teatrais para o circo, poemas e diários, o que demonstra o espanto do seu interlocutor: “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” (Jesus, 2020, p. 31). Esse espanto é também uma construção histórica do passado escravagista, no qual o espaço da mulher negra era a senzala, o trabalho agrícola e no espaço doméstico. Todavia, quando a mulher negra passa a ser dona da sua própria voz e da sua escrita literária, foi vista com desconfiança ou se tentou silenciá-la como posto a seguir:

A produção literária de autores e autoras negras vive em verdadeiros sacos de varas. Primeiro é acusada de essencialismo, depois é punida com o anonimato. Trata-se de um anonimato complexo, que retira a legitimidade do negro como escritor. A esse escritor é reservado um lugar de objeto de estudos no discurso dos pesquisadores, ou

¹⁸ O desvio da concordância verbal no trecho destacado é próprio da escrita da autora, sobretudo no que se refere ao uso da acentuação gráfica. Por essa razão, procuramos manter o mais estrito possível a voz da autora e edição da obra.

seja, alguém que só tem existência através do agenciamento do outro [...] Na verdade, existe a prática de defender o status quo da literatura e a visão de que é um lugar reservado a determinados assuntos, específicos das suas formas de abordagens (Alves, 2002, p. 235).

Consoante ao exposto por Alves (2002), entendeu-se que a literatura produzida por mulheres negras tem avançado e conquistado alguma notoriedade na academia e nos círculos literários, entretanto, esse avanço ainda se mostra tímido e marcado por um acentuado conjunto de preconceitos e certa resistência àquilo que elas escrevem. Neste sentido, fica evidente uma negação do negro como sujeito autoral e do seu ponto de vista nos seus discursos, como se autores negros não tivessem legitimidade para exercer o seu lugar de fala ou que ficcionalizar suas experiências fosse algo que só coubesse àqueles considerados brancos, da elite e de alta escolaridade. Por sua vez, o termo sujeito, aqui, tende a especificar a relação de um indivíduo com a sua sociedade, levando em consideração seus interesses individuais e coletivos, de forma que estes sejam validados (Kilomba, 2019).

Desse modo, a escrita afro-feminina é posta como resistência, uma vez que “resistir é ainda acreditar – nos homens e na própria literatura como instrumento de ação” (Dalcastagnè, 2017, p. 65). Nessa perspectiva, a escrita caroliniana assume as duas visões do sentido de resistência na literatura, é tema e é também um método de escrita, conforme visto em: “28 de maio. [...] a vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha até aqui tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (Jesus, 2020, p. 154).

Conforme o excerto, se nota que a narradora acredita que, ao mostrar a realidade da favela em seus escritos, de alguma forma, eles serão lidos e interpretados como instrumentos de ação capazes de modificar as estruturas e, com isso, promover transformações na sua realidade. Inclusive alimenta o sonho de que se tornará uma grande escritora, isso para ela é também a possibilidade de viver com dignidade juntamente com seus filhos. O referido sonho pode ser visto em: “É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela” (Jesus, 2020, p. 33). Diante do fragmento anterior, cabe ressaltar que ao explicitar sua necessidade de sair da favela, Carolina se mostra como voz de muitos que como ela, sentiam a necessidade de sair do ambiente inóspito e inseguro para a criação dos seus filhos.

Também vale mencionar que escrever para resistir tem sido o grande desafio das mulheres negras não apenas no Brasil, mas em outras sociedades que se formaram a partir dos modelos patriarcais, como acontece em alguns países da África. Desse modo, é necessário

afirmar que a literatura africana e a afro-brasileira constituem caminhos que ajudam a ressignificar o papel das mulheres nas sociedades onde se originam, além de contribuir para a desconstrução das condições de subalternidades, desvelar estigmas que foram impressos e que se reproduzem desde séculos passados até os dias atuais. Contudo, faz-se necessário que as mulheres que escrevem, possam articular com outras, como forma de ampliar o universo literário, como pode ser visto nos relatos sobre o momento em que essas vozes ganham mais espaço:

A partir das décadas de 1960 e 1970, escritoras e as mulheres negras engajadas, preocupadas com as questões do feminismo, mas também da discriminação racial, realizam debates dentro e fora do Movimento Negro, levantando novas questões sobre o papel das afrodescendentes no contexto da sociedade brasileira, dando visibilidade às inquietações relegadas ao silêncio até então (Alves, 2010, p. 67).

Nota-se que, mediante o ponto de vista presente no trecho, a mudança no cenário literário só ganha força através da ampliação dos debates sobre o papel dessas mulheres em todos os ambientes possíveis, não somente dentro dos seus movimentos, mas principalmente fora dessas agremiações. Isso as torna visíveis a outros grupos sociais, demarca o lugar de uma nova produção de textos de todos os gêneros e que discutem sobre raça e gênero, temas fundamentais para a formação de suas identidades (Alves, 2010). Por essa razão, Dalcastagnè chama a atenção para a responsabilidade que trazem nesse contexto; “as organizações de mulheres, que estão se juntando para ler, publicar e estudar outras mulheres, ajudam a ampliar o espaço da literatura. [...] é um marco importante de resistência no campo literário” (Dalcastagnè, 2017, p. 246). Compreendeu-se que por meio de tais organizações, as vozes tornam-se mais firmes, mais potentes, sendo possível ouvi-las em toda parte, o ressoar de ecos de resistências, inclusive assume tons coletivos, constrói-se métodos e busca legitimar suas teorias. Por isso, acrescenta-se:

A documentação da realidade histórica das mulheres ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento das mulheres nos anos 1970. Esse discurso produziu uma experiência feminina compartilhada que, embora levasse em conta as diferenças sociais, enfatizava o denominador comum da sexualidade e as necessidades e interesses a ela vinculados. O aumento da consciência acarretou a descoberta da “verdadeira” identidade das mulheres, a queda das viseiras, a obtenção de autonomia, de individualidade e, por isso, de emancipação. O movimento das mulheres pressupõe a existência das mulheres como uma categoria social separada, definível, cujos membros necessitam apenas serem mobilizados (em vez de ser uma coleção de pessoas biologicamente similares, cuja identidade estava em processo de ser criada pelo movimento). A história das mulheres confirmou assim uma realidade da categoria “mulheres”, sua existência

anterior ao movimento contemporâneo, suas necessidades inerentes, seus interesses e suas características, dando-lhes uma história (Scott, 2011, p. 86).

Percebeu-se que as noções de história das mulheres de Joan Scott e da brasileira, Regina Dalcastagnè, trazem à baila as contribuições da realidade social para a construção de uma performance do ser mulher a partir dos anos 1970. Isso inclui uma maior consciência sobre seu corpo e suas ações na esfera social. No entanto, em se tratando de literatura africana, essa carrega marcas muito mais profundas da colonização e do processo escravagista, porque muitas mulheres desse continente foram silenciadas e excluídas do trabalho externo à casa, uma vez que os estereótipos oriundos do sexismo as colocam num nível mais alto de opressão.

Em se tratando de processos culturais, em África, a não ocupação dos mesmos espaços do masculino no mercado de trabalho configura uma marca de desprestígio à figura feminina, pois para elas isto não é somente uma imposição do patriarcado, mas a ideia de que elas não devem competir ou ocupar cargos mais elevados que os seus esposos. Além disso, quando se trata da poligamia em contexto moçambicano ou nigeriano como posto no romance **Asalegrias da maternidade** (2018), isto revela um outro processo cultural que não cabe aos que estão de fora julgá-lo como incorreto ou não. Por exemplo, pode ser citada a preocupação com a fertilidade feminina.

Passado algum tempo, Nnu Ego já não conseguia partilhar suas dúvidas e preocupações com o marido. O problema agora era dela e apenas dela. Ia emsegredo de um díbia para outro, e todos lhe diziam a mesma coisa: que a escrava queera sua chi não queria lhe dar um filho porque ela fora dedicada a uma deusa de rio antes que Agbadi a levasse como escrava. Chegando em casa, Nnu Ego pegava um ovo, símbolo de fertilidade, e se ajoelhava para implorar àquela mulher que mudasse de opinião. “Por favor, se apiede de mim. Sinto que o povo de meu marido já começa a procurar uma nova esposa para ele. Eles não podem esperar para sempre por mim. Ele é o primogênito da família, seu povo quer que ele tenha um herdeiro o mais depressa possível. Por favor, me ajude”.

No mês seguinte, a história se repetia.

Ela não se surpreendeu quando uma noite Amatokwu lhe disse sem maiores cuidados que ela teria de se mudar para uma cabana próxima destinada às esposas mais velhas, pois seu povo encontrara uma nova esposa para ele. “Meu pai está desesperado. Agora todos já sabem que sua chi vem do povo da parte baixa do rio. Dizem que as mulheres de lá são muito fortes. Me perdoe, Nnu Ego, mas não posso decepcionar minha gente”. (Emecheta, 2018, p. 46).

Conforme narrado no fragmento, evidencia-se a força que as ideologias desenvolvidas pelo modelo patriarcal mantêm sobre as mulheres nigerianas durante todo esse tempo, impondo-lhes condições de subalternização, sobretudo no tocante à maternidade. Por sua vez, ao trazer para sua obra temas como a fertilidade da mulher, a autora leva seus leitores a

intensificar as reflexões sobre essa condição social atribuída às mulheres e não aos homens, pois a estes não se associava a infertilidade.

Também se ressalta que a relação binária homem e mulher tem seus papéis bemdefinidos, o primeiro, precisa mostrar-se superior para toda a sociedade e uma das condições é ter filhos, especialmente, filhos homens para continuar a linhagem patriarcal e, assim, garantir uma expansão genealógica como meio para sustentar o seu poderio. À segunda, cabe o papel de servir de apêndice para que os desejos dos homens sejam realizados.

Sobre as mulheres foram construídos estereótipos como o de que toda mulher para ser completa precisa ser fértil, gerar filhos, caso isso não aconteça, elas passam a ser substituídas como mercadorias, relegadas ao esquecimento e obrigadas a executar serviços pesados, antes desempenhados pelos homens, como lido em: “Na lavoura, Amatokwu lhe dava ordens como a qualquer outro agricultor” (Emecheta, 2018, p. 47). Diante do excerto, evidencia-se que o fato de não conseguir engravidar se tornava mais doloroso quando essas mulheres passavam a ser duplamente oprimidas, como observado em: “Sou um homem ocupado. Não tenho tempo para desperdiçar minha preciosa semente masculina com uma mulher estéril. Tenho de criar filhos para minha linhagem. Se você realmente quer saber, você já não me atrai. É seca e arisca” (Emecheta, 2018, p. 47).

Nota-se que a não capacidade reprodutiva ou a demora de Nnu Ego em gerar filhos fez com que ela fosse considerada pelo marido como rebotalho da vida, uma árvore seca, aquela que pode ser cortada e jogada fora, uma vez que não era digna de com ele mais se deitar, já que seria apenas para estragar a seiva. Sendo assim, as relações de gênero no universo nigeriano retratado tinham uma finalidade – a capacidade reprodutiva – e se a mulher não engravidasse logo após o casamento, poderia ser trocada por outra, visto que o patriarca precisava dar continuidade a sua linhagem e mulheres sem a capacidade reprodutiva não lhes seria útil. Nesta situação, caberia às mulheres inférteis o trabalho agrícola tal qual os homens e outros cuidados diferentes do trabalho com a casa e o cuidado com os filhos. Pois “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p. 24).

Segundo Davis (2016), a exaltação ideológica sobre a maternidade negra, diz muito mais sobre as concepções de poder e ganho dos seus proprietários, já que para eles, as escravizadas eram vistas como objetos possíveis de reprodução de mão de obra escrava, do que propriamente de mães. Dessa forma, os corpos dessas mulheres poderiam ser açoitados,

mutilados e dispostos a qualquer tipo de trabalho, sem considerar quaisquer outros aspectos como físicos ou biológicos.

Até aqui tratou-se de contextualização sobre a literatura brasileira e africana de autoria feminina, entretanto a finalidade deste subtópico é abordar o percurso da literatura de autoria feminina negra, inclusive dos processos culturais implicados nessa produção artística. Para isso, faz-se necessário recorrer aos principais nomes desse universo, tanto as que escreveram antes, quanto as que escrevem paralelo às autoras estudadas nesta investigação, a fim de que se produza uma linha genealógica da escrita feminina negra no Brasil e em outros países.

Nesta intenção, cita-se a maranhense, Maria Firmina dos Reis (1825-1917)¹⁹, que nasceu na capital do estado, filha adotiva de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Desde cedo conviveu com as condições de negra e bastarda, ainda na tenra infância saiu da capital e foi para o interior – a vila de São José dos Guimarães – e lá cresceu entre familiares e amigos (Zin, 2017). No tocante à escrita literária da autora convém sustentar que ela escreveu **Úrsula** (1859), **Gupeva** (1861), **Cantos à beira-mar** (1871), **A escrava** (1887) e **Hino da Libertação dos Escravos** (1888). Seus textos abrem espaço para novas visões a respeito do negro,

Sua escrita instaura um signo novo e disruptivo no mundo de significações da razão colonial, pois inscreve o negro enquanto sujeito de uma experiência histórica anterior à escravização, com vínculos afetivos, pertencimentos territoriais e ética de existência coletiva. E principalmente falando por si mesmo. Na obra do homem negro brota a medida do humano, e da mulher negra emerge um arquivo de memória cuja narração fratura o ordenamento colonial que organizava a sociedade. (Miranda, 2019, p. 83).

Na sua produção literária, a autora tratou de temas que revisitavam os conceitos de mundo, da mulher, do indígena e do negro, centrada nos ideais de liberdade, e fez emergir uma nova visão principalmente da mulher negra, sua conduta e suas atribuições em meio à sociedade da época. A autora denuncia o modo como essas mulheres eram tratadas, como visto em sua primeira obra **Úrsula** (1859), romance que traz uma crítica ainda que de forma sutil ao poder patriarcal, além de mostrar as personagens assumindo-se como sujeitos de suas histórias. Desse modo, evidencia-se a importância da escrita da mulher negra na desconstrução da ordem estabelecida no período colonial e na abertura de novos caminhos

¹⁹ Atesta-se que até o ano de 2017, o ano de nascimento da autora era 1825, porém a pesquisadora Dilercy Aragão Adler revelou que o ano de nascimento de Firmina foi 1822, o que preenche algumas lacunas acerca do conhecimento sobre a primeira romancista brasileira, inclusive de que ela nascera 6 meses antes do processo de independência do Brasil e que acompanhara toda campanha abolicionista presente em seus textos e ainda conheceu o período pós-abolição, vindo a falecer em 11 de novembro 1917 (MIRANDA, 2019).

para se pensar a literatura brasileira, mesmo que sua voz e escrita tenham sido silenciadas por muito tempo.

Em um espaço de tempo bastante acentuado, três anos após a morte de Maria Firmina dos Reis, nasceu Ruth Guimarães Botelho, no dia 13 de junho de 1920, em Cachoeira Paulista no Vale do Paraíba, São Paulo. Foi poetisa, romancista, contista e tradutora; sua produção emerge para quebrar o silêncio das vozes femininas negras, “como água correndo entre pedras, Ruth Guimarães abriu caminhos no seu tempo, criou trilhas onde pouca estrada existia” (Miranda, 2019. p. 115). Inclusive, foi presença constante no cenário das letras desde os seus dez anos de idade quando publica seus primeiros versos nos jornais locais.

Como água corrente, perfurando estreitos caminhos de pedra, Ruth Guimarães pavimentou uma história intelectual vitoriosa, enfrentando a ordem social racista e machista na medida em que alcançou lugares historicamente negados às mulheres negras, especificamente no mundo da escrita – e nesse lugar ela se estabeleceu. (Miranda, 2019. p. 116)

Mais que uma escritora, Ruth Guimarães foi uma voz que não se limitou às barreiras estabelecidas por uma sociedade que tem em sua estrutura uma concepção sexista e racista, em que mulheres não são vistas como capazes de escrever. Contrariando todos que acreditam na incapacidade de produção literária das mulheres, a autora consegue publicar seu romance **Água Funda** em 1946, com apenas 26 anos, sendo, pois, a primeira romancista negra a projetar-se no cenário nacional. Ruth Guimarães, uma mulher pobre, negra e caipira, como costumava se definir, percebe-se por sua vez que sua obra de estreia está inserida e dialoga com o projeto literário do modernismo por recuperar singularidades do espaço regional na literatura de ficção (Brito, 2016).

Outra escritora a ser apresentada neste texto, é Carolina Noémia Abranches de Sousa Soares, poetisa, tradutora, jornalista e militante política. Nasceu no dia 20 de setembro de 1926 em Catembe Moçambique e lutou intensamente pela independência de vários países. Sua única obra **Sangue Negro** foi publicada em 1951 com recursos próprios. Autora de uma densa obra poética, ficou conhecida como “Mãe dos poetas moçambicanos”. Noémia de Sousa representa em seus poemas, a resistência da mulher africana, conforme se lê nos versos que seguem.

Poema

Bates-me e ameaças-me,
agora que levantei minha cabeça esclarecida
e gritei: “Basta!”

Armas-me grades e queres crucificar-me
agora que rasguei a venda cor de rosa
e gritei: “Basta!”

Condenas-me à escuridão eterna
agora que minha alma de África se iluminou
e descobriu o ludíbrio...
e gritei, mil vezes gritei: “Basta!”

Ó carrasco de olhos tortos,
de dentes afiados de antropófago
e brutas mãos de orango:
Vem com o teu cassetete e tuas ameaças,
fecha-me em tuas grades e crucifixa-me,
traz teus instrumentos de tortura
e amputa-me os membros, um a um...
Esvazia-me os olhos e condena-me
[à escuridão eterna...
- que eu, mais do que nunca,
dos limos da alma,
me erguerei lúcida, bramindo contra tudo:
Basta! Basta! Basta! (Sousa, 2018, p. 122).

Nota-se que todo o poema é um grito de resistência do eu lírico – o primeiro ato é a resistência à opressão do escravagista e/ou colonizador conforme se depreende dos verbos bater e ameaçar presentes no primeiro verso, porém, ela levanta a cabeça, sabe como dizernão, é experiente e reage às opressões vividas. Na segunda estrofe, entende-se que ela resiste à dominação do patriarcado, sistema que armou estruturas que aprisionam e crucificam a figura feminina, no entanto, ela rasga a venda que tapava seus olhos e se põe contra esse poder imposto às mulheres. Por sua vez, na terceira estrofe, a voz feminina continua em processo de ruptura das estruturas de poder e controle que a ludibriavam e faziam com que ela se invisibilizasse e acreditasse nos desmandos do colonizador sobre o seu território (espaço geográfico) e o seu corpo (espaço físico e psíquico). Por último, a quarta estrofe revela a reação aos processos de colonização, patriarcado e lutas pela liberdade política de Moçambique, inclusive exalta que embora tenha seus membros amputados, fique cega, suas marcas se manterão lúcidas para a posteridade.

Carolina Maria de Jesus, nasceu em Sacramento, Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914, foi escritora, compositora e poetisa, teve uma infância difícil o que dificultou o acesso à escola e favoreceu a saída de sua cidade em busca de novas oportunidades. Mãe de três filhos,

José Carlos, João José e Vera Eunice, Carolina sempre viveu em função dos filhos e da escrita. Durante sua carreira como escritora publicou várias a primeira foi **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (1960), em seguida vieram **Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada** (1961), **Pedaços da Fome** (1963), **Provérbios** (1965), entre poemas e canções e depois de sua morte há um conjunto de obras póstumas entre as quais, **Diário de Bitita** (1982) e **Clires, antologia poética** (2021).

A obstinação pela leitura e pela escrita a acompanhara desde a infância foi motivo de dor e de alegria, “trata-se de uma autora que visibiliza intensamente as marcas da condição nacional racista dentro do sistema literário brasileiro, quando surgiu entre o fim da década de 1950 e o começo dos anos 1960” (Miranda, 2019, p. 161); são marcas de uma sociedade excludente não apenas sob o aspecto da raça, do ser negro, mas também mostra a realidade de um sistema educacional que impossibilita que crianças pobres tenham acesso à escola, como aconteceu com Carolina, ao se tornar escritora tendo cursado somente até a segunda série do ensino fundamental menor.

Nessa perspectiva, Carolina aborda em seu diário os principais problemas que assolam os pobres, periféricos, negros, mulheres, aqueles que vivem à margem dos direitos econômicos e sociais, como apontado em: “As pessoas comuns universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem” (Denzin, 2019, p. 32). Nota-se ainda que em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**, a autora não só universaliza os problemas sociais daquele momento, mas mostra o momento em que o sujeito periférico saíra extensa condição de tema e torna-se autor de sua própria história (Miranda, 2019, p.164).

Anajá Caetano nasceu em São Sebastião do Paraíso, sul de Minas Gerais, romancista negra asseverada, escreveu uma única obra, **Negra Efigênia, paixão do senhor branco**, publicada em São Paulo, em 1966, narrativa que por meio da ficção transporta o leitor para o período da escravidão, tecendo uma teia que dialoga com a história, ao trazer fatos, episódios e nomes que fizeram parte do contexto em que a obra foi narrada. Outro aspecto relevante de seu texto é a construção dos laços diaspóricos mantidos entre África e o Brasil, retomada feita por meio da memória de seus ancestrais. Contudo, “entre todas as autoras negras (que consegui mapear) que produziram romances no Brasil, Anajá Caetano é indubitavelmente a mais desconhecida, ou invisibilizada.” (Miranda, 2019, p.193).

Aline França nasceu em 15 de fevereiro de 1948, em Teodoro Sampaio na Bahia, filha do ferreiro Bento Ramos França, teve de trabalhar na lavoura desde cedo, iniciou seus escritos ainda criança. Em meados de 1970 mudou-se para Salvador onde prestou concurso e passou a

trabalhar na Universidade Federal da Bahia – UFBA – e após sua aposentadoria a autora retomou à produção literária. No entanto, Aline França sempre esteve presente no universo literário e participou de publicações em antologias, dedicou-se também à direção e produção de espetáculos musicais em que celebrava a cultura afro-baiana, participou de debates, foi palestrante de seminários e buscou sempre trazer para o centro dos discursos a presença da mulher e do negro na literatura afro-brasileira, (LITERAFRO, s.d). Já em 1981, publica a novela, **A mulher de Aleduma**, “uma saga imaginária para o povo negro, recorrendo à escrita do insólito para costurar o real e adentrar o histórico” (Miranda, 2019, p. 228).

Marilene Barbosa de Lima Felinto nasceu em 1957 em Recife Pernambuco, mudou-se para São Paulo em 1968, graduada em Letras pela Universidade de São Paulo, romancista e cronista que surpreendeu o universo literário com a sua linguagem vigorosa e original. Publicou o romance **As mulheres de Tijuapapo** (1982), produção que garantiu o prêmio Jabuti de Revelação do autor (TIRO DE LETRA, s.d.), também é considerado pela crítica como o primeiro romance de autoria negra feminina a ser traduzido para a língua estrangeira (MIRANDA, 2019). Além do romance citado a autora escreveu **Contos reunidos** (1991), **Obsceno abandono** (2002), **Autobiografia de uma escrita de ficção** (2019), **Fama e infâmia** (2019) e **Mulher feita e outros contos** (2022).

Outra autora negra de destaque na contemporaneidade é a fluminense Ana Paula Maia, atualmente mora em Curitiba, escritora da mídia impressa e televisiva. Publicou romances e contos como: **O habitante das falhas subterrâneas** (2003), **A Guerra dos Bastardos** (2007), **Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos** (2009), **Carvão animal** (2011), **De gados e homens** (2013), **Assim na terra como embaixo da terra** (2017), **Enterre seus mortos** (2018), **De cada quinhentos uma alma** (2021). Além dessas obras a escritora é também roteirista de cinema e tv, com o filme **Deserto** (2017) e a série **Desalma** (2019) e no teatro, foi co-autora do monólogo **O rei dos escombros** (2003). A autora recebeu o prêmio São Paulo de Literatura nos anos de 2018 e 2019, pelos romances, **Assim na terra como embaixo da terra** e **Enterre seus mortos**, respectivamente.

Cabe destacar também a escritora brasileira negra mais conhecida na contemporaneidade – Conceição Evaristo. Nascida na capital mineira em 1946, na década de 1970 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e trabalhou como professora da rede pública; é mestre em Literatura brasileira e doutora em Literatura Comparada. Sua caminhada é marcada pela participação ativa nos movimentos de valorização da cultura negra, tendo seus primeiros textos publicados

nos anos 1990 na série **Cadernos Negros**. Posteriormente, publicou **Ponciá Vicêncio** (2003), **Becos da memória** (2006), **Insubmissas lágrimas de mulheres** (2011), **Olhos D'Água** (2014), **Histórias de leves enganos e parecenças** (2016), **Poemas da recordação e outros movimentos** (2017) e **Canção para ninar menino grande** (2022), além de uma série de ensaios, artigos, entrevistas e outros textos.

Miriam Aparecida Alves nasceu em São Paulo em 1952, aos onze anos de idade escreve seus primeiros textos, sua desenvoltura com a escrita, permite a sua integração no Coletivo Quilombhoje Literatura em meados de 1980, a qual se torna responsável pela produção dos Cadernos Negros e por meio da escrita de si, a autora desenvolve uma retórica militante e de protesto. Sua carreira literária se consolida com a publicação do seu primeiro livro **Momentos de busca** (1983), em que buscou dialogar com a literatura de diáspora negra, em seguida vieram as obras, **Magma** (1983), **Estrelas no dedo** (1985), em parceria com Arnaldo Xavier e Cuti, escreve **Terramara** (1988), **Reflexões sobre a Literatura brasileira** (1985), **Criação crioula, nu elefante branco** (1987), **Mulher mat(t)iz** (2011), **Bará na trilha do vento** (2015) e **Maréia** (2019). A autora é uma presença contínua na literatura afro-brasileira e nas universidades brasileiras e estrangeiras, com participações em debates, palestras e eventos acadêmicos, sem perder de vista o seu eixo central que é a produção negra feminina.

Ainda dentro desse contexto, podemos ressaltar a importância de Eliana Alves Cruz na literatura de autoria feminina negra contemporânea. Nascida no Rio de Janeiro é jornalista e chefe do Departamento de Imprensa da Confederação Brasileira de Esportes Aquáticos e vice presidente do Comitê de Mídia da Federação Internacional de Natação (FINA). Considera-se que a participação da escritora nesses órgãos e em Olimpíadas, campeonatos mundiais e outros eventos desportivos aquáticos, além de ser responsável pelo site www.blacksportclub.com.br, que tem contribuído para demarcar a presença de negros no referido esporte. A escritora também tem obras de ficção como, **Água de barreira** (2016), **O crime do cais do Valongo** (2018), **A copa frondosa da árvore** (2019), **Nada digo de ti, que em ti não veja** (2020), **A vestida** (2021), **Solitária** (2022), **O desenho do mundo** (2022).

Outra autora de destaque é Elisa Lucinda, artista múltipla – escritora, poeta, atriz e cantora. Nascida em Vitória, capital do Espírito Santo em 1958, na infância recitava poesias e cultivava o sonho de ser atriz, por isso sua mãe a matriculou no Curso de Interpretação Teatral da Poesia. Esse foi o marco inicial da sua escrita e visão artística, jornalista, entretanto, deixa

o jornalismo de lado, muda-se para o Rio de Janeiro onde fez o Curso de Interpretação Teatral da Casa de Artes de Laranjeiras (CAL). Também atuou em peças como, “Rosa, um musical brasileiro”, “Bukowski” e “Bicho solto no mundo” e nas telenovelas “Kananga do Japão” (1989), na extinta tv Manchete, e na tv Globo, “Mulheres apaixonadas” (2003), “Páginas da vida” (2006) e atualmente, “Vai na fé” (2023).

Como escritora, publicou **O semelhante** (1994), **Euteamo e suas estreias** (1999), **Contos de vista** (2004), **A fúria da beleza** (2006), **A poesia do encontro** (2008), **Parem de falar mal da rotina** (2010), **Fernando Pessoa, o cavaleiro de nada** (2014), **Vozes guardadas** (2016), **Quem me leva para passear** (2021), **Livro do avesso – pensamento de Edite** (2021), **A menina transparente** (2021), **A dona da festa** (2021), **O órfão famoso** (2021).

Outro nome marcante na autoria feminina negra contemporânea é o da mineira Ana Maria Gonçalves. A escritora e publicitária, morou em São Paulo e na Bahia, lugar que lhe serviu de estímulo à descoberta de si como ficcionista, e tem se dedicado à literatura e à pesquisa do universo diaspórico africano nas Américas. Desde então, a autora publicou **Relicário de sonhos** (2001), **Ao lado e à margem do que sentes por mim** (2002), **Um defeito de cor** (2006), em parceria com Eduardo de Assis Duarte escreveu o volume três da antologia **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica** (2011).

Também é oportuno destacar a presença da professora, poeta e ficcionista paulista Geni Mariano Guimarães, conhecida apenas como “Geni Guimarães”. Ela iniciou sua carreira com a publicação de pequenos trabalhos no Debate Regional e no Jornal da Barra, além disso lançou o livro de poemas, **Terceiro filho** (1979), e depois se aproximou do grupo Quilombhoje e da discussão acerca da literatura negra publicando contos de poesias nas antologias do Cadernos Negros desde o seu volume quatro. Sua produção foi se formando conhecida com as publicações da obra, **Da flor o afeto, da pedra o protesto** (1981), mais tarde, a autora participou da IV Bienal Nestle de Literatura (1988) e, como resultado, publicou um livro de contos chamado **Leite do peito** (1988), depois outros textos como **A cor da ternura** (1989), **Balé das emoções** (1993), **A dona das folhas** (1995), **O rádio de Gabriel** (1995), **Aquilo que a mãe não quer** (1998), **O pênalti** (2019) e **Poemas do regresso** (2020).

Lu Ain-Zaila, ou Luciene Marcelino Ernesto, escritora afrofuturista/sankofista, ativista social e pedagoga do Rio de Janeiro, graduada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tematiza os saberes ancestrais africanos nas suas obras com o fito de estabelecer o contato do leitor com a diáspora africana e suas raízes de além-mar. Sua escrita se inscreve no gênero

cyberfunk²⁰, no entanto, escreveu também antologias e textos de ficções, entre as quais temos **Eparrei – Revista da Casa de Cultura da Mulher Negra** (2007), **Recanto das Letras – Organização de ...** (2013), **(In)Verdades – Duologia Afro-Brasil**, vol. 1 (2016), **(R)Evolução - Duologia Afro-Brasil**, vol. 2 (2017), **Sankofia: breves histórias sobre afrofuturismo** (2018), **Isegún** (2019), **Do futurismo negro ao afrofuturismo** (2019), **Eu, algoritmo** (2019), **Afrofuturismo – o espelhamento negro que nos interessa** (2019), **Elas e as letras – Insubmissão ancestral** (2020) e **A literatura de mulheres periféricas** (2020).

A autoria feminina negra é uma presença cada vez mais relevante nos textos literários de diversos países, além do Brasil, há várias outras escritoras de países diversos que influenciam grandemente o desenvolvimento da escrita da mulher negra. Estas têm conquistado espaço na literatura, trazendo suas vivências e perspectivas únicas para o cenário literário internacional. A representatividade dessas autoras é essencial para promover a diversidade e a quebra de estereótipos, que historicamente relegaram as vozes das mulheres negras a um segundo plano. As escritoras negras de diferentes nacionalidades têm se destacado não apenas por sua habilidade na construção narrativa, mas também pela maneira como abordam questões cruciais como o racismo, machismo, sexismos e da maternidade. Através de suas histórias, essas autoras têm contribuído para a ampliação de perspectivas e para a desconstrução de preconceitos arraigados na sociedade. Portanto, a autoria feminina negra é um elemento fundamental para uma literatura mais diversa, inclusiva e representativa de nossas complexidades e experiências, fatos que justificam a presença de autoras de outras nacionalidades no corpo desta pesquisa.

Diante da relevância da produção de autoria negra e para fortalecer a discussão sobre maternidade, destaca-se Toni Morrison, nascida em 1931 em Ohio, Estados Unidos e Graduada em Letras pela Howard University, considerada uma autora expressiva para a crítica literária da contemporaneidade. Toni Morrison, uma das autoras negras mais proeminentes da literatura contemporânea, conquistou seu lugar de destaque ao tocar em questões poderosas e profundas sobre a experiência da maternidade na sua obra-prima **Amada** (1987). Sua contribuição para a literatura negra feminina é inegável, pois explora as complexidades da maternidade e como ela afeta a identidade da mulher negra. Com uma perspectiva única, ela desafia estereótipos e expõe as nuances dessa experiência, revelando as tensões entre o amor maternal, a dor e o trauma histórico. A autoria feminina e negra de Toni

²⁰ Subgênero da ficção científica, visto principalmente no filme *Matrix* – traz cenários de desigualdade, guerras, resistências das periferias junto a um clima de festa e carnaval próprio desses espaços (LITERAFRO, S.D.).

Morrison dá voz às experiências negligenciadas e sub-representadas na literatura, trazendo à tona as histórias das mulheres negras e lançando luz sobre suas lutas e triunfos como mães. Sua relevância na literatura negra feminina é inestimável, fornecendo uma plataforma para reivindicação e reconhecimento do poder feminino, teve sua estreia como romancista com a obra **O olho mais azul** (1970). Durante sua trajetória, foi indicada a vários prêmios, inclusive venceu o National Book Critics Circle (1975), o Pulitzer (1987) e o Nobel de Literatura (1993). Além da obra citada a autora escreveu **Paraíso** (1998), **Amor** (2005), **Quem leva a melhor?** (2008), **Jazz** (2009), **Compaixão** (2009), **Voltar para casa** (2016), **Deus ajude essa criança** (2018), **A origem dos outros** (2019), **A fonte da autoestima** (2020) e **Sula** (2021). E se aposentou em 2006 como professora da Universidade de Princeton.

Também em solo africano se destacam algumas escritoras como a moçambicana, Paulina Chiziane, nascida em Manjacaze, Província de Gaza, mas cresceu em Maputo. Filha de protestantes, sem nunca ter sido batizada, estudou em escola católica e secundária, teve contato com a língua portuguesa, enquanto no cotidiano familiar falava o chope. Na literatura, ela se afirma como contadora de histórias e não romancista ou escritora, ainda que desde 1984 tenha publicado crônicas nas revistas **Domingo e Tempo** e de lá para cá, diversos contos, romances e outros textos. Das suas narrativas citam-se **Balada de amor ao vento** (1990), **Ventos do apocalipse** (1993), **O sétimo juramento** (2000), **O alegre canto da perdiz** (2008), **As andorinhas** (2008). Seu livro **O alegre e Niketeche: uma história de poligamia** (2002) recebeu o prêmio José Craveirinha, da Associação Moçambicana de Escritores como o melhor romance daquele ano e, em 2021, pelo conjunto de sua obra foi agraciada com o prêmio Camões, maior prêmio da literatura de língua portuguesa.

Nos últimos tempos um outro nome de destaque da autoria feminina negra africana é o da nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche. Feminista e escritora, reconhecida como uma das mais importantes jovens no universo da literatura anglófona nasceu no estado de Anambra, mas passou boa parte de sua vida na cidade universitária de Nsukka, no sudeste da Nigéria. Seu pai, James Nwoye Adichie, era professor e sua mãe, Grace Ifeoma, foi a primeira mulher a trabalhar como administradora na universidade. Chimamanda estudou medicina e farmácia por um ano e meio na Universidade da Nigéria. Durante este período, ela atuou como editora na revista, *The Compass*, dirigida pelos alunos de medicina da universidade católica. Aos dezenove anos, deixou a Nigéria e se mudou para os Estados Unidos da América para estudar comunicação e ciências políticas, na Universidade Drexel, na Filadélfia. Porém, se transferiu para a Universidade de Connecticut para ficar perto de sua irmã. Em 2003, completou seu

mestrado em escrita criativa na Universidade Johns Hopkins de Baltimore, e em 2008, recebeu o certificado como mestre de artes em estudos africanos pela Universidade Yale. Ela publicou os romances **Meio sol amarelo** (2008), o qual foi vencedor do prêmio Orange Prize e teve sua adaptação para o cinema em 2013. Os romances, **No seu pescoço** (2009), **Hibisco roxo** (2011), **Americanah** (2014) e a coletânea de contos, também foram aclamados pela crítica. Escreveu ainda, ensaios e palestras, entre os quais cita-se, **Sejamos todos feministas** (2015), **Para educar crianças feministas** (2017), **O perigo de uma história única** (2019) e **Notas sobre o luto** (2021). Ainda sobre sua obra pode-se dizer que ela foi traduzida para mais de trinta línguas, entre elas a portuguesa e teve seu nome citado nas revistas *New Yorker* e *Granta* e as conferências dela, no TED, têm mais de vinte milhões de visualizações.

Florence Onyibuchi “Buchi” Emecheta foi uma escritora nigeriana que morou em Londres, de origem Igbo, educada em escola batista e metodista no seu país de origem, e falecendo em janeiro de 2017. Formou-se na Universidade de Londres, fez bacharelado em Sociologia (1974), mestrado em Educação (1976) e doutorado em Educação (1991). Os seguintes romances foram traduzidos para o português brasileiro: **Cidadã de segunda classe** (2018), **As alegrias da maternidade** (2018), **No fundo do poço** (2019) e **Preço de noiva** (2020). Além destes, a escritora tem diversos outros textos com destaque para o romance **Kehinde** (1994), que ainda não foi publicado no Brasil.

A autora trabalhou no Museu britânico, na Inner London Education Authority nos anos 1970 e após seus livros terem recebido apreço da crítica, lecionou nas seguintes universidades – Universidade do Estado da Pensilvânia, Universidade de Rutgers, Universidade da Califórnia, Universidade de Los Angeles e Universidade de Illinois, entre outras, e também recebeu o prêmio a Ordem do Império Britânico²¹ no ano de 2005.

Diante da exposição de alguns nomes que fazem parte da história da formação da literatura de autoria negra feminina – e dos muitos que não foram citados nesta pesquisa – podemos perceber que existem muitas lacunas no processo histórico e como tal, essa literatura não encontra espaços significativos ao ponto de tornar visível. No entanto, a autoria de mulheres negras na literatura afro-brasileira passou a ampliar nosso campo de visão e

²¹ A Excelentíssima Ordem do Império Britânico é uma honraria concedida ao indivíduo que é muito respeitado em determinada área de atuação e que contribua de forma significativa, seja na música, nas artes, no cinema, no trabalho social, no serviço público ou civil, entre outras. Apenas cidadãos britânicos podem utilizar o “Sir” e “Dame”, contudo, sujeito de outras nacionalidades ao receber essa honra, pode assinar seu próprio nome com as abreviações GBE, KBE e GBE, como é caso de Bono Vox em 2007 e Pelé em 1997. Além desses, receberam também essa honraria, Gilberto Freyre (1971), **Julie Andrews** (1999), **Sting** (2002) e muitos outros, a cerimônia é realizada uma por vez ano.

favoreceu a identificação dos processos de exclusão, racismo, lutas e a busca pelo protagonismo para as populações negras que, em grande medida, compõem o cenário brasileiro (Pitas, 2022). Contudo, muitas autoras continuam nesse silenciamento e suas obras precisam ser pesquisadas. A invisibilidade dessas autoras se dá principalmente pela interseccionalidade da raça, gênero e econômico, o que as tornam escritoras que se encontram silenciadas e que se mantêm à margem do cânone literário.

3.2 O feminismo e a representação da maternidade negra

Sabe-se que o movimento feminista surgiu da necessidade de pensar um lugar para as mulheres na sociedade, uma vez que nas sociedades patriarcais o lugar delas parece ser o da subordinação e do espaço privado como notado nas páginas dos documentos históricos desde a antiguidade. Por essa razão, no século XIX os debates sobre esse incômodo lugar da subordinação e da desigualdade entre os gêneros começa a ser discutido tendo como correspondente situação constatada na Revolução Francesa e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão acerca da igualdade entre os sujeitos sociais. Neste sentido, cabe mencionar que as mulheres não tinham os mesmos direitos dos homens, não estudavam, não votavam, não trabalhavam fora dos limites da casa, assim, afirma-se que as mulheres ocupavam um lugar desigual como corroborado por:

A mulher era culturalmente, por uma visão patriarcal, confinada ao espaço privado, “do lar”, submissa plenamente à figura masculina, quer fosse seu genitor ou companheiro; e quando casada, era tratada como mero objeto de procriação, considerada como propriedade dos homens, aos quais tinha o dever de obediência e subordinação. As mulheres eram oprimidas, escravizadas, exploradas, abusadas por homens que achavam possuir algum direito sobre a classe feminina. Por essa razão, as mulheres buscaram constantemente o seu direito de liberdade e de igualdade. (Silva; Do Carmo; Ramos, 2021, p. 101).

Em conformidade com as autoras, compreendeu-se que as mulheres eram silenciadas por um conjunto de opressões do patriarcado que as fizeram reféns do poder masculino, enquanto crianças e jovens eram subordinados aos pais, quando se casavam aos maridos, e depois de viúvas, aos filhos homens ou cunhados e sogros. Por sua vez esse mesmo conjunto possibilitou que elas buscassem reivindicar seus direitos, se sentiram desiguais e viam não estar contempladas nem mesmo na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a julgar pelo uso das palavras no gênero masculino no título, fato semelhante ao acontecido com a

escritora Amélia de Freitas Beviláqua diante de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras como visto em:

Aberta a sessão. Aloísio de Castro, presidente, submete à apreciação dos estatutos da casa a preliminar: deve-se, ou não, diante dos estatutos, fazer a inscrição de um candidato do sexo feminino? Há opiniões, favoráveis, em virtude de compromissos tomados recentemente em entrevistas à imprensa, quando procuraram tornar-se amáveis com as mulheres. Adelmar Tavares é desse número. Luis Carlos confessa: Que hei de fazer, meu velho? Eu sou contra; mas já disse publicamente que era a favor. Agora, tenho que sustentar o que disse... Afonso Celso é favorável porque Maria Eugênia, sua filha, é candidata. Sincero, unicamente Augusto Lima, que se apegava, aliás, a um argumento digno de sua mentalidade, formada em Minas em 1882: descobre ele que, gramaticalmente, quando se diz “brasileiros”, significam indivíduos de ambos os sexos nascidos no Brasil. Constancio Alves lê um voto contrário, interessantíssimo e virtuoso. Dou a minha opinião: Não se trata de interpretação gramatical, mas de interpretação histórica. Urge, pois, que os fundadores da Academia, sobreviventes, informem o espírito com que foi redigido aquele artigo dos estatutos. Coelho Neto informou que, num encontro com Lúcio de Mendonça, este, referindo-se à pretensão de uma poetisa do tempo, lhe dissera que a Academia era séria, e não admitia mulheres. Silva Ramos, na sua qualidade de membro da primeira diretoria, depõe, batendo nervosamente na mesa da sua bancada: Eu posso dizê-lo, e afirmá-lo, que, quando votamos os estatutos, e escrevemos a palavra brasileiros,” nos referimos unicamente a brasileiros “machos”! Riso alegre, de todos. E a inscrição de D. Amélia é recusada por quatorze votos contra sete, com grande alívio mesmo dos que votaram a favor. (Mendes, 2006, p. 175-176).

A autora apresenta no excerto acima uma descrição do comportamento considerado aceitável pela sociedade da época, marcado por um discurso carregado de preconceitos de caráter linguístico social e de gênero. À medida em que cada fala é descrita, observam-se expressões que confirmam a existência do machismo linguístico, são expressões como “um candidato do sexo feminino” e “brasileiros” que realçam as diferenças existentes entre homens e mulheres. Contudo, o ápice da desigualdade de gênero se mostra na expressão dita por Lúcio de Mendonça e reproduzida por Coelho Neto “Academia era séria, e não admitia mulheres”, mais uma vez a mulher é relegada a uma categoria inferior e que esta não deve ser aceita ou ouvida. Portanto, não seria, pois, a Academia ou outro ambiente que não o lar, espaço adequado para as mulheres e a não aceitação de Amélia Freitas Beviláqua torna-se alívio até mesmo para os que votaram nela, ou seja, nesse modelo social, nem mesmo os que se mostravam a favor da inclusão social das mulheres, eram realmente a favor da presença feminina nos mais diversos ambientes. Foram situações como essa e tantas outras que impulsionaram o surgimento do movimento feminista de forma universal.

Ainda que o movimento feminista date suas origens no século XIX, foi somente no século XX que este passou a ser visto com mais intensidade por meio da organização estabelecida em torno do movimento das sufragistas, contudo não significou dizer que elas

tiveram seus direitos respeitados. Isso quando consideramos apenas a presença das mulheres brancas, pois se considerarmos também as mulheres negras se produzirá um novo abismo que as primeiras manifestações e ondas do feminismo não discutiu, visto que as últimas citadas não eram consideradas passíveis dos mesmos direitos, tanto que Sojourner Truth interroga se ela não era uma mulher. Além disso, percebeu-se que há uma interseccionalidade de raça e gênero que afastava as mulheres negras da conquista de direitos, conforme posto a seguir:

Sojourner Truth não foi a única mulher negra a defender a igualdade social para as mulheres. O seu ardor em falar em público a favor dos direitos das mulheres não obstante a desaprovação pública, pavimentou a resistência de modo a que outras mulheres negras de pensamento político expressassem as suas visões. O sexismo e o racismo estavam de tal modo na perspectiva dos historiadores americanos que eles tendiam a não reparar e excluir o esforço das mulheres negras nas discussões do movimento americano de direitos das mulheres. As mulheres brancas acadêmicas que apoiavam a ideologia feminista também ignoraram a contribuição das mulheres negras. (hooks, 2019, p. 115).

Mediante o exposto no excerto acima pela teórica estadunidense reafirma-se a interseccionalidade entre racismo e sexismo que atravessa a construção do movimento feminista no mundo, visto que esse olhar não diz respeito apenas às mulheres norte-americanas, mas as asiáticas, as europeias, as africanas, as indígenas e as latino-americanas. Ainda nesta seara admite-se que o feminismo negro integra uma “agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre” (Carneiro, 2003, p. 118).

Considerando as condições desta mulher nota-se que ainda há algumas pautas que precisam ser explicitadas e discutidas no interior do próprio movimento, porque as mulheres, embora iguais etnicamente, e por seus fenótipos assumem papéis que são diferenciados. Neste lugar, por exemplo, embora se fale da relação entre a mulher negra e o trabalho, a saúde, a educação, a violência e a segurança, por muito tempo se esqueceu de pensar e discutir a presença da maternidade e o cuidado com os filhos. No passado foi comum atribuir às mulheres negras e mães a metáfora da mãe-preta, aquela que cuidava dos filhos dos senhores escravocratas enquanto seus rebentos tinham sido vendidos ou mesmo mortos e as amas de leite que apenas davam o seu leite para alimentar os filhos dos senhores ou eram alugadas como se uma peça. Por essa razão, situa-se que a maternidade é uma pauta ainda a ser pensada, pois é preciso “reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ ou contracepção” (Carneiro, 2003, p. 127).

As diferenças observadas nas questões que envolvem o movimento feminista vão além da relação entre mulheres brancas e negras, elas perpassam também pelas diversidades espaciais como as existentes no continente africano. Devido à grande expansão do referido continente, torna-se insuficiente pensar nas necessidades de suas mulheres a partir de uma visão hegemônica acerca de sua cultura, mas, vale ressaltar que tais relações dizem muito mais sobre as questões que envolvem as mulheres africanas e que seus conflitos diferem dos das mulheres ocidentais. Ademais, a África se desdobra em povos, culturas e países que se formam a partir de realidades totalmente díspares, como tal, pode-se entender que “o feminismo é sempre uma questão de contexto” (Adichie, 2017, p. 12). No entanto, assemelham-se no fato de a abordagem de suas problemáticas estarem voltadas tanto para o bem-estar do homem quanto da mulher o que lhe confere um caráter mais humanístico e cultural.

Por sua vez, o feminismo negro na Nigéria aflora no século XX, em meados dos anos de 1990, ao travar lutas com o feminismo ocidental, uma vez que este não abarcava em suas questões as particularidades culturais dos povos africanos, ficando preso apenas às questões de gênero, colonialismo e imperialismo. Nesse sentido, é imprescindível atentar para as questões identitárias uma vez que a Nigéria é constituída de mais 200 grupos étnicos que foram colonizados por países diferentes. Sobre esse processo cabe mencionar que:

Isto não quer dizer que as lutas das mulheres tenham sido necessariamente arrancadas pelos tipos de conflitos de identidade referidos supra. É mais sobre como reconhecer as múltiplas linhas de divisão que precisam de ser ultrapassadas nas lutas feministas contra a política de identidade. Para além do gênero, estas divisões incluem classe, idade e estado civil, adicionalmente às divisões já identificadas com base na etnia, religião e região. Estas são as diversas estruturas de poder que moldam as vidas das mulheres na Nigéria e que a consciência feminista necessitaria de agarrar firmemente, em termos de teoria e política, em qualquer projecto para derrubar a opressão e promover a justiça do gênero. (Pereira, 2016, p. 02).

Mediante o exposto pela autora, compreendeu-se a diversidade de povos que compõem a Nigéria implica em diferenças culturais no feminismo daquele lugar, visto tratar de lutas que se interseccionam e assumem um discurso político distinto daquele pregado pelas feministas europeias ou norte-americanas, suas lutas pautavam-se na busca pela igualdade política, jurídica e social. Pensando essas diferenças, é que a escritora norte-americana Alice Walker, em sua obra intitulada *In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose* (1983), assinalou o termo “*womanism*”, para designar o femismo negro, e defende o fim do sexismo, buscando manter uma relação expressiva e similar entre mulheres e homens.

O feminismo da Nigéria, enfrentou alguns problemas de estruturação, devido a interferência do feminismo europeu. Assim, como a maioria desses movimentos, passou por várias etapas, incluindo, a luta pelo direito de votar e serem eleitas e o direito de participar ativamente na vida política do país, essa é uma das questões mais difíceis, uma vez que culturalmente, não se permite que mulheres e homens sejam vistos como iguais. Segundo Ogene (2016), antes da intervenção do colonialismo, as mulheres da Nigéria eram vistas como comedida, subservientes e excelentes apoiadoras de seus maridos, isso fez com que elas assumissem uma postura social ao qual lhes proíbe assumir alguns papéis sociais ou mesmo religiosos.

Desse modo, ao falar de um projeto feminista para a África ou mesmo para a Nigéria é preciso considerar as especificidades desse lugar, assim como, repensar uma construção para além da identidade, pois são estruturas de poder que precisam ser modificadas e isso não acontece de uma hora para outra. Isto implica ainda dizer que há diferenças produzidas no interior das maternidades não como o lugar onde nascem crianças, mas de como estas crianças são cuidadas e por quem, assim, ressalta-se que:

De acordo com Ogundipe-Leslie (1994) citada por Arndt (2002), a mulher como mãe, transmite cultura e constitui o centro da organização social. A questão da maternidade transcende as relações de gênero e sangue por exemplo. Uma outra pessoa membro da família, ou não, pode desempenhar um papel de mãe. E quando este for cumprido ele constitui à mulher na comunidade reconhecimento, algo como fonte de força, empoderamento e um estatuto de “mãe de dentro da comunidade”. O othermothering das mulheres afroamericanas, acaba sendo uma das mais importantes empreitadas da mulher no continente africano. (Freitas, 2018, p. 02).

Por muito tempo a maternidade pareceu algo natural para a mulher, os processos culturais dão conta de que ser mulher é gerar filhos, é povoar a sociedade e dar continuidade a ela, pois o corpo masculino, embora colabore para essa formação, não alimenta essa nova vida por nove meses. A biologia dá conta de que apenas o organismo do feminino é capaz, por ter características específicas do aparelho reprodutor, de guardar um novo ser no seu interior; já o corpo masculino não tem a mesma capacidade. Por essa razão, afirma-se que o poema de Ruiz trouxe a força da maternidade a ser tratada nesta subseção, embora se aborde aqui a maternidade negra de autoria feminina e o poema de Ruiz possa se inscrever numa categoria mais generalista de maternidade, isto é, envolva todas as maternidades e etnias, por se tratar de uma autora branca.

Há diferentes aspectos na maternidade. Não se pode dizer que todas as mães são iguais. Mães negras, mães brancas, mães indígenas, são diferentes, têm modelos distintos de

sociedades, entretanto, se assemelham no cuidar e nas suas dores, como identificado nas estrofes do poema “Enchemos a vida” da escritora brasileira Alice Ruiz, transcrito a seguir.

Enchemos a vida

enchemos a vida
de filhos
que nos enchem a vida

um me enche de lembranças
que me enchem
de lágrimas

uma me enche de alegrias
que enchem minhas noites
de dias

outro me enche de esperanças
e receios
enquanto me incham
os seios (Ruiz, 1984, S. P.).

O poema acima, dividido em quatro estrofes, distribuídas em três tercetos e um quarteto, em versos livres e brancos, carrega a liberdade do olhar sobre a maternidade, à medida que sugere diferentes mães no desempenho do seu papel de materno, no qual os filhos podem ser a razão das suas alegrias, mas também das suas dores. Na primeira estrofe, as mães todas têm o poder do ventre, carregam nele o seu fruto e este quando crescido contribuirá para o povoamento da sociedade, fazendo-se cumprir os arquétipos religiosos do “sede, pois, fecundos e multiplicai-vos”²².

Na segunda estrofe, percebe-se que o eu lírico materno traz lembranças da alegria do ser mãe e também do sofrimento, das dores que o materno pode trazer, entende-se que essas dores não são apenas aquelas do parto, podem ser também as da separação entre mães e filhos como ocorrido durante o processo escravagista ou mesmo diante da morte do rebento. Neste sentido, a dor pode ultrapassar o limite da sanidade como acontece com a Maria Sargenta, a enlouquecida de **Um outro caminho**, do maranhense João Mohana que após perder a sua filha nas águas caudalosas do rio Pindaré, passa a andar com um galo debaixo do braço, como se este fosse a filha, e a gritar pela menina nas noites de lua cheia à beira do rio.

²² “Sede, pois, fecundos e multiplicai-vos, e espalhai-vos sobre a terra abundante”, Genesis 9:7. As ordens expressas por Deus a Noé logo após o dilúvio, é vista também em vários momentos no texto bíblico, como observado na criação do homem no sexto dia, narrado em Gêneses 1:28a “Deus os abençoou: “Frutificai – disse ele – e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a”. Ao reforçar a vontade de Deus sobre o poder do homem na terra, faz com que as mulheres sejam até hoje vistas como aquela que nasceu para ser mãe e que isto deve ser entendido como uma dádiva divina e a elas cabem a poder de povoar a terra.

Por outro lado, quando pensamos às mães negras e escravizadas, que muitas vezes tinham de ser separadas dos seus filhos, porque estes eram vendidos e elas tinham que amamentar os filhos dos senhores para que seus seios esvaziassem, além de todo sofrimento observado na narrativa **Amada**, da estadunidense Toni Morrison. A dor da maternidade das mulheres negras escravizadas se materializa na fala de Baby Suggs: “Eu tive oito [filhos]. Um por um foram para longe de mim. Quatro levados, quatro perseguidos, [...] minha primeira. Dela só lembro é o quanto gostava da ponta queimada do pão. Dá pra acreditar? Oito filhos e só disso que eu lembro”. (Morrison, 2007, p. 20). São relatos como esse que nos fazem pensar na violação da maternidade dessas mulheres, uma vez que elas não possuem nenhum domínio sobre seus corpos ou seus filhos.

Todo processo de memória de Sethe se assenta no retorno de Amada, a bebê que foi morta por sua mãe em momento de desespero, na tentativa de evitar que seus filhos passassem por violências que habitualmente eram praticadas pelos senhores donos de escravizados. “É fora de dúvida que o infanticídio puro e simples é geralmente manifestação de um desespero humano considerável. O assassinio consciente de uma criança jamais é prova de indiferença” (Badinter, 1985, p. 64). Nisto, percebemos que a personagem Sethe sofre, intensamente, após matar sua filha; são os julgamentos exteriores que a condenam; é a saudade que a destrói diariamente e a incerteza do ato que cometeu, são misturas de sentimentos repetidas e, por isso, geradoras da dor e do sofrimento materno.

Concordando com esse argumento, sustenta-se que essa representação da morte da filha pelas mãos da mãe “é uma repetição endemoniada, extemporânea, da violenta história das mortes das crianças negras durante a escravidão” (Bhabha, 1998, p. 32). O autor nos faz perceber ainda que a revisão radical pode ser vista como a reprodutividade do que acontecera com a mãe de Sethe e outras mães negras que depois de abusadas pela tripulação jogavam seus filhos ao mar. Neste sentido, cabe afirmar que são em histórias como as de Sethe, que diante da maior atrocidade que um ser humano possa cometer, encontramos uma das mais fortes expressões do amor materno e, mesmo na dor, a maternidade continua sendo uma alegria para aquela que deseja ser mãe.

Na terceira estrofe, duas imagens se opõem explicitamente – dia e noite – o dia, representa a alegria da maternidade, o filho esperado com desejo e ardor, diferentemente da noite, momento em que as dores, incertezas e angústias do humano vêm à sua consciência

como o morcego do poema de Augusto dos Anjos²³. Por sua vez, essa imagem da alegria e da dor da maternidade presente no poema de Ruiz aparece, de modo semelhante, no conto “Quantos filhos Natalina teve?” de Conceição Evaristo, pois, para a narradora, apenas o quarto filho traz a força do dia a não dor, enquanto os outros três trazem o sofrimento da noite, momento em que a consciência e a indecisão perturbam o existir da maternidade.

Estava feliz. O filho estava para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela. Estava feliz e só consigo mesma. [...]. Sabia que o perigo existia, mas estava feliz. Brevemente iria parir um filho. Um filho que fora concebido nos frágeis limites da vida e da morte. (Evaristo, 2016. p. 50).

Já na quarta e última estrofe, remonta às mudanças físicas e psíquicas da mulher “outro me enche de esperanças/ e receios/ enquanto me incham/os seios”, como visto no inchaço dos seios para alimentar o rebento, o que é revelado pelo eu lírico como o momento de renovação das esperanças trazido pela chegada de um novo ser. Esta perspectiva apresentada em Ruiz é também vista em Carolina Maria de Jesus, quando a narradora de **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**, trata a educação dos filhos e procura de todas as formas mantê-los a salvo das violências que perpetram o cotidiano da favela. Por essa razão nota-se que a educação, o desprezo da mãe pela bebida alcoólica e também o fato de não trazer seus parceiros para casa é uma performatividade para que os seus filhos não vejam nela um mal exemplo e sigam tendo a esperança que ela mudará suas realidades.

A maternidade na contemporaneidade é um campo de estudo complexo a qual se faz necessário a compreensão de forma abrangente e aprofundada das diversas facetas que envolvem sua construção social. É possível afirmar, portanto, que a maternidade é construída socialmente e que suas representações e significados são moldados por fatores culturais. O movimento feminista é um movimento social e político que busca a igualdade de gênero, visando a eliminação das opressões e desigualdades tratadas no gênero e busca promover a autonomia das mulheres e lutar pelos seus direitos, reconhecendo que existem diversas formas de opressão e que as experiências das mulheres podem ser moldadas por outras interseções de identidade, como raça, classe social, orientação sexual, entre outras.

Quando se trata da maternidade das mulheres negras, é importante entender que elas enfrentam desafios e opressões específicas e que historicamente foram marginalizadas e

²³ A Consciência Humana é este morcego! / Por mais que a gente faça, à noite, ele entra / Imperceptivelmente em nosso quarto!. (Augusto dos Anjos. *O morcego*). Disponível em: < <https://www.pensador.com/frase/NDY3Nzg/> >. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

submetidas a uma série de violências e discriminações, cenas que comumente se fazem presente nas obras literárias, como as narradas em **As alegrias da maternidade** – “Mulher, por que você não vai para o seu canto-cozinha e me deixa falar com meu filho? (Emecheta, 2018, p.199) e em **Quarto de despejos: diário de uma favelada** – “[...] O Anselmo apareceu aqui em 1950 com uma mulher que estava grávida. Quando a mulher deu a luz, um menino, ele começou maltratá-la. Ela estava de dieta e ele lhe espancava e lhe expulsava de casa. Ela chorava tanto que o leite secou”. (Jesus, 2020, p. 102).

Os excertos do parágrafo anterior mostram que as mulheres negras estão sujeitas as mais diversas formas de violências, sejam elas físicas ou simbólicas, e estas as impedem de viver suas maternidades usufruindo dos direitos básicos como o acesso aos cuidados de saúde adequados no sistema de saúde, o que contribui para o aumento da mortalidade das mães e dos bebês. No primeiro fragmento, nota-se que o esposo usa da violência verbal para mostrar que o espaço da mulher é limitado e que se restringe à cozinha, cabendo a ela, apenas os afazeres domésticos enquanto o papel de provedor e aconselhamento dos filhos cabe ao pai. Por sua vez, no texto de Carolina Maria de Jesus, a violência é física, a mulher fora espancada nos dias em que ainda cumpria o resguardo do parto e, por isso, viu seu leite secar, não podendo mais amamentar ao filho.

3.3 Estado da arte da pesquisa: investigações sobre Buchi Emecheta e Carolina Maria de Jesus

A literatura de autoria feminina negra, como vista anteriormente, tem revelado traços de uma construção histórica bastante significativa, principalmente, no que diz respeito aos – processos de resistências contido nessas obras, que legitimam as fraturas de silêncios e demonstram novas representações da maternidade na escrita das mulheres negras. Por isso, buscou-se fazer um estado da arte com os trabalhos já publicados sobre as representações literárias da maternidade negra, a partir de consultas a diferentes plataformas. Através de uma pesquisa virtual realizada no site da CAPES (<https://www.gov.br/capes/pt-br>) portal de periódicos e também por meio do google acadêmico (<https://scholar.google.com.br>) foram encontrados uma série de pesquisas sobre a temática em questão, no entanto, apresentaremos quatorze publicações em formatos de artigos e dissertações, publicados entre 2010 e 2022, sendo que oito deles tratam da obra **As alegrias da maternidade**, de Buchi Emecheta e seis

acerca da obra **Quarto despejo: diário de uma favelada**, de Carolina Maria de Jesus, pois estas se realizam por meio da comparação, o que aproxima-se bastante da minha pesquisa. No entanto, quando postas as duas obras, em perspectiva comparada, não foi encontrado nenhum trabalho publicado, assim, a dissertação ora escrita, parece ser o primeiro trabalho a trazer essa perspectiva.

O primeiro trabalho aqui apresentado, é o artigo que tem como título, **As maternidades possíveis de Carolina Maria de Jesus na obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada** (2019), de autoria de Bárbara Ferreira de Freitas e Evelyn Ralyne Freire Fonseca. Nele foi discutida a categoria maternidade a partir da experiência vivida e das estratégias traçadas pela autora na referida obra, por meio dos conceitos de classe, gênero, raça, branquitude e acesso aos direitos. Ao final, as autoras concluem que a maternidade exercida por Carolina Maria de Jesus é determinada pelas relações impostas pelo Estado que, ao negar acesso aos direitos básicos, obriga a mãe a criar os filhos sem nenhuma política social, à mercê do acaso e da divindade. Por essa razão, a escrita da autora assume um caráter transgressor, trata-se de uma mãe negra que cria os filhos, tem alguns cuidados diante daquilo que lhe é possível, mas não os deixa a salvo de toda a negligência social.

No segundo artigo encontrado, **Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector: dois olhares sobre a mulher, a maternidade e a família** (2019), de autoria de Fabiana Souza Valadão de Castro Macena, objetiva contemplar o modo como essas duas autoras, tão díspares, representam a mulher e sua relação com a maternidade e a família. Ao interseccionar essas categorias, a autora do artigo conclui que a maternidade se mostra de formas distintas. Em Clarice Lispector, aparece como uma alternativa para manter um relacionamento afetivo, enquanto em Carolina Maria de Jesus, a maternidade é posta como uma benção, pois acredita que há uma força divina que lhe permite continuar a resistir. Assim, as visões das autoras sobre essas personagens, nos permitem inferir que as condições de tantas mulheres são estabelecidas com a ruptura de suas histórias de vidas, para aquela, o sexo é o fator determinante, enquanto para esta se opõem às forças do destino.

O terceiro artigo **Literatura e maternidade em contos de Conceição Evaristo e no romance As alegrias da maternidade, de Buchi Emecheta** (2020), de Joseane dos Santos Costa, refletiu sobre os discursos e espaços relegados ao corpo da mulher negra, os papéis sociais que lhes são impostos e de que forma as estratégias de sobrevivência são articuladas por essas mulheres negras. Neste sentido, depreende-se que as obras analisadas se constituem como espaços de experiências, os quais apresentam dilemas que evidenciam a relação entre

mulher, maternidade, corpo e poder, dispostos pelo olhar da mulher negra, sem necessitar da mediação de uma voz branca. Por isso, podemos observar que em Conceição Evaristo o racismo é um dos pontos que marcam a narrativa, e mostra as distintas maternidades entre negras e brancas, sendo a primeira sempre associada à condição de babá, enquanto em Buchi Emecheta, o que se sobressai é o sexismo, e a maternidade para ela, além de ser uma obrigação, constitui-se primordialmente como uma dádiva.

O quarto artigo, **A Construção da Figura Materna em As Alegrias da Maternidade, de Buchi Emecheta** (2022), Mariana Rodrigues dos Santos, propõe analisar a construção da figura materna africana dentro da referida obra. Para executar esse objetivo, centrou-se a análise na protagonista Nnu Ego, a qual é vista na narrativa como o ideal de maternidade imposto às mulheres igbos nigerianas, inclusive se ressalta como e porque se deu o processo de desencantamento da personagem em relação a esse modelo de maternidade. A autora do artigo constatou que, em solo africano, a maternidade é compreendida como sagrada e garante uma completude e respeito diante da sociedade, condição almejada pela protagonista e que, em nome dessa completude, sofre as mais duras violências físicas e simbólicas estabelecidas pelos padrões africanos. Todos esses infortúnios lhes causam frustrações e desencantos quanto à maternidade, os quais fazem refletir sobre o mito do instinto materno e da obrigação dos filhos para com os pais.

O quinto trabalho, **As (im)possíveis alegrias da maternidade: a representação feminina colonizada no romance de Buchi Emecheta** (2021), de André Eduardo Tardivo, centra-se na análise da construção sócio-histórica e discursiva em derredor da representação feminina, sobretudo no tocante à maternidade. As discussões apresentadas por Tardivo revelam que o sistema patriarcal e a estrutura falocêntrica africana são responsáveis por incitar as meninas a se sentirem mães desde cedo, não lhes permitindo em momento algum decidir se querem ou não, condição essa que evidencia a presença de uma construção histórico-social, que utiliza a maternidade como uma castração dos desejos das mulheres. Outro aspecto relevante no texto, diz respeito às imposições coloniais europeias presentes na narrativa, cujas relações de poder neutralizam os aspectos culturais nigerianos, fato que move a personagem a tentar resistir, mas que acaba por ceder às pressões do colonizador.

No sexto artigo **A progenitora obstinada: apontamentos sobre a representação da maternidade igbo na prosa de Buchi Emecheta e Chimamanda Ngozi Adichie** (2021), os autores Rodolfo Moraes Farias e Vanessa Rimbau Pinheiro buscaram analisar aspectos da representação da maternidade igbo em duas narrativas de escritoras nigerianas e avaliar como

a experiência materna das protagonistas reflete os desejos e objetivos comuns que as unem(ou apartam) enquanto mulheres de um mesmo grupo étnico. São narrativas que se desenvolvem em meio ao processo de colonização, o que gera inúmeras incertezas nos aspectos econômicos, sociais e culturais que passam a afetar também as relações afetivas. Por essa razão, os autores concluem que a maternidade fez Nnu Ego prisioneira de si mesma e sua crescente amargura termina com uma morte prematura, já Nwamgba tem um fim menos infausto pois, embora tenha sofrido revezes, conseguiu ressignificar sua vida e agir com o intuito de querer modificar aquilo que estava a seu alcance.

O sétimo trabalho, **A experiência da escrita e da maternidade em duas obras de autoria feminina: um estudo comparativo de As alegrias da maternidade e As parceiras** (2020), de Rosiana Kist está centrado na discussão e análise das formas pelas quais, as obras de Buchi Emecheta e Lya Luft reconfiguram as nações tradicionais de maternidade, utilizando-se de aproximações entre os textos e das tendências críticas contemporâneas acerca do pensamento feminista. As protagonistas dos romances acima, têm comportamentos dispares, ao assumir ou rejeitar a possibilidade de realização materna e levam a repensar a maternidade para além da biologia, suscitando reflexões sobre a fertilidade feminina. Dessa maneira, constata-se que as imagens criadas e as práticas vivenciadas pelas personagens bem como os sentimentos expostos, a maternidade sempre é uma experiência particular, pois cada mulher vive a mesma conforme os preceitos culturais da sua comunidade e do seu íntimo.

O oitavo texto aborda, **A imposição da maternidade como violência em “The joys of motherhood”, de Buchi Emecheta** (2022), de autoria de Danielle Massulo Bordignon, a maternidade é construída com o atravessamento da violência simbólica, uma vez que para a constituição completa do feminino é necessária a maternidade. Isso demonstra haver um jogo de poder o qual se impõe e regula as corporeidades da mulher, pois Nnu Ego sente a necessidade de ser mãe para que não seja preterida pelo marido, visto que, se ela não lhes desse um filho até um ano de casamento, ele poderia conceber segundas núpcias. Por essa razão, admite-se que a mulher sucumbe às forças atávicas do meio e a maternidade, neste caso, não é uma escolha, é uma obrigação social do corpo feminino.

O nono trabalho descrito aqui se debruça sobre a análise comparativa das obras da autora nigeriana, que tem como título, **Cenários políticos-afetivos da mulher negra em contextos pós-coloniais: uma análise interseccional sobre obras de Buchi Emecheta** de autoria de Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior Mendes, doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, mestra em English Studies pela Oxford Brookes University,

Inglaterra. As autoras apresentam uma pesquisa sobre a mulher negra nigeriana em contextos culturais no pós-colonial, e buscou investigar, à luz das teorias interseccionais e dos estudos de gênero, quais opressões atingem as mulheres nigerianas retratadas pela escritora Buchi Emecheta nos romances **As alegrias da maternidade** (1979) e **Cidadã de Segunda Classe** (1974), com o propósito de observar os efeitos do pós-colonialismo, da maternidade, do casamento e da raça na vida das personagens Nnu Ego e Adah, que saem de suas comunidades originárias em busca de melhores condições de vida em contextos urbanos, contrastando as experiências vividas pelas protagonistas, levando em consideração a pobreza, as relações familiares e os efeitos do colonialismo.

Durante a investigação foram encontrados outros trabalhos sobre o tema explorado. Constatamos a existência de trabalhos que exploram a maternidade negra em outras autoras, como Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Ana Miranda, Esmeralda Ribeiro, Paulina Chiziane e outras. Dos trabalhos citam-se **A maternidade da mulher negra** (2015) de Omar da Silva Lima; **Representações da maternidade em Poemas da recordação e outros movimentos, de Conceição Evaristo: uma análise pela teoria do imaginário** (2020) de Ariel Oliveira Leite de Souza; **Representações da maternidade em contos da Literatura Brasileira Contemporânea** (2022), de autoria de Andresa da Silveira; Trabalhosas pesquisas aqui citadas são apenas uma demonstração de que as representações da maternidade negra têm sido exploradas nos cursos de pós-graduação em território brasileiro e assim, o trabalho ora constituído produz inovação ao reunir as duas autoras em estudo, buscando uma concepção distinta das demais e que explora o conceito de corpo materno, como sendo este capaz de se sobrepôr sobre qualquer outro corpo.

CAPÍTULO IV

DO IDEAL AO REAL: a maternagem de Carolina e Nnu Ego



Antônia da Conceição Silva Farias, a mãe do Marcus Vinícius (in memória). A primeira filha, a primeira mãe, a artesã, a escolhida de Nossa Senhora a viver mesma dor que ela. A que sempre cuidou de todos os irmãos, a que acolhe e cuida de todos os sobrinhos como seus filhos. Sem o seu apoio, sua doação eu não teria chegado até aqui. Obrigada por tudo!

Nosso amor incondicional!

A partir do que já foi exposto acerca dos temas que versam sobre identidade, estereótipos e a importância da produção de autoria feminina, o capítulo quatro, trata sobre a análise das obras **As alegrias da maternidade** (2018) de Buchi Emecheta e **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020) de Carolina Maria de Jesus, em que foi construído sobre a abordagem dos Estudos Culturais com Stuart Hall (2006) e Jonathan Culler (1999) e da Literatura Comparada, enveredado pelo aporte teórico das ideias desenvolvidas por Tânia Franco Carvalhal (2006), uma vez que seus conceitos tornam possível a observância das relações existentes entre dois sistemas literários distintos, bem como, interseccionam narrativas, Nigéria e Brasil.

Como afirma Carvalhal (2006, p. 31) a “literatura comparada nasce do desejo de comparar culturas”, aqui trazemos culturas bem distintas e ao mesmo tempo bem próximas – Nigéria e Brasil – comparar é contrastar. O que nos impele nesse estudo é poder contrapor em termos da temática literária e dos aspectos históricos e culturais, o quanto que as protagonistas tiveram suas vidas conduzidas pela maternidade. Carvalhal (2006, p. 76), acrescenta-se ainda que “a literatura comparada é uma forma específica de interrogar os textos literários na sua interação com outros textos, literários ou não, e outras formas de expressão cultural e artística”. Neste sentido, é através dessa interação que se evidencia essa diversidade cultural, à medida que os textos dialogam, podemos perceber que as mulheres negras sempre trouxeram suas necessidades, seus sonhos, desejos e perspectivas imbuídos aos seus corpos e aos seus espaços culturais.

Segundo Carvalhal (2006) é preciso entender que a comparação é um meio e não um fim e que esta é parte da história das relações existentes entre a literatura nacional e internacional. Diante disto, cabe aos pesquisadores estabelecer uma comparação entre duas obras que retratam realidades diversas, que seja parcial, mas que seja ao mesmo tempo meticulosa. Além de trazer à superfície elementos que sejam carregados de sentidos e capazes de explicar o seu objeto, inclusive revelar a essência das entrelinhas do texto, as quais podem ser observadas pelo leitor e pelo crítico.

Outrossim, suscita a necessidade de conhecer como as identidades são construídas em cada sociedade e como elas contribuem para a formulação dos resultados desta pesquisa, a qual traz como objeto a representação da maternidade negra nas obras **As alegrias da maternidade** (2018) e **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020). Os procedimentos metodológicos foram estruturados a partir da observação dos comportamentos de Carolina e Nnu Ego, protagonistas das narrativas, mães negras e pobres. Nessa perspectiva,

urgiu pensar e/ou repensar a categoria *corpo* que as define. Será apenas o corpo subalterno como definido por Elódia Xavier, no que diz respeito à Carolina? Ou é possível pensar uma outra categoria que melhor represente as experiências vividas pelas personagens?

Com o intuito de responder a essas e outras questões, foram analisadas as maternidades dessas mulheres da seguinte forma: primeiro, por meio da apresentação feita de forma individual de cada uma das mães e, em seguida, estabeleceu-se as aproximações e os distanciamentos que há entre as duas obras, inclusive foi levado em consideração não somente suas formas de agir, mas os traços determinantes de cada conduta, respeitando suas histórias e suas culturas, explorando os conceitos de identidade e de estereótipos.

É nesse contexto de observação dos elementos em que foram concebidas as duas narrativas, nele encontramos traços significativos a respeito da maternidade que auxiliaram no desenvolvimento da análise das obras, a começar pela necessidade de expor ideias previamente estabelecidas a respeito do que se entende por *ideal e real*. Para tanto, trouxemos somente dois autores, um da teoria sociológica e o outro, da filosófica, por entender que suas concepções apoiam a construção do alicerce analítico.

Do ponto de vista da Sociologia, entende-se que "tipo ideal" é uma contribuição significativa do sociólogo alemão Max Weber, publicado em seu livro *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (1922). Ele desenvolveu o conceito para auxiliar na compreensão e análise das complexidades sociais. O "tipo ideal" é uma construção teórica, uma ferramenta analítica que simplifica a realidade social complexa para facilitar a compreensão e análise.

A sua teoria serve como um instrumento heurístico para os cientistas sociais entenderem padrões e tendências em fenômenos sociais complexos. E que se caracteriza pela abstração e serve como uma ferramenta para simplificar e analisar fenômenos sociais complexos. Weber acreditava que, embora os tipos ideais simplificassem a realidade, eles poderiam proporcionar uma compreensão mais profunda e esclarecedora dos fenômenos sociais do que uma descrição detalhada e caótica da realidade.

Para pensar o conceito de "tipo ideal" e sua aplicabilidade à temática da maternidade, é preciso partir de um modelo abstrato que destaca características essenciais e significativas. Em primeiro lugar, tem-se a maternidade como uma vocação ou como um chamado, justifica-se, a naturalização já explorada nos capítulos anteriores. Isso sugere que a maternidade seja vista como uma tarefa significativa e central na vida da mulher. Em seguida, ressalta-se a ligação entre afeto e responsabilidade como características inerente à maternidade.

Às expectativas socioculturais em torno do papel da mãe, passa a incorporar normas e valores específicos, estes, quando atribuídos à maternidade em uma determinada sociedade, fazem com que o conceito do ser mãe assuma diversas formas, como observado na maternagem de Carolina e de Nnu Ego. Estas, por ocuparem espaços distintos, terão seus comportamentos ora idênticos, ora distantes. Essas mães precisaram buscar equilíbrio entre a vida profissional e a maternidade, entre o cuidar de si e o cuidar dos filhos. Aos leitores, é solícito entender que as experiências e abordagens do ser mãe podem variar culturalmente e individualmente. As regras que são impostas no Brasil, como observado na obra de Carolina Maria de Jesus, não são as mesmas absorvidas por Nnu Ego na Nigéria.

Outra característica que se desenvolve a partir do conceito de tipo ideal, é o da mãe racional, esta, se destaca na organização e na gestão eficiente das responsabilidades maternas. Destarte, que ao observar a existência de um tipo ideal de maternidade, é reconhecer a capacidade das mães de se adaptarem a mudanças sociais e culturais, incorporando novos papéis e desafios ao longo do tempo, além de considerar que as mães negociam com estruturas de poder, incluindo normas de gênero e expectativas sociais em torno da maternidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos o filósofo Platão, considerado um dos grandes nomes da filosofia clássica, em sua obra *A República* (2020), adverte que o mundo é captado através dos sentidos, das ideias e do imaginário. Ele considerava que a realidade que percebemos com nossos sentidos era apenas uma sombra ou reflexo dessas formas ideais. O conceito de ideal pensado por Platão, pode ser aplicado para analisar e discutir questões sociais complexas, como o comportamento da maternidade das mulheres negras. Ao considerar a dicotomia entre o mundo das ideias e o mundo sensível, pode-se refletir sobre como as noções idealizadas de maternidade, que se baseiam nos valores culturais, sociais e históricos, contrastam com as experiências reais das mulheres negras na maternidade.

Do ponto de vista platônico, a idealização da maternidade pode ser influenciada por representações culturais dominantes que nem sempre refletem a diversidade de experiências das mulheres negras. Isso pode levar a construções de estereótipos que impactam a vivência real da maternidade para essas mulheres. Sob a ótica do registro do pensamento de Platão, as maternidades de Nnu Ego e de Carolina podem ser entendidas como diferentes, uma vez que ambas estão inseridas em sociedades distintas, sendo pensadas a partir de comportamentos específicos. Desse modo, o que nos permite defini-las como diferentes ou semelhantes em

determinadas situações, são as concepções pré-estabelecidas a respeito da maternidade e essas concepções são compreendidas como ideias e não como fatos, ou seja, é o ideal e não o real.

As concepções de semelhança e diferença, certo ou errado são ideias que dependem uma da outra, mas que não existe no real, pois em sua ótica, nada está em conformidade ou em desconformidade. Nesse sentido, a maneira como a protagonista Nnu Ego compreende que casar, gerar filhos, de preferência filhos homens, é o ideal de completude, contudo, essa experiência não se concretiza. De modo contrário, Carolina assimila que para ser mãe não precisa estar casada, que a quantidade de filhos não faria dela uma pessoa respeitada na comunidade. Destarte, essas diferenças estão fixadas na cabeça delas, pois a maternidade para Nnu Ego é distinta da maternidade para Carolina, essas marcas são legitimadas pela formação cultural das duas, por meio dos arquétipos disseminados em suas comunidades levando-as a absorver os referidos modelos como ideais de maternidade. Assim sendo, existe um referencial social que elas entendem que precisam seguir, e por ser apenas um referente, este se constrói no imaginário das personagens, uma abstração como afirmado por Max Weber (1922).

Desse modo, aquilo que é usado para justificar o que é semelhante ou diferente se apoia no simbólico. Neste sentido, a maternidade dessas personagens não diz a elas o que lhes falta para estarem completas, é a sociedade que determina como deve ser a maternidade, elas por si não percebem a necessidade de gerar ou não gerar filhos, de ter ou não ter maridos, de como elas precisam trabalhar para alimentá-los e educá-los, pois o real unicamente é o que é.

As diferenças só serão perceptíveis a partir do momento em que os símbolos ou as representações são introduzidas, ou seja, a diferença ou semelhança são elaboradas por meio do simbólico. Dessa maneira, não é percebida pelo registro do real, a observação feita a partir das representações sobrevém do imaginário, da quimera a qual somos sujeitos em função da representação do simbólico, essa condição faz com que tanto Carolina quanto Nnu Ego estejam convictas da existência de um modelo real de maternidade conforme a ótica platônica. Todavia, essas ideias são tão somente, a reprodução do discurso imaginário, comportamento que pode ser entendido como inevitável e que se torna uma ilusão necessária para a vida das protagonistas, a busca pelo ideal materno.

O que temos nas duas obras são imitações ou representações dessas maternidades em contextos distintos, sendo que em Carolina vemos a mãe ancorada nas mães pretas, ama de leite, já em Nnu Ego temos a mãe que busca a completude e a realização do ser mulher. Aristóteles (2011) acreditava que a arte imitava da realidade de forma a criar uma catarse no

espectador, dessa maneira, as obras de Carolina Maria de Jesus e de Buchi Emecheta trazem a representação da experiência e da realidade das mães negras, capturando sua força, resiliência e o amor incondicional por seus filhos.

Para Aristóteles (2011), a arte era uma investida de assimilar verdades universais em acontecimentos individuais, para isso, usa-se a mímese, uma imitação ou representação, feita pelo artista, seja ela na música, na pintura ou na literatura. Embora não sendo uma atividade realizada apenas pelos artistas, pois, no ser humano “a propensão à imitação é instintiva desde a infância, e nisso ele se distingue de todos os outros animais; ele é o mais imitativo de todos, e é através da imitação que desenvolve seus primeiros conhecimentos” (Aristóteles, 2011, p. 42). Dessa forma, a mímese representa as ações, principalmente através das tragédias, pois estas se desenvolvem em torno de um drama, uma vez que tragédia, passa a mimetizar coisas mais dignas e mais elevadas, o que se encaixa adequadamente na representação da maternidade.

Neste sentido, a ideia de recriar a realidade pode ser percebida nas narrativas emechetianas, por exemplo, a ideia dogmática cristã de que o casamento é uma unidade sem fim. É através dos diversos temas abordados na sua obra que se pode identificar essa carga dramática em vários momentos, como mostra a narradora no excerto a seguir:

Não se pergunta se [Jacob e Ojebeta] se amaram e cuidaram um do outro para sempre.... Havia certamente uma espécie de vínculo eterno entre marido e mulher, um vínculo produzido talvez por séculos de tradições, tabus e, mais recentemente, pelo dogma cristão. Escravo, obedeça ao seu mestre. Esposa, honre seu marido, que é seu pai, sua cabeça, seu coração, sua alma (Emecheta, 2018, p.173).

Consoante o fragmento acima fica evidenciado que mesmo o casamento africano, nas narrativas de Buchi Emecheta, é uma imitação do real, uma cópia a que se acrescentam elementos que extrapolam a realidade. Neste sentido, convém ratificar que a *mímesis* para Aristóteles não se limitam a copiar a realidade, uma vez que até mesmo a fotografia pode sofrer alterações ao retratar determinadas cenas e nisto se acresce o olhar do fotógrafo, por sua vez, entende-se como uma imitação criadora que ultrapassa os limites da cópia. É a capacidade de recriar uma nova realidade, utilizando mecanismos que mostram não como é a realidade, porém, como ela deveria ser. Desse modo, não encontramos na literatura a realidade objetiva, a história contada em prosa e/ou versos, mas sim, uma realidade reinventada, que faz uso da mímese para construir uma nova realidade, como visto na filosofia platônica.

Outrossim, vale ressaltar que do ponto de vista aristotélico, o historiador relata o que aconteceu realmente, ao passo que o poeta apresenta aquilo que poderia acontecer, deslocando para o universal. Neste sentido, a narrativa de Buchi Emecheta, debruça-se sobre comportamentos que não dizem respeito tão somente à sua personagem Nnu Ego, porém consegue abarcar um axioma de universo muito maior, a saber, não somente as mulheres nigerianas, mas boa parte da realidade das mulheres africanas.

Nesse espectro simbólico entre o real e o ideal que trata sobre a maternidade nigeriana e brasileira, representada pelas obras objeto desta dissertação, o princípio literário, agrupa e ensaia ainda o quesito maternal do ponto de vista da verossimilhança, expresso por meio linguagem e que consiste em representar os acontecimentos históricos por meio de descrições objetivas fazendo referências aos padrões estabelecidos sobre a maternidade. Seguramente Buchi Emecheta decide optar pela representação do papel da mulher na sociedade nigeriana, mostrando que a sua importância está atrelada ao papel da maternidade, mostrando as possíveis sanções aplicáveis caso não seja respeitada as ideias lógicas da verossimilhança interna e externa, a primeira pode ser percebida no segundo capítulo da obra intitulado “A mãe da mãe”, no qual a autora retoma a história dos pais de Nnu Ego, para que possamos entender alguns acontecimentos ao longo da narrativa, e a segunda, diz respeito às relações que podem ser feita com outros textos, observando se eles seguem o mesmo padrão, mais uma vez a maternidade se faz presente na maioria dos romances nigerianos.

A problematização da existência do real feita por meio de uma perspectiva literária que busca situar o texto literário e o histórico utilizando-se da análise estruturalista da linguagem faz com que Roland Barthes em sua obra *O Rumor da Língua* (2004), busque averiguar as conexões do discurso com o real. Segundo o autor, a autenticação do real se dá com o discurso histórico, servindo, pois, de modelo para a literatura, uma vez que o referido discurso “é essencialmente elaboração ideológica” (p. 136).

Entende-se que a intervenção tratada pela literariedade para Candido (2006), significa dizer que literatura é também um produto social, e como tal traz em si traços constitutivos da sociedade, permitindo segundo o autor, construir análises dos conteúdos com perspectiva moral, política e cultural apontando a responsabilidade da arte enquanto transmissora desses conceitos e de seus valores propriamente dito. Enquanto que para Terry Eagleton (2006), a literatura é a escrita imaginativa, no sentido de ficção - escrita que não é literalmente verídica e que encontra seu valor em si mesma.

Na obra **As Alegrias da Maternidade** (2018), repousam esses traçados filosóficos e literários; quando se fundem entre o real maternal e a possibilidade do idealismo, rompem, principalmente, um único modo ou desejo de ser mãe. De outro modo, também possibilita uma tese sobre o determinante maternal trazido por Carolina. Entre uma obra e outra, o aspecto cultural pode, inclusive, determinar essas simbologias e representações miméticas da maternidade, trazidas pelas estruturas aplicadas desde o início do texto, o ambiente em que decorre as narrativas; o tempo que foi empregado; o enredo. Todos esses elementos se aproximam dos fatos naturais e sobrenaturais que surgem e apontam para uma imitação da realidade. Nesses termos, os textos de Carolina Maria de Jesus e de Buchi Emecheta tornam-se uma imitação da realidade, como esta poderia ser entendida e não como de fato ela é.

4.1 Carolina: um corpo materno em evidência

Ao contrário da Cinderela branca, que todos conhecem, a desconhecida Cinderela negra tem uma outra história: não se casa, não é feliz para o resto da vida; e muito pior, volta às origens, retransformada em Borralheira, deixando a todos, participantes e testemunhas, perplexos e insatisfeitos com o desenredo: *por que, afinal, não deu certo o conto de fadas para Carolina Maria de Jesus quando, em 1960, seu Quarto de despejo foi um estrondoso sucesso de vendas?* (Lajolo, 2015, p. 272).

O que realmente aconteceu com Carolina Maria de Jesus? Seria ela a personificação do erro ou a representação de uma realidade cruel que permeia a vida das mulheres negras e mães no Brasil? São questões como essas que nos instigam a pesquisar, com maior profundidade, a respeito da contribuição da autora para a formação da literatura negra brasileira e para tanto, faz-se necessário partir do princípio biográfico. Saber quem foi Carolina Maria de Jesus, onde viveu, quais caminhos e dificuldades ela enfrentou ajudou-nos a compreender algumas questões que colaboraram para a frustração dos sonhos da Cinderela negra.

Carolina Maria de Jesus teve sua história narrada por vários autores, como: em 1994, José Carlos Meihy e Robert Levine escreveram **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**; já em 2007, Eliana de Moura Castro e Marília Novais da Mata Machado,

escreveram **Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus**; em 2009, Joel Rufino dos Santos publicou **Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável**; em 2014, Elzira Divina Perpétua publicou o livro **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**, no qual demonstra os resultados de sua tese de doutorado; em 2017, Tom Farias escreveu a obra **Carolina: uma biografia**; em 2020, consta a publicação de Rita Ciotta Neves, **Carolina Maria de Jesus: uma biografia nas margens da literatura**; já em 2022, Jeosafá Fernandez Gonçalves publica a obra **Carolina Maria de Jesus: uma biografia romanceada**. Entende-se que cada um desses autores e autoras tenham buscado fazer uma investigação que melhor contribuísse para a fortuna crítica acerca das escrituras carolinianas.

Dona de uma trajetória subversiva e comportamentos atípicos, conta-se que Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais, no ano de 1914, seus avós eram escravizados e sua mãe, uma senhora lavadeira, que assim como muitas mulheres de sua época, não teve a oportunidade de estudar e que, além dela, teve mais sete filhos. Teve uma infância pobre e com muitas dificuldades; em 1937, ela migrou para São Paulo, sem nenhuma referência, passou por vários empregos entre os quais, seus relatos mostram o trabalho de doméstica, que lhe rendeu boas leituras. A essa mudança, acrescenta-se mais um adjetivo, agora, ela é mulher, negra e favelada, um pouco mais adiante acrescenta-se a maior de todas as suas identidades, a de ser mãe. Enquanto esteve morando na favela, trabalhou como catadora de materiais recicláveis, criou 3 filhos com muito sacrifício e muita fome, mas acima de tudo com muito zelo, amor, responsabilidade, entre suas idas e vindas, e morreu no ano de 1977 “tão esquecida quanto revoltada” (Meihy; Levine, 2015, p. 20).

De acordo com Meihy e Levine (2015), Carolina aprendeu a ler e escrever ainda na infância e mesmo que tenha passado pouquíssimo tempo na escola, esta nunca mais abandonara os cadernos, eles passariam a ser seus companheiros ao longo de sua vida. Sua ida à escola encontra alento no seu avô, também conhecido como “Sócrates africano”. Em seguida, ela teve que se mudar com sua mãe em busca de melhores condições de vida, cenário que viria a se repetir outras vezes, mas em todas essas transmutações, suas realidades foram basicamente as mesmas, o servir como empregadas domésticas nas casas das famílias brancas. A escritora tentou realizar outras atividades que não foram bem sucedidas e, por várias vezes, foi despedida por gostar de sair e ser namoradeira. Diante dessa realidade, a vivência da família da autora assim como da maioria das mulheres negras se justifica no discurso já citado por Lélia Gonzalez (2020) no capítulo anterior. Sobretudo, quando esta explica que por meio de um contexto ideológico, cabe à mulher negra o serviço pesado, os afazeres domésticos e a

exploração sexual. Além disso, Carolina Maria de Jesus não consegue fugir desses pressupostos e vive essas experiências que lhes foram impostas pela classe dominante, por outro lado, ela dizia ser independente demais para permanecer nessa condição subalterna e ademais ela era bonita e atraente. A subalternidade, além de está alinhada em um poder sobre o outro, assim como denomina Raissa Cavalcante (1993), também está alinhada às estruturas que dispõem esses meios e dispositivos que intercalam classes.

Ademais, sua caminhada resulta na exposição de um Brasil cultural que alguns não conheciam e outros fingem não conhecer: “a luta quotidiana de uma mulher ‘de cor’, pobre e desprovida de favores do Estado, de organismos sociais, de instituições e até de amigos” (Meihy e Levine, 2015, p. 21). Dessa forma, Carolina Maria de Jesus torna-se a representação do abandono e da invisibilidade vivenciadas por inúmeras mulheres negras e mães solas em nosso país, diferentemente da maioria, ela consegue subverter, incomodar, denunciar a hipocrisia social diante das negligências que assolavam as minorias e que passaram a ser narradas em seus diários.

Em outros termos, a autora mostra as desigualdades estabelecidas entre o quarto de despejo e a sala de estar. Enquanto uns sofrem com a fome, outros vivem desperdiçando, uns não têm onde reclinar a cabeça, outros moram em palacetes, analfabetos de um lado, educação de qualidade para outros. Como afirma Meihy e Levine (2015), Carolina nunca se conformou com as prevalências que sustentam as desigualdades estabelecidas pelo desenvolvimento econômico, em que mantém a pobreza em crescente estado ao passo que sustém o poder dos grupos dominantes. A autora ressalta sua inquietação quando afirma, “o branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém” (Jesus, 2020, p. 64). Por essa razão, as relações de poder que expressam a superioridade dos brancos são questionadas pela narradora ao longo do seu diário, buscando mostrar que a superioridade inexistente, uma vez que ambos praticam os mesmos atos e/ou padecem dos mesmos males.

Foi no período em que catava resíduos nas ruas que ela se mostrou uma mulher apaixonada pelas letras. Carolina lia e escrevia nos papéis que encontrava no lixo, seus escritos lhes renderam sua primeira obra **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**, publicada em 1960, escrita em forma de diário, na qual ela relata a vivência na favela a partir de suas relações pessoais, sociais, ponto de vista e traz uma visão panorâmica dos povos marginalizados no Brasil. A narrativa inicia-se em 15 de julho de 1955, aniversário de sua

filha caçula Vera Eunice, as primeiras marcas da presença de um corpo materno que sofre por não poder dar a sua filha um presente, pois a necessidade de alimento falaria mais alto, e se encerra no dia 1 de janeiro de 1960 com as mesmas dificuldades enfrentadas durante todos os anos anteriores, “levantei as 5 horas e fui carregar água” (Jesus, 2020, p. 176).

A obra *corpus* dessa investigação conta com uma linguagem descritiva, elemento indeclinável para a construção de narrativas diárias. Em 1955, foram feitos os relatos de treze dias, que decorreram entre quinze a vinte e oito de julho, nos quais estão presentes a mãe que não consegue se encaixar nos conceitos pré-dados no tocante à maternidade, a revolta com a vida atribulada e a constante busca pela satisfação das necessidades dos filhos e de si. O texto foi publicado com uma quebra na sequência dos anos, não havendo nenhum registro dos anos de 1956 e 1957, o que não significa dizer que Carolina Maria de Jesus não tenha escrito durante esse período, mas que foram cortes dos editores para a publicação de um texto mais condensado e que afetasse o público de forma imediata.

Na sequência, tem-se o registro do diário a partir do dia dois de maio de 1958, na ocasião a protagonista expressa o seu sonho de escrever “Eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perda de tempo” (Jesus, 2020, p. 33), e fecha o ano no dia trinta e um de dezembro, com cento e setenta e três dias, trazendo relatos que se desdobram tanto sobre a sua individualidade quanto a do coletivo e social não somente da favela do Canindé, mas de toda cidade de São Paulo. Nodia primeiro de janeiro de 1959, inicia-se a terceira parte do diário, mais uma vez nos deparamos com os aspectos da dureza enfrentada pela narradora para manter o cuidado com os filhos. Aos trinta e um de dezembro do referido ano, Carolina, em tom fatigado, exterioriza o quão árduo fora esse período, “Vai, vai mesmo! Eu não quero você mais. Nunca mais” (Jesus, 2020, p. 176). No entanto, em primeiro de janeiro de 1960, ano novo, a realidade continua a mesma, o mesmo acordar cedo para buscar água, as mesmas dificuldades a serem enfrentadas.

Situa-se em Carolina Maria de Jesus, uma mãe que luta de todas as formas para bem cuidar de seus filhos. Analogamente, torna-se o reflexo das muitas mães negras e pobres da nossa sociedade, excluídas e faveladas, as quais não podem contar com a presença paterna e que precisam assumir todos os papéis sociais necessários à existência familiar. Por essa razão, salienta-se que:

Desta maneira, alicerçada em ideias que promovem e legitimam formas de repressão e subalternização da diferença e de tudo o que porventura possa ameaçar a

estabilidade do sistema postulado, a violência contra negros é facilmente justificada. Isso se dá, sobretudo, através da estereotipação e da estigmatização, ao passo que tudo aquilo que advém da favela ou da cultura de periferia, por exemplo, não é percebido de maneira positiva (Bezerra; Costa, 2020, p. 94).

As imagens que são apresentadas trazem os estereótipos que há muito vêm sendo disseminados pelo estado opressor e pelas instituições sociais que se colocam à serviço do estado mantendo uma postura reprodutiva das desigualdades. Essas ideias reforçam que há lugares onde os negros são vistos como incapazes, inferiores, desonestos, isso associado à condição de favelado serve para avultar essas estratificações. Nesta perspectiva, através do estudo da narrativa de Carolina Maria de Jesus e da observância da história das mães negras ao longo do tempo, foi possível criar mecanismos de identificação de tantas Carolinas as quais tiveram suas maternidades sublinhadas em meio ao caos social.

Após a exposição feita no primeiro capítulo sobre o ser mãe ao longo da história literária do Brasil e culminando com as experiências dessa maternidade narrada por Carolina, tem-se no primeiro momento, uma abordagem sobre a interrelação Carolina Maria de Jesus e sua obra **O Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020), perpassando pela biografia da autora e a crítica da sua obra. O outro ponto que apresentamos aqui é o que mais inflama a nossa pesquisa, que é mostrar a imagem dessa Carolina e como esta conduziu a criação de seus filhos em um ambiente tão carente de condições adequadas para bem educá-los. O ambiente revelado pela autora é Canindé, uma favela que carrega as marcas do abandono político, econômico, social, moral, tais cicatrizes são disseminadas na figura dos favelados e em suas ações. Essas leituras nos permitiram analisar a construção do imaginário materno das mulheres pobres, negras e mães solo. Desse modo, poder entender como vivem, pensam e sofrem tantas Carolinas espalhadas em nosso meio e que não percebemos as suas dores, mães que se reinventam dia após dia em busca de uma vida melhor para seus filhos.

De todo sofrimento vivido pela autora, reouvemos em sua narrativa, a esperança de dias melhores através de suas leituras e de seus sonhos. A obra aponta relatos do quanto essa sua paixão pela leitura é intensa, “nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. Todostêm um ideal. O meu é gostar de ler” (Jesus, 2020, p. 23). Como observado no fragmento anterior, Carolina Maria de Jesus asseverou a sua importância e sua condição de escritora como marca que a diferenciava das outras mulheres negras e mães que habitavam na favela do Canindé. Ao escrever seus diários, ela deixa exalar a sua essência, sua sensibilidade, passando a retratar o dia a dia da favela com todos os seus percalços e suas disparidades, além de ver na escrita a possibilidade de sair dali para um lugar melhor onde pudesse criar seus filhos sem os

problemas comuns à favela. Por outro lado, a aparição pública da mulher reforça a ruptura de paradigmas e dos espaços de poder, conforme visto em:

De maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas-de-casa, de guardiãs dos víveres etc. Usam-se estereótipos para designá-las e qualificá-las. [...] A psicologia das multidões empresta a estas uma identidade feminina, suscetível de paixão, de nervosismo, de violência e mesmo de selvageria (Perrot, 2007, p. 21).

As mulheres que tentam elevar sua voz ou se fazer ser percebida de alguma forma tendem a incomodar os grupos que não estão dispostos a aceitá-las em situação ativa. Para Carolina Maria de Jesus não foi diferente, a sua obra passa a abespinhar vários grupos sociais, não apenas a burguesia hipócrita, mas também alguns que compartilham da mesma situação social. Esse posicionamento circunspecto fica elucidado em vários momentos da narrativa, como quando ela afirma: “há que existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais” (Jesus, 2012, p. 41). Neste sentido, a incredibilidade nos seus escritos se determinam principalmente por sua característica fenotípica de ser negra e por sua posição econômica de favelada, isso a torna um ser sem poder de expressão da verdade que rege sua condição de vida e todos os seus escritos. Considerando estas ideias, afirma-se:

A trajetória de Carolina implica a visão de um lado pouco mostrado da cultura brasileira: a luta cotidiana de uma mulher “de cor”, pobre desprovida de favores do Estado, de organismos sociais, de instituições e até de amigos [...] o que a distinguiu dos demais foi o fato de ser um tipo capaz de desafiar a pobreza e seus promotores através de incomum capacidade de luta e perseverança e de uma agressiva personalidade (Levine; Meihy, 2015, p. 21).

Quarto de despejo: diário de uma favelada (2020) é uma narrativa que mostra essa realidade não apenas da favela, mas de toda uma sociedade estratificada. A obra tem duas faces, uma que revela as péssimas condições vividas pelos favelados e a outra que constrói uma das mais belas imagens da nossa literatura, a imagem sacramental do ser mãe. Para conseguir sobreviver, Carolina Maria de Jesus tornou-se catadora de papel, andava o dia inteiro pelas ruas de São Paulo em busca do mínimo necessário para bem sobreviver com seus filhos.

Mesmo levando uma vida difícil, existia dentro de Carolina Maria de Jesus uma voz que queria ser ouvida, que desejava gritar para o mundo: “Vejam, eu existo, essa sou eu!” (Nilha, 2019, p. 19). De fato, com ela crescia esse desejo de fazer com que o mundo não só a conhecesse, mas que através de seus escritos, a dura realidade da favela fosse disseminada

chegando aos olhos/ouvidos dos que representam o poder, a fim de que medidas fossem tomadas no sentido de reduzir as mazelas denunciadas na obra e garantindo condições dignas de sobrevivência aos moradores de Canindé. Ademais, Carolina via na escrita um refúgio, uma alternativa prazerosa capaz de fazê-la esquecer suas dificuldades existências e levá-las para um universo cheio de belezas e que se tornariam necessárias para recarregar suas energias e ter disposição para enfrentar a dura realidade que lhe foi imposta, como visto a seguir,

12 de junho

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2020, p. 59).

O que dizer e como dizer, era o grito contido da escritora, que começou a ser solto no ano de 1955, quando esta dá forma ao seu clamor, registrando o dia a dia da favela em diversos papéis que encontrava no lixo e trazia para casa. Sua escrita era um misto de sinceridade e de objetividade denotativa, de realidade e de fantasia, este último, elemento necessário para suportar suas dores, como também um artifício próprio dos textos literários, valendo-se de recursos estéticos como a metaforização para melhor comunicar a sua verdade e imprimir um estilo próprio através de sua sensibilidade. Desse modo, Carolina Maria de Jesus conseguiu expressar todo universo de tristeza, desesperança, violência e preconceito existente na sua vivência de favelada (Nilha, 2019). Considerando essa experiência ainda pode ser afirmado que:

No Brasil, Carolina Maria de Jesus, na década de 60, torna-se a autora mais vendida do país, por meio de uma escrita de enfrentamento social, não sem contradições, a partir de um enredo do “lixo”, daquilo que ninguém queria ver e “inaugura” a visibilidade da escrita literária de autoria de mulheres negras periféricas. (Leandro, 2019, p. 89).

A produção advinda de mulheres pertencentes aos grupos excluídos passa a adentrar o cenário literário com temáticas que incomodam aqueles grupos definidos pela sociedade como eruditos, habituados com textos – ainda que estes tragam denúncias sociais – que usem de uma linguagem mais elaborada e que sigam os padrões definidores dos mais profusos movimentos literários. Ainda em Leandro Ramos (2019), deparamo-nos com uma das grandes contribuições da produção literária da autora em estudo:

[...] Carolina Maria de Jesus na literatura abriu um precedente na história literária do país, primeiro por causa do lugar de enunciação da autora (favela) e sua condição mulher, mãe, pobre, negra; segundo porque sua escrita abriu possibilidades para que outras mulheres negras se sentissem autorizadas a também ocuparem a posição discursiva de autoras de literatura. (Leandro, 2019, p. 89).

Fazer história na literatura brasileira usando o seu lugar de fala como objeto capaz, não apenas de apontar, mas de imputar um universo de exploração, de abandono e que necessita ser visto, aceito e cuidado com equidade por aqueles que ocupam os espaços de poder. Contudo, não são somente seus escritos que inauguram essa transformação, pois associado a esse aspecto, encontramos uma agremiação de qualidades que constroem a identidade da Cinderela Negra: o ser mulher negra, que, por si só, não encontrava seu espaço na sociedade, tampouco na literatura; ser mãe solo, diante uma cultura patriarcal, essa é umas das grandes implicações de aceitabilidade, além de ser uma voz que emerge da extrema pobreza e de pouca instrução escolar.

A narrativa perpassa pelas questões de gênero de forma a delinear as interferências do patriarcado na vida daqueles que se encontram em condições de subalternidades, como posto no desejo da narradora,

[...] Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para minha mãe:
 – Porque a senhora não faz eu virar homem?
 Ela dizia:
 – Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem.
 Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo.
 [...] Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais.
 (Jesus, 2020, p. 55)

Do ponto de vista da historiadora australiana Lerner (2019, p. 261), “o patriarcado é uma criação histórica”, e como tal, tem seu fundamento nas visões dos homens e mulheres, os quais passam a determinar os valores e as regras que passaram a definir os papéis sociais e os comportamentos tidos como adequado aos sexos. A autora acrescenta que às mulheres foram atribuídos os serviços reprodutivos e sexuais, eram compradas ou trocadas como artifício benéfico econômico das famílias dos homens, sendo, pois, domada e escravizadas. Desse modo, Lerner (2019) salienta que a formação e a opressão das classes foram precedidas pela escravidão de mulheres combinada com a existência tanto do machismo quanto do racismo, passando a explorar os homens enquanto trabalhadores, e as mulheres, além da exploração do trabalho, no âmbito da maternidade e da sexualidade.

A consciência da dominação existente entre as classes que se evidencia de forma memorialista e performática na voz de Carolina faz uma abordagem dos principais problemas aos quais estão submersos a sociedade em que se insere o enredo da obra. Contudo, por mais que sejam questões atuais, elas têm raízes no patriarcalismo, inclusive o desejo de se tornar homem remete à supremacia de um gênero sobre o outro, de uma classe sobre a outra e ainda perpassa pelas questões de abandono político e social. Estes são alguns argumentos usados para atestar a visão crítica e consciente enfrentada não apenas por Carolina, mas que abarca o existir da grande maioria das mulheres negras.

A referida escritora tornou-se parâmetro da diáspora negra, despertando em outras mulheres negras a sua capacidade de produção, o seu poder de fala: “É a escrevivência de Carolina (conceito da Conceição Evaristo), escritora emblemática da literatura negra produzida no Brasil, em toda sua potencialidade e vicissitudes, a embalar os sonhos e as pretitudes das novas gerações” (Cobra, 2014, p. 07). Dada as características apresentadas pela escritora acresce-se que a estratificação social, as dificuldades de acesso aos bens da indústria cultural e seus fenótipos a colocam como uma escritora menor.

De acordo com Farias (2018), a publicação de **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** foi um sucesso em número de venda, o que não eximiu a autora de inúmeras críticas e desconfianças quanto a sua autoria:

[...] ao tratar sobre a crítica nacional da primeira publicação literária de Carolina Maria de Jesus mostra que, se de um lado Carolina era recebida com elogios e aplausos por muitos críticos que reconheciam a força de sua palavra e da sua posição de sujeito-autor, por outro, houve uma avalanche de críticas negativas, impiedosas e, de certo modo, apoiadas no discurso racista. (Farias, 2018, p. 98).

Em conformidade com o fragmento acima, vê-se que a recepção à obra de Carolina desperta olhares diversos entre os críticos literários, o afago ao ego dos sedentos de modernidade e um “pisão no pé” dos conservadores e formalistas. Para Leandro (2019) por mais que a receptividade da obra de Carolina tenha alçado espaços significativos na literatura, ela ainda sofrerá com as desconfianças daqueles que tentaram impedir de todas as formas sua ascensão. Despertou questionamentos sobre a qualidade de seus textos, duvidou-se até mesmo de sua autoria, já que não se admitia que uma obra produzida por uma mulher, negra e favelada pudesse causar rupturas nas estruturas “semanticamente estabilizadas” (Pêcheux, 2009, *apud* Leandro, 2019, p. 43). Nesta perspectiva, convém mencionar que:

Uma alegação comum por parte de intelectuais dos estudos literários é que as possíveis produções literárias de sujeitos subalternizados ou de baixa escolaridade não conteriam o que é necessário para serem consideradas grandes obras, por não terem um cuidado com a forma, serem desprovidas de uma poética, de uma literariedade e se restringirem ao que é panfletário. (Barosi, 2019, p. 31).

Por mais que as críticas se voltem para as dificuldades de aceitação de Carolina enquanto escritora, ao julgar a qualidade de sua produção como inferior por não trazer aspectos que marcam um período literário, não significa dizer que não há literariedade. Por isso, considera-se que, verdadeiramente, a escrita dela atormenta a esse grupo dito de intelectuais e promove uma ruptura na estrutura social e acadêmica, que agora tinha de dividir espaços com uma subalterna. Inclusive, de saber que depois dela, outras poderiam surgir com um brilho igual ou superior ao de Jorge Amado ou de Jean Paul Sartre, homens brancos, consagrados e com poder de fala, como aconteceu com Carolina Maria de Jesus em **Quarto de Despejo: diário de uma favelada** que era um claro contraponto a eles.

Nessa direção, pode-se inferir que o fazer literário de Carolina Maria de Jesus sinaliza alguns fatores que estão implícitos no fazer literatura no Brasil, no tornar-se leitor e/ou mesmo acessar o cânone das letras. Nessa senda, enumera-se inicialmente a problemática a que se refere o acesso aos livros que fazem ou não parte do cânone depende das questões de ordem econômica e ideológicas, existem algumas restrições que dizem respeito às origens do pensamento patriarcal e vão até às relações editoriais. Na sequência, tem-se as contrariedades contidas na formação do sujeito leitor, uma delas, refere-se ao distanciamento que jaz entre a literatura canônica e a realidade da maioria dos leitores, o que tende a desencadear o desinteresse pela leitura.

Decerto que os argumentos anteriores não são os únicos responsáveis pela complexidade da consolidação dos textos de Carolina Maria de Jesus enquanto sujeito-autor, em profusos momentos a personagem salienta o quanto inoportuno é o seu afeiçoar-se da escrita: 14 de julho: (...) O José Carlos ouviu a Florenciana dizer que eu pareço louca. Que escrevo e não ganho nada. (...) (Jesus, 2020, p. 87). Diante de tudo isso, Candido (1988) chama a atenção para a necessidade da distribuição equitativa dos bens, sendo a guisa ideal para que a literatura erudita deixe de ser privilégio de poucos, favorecendo assim a circulação dos bens literários.

A produção de Carolina Maria de Jesus aponta para a produção de uma literatura tanto performática quanto de resistência, que visa romper com a interdição das mulheres negras no universo literário como atenta Conceição Evaristo ao dizer que a mulher negra pode entre

outras coisas, dançar, cozinhar ou até mesmo se perverter, no entanto, não lhes cabe o direito à escrita, este é um exercício pertencente apenas à elite. Todavia, se para Eagleton (2006 p. 10) “a “literatura” pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita como daquilo que a escrita faz com as pessoas”, para Carolina Maria de Jesus, escrever não era somente uma questão de realização pessoal, mas sobretudo um ato político capaz de mudar sua condição social, queria escrever para ganhar dinheiro e tirar os filhos da favela, nessa perspectiva, salienta-se que os textos da autora em questão, podem ser considerados e legitimados como textos literários.

Na mesma linha de pensamento Candido (1988), reforça a ideia de que literatura é toda criação carregada de elementos poético, ficcional ou dramático, e que estão presentes em todos os níveis sociais e culturais, o que reforça o poder da escrita caroliniana. O autor acrescenta ainda que por meio dos textos literários, se confirma e se nega, intenta ou denuncia e nos oferece uma possibilidade dialética de viver os problemas, sejam eles contidos nos textos canônicos ou nos proscritos, que nascem dos movimentos de negação do estado ditos predominantes.

A historiografia literária define como contemporâneo, os textos que dialogam com as questões que foram sendo disseminadas a partir da segunda metade do século XX e abarcam as tendências que fazem uso da metalinguagem, do engajamento social, que usam do experimentalismo formal ou que amálgama as estéticas diversas em uma mesma produção. Consoante com a descrição anterior, pode-se afirmar que o diário de Carolina Maria de Jesus é uma obra contemporânea, constituída de elementos da poesia, da musicalidade e da prosa, e expondo diversas temáticas sociais e atuais, entre eles, a realidade das mães negras, solo e desassistidas pelo poder público.

Fernanda Miranda, em seu texto *Direção e devir em Carolina Maria de Jesus* (2020), escrito para a edição comemorativa dos 60 anos da publicação de **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, discorre sobre a literariedade presente na narrativa, mostrando que o registro feito em forma de diário, é interposto pela palavra, e que essa palavra é literária pois ultrapassa a descrição do real, e faz uso de diferentes recursos estilísticos, características próprias da produção contemporânea, a saber, a ironia o humor e o lirismo, narrado em primeira pessoa, a obra apresenta um tom metafórico, marcas que podem ser vistas no excerto a seguir.

[...] Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua

Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Patria. [...] Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casemiro de Abreu, que disse: “Ri criança. A vida é bela”. Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época esta apropriada para dizer: “Chora criança. A vida é amarga” (Jesus, 2020, p. 39).

Ademais, tem-se em Carolina simultaneamente a tríade literária, a autora, a narradora e a personagem, “ela é o referente e a interprete de sua própria vida, e deve-se estar atento para perceber tais posições enunciativas sem se perder nas encruzilhadas desta exímia escritora” (Miranda, 2020, p. 249), traços que confluem com as particularidades exigidas pela crítica para que alguém possa ser legitimado como autor ou autora. Acrescenta-se que a produção da autora traz elementos que incorporam as suas escrevivências – a infância e adolescência (**Diário de Bitita**), a vida adulta, a maternidade e a vida na favela (**Quarto de despejo**), a saída da favela (**Casa de alvenaria**).

Por maternidade, na obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020), de Carolina Maria de Jesus, entende-se como um “acontecimento não biológico, mas a vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica, além da prestação de cuidados e envolvimento afetivo” (Correia, 1998, p. 366). Em conformidade com o fragmento da psicóloga portuguesa, percebeu-se, logo, no primeiro trecho do romance, que Carolina traz a preocupação com esse prestar o cuidado e a assistência aos seus rebentos, inclusive à filha Vera Eunice, o que pode ser observado no fragmento que segue:

15 de julho de 1955

Aniversario de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatosno lixo, lavei e remendei para ela calçar. (Jesus, 2020, p. 19).

Diante do excerto, nota-se que a preocupação da mãe em ter um sapato para presentear a filha no aniversário de cinco anos era uma obrigação inerente a ela, ela é a mãe e a maternidade envolve além do afeto, a manutenção da segurança, do lazer e dos outros direitos à vida em sociedade. Desse modo, presentear com um sapato é assegurar que a filha não andaria descalça pelos becos sem nenhum saneamento básico da favela e, com isso, contribuirpara a manutenção da saúde da menina, uma vez que descalça poderia cortar-se ou mesmo contrair outras doenças como verminoses por estar em contato com substâncias patógenas sem a devida proteção aos pés. Esse foco de contaminação também aparece inscrito na obra como verificado em: “**19 de junho...** A Vera ainda está doente. Ela disse-me que foi a

lavagem de alho que eu dei-lhe que lhe fez mal. Mas aqui na favela **varias crianças está atacadas com vermes**” (Jesus, 2020, p. 65, **grifo próprio**).

De acordo com o excerto, Carolina associa que a filha está doente assim como os outros meninos da favela, todos com verminose, então, o problema não é a falta de cuidado dela com os seus filhos, mas o enquadramento do lugar, pois, ali, sem saneamento básico, todas as crianças e adultos estão sujeitos ao adoecimento. Por outro lado, para a Vera ainda com seus cinco anos de idade, o motivo do vômito e do passar mal era originário da lavagem de alho que a mãe lhe dera, isso faz pensar que as crianças não gostam do cheiro forte e do sabor picante do alho e daí a justificativa da criança. Entretanto, a mãe vai além e sabe que há fatores externos, por exemplo, as condições inóspitas que o ambiente da favela traz, as desigualdades sociais e de renda, além do acesso a políticas públicas e de seguridade social.

O amor materno é representado na obra de Carolina Maria de Jesus por meio de diversas facetas, mas a principal é orientada pelo cuidado sozinha dos filhos, pois todos eles tinham sido abandonados pelos seus pais, prática que era comum não apenas nas sociedades antigas, como na atual, visto que: “o abandono funcionava como um modo de fazer morrer uma criança indesejável” (Correia, 1998, p. 368). Percebeu-se que os homens passados pela vida de Carolina Maria de Jesus também viam seus filhos como indesejáveis porque tinham se relacionado afetivamente com ela, mas depois não procuravam saber dela ou dos filhos e a mãe, no seu amor extremado, acaba por buscar suprir o abandono do pai e sobrecarregar a mãe, consoante se nota em:

20 de junho

[...] Dei leite para a Vera. O que eu sei é que o leite está sendo despesas extras e está prejudicando a minha minguada bolsa. Deitei a Vera e saí. Eu estava tão nervosa! Acho que se eu estivesse num campo de batalha, não ia sobrar ninguém com vida. Eu pensava nas roupas por lavar. Na Vera. E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai.
[...] Não tinha papéis nas ruas. E eu queria comprar um par de sapatos para a Vera.
[...] Segui catando papel. Ganhei 41 cruzeiros. Fiquei pensando na Vera, que ia bradar e chorar, porque ela quando não tem o que calçar fica lamentando que não gosta de ser pobre. Penso: se a miséria revolta até as crianças... (Jesus, 2020, p. 65).

Para a narradora, o fantástico incide sobre todos os aspectos de sua vida uma vez que ela cumpre múltiplos papéis, como o de ser mãe, de prover a casa sozinha, de se preocupar com os filhos por saber que o pai contribuiu apenas com o espermatozoide e, no caso do pai de Vera Eunice sequer sabia da existência dela. Não se trata aqui de justificar que Carolina eraguerreira, era uma “pãe”, ela era, naturalmente, uma mulher sobrecarregada devido o

abandono dos seus parceiros, então, não se pretendeu aqui, e em nenhum outro momento, romantizar a maternidade negra da personagem analisada, entretanto, mostra-se uma mãe mais próxima do real e não carregada de adjetivos idealizados.

A sobrecarga do feminino parte do abandono paterno, realidade que pode ser vista ainda na contemporaneidade quando o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, em maio de 2023, sustenta que há “mais de 11 milhões de mulheres brasileiras que cuidam sozinhas de seus filhos, a epidemia de abandono paternal enfrentada por diversas famílias brasileiras. Ela também faz parte da estatística que diz que, entre 2012 e 2022, 90% das mães solo são negras.” (Cetrone, 2023, n.p.). Esse quantitativo demasiado de mães negras solo reforça os estereótipos do sistema escravista, em que os filhos eram abandonados pelos pais antes mesmo do seu nascimento e caberia às mães toda responsabilidade e o cuidado dos filhos, pois se estas os tinham, era porque queriam, uma vez que filhos podem ser evitados mesmo indo de encontro ao pensamento cristão.

A imagem da mãe é apresentada pela narradora em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, desde as primeiras inscrições, no dia 15 de julho de 1955, a partir das lembranças do dia do aniversário da filha, a procura pelo filho e os corretivos aplicados a ele, incluindo os cuidados com eles na hora de dormir. Assim, a primeira imagem é a da mãe zelosa e preocupada com o que fazem os filhos. Outra imagem é a da voz da narradora ao descrever as imagens do dia 11 de maio de 1958, o Dia das Mães, sobre o qual ela narra: “dia das mães. O céu está azul e branco. Parece que até a natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infeliz por não poder realizar os desejos dos seus filhos.” (Jesus, 2020, p. 35).

O indivíduo social ao longo de sua história, assume diferentes papéis sociais, que juntos corroboram com a definição de sua identidade, tornando-se necessários para a apropriação de imagem mais completa do sujeito. Na obra de Carolina Maria de Jesus, o leitor encontra uma filha, mãe, amiga, catadora, escritora. Não obstante, uma sucessão de acontecimentos narrados em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, revela-nos um de seus exímios papéis sociais, o ser mãe, a solidez com que ela conduz essa condição, nos apresenta uma superioridade de atuação e tende a definir os demais papéis atribuídos à personagem.

Ainda considerando a solidez da maternidade da narradora menciona-se: “... veio D. Sílvia reclamar contra os meus filhos. Que os meus filhos são mal educados. Mas eu não encontro defeito nas crianças. Nem nos meus nem nos dela. Sei que criança não nasce com senso. Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis” (Jesus, 2020, p. 23). O

seu olhar materno ensina-nos como falar com crianças, que as ações dos adultos devem ser interpretadas e orientadas de formas diferentes, o que muitos só conseguem perceber após orientações de profissionais como psicólogos e educadores entre outros.

Ter que sair para trabalhar e deixar seus filhos sozinhos ou na companhia de algumas pessoas que podem ser parentes, vizinhos ou amigos, é uma das grandes preocupações das mães solas ou mesmo a única alternativa para resolver esse dilema. Para a mãe em estudo, a decisão sempre fora deixar seus filhos maiores sozinhos em casa, mas sempre preocupada com a segurança deles, se estariam a salvo das violências do meio: “trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir meu barraco e maltratar meus filhos” (Jesus, 2020, p. 25). No excerto, vê-se o drama de ter que trabalhar e o medo da agressividade dos vizinhos para com seus filhos, isso tirava o sossego da narradora, além de se revelar uma pessoa desprezada pela vizinhança, fator contribuinte para o engendramento de casos de maus tratos a seus filhos. Não obstante ainda vimos sua preocupação e as diferenças entre os filhos dela e os da vizinhança.

O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, p. 27). Se esses são os direitos básicos que visam garantir a dignidade para todos os cidadãos brasileiros, o que dizer dos muitos que, como a narradora Carolina, se encontram à margem desses direitos tidos como fundamentais para a dignidade humana?

Além disso, a narrativa caroliniana expressa a inexistência de direitos básicos dos favelados, como posto em: “já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna” (Jesus, 2020, p. 27). Ou ainda quando ouvimos de muitas famílias discursos como “e a pior coisa para uma mãe é ouvir essa sinfonia: mamãe eu quero pão! Mamãe estou com fome” (Jesus, 2020, p. 62). São narrativas imbuídas de dor, de aflição, de angústia e de descrença na política, na justiça ou mesmo no serhumano, sobretudo se a mãe que ouve essas frases da boca dos seus filhos não tem uma solução imediata. A fome é para essa mãe o que de pior pode assolar ou desestruturar um indivíduo, ela é veementemente presente na realidade dessa família que chega a ter cor “é amarela” e a mãe passa a se martirizar muito mais pela dor dos filhos do que pela fome que sente.

A educação dos filhos tornou-se uma das prioridades da narradora, associada ao prazer que ela encontra na leitura e na escrita, além de acreditar que seja a única alternativa eficaz para a transformação de qualquer sujeito ou sociedade. Neste sentido, mais uma vez elanos inspira com suas atitudes e preocupações para com a educação formal dos seus filhos, atitudes como as de todos os dias, “vesti as crianças e eles foram para escola “(Jesus, 2020, p. 60). Observou-se que as atitudes vão das mais simples às mais complexas como acontecia nos dias chuvosos que a deixavam condoída vendo as crianças pisar na lama e ela não queria que isso acontecesse com os seus filhos. Por isso, Vera Eunice relata que Carolina pegava-os no colo, um por um, e atravessa a lama para que eles pudessem ir à escola limpos, estendendo esses cuidados e transformando-os em sonhos, um dos seus maiores desejos era que sua filha se tornasse uma professora (Levine; Meihy, 2015, p. 83).

O cuidado desta mãe não se limita apenas à educação formal ou institucional, zelar pela segurança, preservá-los das más índoles e das ciladas que a vida pode oferecer, eram uma constante na sua condição de maternagem: “nunca hei de deixar a Vera na casa de quem quer que seja” (Jesus, 2020, p. 144). Entre as atitudes da mãe, pois conhecendo muito de sua vizinhança, dos homens e da vida em geral, essa pode ser considerada uma das mais belas e significativas atitudes maternas. Esse comportamento se equipara em grandiosidade, quando em outro momento Carolina se ver obrigada a tomar quicá a decisão mais difícil de sua vida: “se ele fez isto quem há de interná-lo sou eu. Chorei.” (Jesus, 2020, p. 82).

O fragmento que encerra o parágrafo anterior faz menção ao episódio em que seu filho João José é acusado de tentar violentar a filha de dois anos de um senhor e que ele o levaria ao juiz. A mãe chora diante do exposto, mas não se deixa conduzir por uma maternidade cega, omissa e incapaz de aceitar os erros dos filhos, fato contraditório aos estereótipos. Carolina chora, e é na dor que ela encontra forças para tomar mais uma vez para si a responsabilidade de cuidar, educar e também punir seus filhos, agindo de forma justa e ativa como sempre acreditou que deveria ser. Além disso, tratando dos estereótipos comuns às famílias pretas convém mencionar que:

Famílias negras são estigmatizadas de serem desprovidas de afetos e de cuidados. As famílias negras têm suas pretividades (afetividades pretas) e proteção. MATERNAGEM exercida no meio da miséria e no meio da pobreza de forma não passivamente. Toda vez que ela dizia que não gostava da favela e dos vizinhos, ela condenava a condição de vida. (Evaristo, 2020, p. 13).

Carolina pode ser acusada de muitas coisas nessa sua vivência materna, porém jamais lhe será imputada a ideia de não amar, não cuidar ou de não proteger aos seus filhos; ao longo da narrativa, é uma asseveração dessa predisposição materna. Se para muitas mães, o não ter renda é argumento para abandonar os filhos, este não é suficiente para que Carolina deixe os seus para trás, como no episódio em que ela pensa deixá-los para seguir com os artistas circenses, mas ao perceber que nem o reformatório era um lugar seguro para os seus filhos, ela aborta a ideia de viajar, embora fosse a trabalho.

Com isso, ela consegue despertar a admiração e o desejo de outras crianças em ser seus filhos, como visto em: “Celso – ele diz que queria ser meu filho [...] mas se eu fosse seu filho não passava fome” (Jesus, 2020, p. 96). Carolina foi um modelo de mãe para muitos que estavam a sua volta, o fato de cuidar muito bem de seus filhos, a preocupação em colocar comida na mesa, a atenção dada a eles e o zelo pela educação, tudo isso fazia com que outras crianças também desejassem ser seus filhos.

A educação sempre foi uma prioridade na vida de Carolina, todos os seus esforços mostram o quanto ela acreditava no poder de transformação. Dona de um discurso persuasivo, Carolina Maria de Jesus (2020) escreve de forma expressiva, quase poética e fazendo uso da repetição dos verbos, ela sublima não somente o cuidado com seus filhos, mas, deixa em evidência qual o caminho que eles deveriam seguir, como visto em,

13 de junho [...] Vesti as crianças e eles foram para a escola (p. 60).
21 de junho [...] Vesti o José Carlos para ir na escola, (p. 65).
25 de junho Fiz o café e vesti eles para ir na escola (p. 70).
02 de agosto Vesti os meninos que foram para a escola (p. 98).
21 de agosto [...] Fiz café e mandei os filhos lavar-se para ir na escola (p. 107).
22 de agosto [...] Fiz café e preparei os filhos para ir a escola (p. 108).

A maneira como Carolina vive e como se dedica a seus filhos, determina o que esta, projeta para eles, pautado em três grandes preocupações, o vestuário, a alimentação e a educação. Em todas essas tarefas, encontra-se um sinal da presença materna, em alguns momentos, Carolina agia de maneira enérgica que era capaz de enfrentar seus medos em nome da educação dos filhos, “o José Carlos não quer ir na escola porque está fazendo frio e ele não tem sapato. Mas hoje é dia de exame, ele foi. Eu fiquei com medo, porque o frio está congelando. Mas o que hei de fazer?” (Jesus, 2020, p. 65), ela concebia que na sua realidade, era inevitável ter que passar por suores constantes. Colocar os filhos em primeiro lugar sempre foi uma constante, para Carolina. A sociedade ainda não naturalizou a existência da mãe solo, Carolina Maria de Jesus, ao escrever seu diário, sentiu a necessidade de reforçar

essa visão do patriarcado, nas cobranças que foram feitas à Carolina ao longo da narrativa, como lido nos trechos abaixo,

—Porque é que a senhora não casou-se? Agora a senhora tinha um homem para ajudar. (Jesus, 2020, p. 82)

—Vê se não volta mais aqui. Eu já estou velha. Não quero homens. Quero só os meus filhos. (Jesus, 2020, p. 95)

Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis. (Jesus, 2020, p. 23)

—Eu tenho muito serviço. Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. Por isso não amei ninguém. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los. (Jesus, 2020, p. 174)

Carolina teve que enfrentar preconceitos de diferentes ordens, social, racial, de gênero e cultural. Ter a presença de um homem na sua vida, foi uma cobrança feita tanto por aqueles que se encontram no seu convívio de forma exterior, a comunidade, quanto interior, seus filhos. Nesse contexto, a protagonista anda na contramão social, insistindo em mostrar a todos que o homem não deve ser visto como fundamental na vida de uma mulher, que eles não são a personificação da felicidade, e que ela tinha outras prioridades, a sua prole. De acordo com Badinter, (1985), Carolina assume a condição da mãe "normalmente devotada" aquela que se “define, em primeiro lugar, pela sua capacidade de se preocupar com o filho, excluindo qualquer outro interesse” (p. 309), não lhe cabendo outras preocupações. Também, ressalta-se que Carolina Maria de Jesus transpõe todas as barreiras da maternidade e se imbrica a outros aspectos da realidade social como as desigualdades sociais, como afirmado em:

Sua história se costura em vários temas de tecido brasileiro contemporâneo: a distância extrema entre as classes sociais, a impermeabilidade da estratificação social, as dificuldades de adaptação de uma categoria a outra, os preconceitos contra a mulher e os negros e, sobretudo a perpetuação dinâmica dos contingentes pobres (Levine; Meihy, 2015, p. 58).

Mediante o excerto anterior, julga-se que é na costura de temas como as desigualdades sociais, a fome, as lutas de classe, a subalternização da mulher negra, as responsabilidades das mães solo, entre tantos outros discutidos e denunciados que traçam a história de muitas Carolinas. É partir deles que se nota a imagem da mãe que se reinventa a cada despertar do novo dia, dentro de uma dinâmica em que os pobres sofrem com a escassez dos bens materiais, que lhes possibilite ter alimentação diária, morar em casas com infraestrutura adequada e segura, poder usufruir da saúde pública e de uma educação de qualidade. Inclusive de contradizer a tudo e a todos os estereótipos que lhes são impostos pela sociedade

contemporânea, como a intersecção classe, raça e gênero que demarcam a condição dessa mãe, a mulher é inferiorizada em quase todos os âmbitos sociais, onde se aprende que o seu lugar é na cozinha ou mesmo na cama satisfazendo a algum homem. Desse modo, todo esse cenário toma uma proporção ainda maior quando o gênero se associa à raça, desfazendo-se da ideia da existência do mito da democracia racial brasileira proposto por Gilberto Freyre.

Embora a pluralidade das pesquisas a respeito da produção literária de Carolina Maria de Jesus aponte para as questões sociais, não se deve considerar desimportantes, as temáticas mais líricas, pois entre abordagens dolorosas, há sempre presente as questões amorosas. A aurora versa sobre o amor, o amar e o ser amado dentro de uma sistemática habitual, com a mesma intensidade, a temática da maternidade é constante, a exaltação da mãe aparecetambém nos poemas presente na *Antologia pessoal* (1969), “Mãe é sempre mãe”, “Súplica de mãe”, “Minha filha”, “Prece de mãe”, “Sou feliz”, “A carta”, “O filho” ou ainda “Meus filhos” que síntese do amor dor de uma mãe, “será que resistir / À dor da separação? / Despertar enão ouvir / Mamãe eu quero pão / Como é agro eu viver / Só Deus sabe o meu estado / Não sei como hei de fazer / Sem os meus filhos ao meu lado” (p. 196). Na mesma seara, encontra-se em *Provérbios* “A mulher quando é mãe, e mesmo só, não abandona o filho, cuidado de sua educação merece o título de Santa, o maior título do mundo” (p. 24), e “A única coisa que a mulher sabe amar com ardor é o filho” (p. 37).

A maternagem por sua natureza tem o poder de se constituir em diferentes dimensões que vão se completando, na obra, encontramos uma mãe que dialoga com seus filhos, que os escuta, mas também se impõe diante deles e mostra-lhes que ela é a mãe. No entanto, é no tornar-se espelho para os seus filhos que essa dimensão toma uma proporção maior e o pensar primeiro neles leva à rejeição de boa parte de seus vizinhos, fato percebido no excerto a seguir, “tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho 3 filhos. Se eu viciar no alcool os meus filhos não irá respeitar-me” (Jesus, 2020, p. 175). Assim, o desejo de se fazer respeitar incomoda muito, mas em nenhum momento ela se deixa seduzir por falácias de vizinhos, pois o mais importante é conquistar o respeito dos seus filhos e se uma alcoólatra, os filhos não a respeitariam e isso reforça a ideia de que o corpo materno é mais expressivo que o corpo subalterno do ser favelada.

4.2 Nnu Ego: do sonho materno à solidão eterna

E qual foi a recompensa de Nnu Ego? Por acaso não tivera o maior sepultamento que Ibuza já vira? Oshia precisou de três anos para conseguir pagar todo o dinheiro que pedira emprestado para mostrar ao mundo o bom filho que era. Sendo assim, as pessoas não entendiam por que Nnu Ego não atendia às preces que lhe dirigiam, pois o que mais uma mulher poderia desejar, além de ter filhos que lhe dessem um sepultamento decente?

Nnu Ego recebera tudo isso, e nem assim atendia às preces dos que lhe pediam filhos.
(Emecheta, 2018, p. 314)

Florence Onyebuchi Emecheta, ou simplesmente Buchi Emecheta é uma escritora nigeriana que nasceu em 1944 na cidade de Iorubá de Lagos, viveu parte de sua infância em Ibuza, onde nascera seus pais, esse período foi fundamental para a formação da identidade da autora, suas lembranças se disseminam entre sua paixão pelas narrativas orais dos mais velhos, uma atividade bastante comum em territórios africanos, e as dificuldades de uma vida assolada pela pobreza, pela subnutrição e pela perda de seu pai, dores que ajudaram a construir sua personalidade e lhes garantindo uma capacidade de resistir e se reinventar diante de cada obstáculo enfrentado. Em 1954, ela conseguiu um grande feito, ganhou uma bolsa de estudos em uma escola da elite, com isso ela passou a fazer uma das coisas que mais lhe agradava – estudar, pois na infância, costumava insistentemente implorar a seus pais que a matriculassem na escola, fato que só aconteceu algum tempo depois.

Suas habilidades com as letras lhes conferiu uma engenhosa capacidade de aprender diversas línguas. Sua produção literária conta com textos românticos e outras obras que versam sobre o feminismo. Os dois primeiros, *No fundo do poço* (1972) e *Cidadã de segunda classe* (1974), são obras semiautobiográficas ambientadas principalmente em Londres, onde Emecheta viveu desde 1962. Foram seguidos pela publicação em intervalos regulares de outros nove que se passam principalmente na Nigéria: *The Bride Price* (1976) uma reconstrução dos manuscritos que foram queimados, *The Slave Girl* (1977), *As alegrias da maternidade* (1979), *Destino Biafra* (1982), *Double Yoke* (1982), *Naira Power* (1982), *O estupro de Shavi* (1983), *Uma espécie de casamento* (1986) e *Gwendolen* (1989). Ademais, escreveu uma autobiografia, *Head Above Water* (1986), bem como histórias infantis e peças

de teatro para a televisão. Conquanto, paralelo às suas conquistas surgiram suas dores, a morte da mãe por si só já lhes trouxe um amargor irreparável e, a partir desse episódio, Buchi Emecheta passou a viver de forma a não encontrar uma referência devido ter passado a viver entre diversos parentes com os quais não criou uma identificação.

Buchi Emecheta inspirou na tradição oral de sua família, seguiu no trabalho de contar histórias e passou a estudar o máximo possível, o que a levou a concluir sua formação institucional e a conhecer o seu futuro marido. As tradições de seu povo fizeram com que ela se tornasse noiva aos onze e contraísse o matrimônio aos dezesseis anos, neste viveu um relacionamento abusivo e violento, nasceram seus cinco filhos e a família migrou para Londres para que seu esposo pudesse estudar em uma universidade. A escritora conviveradias e dias com a senhora infelicidade, e é dentro desse cenário que nascem seus primeiros escritos e por não suportar tanto sofrimento, aos vinte e dois anos se torna uma mulher divorciada e com a responsabilidade de cuidar sozinha de seus filhos, uma vez que o pai os renegara.

Uma nova fase de sua história foi erguida em cima de muitas adversidades, a maternidade, a condição de imigrante e a falta de recursos econômicos lhes condiciona a busca por empregos em vários lugares, fazendo com que mais uma vez nos defrontássemos com uma mulher obstinada, segura de si e atenta às necessidades de seus filhos. As oportunidades começam a surgir depois de muitos esforços, suas produções se transformaram em livros e são eles que contarão boa parte de sua história. Mbanefo S. Ogene (2016), acredita que suas obras mostrem o quanto se sentia indignada e frustrada com o sistema patriarcal e com a inferiorização dos direitos das mulheres dentro da sociedade, o que qualifica sua produção como feminista.

As opressões do patriarcado representadas na postura do ex-marido reforçam o domínio dos homens sobre os corpos femininos, negando-lhes qualquer possibilidade de ascensão, seja no campo pessoal ou profissional. Pois, a conduta do esposo – pôr fogo – no primeiro manuscrito dela, intitulado *The Bride Price*, desvela uma força agressiva e impiedosa, capaz de deixar feridas incuráveis, é como se este quisesse ferir a própria alma de sua esposa, gerando um dano muito maior, impossibilitá-la de escrever e silenciá-la por toda a vida.

As alegrias da maternidade (2018) é uma das obras que repercutiu de forma positiva em todos os países nos quais foi traduzida. Sua escrita aconteceu em um momento difícil na vida da autora, a saída de casa uma das suas filhas, porque resolveu ir morar com o pai,

justamente com aquele que havia abandonado a esposa e renegado seus filhos. Ironicamente, o título atrai os leitores que pensam em encontrar uma descrição do quanto de alegrias a maternidade pode trazer para o universo das mulheres, do quão divertido é ser mãe, enquanto que, no decorrer da narrativa são mostrados tão somente dor e sofrimento. A escolha do título foi de assertividade tão significativa para a compreensão do que foi e do que é ser mãe, não apenas no contexto nigeriano, mas em todas as sociedades, sejam elas orientais ou ocidentais.

O enredo da obra gira em torno de Nnu Ego, filha de um líder africano e que por questões culturais tem seu casamento arranjado, este dura pouquíssimo tempo devido ao fato de ela não conseguir gerar filhos, sendo esta, a grande função das mulheres nesse contexto. Também tem um segundo casamento e consegue gerar não apenas um, mas nove filhos, no entanto, sua maternidade que era vista como parte de sua identidade, que a tornaria uma mulher completa, é, na verdade, um espaço de dor, opressão e submissão. A personagem submete-se a condições totalmente difíceis e mesmo sendo casada, a responsabilidade de alimentar, educar, orientar e sustentar acaba sendo na grande parte da narrativa, única e exclusiva de Nnu Ego, tarefas que ela desempenha com força e muita coragem; resistindo aos desmandos sociais e culturais, ela constrói uma imagem da mãe que é capaz de se doar por inteiro do nascer ao morrer em nome dos seus filhos.

A maternidade, em geral, pode ser vista como dolorosa ou o centro da felicidade das mulheres. Nessa perspectiva, a autora envolve o leitor, levando-o a se posicionar diante a temática, dentro de um viés filosófico buscando associar o que é maternidade ou a partir de uma visão sociológica ou como se concebe a importância do ser mãe. Outro caminho que o título leva o leitor é o de tentar responder se a maternidade é capaz de provocar ou de trazer alegrias para a vida de um ser humano, e se sim, quais os aspectos, partindo do pressuposto da romantização que envolve esse conteúdo.

No tocante à forma, **As alegrias da maternidade** (2018), é uma obra que tem uma estrutura geral, ou seja, segue os padrões da literatura romanesca, a contar com uma descrição bibliográfica da autora, seguida de um breve resumo do enredo e dezoito capítulos, os quais carregam uma carga semântica em seus títulos, que antecipam os acontecimentos que serão narrados. Essa estratégia revela traços da existência das relações de gênero e de classe existente na sociedade nigeriana, como visto em “Um homem precisa de muitas mulheres” e “Os ricos e os pobres”, além disso todos os capítulos, à exceção do segundo, “A mãe da mãe”, seguem uma estrutura linear, misturando ficção com realidade, narrados em terceira pessoa.

A narrativa inicia com uma cosmogonia da personagem e obra que se encaminha para um entrelace das opressões vividas no cotidiano da autora com as questões históricas do povo nigeriano no período colonial. Os primeiros capítulos apresentam a trajetória de Nnu Ego, filha de Ona, “uma jovem muito bela que conseguia ser ao mesmo tempo teimosa e arrogante.[...] gostava de humilhá-lo recusando-se a ser sua esposa” (Emecheta, 2018, p. 18). Ona também era uma mulher forte, resoluta, prezava por sua liberdade, por isso, incapaz de ceder às pressões sociais, ao mesmo tempo em que era amável, dedicada, companheira que soube amar e respeitar seu pai – Obi Umunna.

Sabe-se também que Ona não foi criada para se casar, porque para o pai ao conceber o matrimônio ela teria de inclinar a cabeça diante de um homem. Entretanto, foi morar com Nwokocha Agbadi para salvaguardar a vida da filha, pois essa é também a missão do pai, mesmo que Ona nunca tivesse o aceitado por marido, ele sempre a desejou mais que a todas as mulheres. Neste sentido, a protagonista – Nnu Ego, parece ter herdado não somente o *chi* da escrava morta, mas o comportamento da mãe, numa percepção de teor naturalista “filho de peixe, peixinho é”. A autora descreve Agbadi como, “um chefe local muito rico. Era um grande lutador, além de orador desembaraçado e talentoso, [...] era mais alto que a maioria dos homens” (Emecheta, 2018, p. 17); os costumes da sua época determinavam que a liderança deveria ser daquele que fosse forte e destemido. Autoridade e intransigência eram marcas das personalidades de seus pais, fruto de um relacionamento em que há a presença de sentimentos, mas que ao mesmo tempo é abusivo.

Seguindo os padrões culturais da Nigéria enaltecidos pelo modelo patriarcal, ressalta-se que Nnu Ego teve seu primeiro casamento definido por seu pai, ela o fez seguindo toda a tradição local como o pagamento do dote, o agradecimento em forma de barris de vinho de palma. Além disso, a jovem mostrou ser virtuosa, característica fundamental da época: “nada deixa um homem mais orgulhoso que ouvir elogios à virtude da filha, [...] quando uma mulher é virtuosa, não tem dificuldade para conceber, não demora e os filhos de Nnu Ego estão chegando para brincar por aqui” (Emecheta, 2018, p. 45). Por sua vez, no discurso do pai encontramos o peso que estava imposto sobre as mulheres, a responsabilidade e a obrigação de ser mãe como uma benesse das divindades. Não respondendo a essa expectativa, o ano passa e ela não consegue a tão sonhada maternidade, essa decepção faz com que o marido contraia uma segunda esposa que facilmente engravida. Essa atitude do marido vai de encontro ao pensamento de Lerner (2019), ao observar que a partir das trocas de mulheres, estas passaram à condição de coisas, perdendo a sua humanidade e retoma o discurso de Lévi-

Strauss, para quem este foi o marco da inicial da subordinação das mulheres (Lerner, 2019). Também é nessa perspectiva que se inicia uma série de violências e explorações vividas por Nnu Ego.

Para mais, o que se entende por expectativa para a família e a sociedade nigeriana, é definido como um argumento tradicionalista por Lerner (2019), quando esta afirma que tal conduta “centra-se na capacidade reprodutiva feminina e vê a maternidade como a maior meta na vida das mulheres” (p. 43). Não por acaso, essa concepção vem sendo difundida ao longo da história e fazendo com que aquelas que não consigam ou que não queiram gerar filhos, sejam excluídas ou mesmo violadas por assumirem uma postura desviante, considerando, pois, assim, a “função materna como uma necessidade da espécie” (Lerner, 2019, p. 43). Necessidade essa, que inviabiliza a possibilidade de uma condução social diferente, a partir das relações de gênero, naturalizando assim a divisão sexual do trabalho. O não conseguir gerar filhos no primeiro casamento, para Nnu Ego, torna-se um dos grandes problemas gerados pela imposição do patriarcado.

A consequente aceitação do desequilíbrio sexual, faz com que a protagonista busque em um segundo casamento, uma nova oportunidade para que a tão sonhada maternidade aconteça, e em meio às decepções, dificuldades a violência e o caos, Nnu Ego consegue gerar nove filhos. Acrescenta-se que ao nascer o primeiro, nasce também a esperança de saída da condição de ser coisificada para tornar-se um ser absoluta,

Nnu Ego agradeceu à mulher de Owerri, que a ajudara a dar à luz seu menininho, e esta declarou: “Somos como irmãs numa peregrinação. Por que não ajudaríamos uma à outra?”. Depois riu e continuou: “Vejo que você deu um filho a seu marido. Não é tão comum as pessoas terem um menino como primeiro filho. Você tem muita sorte”. Nnu Ego sorriu, cansada. “Sei o que você quer dizer. As meninas são filhas do amor. Mas, entenda, só agora, com esse filho, vou começar a amar aquele homem. Ele me transformou numa mulher de verdade – em tudo o que quero ser: mulher e mãe. Então, já não tenho motivos para odiá-lo”. (Emecheta, 2018, p.51).

O dialogismo que se apresenta no discurso indireto livre que perpassa pelo narrador e pelas personagens, apresenta alguns dos elementos linguísticos, como os dois pontos e o travessão, marcadores do discurso direto, mas não faz uso da conjunção integrante *que*, usada para delimitar espaços entre os dois discursos. O uso desse gênero discursivo no interior da narrativa, se estabelece como elemento capaz de situar a condição social e excludente das mulheres, retoma por meio do repertório, a subalternização e a inferiorização do sujeito feminino, e como tal, não conseguem perceber a ideologia dominante que as fazem acreditar na viabilidade de transposição social. Fiorin (2006), em seu texto intitulado

Interdiscursividade e intertextualidade, considera que “essa impossibilidade de separação nítida entre a voz do narrador e a da personagem, faz do enunciado em discurso indireto livre um enunciado bivocal” (p. 176), confere assim, uma relação de proximidade entre narrador e personagem.

O excerto ressalta a existência de uma irmandade entre essas mulheres, considerando o fato de pertencerem ao mesmo grupo social, no entanto, a relação entre o que está explícito e o que está implícito, desemboca no processo de alienação reverberado pela ideia da “peregrinação”, que sobrepõe a racionalidade de sua existência. Outra característica discursiva apresentada no fragmento, diz respeito à negação do papel social da mulher, e mais uma vez a maternidade apresentada como um fator de sorte e não algo inerente ao sexo feminino; na visão da narradora, o ter filhos homens é um feito tão grandioso que as mulheres se sentem na obrigação de amar seus maridos. Consoante ao pensamento de hooks (2021), a nenhum outro grupo dentro da sociedade foi empregado a ideia de coisificação quanto ao grupo das mulheres negra.

Na mesma seara, encontra-se a coexistência entre razão e emoção como características que determinam os gêneros, fixando a razão como específica do masculino e a emoção do feminino, ao afirmar que as meninas são filhas do amor. Essa concepção é, no geral, uma representação da tradição histórica que domina os corpos femininos e reforça a abstração de que a opressão das mulheres teve início muito antes do processo escravagista. Inclusive reafirma que o “masculino, racional, forte, dotado da capacidade de procriação, guarnecido de alma e feito para dominar; e o feminino, emotivo, incapaz de controlar os desejos, fraco, destituído de alma e feita para ser dominada” (Lerner, 2019, p. 256). No entanto, para Nnu Ego, o que parecia ser um final feliz, revela com solidez que sua felicidade nunca será completa, embora ela não tenha diminuído, em nenhum momento, a sua responsabilidade em cuidar dos seus filhos, esposo e agir dentro dos costumes de seu povo.

Entre o nascimento de um filho e a morte de outro, Nnu Ego seguia sua vida trabalhando muito para ajudar nas despesas e sempre com um coração agradecido: “Obrigada minha chi, por meus filhos serem fortes e saudáveis. Um dia eles viram gente.” (Emecheta, 2018, p. 248). Em seu coração havia um transbordo de gratidão e uma esperança de que seus filhos não tivessem tamanha desventura quanto a sua, que encontrassem caminhos que os fizessem ascender econômica e socialmente, reforçando assim, a teoria da resistência inconsciente. Nesse contexto, é possível apontar a interação da protagonista no tocante às

mudanças que lhes foram imputadas desde o nascimento do seu filho à sua nova jornada de trabalho externo ao trabalho do lar. Os impactos da mudança podem ser vistos em:

Começavam a surgir mudanças na moradia de um cômodo onde eles viviam. Agora tinham bonitas esteiras no chão, lustrosas cadeiras de madeira e novas cortinas estampadas. E Nnu Ego já não precisava esperar que sua única roupa secasse para poder sair, toda vez que a lavasse; agora tinha duas outras. Aceitava Nnaife como pai de seu filho, e o fato de a criança ser um menino lhe dava um sentido de realização pela primeira vez na vida. Agora estava segura, enquanto dava banho no menininho e preparava a refeição do marido, de que teria uma velhice feliz, de que quando morresse deixaria alguém atrás de si que se referiria a ela como “mãe”. (Emecheta, 2018. p.53).

Do ponto de vista da literariedade interna, a sequência dos acontecimentos se apresenta dentro de um contínuo lógico e esperado pelo leitor. Ou seja, se a temática gira em torno da maternidade e esta foi realizada, subtemde-se que o título da obra é coerente com o seu desfecho, não apenas isso, mas também a realização laboral, diz bastante da realização pessoal de Nnu Ego enquanto mulher. Simbolicamente, o seu universo incorpora as demandas ideológicas do comportamento das mulheres, e contribui para a ampliação dos padrões ora estabelecidos pelo poder patriarcal e essencial para manutenção estrutural da civilização. Por outro lado, pode-se entender que do ponto de vista da autora, habita uma intencionalidade que se apresenta no lapso de felicidade, vivido pela personagem, o qual servirá como referente para a construção de uma análise mais factual da disposição da mulher no contexto nigeriano. Em seguida, a autora criou uma interrupção na construção da personagem, como posto em:

Então Nnu Ego gritou, reuniu tanta força no uso de sua voz que o som saiu um pouco parecido com o da voz de um homem: “Mas eu não sou mais uma mulher! Não sou mais uma mãe! O bebê está lá, morto, na esteira. Minha chi tomou-o de mim, a única coisa que eu quero é ir lá dentro ao encontro dela...”. (Emecheta, 2018. p. 60).

De acordo com a personagem, com a morte do filho morre também a mulher. A maternidade foi dada às mulheres como o mais alto nível de ação social, capaz de torná-la um outro ser, porque o tornar-se mãe é deveras importante para a mulher em diversas partes do continente africano. Sendo assim, não há tamanho infortúnio em não o ser, alterando assim a sua feminilidade, a mulher sem filhos deixa de ser completa seja por não o conceber ou por não mais cuidar. De acordo com Remi Akujobi (2011), no artigo, *Motherhood in African Literature and Culture*, o ser mãe em África é “seen as a God-giving role and for this reason it

is sacred²⁴” (p. 03) e por isso não deve ser contestado. A autora acrescenta ainda que “although maternal ideals are entrenched and valorized in all cultures, patriarchal societies present a woman's central purpose to be her reproductive function and so motherhood and mothering become intertwined with issues of a woman's identity²⁵” (2011, p. 04) tornando assim, uma questão indissolúvel à formação da identidade da mulher, situação recorrente na narrativa emechetiana.

Na escrita literária de Buchi Emecheta, o silêncio se apresenta como mais uma das ferramentas usadas como agente de manutenção da tradição literária com bases no patriarcalismo, mas que se estende também para além das diferenças entre as classes sociais. Uma das evidências da presença do silenciamento na narrativa, se observa na formação da personagem e no seu discurso. Nnu Ego indaga a impossibilidade de um diálogo dentro da sociedade nigeriana, entre mulheres que não tem filhos, como indicado no excerto abaixo,

“Mas é isso mesmo”, respondeu Nnu Ego com os olhos cheios de lágrimas. “Não sei ser outra coisa na vida, só sei ser mãe. O que vou conversar com uma mulher que não tenha filhos? Tirar meus filhos de mim é como me tirar a vida que sempre conheci, a vida com a qual estou acostumada” (Emecheta, 2018. p.221).

O excerto acima, abre espaço para a discussão sobre a mulher que não quer ter filhos ou a mulher que não pode ter filhos. O discurso de Nnu Ego sugere a existência do silenciamento das mulheres que não são mães, mais uma das formas de violação dos corpos femininos no contexto nigeriano. A recusa da maternidade do ponto de vista da professora Lucila Scavone (2001, p. 139), seria pois “o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla, mais completa e, também, pudessem reconhecer todas suas outras potencialidades”. Esse comportamento implica também a existência de uma corrente feminina em evidência que luta contra o sistema opressor e ampliando seu direito de ser identificada não pela maternidade, mas, que possam ser vistas como seres dotados de inúmeras identidades.

Neste caso, admite-se, então, que o silenciamento das mulheres negras passou a ser compreendido como uma resposta às imposições culturais que as classificam como seres subalternos, incapazes de fazer ressoar suas vozes e que precisam ter consciência da existência suprema da dominação masculina. A análise discursiva que se abstrai da declaração

²⁴ “um papel de doação de Deus e por essa razão é sagrado”.

²⁵ embora os ideais maternos estejam enraizados e valorizados em todas as culturas, as sociedades patriarcais apresentam como objectivo central da mulher ser a sua função reprodutiva” (2011, p. 04)

feita por Nnu Ego, considera a existência de uma subdivisão entre o grupo de mulheres, a saber: as que conseguem ser mães e as que não conseguem gerar filhos. Ao primeiro grupo, é imposto um estado ilusório de pertencimento social; ao segundo, cabe-lhes as condições mais inferiores possíveis, no geral, os dois grupos são pertencentes à mesma condição de subalternização. Diante disso, Gayatri Spivak (2010, p. 85), ressalta que no “contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado”. Do ponto de vista de Cavalcante (1993), acredita-se que por trás de todo sujeito subalterno existe a utilização dos dispositivos do poder e da dominação imposta por um determinado indivíduo sobre os demais. A submissão sempre existiu nas sociedades africanas, porém, eram entendidas como natural, somente após a colonização ela toma uma nova significação, assumindo, como ressalta Cavalcante (1993), características totalmente pejorativas, esvaindo-se de sua essência e do mais profundo sentido.

A percepção da existência de um ser subalterno fica mais evidente quando Nnu Ego sai de Ibuza e vai morar em Lagos. Essa mudança transfigura o conflito entre a tradição e a modernidade, entre negros e brancos e entre homens e mulheres, isso foi captado em vários momentos da narrativa. Por outro lado, contexto da obra situa-se no período em que o país passa a ser dominado pelos ingleses, o que acarretou a mudança de muitas famílias para as cidades grandes.

Algumas situações vividas pela protagonista mostram as suas inquietações acerca das diferenças culturais. Uma delas é percebida quando em uma conversa com entre Nnu Ego e sua amiga Cordelia, a primeira, ao abrir seu coração, queixa-se da falta de atenção do marido, ao passo que Cordelia responde, “você quer um marido que tenha tempo de lhe perguntar se você quer comer arroz ou tomar mingau de milho com mel? Esqueça. Os homens daqui estão muito ocupados em serem empregados dos brancos para pode ser homens” (Emecheta, 2018, p. 73). O que se atina desta conversa, é que, no contexto originário de Nnu Ego, as relações matrimoniais eram marcadas não apenas pelas responsabilidades sexuais ou maternais, é notável a presença de respeito e cuidado com as esposas.

Outro fato presente nas relações sociais é a divergência entre as duas sociedades, o que resulta numa falsa consciência de liberdade e na ambição por ganhar dinheiro, característica própria do colonizador branco, o que parece ter afetado também os homens nativos. Nesta perspectiva, Nnu Ego questiona a contradição entre discurso e prática nas ações do homem branco: “meu pai liberou seus escravos porque o homem branco diz que a escravidão é ilegal. Só que nossos maridos parecem escravos. [...] Todos são escravos, inclusive nós” (Emecheta,

2018, p. 73). Desse modo, entendeu-se que a história dos povos africanos não tem seu início marcado pelo processo escravagista, no entanto, a colonização conseguiu em tão pouco tempo mudar essa realidade.

A mudança de perspectiva do outro acerca do processo de colonização pode ser visto ainda quando da industrialização das sociedades e mesmo do fluxo migratório para as grandes cidades, como ocorrido com a família da protagonista. Também, dá-se na conformação dos homens com os trabalhos que essa cidade oferta aos homens e mulheres com pouca ou nenhuma instrução, assim, na narrativa, temos a representação simbólica construída em torno do emprego de Nnaife, consoante lido no fragmento seguinte.

Mas toda vez que via o marido pendurando a roupa íntima da mulher branca, Nnu Ego contraía o rosto como se estivesse sentindo dor. A sensação ficava ainda mais intolerável quando, quase nauseada, ouvia Nnaife falar com entusiasmo sobre a maneira correta de lavar roupas delicadas e seda. A verdade, ela percebeu, era que aquele homem sentia orgulho de seu trabalho. (Emecheta, 2018, p. 68).

Nota-se, no primeiro momento, o ciúme da protagonista ao ouvir o marido falar sobre as vestes íntimas da mulher branca, isso é reforçado pelo entusiasmo dele ao falar do seu trabalho, embora para ele, fosse apenas um trabalho do qual retirava o seu sustento e ajudava nas despesas de casa. Por outro lado, um lavador de roupas íntimas dos brancos, traz uma expressão forte do quanto os brancos impuseram seu poder sobre os negros, é uma redução da condição humana, imposição de força e determinação do papel social de cada grupo, uma vez que esse emprego em algumas tribos conota a inferioridade e a insignificância do homem.

O choque de culturas acontece também na imposição do cristianismo, o qual assume outras formas de dominação. Em um dado momento, toma-se uma trajetória marcada por desventuras e má sorte, circunstâncias que são atribuídas a sua *chi*, e que marcam a presença da religiosidade como fator determinante da existência humana. De acordo com Chukwukere, (1983), o *chi* é um ser ou uma força espiritual que cada pessoa igbo quer seja criança, quer seja adulto, todos possuem. A existência desse ser está ligado às tradições dos povos igbos, que acreditavam na encarnação, relação entre o *chi* e o destino das pessoas, era ela que determinava se seriam ricos ou pobres, se teriam saúde ou viveriam sob o poder das doenças, acreditavam ainda que os chis poderiam ser bons ou más. Neste sentido, o grau de significação dado pelos igbos, se expressa sobretudo no segundo capítulo da obra objeto, “A mãe da mãe”, o qual conta a história dos pais de Nnu Ego.

O dibia tocou a cabeça da criança e respirou fundo ao perceber como o carço era muito mais quente do que o resto do corpo. Pôs mãos à obra sem perda de tempo, espalhando nozes-de-cola, conchas e caurins sobre o chão de terra batida. Pouco depois, entrou em transe e começou a dizer em voz remota, estranha e pouco natural: “Esta criança é a escrava que morreu com sua esposa mais velha, Agunwa. Ela jurou que voltaria como filha. Agora, aqui está. É por isso que esta criança tem a pele clara do povo das águas, e o carço dolorido em sua cabeça vem das pancadas que a escrava recebeu de seus homens antes de cair na sepultura. A criança sempre terá problemas com a cabeça. Se tiver uma vida feliz, sua cabeça não se manifestará. Mas, se for infeliz, a cabeça a atormentará tanto física como emocionalmente. Meu conselho para vocês é que tratem de apaziguar a escrava”.

“Ona, você precisa sair daqui”, ordenou Agbadi. “Você precisa se afastar da casa de seu pai, do contrário vou tirar minha filha de você. Ela não pode adorar seu chi de outro lugar; precisa estar onde está seu chi até que todos os sacrifícios tenham sido feitos” (2018, p. 38).

Essa situação indica a presença marcante das relações espirituais presentes nos dois contextos que reforçam as estruturas de dominação e disseminam ideologias que são usadas para manter o controle dos corpos femininos: enterro da escrava viva junto com uma das mulheres de Agbadi, ritual para ajudar na passagem da vida para a morte. Aqui, vale tensionar que o *chi* está ligado à cultura religiosa ancestral, o que para espírita representa a necessidade da reencarnação, assim, o *chi* é o espírito que reencarna até cumprir a sua missão, já Nnu representa a tradição religiosa cristã imposta à Nigéria pelo colonizador inglês. Na contramão, tem-se Nnu Ego, grávida, mas teve que esconder por algum tempo, pois não poderia gestar um filho se não fosse casada na igreja católica, sob a alegação de Nnaife perder o emprego caso sua patroa branca descobrisse. Relato verificado em,

Nas tardes de domingo, quando Nnaife estava de folga, os dois costumavam ir andando de Yabá até Ebute Metta, depois até a ilha de Lagos, onde a comunidade igbo celebrava suas próprias missas cristãs. Nnu Ego não entendia o significado daquela história de cristianismo, mas, como toda noiva vinda do campo, limitava-se a imitar as ações do marido. Voltavam para casa de ônibus, o que, para ela, era um luxo e tanto. (Emecheta, 2018, p. 66).

Nnu Ego sofre com as imposições culturais de uma sociedade colonizada pelos britânicos e que impuseram o cristianismo. Ela passa a assumir uma outra denominação religiosa sem mostrar resistências, seguindo o que era determinado por seus maridos, caracterizando novas dimensões da dominação promovida pelo colonialismo. Do ponto de vista da narrativa, elucidar essas questões, constitui sim um ato de resistência, impelindo com ímpeto as forças opressivas as quais as mulheres negras foram submetidas. Essa foi uma das experiências que segundo Patrícia Hill Collins (2019) foi imposta tanto aos povos nigerianos quanto aos brasileiros, ao se depararem com traços culturais de matriz global que se

caracteriza por opressões interseccionais. Mulheres como as representadas tanto em Carolina quanto em Nnu Ego, estão em situação análoga ao multiculturalismo que se formou por meio da escravidão e do colonialismo.

As bases do pensamento cristão se ramificaram por toda parte, e por ser uma instituição necessária nas sociedades capitalista, por conseguir, por meio de suas ideologias, disseminar comportamentos alienantes que confirmam o conformismo e a subalternização, conforme explica Oyěwùmí, (2021),

A introdução do cristianismo e da educação ocidental foi fundamental para a estratificação da sociedade colonial, tanto na posição de classe, quanto de gênero. A desvantagem inicial das mulheres no sistema educacional é, sem dúvida, o principal determinante da inferioridade das mulheres e da falta de acesso a recursos no período colonial e, de fato, no período contemporâneo. (p. 329).

À proporção que a narrativa se alinha com as representações das mulheres negras, em cada capítulo, Buchi Emecheta vai tecendo uma proposta que teoriza a naturalização da inferiorização da mulher elaborada no período colonial. Sobre essa construção Culler, (1999, p. 22) assegura que o “que quer que seja tomado como natural, a demonstração de que o que foi pensado ou declarado natural é na realidade um produto histórico, cultural”. Não se pode expelir um juízo de valor a respeito das ações desempenhadas por Nnu Ego ao longo da narrativa, o que se pode concluir é que ela é uma mulher resignada devido as tradições culturais que se aplicam a generificação. Pois como disposto na própria narrativa, Agbadi lembra que na sua mocidade, “a mulher que cedia a um homem sem antes lutar pela própria honra não era respeitada. Considerar uma mulher sossegada e tímida como desejável foi uma coisa que só surgiu mais tarde, depois do tempo dele, com o cristianismo e outras modificações” (Emecheta, 2018, p. 17).

No tocante às teorias de gênero no contexto africano (Oyěwùmí, 2021, p. 111), ressalta o quanto é relevante compreender que existe interferências das categorias de macho e fêmea na prática social ocidental e que elas, “não estão livres de associações hierárquicas e oposições binárias nas quais o macho implica privilégio e a fêmea, subordinação. É uma dualidade baseada na percepção do dimorfismo sexual humano inerente à definição de gênero”. O que se sabe, é que o gênero não era um princípio organizador na sociedade antes da colonização pelo Ocidente. As categorias sociais “homens” e “mulheres” eram inexistentes, portanto, nenhum sistema de gênero esteve em vigor. Em vez disso, o princípio básico da organização social era a senioridade, definida pela idade relativa.

As categorias sociais “mulheres” e “homens” são construções sociais derivadas da suposição ocidental de que “corpos físicos são corpos sociais”, suposição que, no capítulo anterior, nomeei como “raciocínio corporal” e uma interpretação “biológica” do mundo social (Oyěwùmí, Oyèrónkẹ́, 2021, p. 112). Para a teórica, houve uma falha nas pesquisas que definiram “categorias iorubás obìnrin e ọ̀kùnrin, respectivamente, como “fêmea/mulher” e “macho/homem” é um erro de tradução”. (115), isso se justifica pela influência do pensamento ocidental, pois, na prática, não existem oposição e nem hierarquização dessas categorias. Desse modo, não se pode dizer que há uma distinção de gênero que passe a classificar o homem como sendo a essência da humanidade e que a mulher seja esse Outro.

Sobre esse Outro ao qual a mulher negra foi classificada dentro do objetificação, Collins (2019), discorre sobre a existência de um pensamento binário que passa a construir categorias distintas e classificá-las enquanto pessoas, coisas e ideias. Essa categorização, são observadas a partir das suas diferenças, em seus paradoxos e o que torna o eixo central da objetificação é relação dominador versus dominado. O ser objetificado passa a ser visto como o Outro, ou seja, aquele que é passivo de ser manipulado, fazendo com que esse indivíduo seja percebido como diferente.

Sob a ótica do ser diferente, Kilomba (2019), problematiza o conceito de “diferente”, por ser esta a questão que fundamenta primordialmente a existência do racismo, para ela, a mulher negra não sofre racismo por diferente, mas sim, o racismo que a faz diferente. O que a sociedade define como sendo diferente, situa-se no discurso de um determinado social, aquele que por algum motivo torna-se superior. Ona mãe de Nnu Ego passou a ser vista como diferente, não pelo aspecto biológico, mas por suas características comportamentais que não se enquadravam dentro dos padrões culturais de seu povo, por influência de seu pai, Ona não se dobrava ao casamento e às investidas dos homens, fora amante de Agbadi, mas sabia como enfrentá-lo, uma das características que fez com que seu amante lhe tivesse tamanho apreço, além de não desejar a maternidade.

A existência da dominação está literalmente condicionada à existência da exclusão. Essa premissa aloca teorias que compreendem que a educação também passa pela generificação estabelecida pelas tradições. O cristianismo teve uma parcela significativa na promoção das escolas, impondo uma distinção binária, que de acordo com Oyěwùmí, (2021, p. 33), “meninas e meninos precisavam ser educados, mas para diferentes lugares na nova sociedade que os colonizadores estavam construindo. Assim, foi dada prioridade à educação

masculina, e foram tomadas providências para alguma forma de educação superior para machos”.

Essa concepção se encaixa devidamente com as situações vividas por Kehinde e Taiwo, filhas de Nnu Ego; a educação para elas acontecia de forma secundária à educação dos meninos, as duas estudaram por apenas dois anos, pois a prioridade era conseguir formar primeiro os filhos, princípio que reforça os preceitos ora impostos pelo cristianismo. A mãe das meninas afirma que o fato de elas não estudarem não lhe causa nenhum embaraço, isto porque dentro de algum tempo elas seguiriam o mesmo caminho que toda mulher deveria seguir, o matrimônio. Diferente do que se postulava para os filhos,

Um mês depois, Oshia começou frequentar a escola missionária local, a Yabá Metodista. Isso o deixou muito orgulhoso, e ele não se cansava de exibir seu uniforme cáqui guarnecido de trancinhas cor-de-rosa. Nos meses que seguiram, Nnu Ego vendeu as coisas que o marido trouxera do navio, e com isso a família tinha como viver (Emecheta, 2018, p. 163).

O fragmento em destaque retoma a discussão sobre as relações de gênero. Os textos históricos não reconhecem essas estruturas que se formam sobre a égide da estratificação sexual, em que as condições de possibilidades sempre foram dadas aos meninos. A altivez de Oshia é a própria representação das edificações hierárquicas que aplicadas pelo discurso autorizado, que não permitem que as meninas frequentem a escola, legitimando o seu papel social, “não me importaria de mandar as meninas para algum lugar, para que elas aprendessem um ofício, caso me dessem algum dinheiro pelos serviços delas” (Emecheta, 2018, p. 249). Contudo, não eram apenas as questões culturais que recaíam sobre a educação dos filhos nesse período, mas também as questões financeiras eram determinantes, condição a qual a protagonista não gozava, restando-lhe o artifício da escolha, e por se tratar de uma sociedade patriarcal, os homens sempre estarão em condição superior. Às meninas cabia a obrigação de conseguir dinheiro, aos meninos, gastar o dinheiro.

Segundo Oyěwùmí (2021, p. 343), “os homens deveriam se tornar os “herdeiros” do Estado colônial”. De muitas maneiras, as mulheres foram desapropriadas; sua exclusão da educação e do emprego foi profunda e se mostrou devastadora ao longo do tempo. Essa desapropriação que ainda excede sobre as mulheres, concede espaços para o machismo, que em face da ascensão social dos homens negros, passou a gerar dispositivos que tendem a reduzir as mulheres negras em mercadorias. De acordo com a pesquisadora, a percepção de que as fêmeas são intelectualmente inferiores aos machos, é recorrente nas declarações feitas por aqueles que dispuseram de uma educação ocidental na Nigéria contemporânea.

O livro segue em uma linearidade situacional, até o momento em que Oshia, filho mais velho, sente a necessidade de cuidar de si, de buscar a sua independência, mostra interesse pela educação, atitude que enuncia uma ruptura na estrutura ideológica que leva as mães e pais acreditarem que seus filhos deverão ser gratos eternamente. Frente a essa situação, encontram-se as projeções que os pais fazem sobre os filhos. O enredo de Oshia, não diz apenas sobre a posição do filho mais velho de Nnu Ego e Nnaife, mas sobretudo, fala da desconstrução das tradições culturais e religiosas, que afirmam que os filhos precisam seguir rigorosamente o projeto previamente definido pelos pais. Há nesse discurso, mecanismo de resistências e de impotência dos pais diante do futuro dos filhos. Oshia, problematiza sobre as questões de gênero discutidas até aqui e quanto a maternidade não deve esperar por nenhum retorno. Do ponto de vista dos estudos culturais, Philadelfio (2002) destaca que a análise desta situação, permite que as interpretações literárias, encontrem novas dimensões que ultrapassamos limites estéticos do texto, de forma a definirem um encadeamento entre o textual e o cultural.

Buchi Emecheta apresenta por meio de alegorias, os traços culturais da Nigéria, como os rituais, as bebidas, vinho de palma, as roupas, a linguagem. Com isso, ela promove uma interação entre o *ethos* do narrador e o *ethos* da personagem, fazendo com que o leitor consiga interpretar e sentir o *ethos* popular por meio do discurso indireto livre, como posto em,

Pensara muito no velho ditado, segundo o qual dinheiro e crianças não combinam. Se você dedicasse todo o seu tempo a ganhar dinheiro e enriquecer, os deuses não lhe dariam filhos; se quisesse ter filhos, teria de esquecer o assunto dinheiro e se conformar com a pobreza. Nnu Ego não se lembrava de onde havia saído esse ditado, repetido por sua gente; talvez fosse porque em Ibuza a mãe que amamentava não podia passar muito tempo no mercado vendendo sem ter de correr para casa parar o seio ao bebê. E, claro, bebês estavam sempre doentes, o que significava que a mãe perdia muitos dias de mercado. Nnu Ego se deu conta de que parte do orgulho da maternidade era ter um aspecto um pouco fora de moda e poder declarar, alegremente: “Não posso comprar uma roupa nova porque estou amamentando meu filho, por isso, entendam, não posso ir a lugar nenhum vender coisa alguma”. (Emecheta, 2018. p.78).

Do ponto de vista do plano metafísico, a maternidade negra precisa ser vivida em condições dignas, as mães pretas acreditam que, ser mãe, faz parte de um projeto de vida, que se caracteriza como um espaço de valor, ao qual lhes confeririam uma compilação de privilégios. Contudo, a presença de conceitos alienantes implícitos nesse enunciado, abre espaços para diferentes interpretações. Desse modo, Culler ao citar Rousseau ressalta que “a escrita prova ser essencial porque a fala tem qualidades previamente atribuídas à escrita:

como a escrita, ela consiste em signos que não são transparentes, não expressam automaticamente o sentido pretendido pelo falante, mas estão abertos à interpretação.” (1999, p. 19).

Nesse contexto, a narrativa amplia a dimensão da existência de forças ideológicas opressivas que se apresentam no uso da violência simbólica, da violência psicológica, aplicadas por meio de expressões conformistas, que foram sendo reproduzidas ao longo dos tempos, tornando-se verdades, e toda essa conjuntura fez com que as mães internalizassem e incorporassem papéis socialmente criados, elas passaram a representar, a encenar um modelo ingênuo de maternidade. Acreditando haver felicidade nas grandes dificuldades, é como se elas dissessem que a alegria de ser mãe está em não ser nada, na anulação da mulher e da maternidade.

Lerner (2019), encontrou vestígios de que a dominação masculina é em si um fenômeno histórico e, na história, surgiram alguns aspectos os quais se fizeram necessários para garantir a sobrevivência dos grupos, um deles diz respeito à gestação e o tempo de vida dos bebês. Para isso, a autora relata que a maioria das núbeis deveriam se entregar a uma vida dedicada à gravidez, ter muitos filhos e amamentar. Em contrapartida, era fundamental que tanto os homens quanto as mulheres tomassem isso como natural e que deveriam construir e disseminar as crenças, as tradições e os valores como os aspectos culturais necessários para a sustentabilidade das práticas tidas como essenciais. Isso constituiu a primeira divisão sexual do trabalho, caracterizando as primeiras sociedades como matrilineares ou matrilocais.

Interesses que regulam o mercado de trabalho, tendem a criar seres escravizados que acreditam serem livres, traços de uma sociedade alienada como a capitalista. Esse interesse utiliza-se do modelo de exploração pautado no pensamento marxista, assim como Nnu Ego, a maioria das mães enfrentam dificuldades no mercado de trabalho; a maternidade é símbolo de prejuízo para o mercado. Nessa perspectiva, há uma inversão de valores, o trabalhador passa a ser visto como mercadoria em detrimento da priorização do trabalho e, conseqüentemente, do lucro.

A maternidade implica um arcabouço de responsabilidades que se compreende dentro de determinados paradigmas, que se formaram ao longo dos tempos e que devem ser seguidos por todas as mulheres. Na contramão desse pensamento, encontra-se na obra, Adaku, personagem secundária, porém, com um significado expressivo para a análise das interferências sociais na representação da maternidade negra.

Adaku era a esposa mais nova de Owulum, irmão de Nnaife que falecera, e deixou três esposas; como determinava a tradição Igbo, as viúvas deveriam desposadas por algum homem da família do marido. A esposa mais velha, como estava com um bebê recém-nascido, talvez fosse algum dia morar também com Nnaife, a esposa do meio era vista como arrogante e por isso foi muito maltratada pela família do marido, resolveu voltar para sua família já que não tinha filhos, o narrador utiliza-se dessa situação para amparar o fato de que ninguém tenha sentido sua falta. Porém Adaku, tinha uma filha, era uma mulher bonita e ambiciosa, como posto em,

Na opinião de Nnu Ego, ela era atraente a ponto de causar inveja, tinha uma aparência jovem e era confortavelmente rechonchuda, com o tipo de curvas que realmente caem bem numa mulher. Aquela mulher irradiava paz e satisfação, uma satisfação que claramente tinha uma influência saudável sobre a filha, igualmente rechonchuda. A mulher era escura, de um preto brilhante, e não muito alta. Seu cabelo estava trançado na última moda e, quando ela sorriu e se apresentou como “a nova esposa”, sua humildade pareceu um tanto inconsistente. (Emecheta, 2018, p. 169).

A beleza de Adaku consegue incomodar a protagonista, pois diante de uma caracterização positiva, facilmente poderia ocupar o espaço principal na vida de Nnaife. A segunda esposa, não era apenas uma linda mulher, com o tempo, Nnaife e Nnu Ego percebem que o quanto ela era uma mulher ambiciosa e bem à frente de seu tempo. As primeiras manifestações dessa avidez fazem com que seu esposo fique enfurecido a ponto de violentá-la fisicamente: “você é uma má influência nesta casa, Adaku. E piorou, desde a morte de seu filho, está espalhando sua amargura por toda parte. [...] De repente Adaku gritou, do interior do quarto. “Socorro! Socorro! Ele vai me matar... seu louco!” [...] (Emecheta, 2018, p. 192). E foram também essas agressões que lhe encorajam a enfrentá-los e a não se permitir viver relegada aos princípios que impera em Lagos, mas em nome dessa resistência, ela sofre as consequências, no entanto, mostra-se firme na sua decisão de mudança, como se assevera em,

Adaku suspirou. “Todo mundo me acusa o tempo todo de ganhar dinheiro. E o que mais eu poderia fazer? Vou gastar o dinheiro que ganhei dando boas condições a minhas filhas para que elas construam suas vidas. Elas vão parar de ir ao mercado comigo. Vou tomar providências para que comecem a frequentar uma boa escola. Acho que isso vai ser útil para elas no futuro. Hoje em dia, muitas famílias iorubás ricas mandam as filhas para a escola; vou fazer o mesmo com as minhas. Nnaife não vai entregar as meninas para marido nenhum enquanto elas não estiverem preparadas. Não vou deixar! Estou saindo deste quarto abafado amanhã, esposa mais velha”. “Para ir adorar seu chi?”. “Meu chi que se dane! Vou ser prostituta. Meu chi que se dane!”, repetiu Adaku, feroz. (Emecheta, 2018, p. 237-238).

Adaku torna-se a representação dos padrões desviantes das mulheres que buscam um mínimo de independência. Ela esteve sempre na contramão dos paradigmas culturais, dois casamentos, mas em nenhum foi a primeira esposa, aquela que deveria ser mais respeitada, tivera apenas filhas, o que não lhes garantia direito ou status social. Assim, o enredo toma um novo sentido, quando esta conquista um espaço significativo no mercado, o que faz com que ela se torne uma mulher rica, porém, nada disso foi suficiente para que ela fosse vista pela sociedade com afeição ou aceitação.

Em Adaku reside o desejo de romper barreiras, sempre em busca de uma vida melhor, por meio da educação, para que suas filhas não fossem obrigadas a serem entregues a casamentos por interesses. Dessa maneira, ela toma para si a responsabilidade da emancipação das mulheres na Nigéria, resistindo em todos os aspectos desde os culturais aos religiosos. Adaku escolhe uma vida de sacrifício – a prostituição - para ela, desistindo de sua trajetória, para salvar a próxima geração, é a dor da maternidade que se reproduz mais uma vez. Para Collins (2019) a ideia de sacrifício próprio enfatiza a centralidade da maternidade na sociedade africana e tornou-se regra geral. Com isso, os críticos enalteceram em suas pesquisas a maternidade negra, de modo a não aceitarem que possa haver o mínimo possível de qualquer contratempo na sua tarefa de matinar, no entanto, para Collins, (2019), essa é uma visão que passou a ser difundida principalmente nas obras que foram escritas homens negros.

O padrão colonialista apresentado ao longo da narrativa aponta para a impotência das mães, por ser um padrão tão opressor, que as personagens entendem que não podem fugir do seu destino, não há um outro caminho a seguir. “ocorreu a Nnu Ego que ela era uma prisioneira: aprisionada pelo amor dos filhos, aprisionada em seu papel de esposa mais velha. [...] pedir dinheiro para a família [...] seria considerada inferior ao padrão esperado de uma mulher em sua posição.” (Emecheta, 2018, p. 194).

O mesmo acontece com Ona, mãe de Nnu Ego, que não queria seguir os padrões e ao mesmo tempo precisava cumprir a função imposta pela cultura do seu povo, para em seguida buscar viver a sua própria vida, ter a sua própria identidade, e que esta não esteja relacionada com a capacidade de gerar filhos. Angela Davis, (2016), trata sobre as dificuldades e os caminhos que muitas mulheres negras enfrentaram para conseguir o direito de decidir sobre seus corpos, como descrito a seguir,

Elas eram a favor do direito ao aborto, o que não significava que fossem defensoras do aborto. Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo.

As mulheres negras têm autoinduzido abortos desde os primeiros dias da escravidão. Muitas escravas se recusavam a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual de mulheres eram as condições da vida cotidiano. (p. 198 – 199).

A autora usa como justificativa para a violação de seus corpos negros, o período escravocrata, por ser considerado um dos períodos mais abusivos e violentos da história. Nele, as mulheres negras, que, além de escravizadas, eram abusadas frequentemente, o que fez com que muitas recorressem ao infanticídio, como fizera Seth, da mesma forma que acontece na contemporaneidade em relação ao aborto, ou seja, o problema causado pela objetificação dos corpos femininos negros sustenta uma cultura que encontra na morte dos filhos, a sua liberdade. Desse modo, assegura-se que a narrativa aponta a subsistência da violação dos corpos femininos em todos os aspectos, diz-se da violência espiritual, física, psicológica e social.

O corpo materno de Nnu Ego, evidencia-se nas preocupações diuturnamente para com seus filhos, pois a ela cabe a maior parte das responsabilidades, sustentar economicamente, o cuidado em ter que vesti-los, que alimentá-los, que educá-los, e quando esses aspectos não são preenchidos, tanto o marido quanto a sociedade a tornam culpada, pois devido ao fato de esta passar mais tempo no mercado vendendo, fez com que seus filhos não dessem certo na vida. Mesmo em face de todas essas adversidades, a protagonista acredita no poder de transformação que a educação institucional teria sobre seus filhos, como posto em,

ouça, bom filho; até agora, você e sua irmã Taiwo são minha única esperança. Tenho esperança de que vocês dois, além de me sustentar na velhice, irão enxugar as lágrimas de vergonha dos meus olhos. Portanto, não se entregue. Enfrente suas responsabilidades escolares; é sua única salvação” (2018, p. 299).

Em conversa com seu filho Adim, a mãe tenta fazê-lo perceber o quanto a escola é importante e se torna a única salvação. Contrariando até mesmos os preceitos que outrora fora defendido pela própria Nnu Ego, de que as meninas não precisavam estudar, a escola é salvação tanto para os meninos quanto as meninas. Nnu Ego sofre as dores da traição do marido, das pessoas que estão a sua volta, até mesmo dos filhos mais velhos que vão estudar em outros países e esquecem completamente de sua mãe e a falta de dinheiro faz com que ela volte para Ibuza, onde morre sozinha a beira de um lago. No fim, “As Alegrias da

Maternidade” não passa de uma pretensa ironia diante das traições, das imposições de dominação e das metamorfoses das dores de uma mãe abandonada. Fonchingong em seu artigo “*Unbending Gender Narratives in African Literature*”, ressalta que a obra de Buchi Emecheta mostra o quanto há de mito na maternidade, ao enunciar que,

In the *Joys of Motherhood*, Emecheta provides a unique dimension that challenges the myth that motherhood is synonymous to female self fulfillment. The symbol of Nnu Ego, who labours all her life to nurture several children, finds them deserting her. Here, Emecheta lampoons the blatant yet often “stuck to” fact that childbirth brings joy to the mother and defines her self fulfillment and position within her household and Society²⁶ (2006, p. 143).

Aqui, há uma compreensão de que a natureza da personagem Nnu Ego, se forma por meio de imagens que determinam os papéis das mulheres na sociedade nigeriana, que tendem a escravizar a mulher em todos os aspectos sociais. E que mesmo que elas estejam submersas em ideologias opressivas que as tornam seres subordinadas, elas precisam buscar as forças necessárias para se afirmar como sujeitos de suas histórias. Nnu Ego tenta projetar uma vida ideal para seus filhos, que eles possam se ajudar, Adaku busca o ideal na formação das filhas, o que não se pode afirmar que tenha acontecido, ou se assim como a mãe, as filhas tiveram a mesma sorte. Uma vez que o valor que era atribuído às filhas, era a capacidade de serem noivas.

Ao narrar o nascimento da nona criança de Nnu Ego e Nnaife, o narrador? conduz o leitor a um ponto discursivo da representação da maternidade da protagonista. A morte passa a assumir um outro significado, como se observa no lamento da mãe,

Ah, pobre bebê, pensou. Lamento tanto você não ficar por aqui! Ao mesmo tempo, me alegro que Deus tenha julgado adequado levar você de volta. Minha própria recompensa é a alegria de saber que na minha idade ainda sou capaz de dar filhos ao meu marido. A alegria de fazer o mundo saber que, enquanto alguns de nossos amigos e suas esposas neste momento mesmo estão oferecendo sacrifícios para poder ter filhos, posso ter um filho sem o menor esforço (2018, p.274-275).

O misto de sentimentos, dor e alívio, vividos por Nnu Ego, ao perceber que sua filha estava morta, apresenta as transformações sofridas por ela ao longo da narrativa. Ao perceber que seu primeiro filho estava morto, ainda no início da obra, ela é tomada pelo desespero e

²⁶ “Em *As alegrias de maternidade*, Emecheta oferece uma dimensão única que desafia o mito de que a maternidade é sinônimo de autorrealização feminina. O símbolo de Nnu Ego, que trabalha a vida inteira para criar vários filhos, vê que eles a abandonam. Aqui, Emecheta satiriza o fato flagrante, mas muitas vezes “preso”, de que o parto traz alegria para a mãe e define sua autorrealização e sua posição dentro do lar e da sociedade”.

corre em busca da morte, ao tentar o suicídio. Com a morte de sua última filha, a protagonista sente-se aliviada, por dois motivos, primeiro por ser uma menina, e a mãe é consciente do quanto a vida é dura para com as mulheres, em segundo, por ser mais uma criança, mais uma boca, mais uma que ela teria de cuidar. Embora ela seja capaz de realizar seu sonho de ter muitos filhos, Nnu Ego descobre que a maternidade não é tão gloriosa quanto imaginava. As dificuldades financeiras, as expectativas sociais e as tensões familiares colocam à prova sua força e determinação. Ela é confrontada com a realidade de que a maternidade, que deveria trazer alegria, pode também ser uma fonte de sofrimento e sacrifício.

Sacrifícios, estes, que se estendem até depois da morte, como posto na voz do narrador,

Mais tarde, porém, circularam histórias dizendo que Nnu Ego era uma mulher má até na morte porque, embora muitas pessoas lhe suplicassem por fertilidade, ela nunca atendia aos pedidos. Pobre Nnu Ego, mesmo na morte não lhe davam paz! Apesar disso, muitos confirmavam que ela dera tudo aos filhos. A alegria de ser mãe era a alegria de dar tudo aos filhos, diziam (Emecheta, 2018, p. 314).

De acordo com o excerto, a mulher precisa cumprir com suas obrigações não somente em vida, mas também após a sua morte. Nnu Ego passou pela vida, sempre buscado a sua completude, que de acordo com a sua tradição, esta, se encontraria na maternidade. Ela tivera nove filhos, e mesmo sendo abençoada com tantos descendentes, ela nunca conseguiu ser feliz. Pois, no momento de sua morte, não tivera nenhum deles para segurar a sua mão. A maior ironia da maternidade reside no fato de que a alegria só perdura enquanto você está no controle daquilo que você produziu, ou seja, dos seus filhos. É uma história de desistências, de crenças que a próxima geração possa realizar aquilo que elas não conseguiram.

4.3 Carolina e Nnu Ego: um diálogo materno em construção

Este último tópico pretendeu analisar as protagonistas das obras – **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2020) e **As alegrias da maternidade** (2018), a partir de diferentes aspectos como, o espaço e a cultura, considerando as relações existentes entre elas. Para isso, precisou-se identificar traços que marcam as convergências e as divergências coexistentes na maternidade das mulheres negras, fato que nos remete ao pensamento de Hall (2016), quando

este destaca o “sentido construído pelo sistema de representações” (p. 42). Dessa maneira, tem-se a construção das duas protagonistas e o sentido dado às representações da maternidade das mulheres negras na literatura brasileira e nigeriana.

Afirma-se também que estudar a maternagem de Carolina e de Nnu Ego é caminhar junto com elas por seus espaços, situando-as em determinado tempo e observando suas produções culturais. Segundo Djamila Ribeiro (2019, p. 83), “pensar lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos, as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”. Carolina mostra a dureza da vida na favela do Canindé, porém, não desiste dos filhos e garante, mesmo que precariamente, a eles o que declara a Constituição Federal de 1946, no Art. 164. Do outrolado, com Nnu Ego, temos uma visão do espaço nigeriano, seus valores culturais e o quanto eles silenciam e estratificam seu povo. Essa é uma performance analítica que conforme Culler (1999) busca a compreensão e o funcionamento da cultura, levando em consideração como se empregam tais produções e como as identidades culturais são elaboradas e organizadas.

Ao entrar no universo dessas mães encontramos marcas deixadas por suas ancestrais que viveram em situações escravistas no qual,

[...] a típica família escrava era matriarcal em sua estrutura, pois o papel da mãe era muito mais importante do que o do pai. A família envolvia uma parcela significativa de responsabilidades que tradicionalmente pertenciam às mulheres, como limpar a casa, preparar a comida, costurar roupas e criar os filhos. O marido era, quando muito, o ajudante da esposa, seu companheiro e parceiro sexual. (Davis, 2016, p. 34).

Consoante à filósofa estadunidense, o papel da mulher nas famílias escravizadas foi mais importante que o do homem, porém, isso não se aplica à sua aceitação como voz a ser ouvida, essa superioridade diz respeito às suas responsabilidades que sempre foram maiores no âmbito familiar. Por outro lado, Ribeiro (2019, p.34) afirma que “de modo geral a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação com o homem”, a construção de que estariam em si mulher, mas uma oposição ao homem. Essa oposição pode ser vista a partir da representação antagônica dos corpos, da necessidade da criação de um outro eu diferente em relação ao gênero e ao trabalho, opostos, mas complementares como a Eva para Adão na narrativa da criação do mundo para a cristandade e no interacionismo linguístico proposto por Benveniste (1976).

Acrescenta-se ainda que a maternidade “para as mulheres, é uma fonte da identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida” (Perrot, 2007, p. 68). Nas personagens analisadas essa diferença aparece na quantidade de filhos que elas pariram,

Carolina, três filhos e Nnu Ego, nove. Suas histórias se unem pelas dificuldades de maternagem, mas somente a segunda narra o sofrimento diante da morte de seus filhos, inclusive o desejo de morrer por conta disso; da primeira não há menção acerca das lembranças da morte de algum dos rebentos. Embora as gestações de Carolina não tenham sido planejadas, não significa dizer que são menos importantes que as de Nnu Ego, o que as distancia nessa situação são as construções sociais dissolvidas em padrões culturais os quais tendem a ponderar a identidade da mulher pela quantidade de filhos que pudessem gerar. Por isso, convém a seguinte declaração:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava (Hall, 2006, p.11).

Diante do pensamento do teórico jamaicano, pode ser afirmado que as diferenças entre as maternagens de Carolina e Nnu Ego refletem os processos culturais em que estão imersas, a brasileira, uma mãe solo, que precisa trabalhar, cuidar e sustentar os rebentos, a nigeriana teve dois casamentos, mas o homem acredita que a ela cabe o cuidado com os filhos. São essas experiências dos sujeitos que nos dizem como cada uma dessas mães vai agir ou reagir diante dos problemas por elas enfrentados, os valores e os símbolos sociais lhes penetram com maior profundidade. Nesta perspectiva, assegura-se que elas internalizam as imposições do meio, todavia, a cultura nigeriana difunde a premissa de que maternidade é igual à identidade, se a mulher não tem filhos ou não tem filhos homens, ela não é completa.

A abordagem de temas como a violência contra a mulher é feita a partir de ângulos: Carolina mulher livre decide não ter marido por vários motivos, por amor a si própria e pela escrita, por amor a seus filhos e definitivamente por não querer dispor da mesma sorte que a maioria das mulheres da favela, que apanhavam e eram exploradas por seus maridos. Já Nnu Ego mostra-se uma mulher presa aos padrões culturais da Nigéria e não consegue fugir a essa realidade estabelecida pelo poder simbólico de dominação patriarcal e cultural. Nisto, cabe ressaltar que, ainda em contexto francês dos anos de 1970, assevera-se:

A quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa desde que o fizesse com moderação. Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas-de-casa "relaxadas". (Perrot, 2007, p. 77).

A cultura dominante acaba por legitimar esse tipo de violência e toda sociedade reproduz o referido comportamento de forma a naturalizá-lo, como se observa na fala do pai de Nnu Ego: “não o culpo por ter batido nela com tanta violência”. (Emecheta, 2018, p. 50). Por outro lado, por não ser casada, Carolina não sofre esse tipo de agressão, mas o tom de denúncia do seu diário demonstra que ela está exposta a outras violências do meio social juntamente com os seus filhos e pelo distanciamento em que se coloca diante dos outros moradores da favela. Contudo, não cabe aqui estabelecer um julgamento estabelecido pelo comportamento das duas, vale ressaltar que inferimos que cada uma se encontra em um espaço e um tempo específico e que a estas cabem suas estruturas, sejam elas de dominação ou não. Essas ações tomadas por elas diante dessas situações, mostra o quanto elas se mantiveram coerentes aos princípios ideológicos de seus lugares de fala.

As mulheres negras sempre foram subjugadas, os dramas pessoais ou coletivos das personagens, a pobreza, a fome, a incerteza diária são marcas da desigualdade de gênero que estabelece quais são as suas funções dentro da sociedade: “Mas, mulher, você precisa cuidar do seu filho. É a função das mulheres afinal” (Emecheta, 2018, p. 126). Assim, Nnaife reproduz um discurso usualmente feito pelos homens, observa-se o quanto essas funções são bastantes delimitadas, às mulheres cabiam o papel de cuidar dos filhos. A ênfase na fala da personagem, ao usar o pronome possessivo “seu” evidencia que não só o papel de cuidar, mas toda a responsabilidade, pois os filhos são só das mulheres e que aos homens, cabe a função de gerá-los. Por outro lado, Carolina, ao entender que as mulheres são as únicas responsáveis pela criação dos filhos, escolhe não revelar e não recorrer aos pais das crianças, o que não acontece com Nnu Ego que mesmo sendo casada, o pai não assume o cuidado com os filhos.

A formação do eu no "olhar" do Outro, de acordo com Lacan, inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e é, assim, o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica, incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual. Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo., através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (Hall, 2006, p.38).

Os filhos que são gerados em meio a determinadas estruturas passam a absorver essas informações, fixá-los no seu inconsciente e a segui-los entendendo como se fossem as mais puras verdades, Carolina não aceita tudo o que lhe é imposto, a todo momento ela narra seu inconformismo com o meio social, com o dizem sobre seu ser, afirma não pertencer àquele mundo, Nnu Ego entende que as relações de poder existem e as desigualdades são legítimas, mas por estar presa às estruturas de poder, acaba transmitindo-as às suas filhas: “Eles

precisam ir ao curso. Twaio, e para de se queixar. Você é menina e sabe muito bem disso”. (Emecheta, 2018, p. 249).

Ao longo do século XIX, reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário. Uma mulher culta não é uma mulher. (Perrot, 2007, p. 93). Esse pensamento se estende até a atualidade, a mulher e negra não encontra espaços para se mostrarem. Por sua vez, compreendendo o contexto das duas obras, fica evidenciado a contribuição social delas, pois trazem como um possível objeto de análise a formação das identidades das mães negras, um problema a ser superado e uma condição a ser aceita, independentemente do espaço geográfico e temporal em que estejam inseridas. Também, a investigação de um mesmo problema em diferentes contextos literários permite que se ampliem os horizontes do conhecimento estético ao mesmo tempo em que, pela análise contrastiva, favorece a visão crítica das literaturas nacionais. (Carvalho, 2006, p. 64). Por isso, ressalta-se que essa concepção feita à luz da comparação tem servido de base para possíveis formações identitárias a que pertencem cada indivíduo e que estas não são apenas construções históricas. Sendo assim, declara-se:

Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um ‘posicionamento’, ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade. (Hall, 2006, p. 432-433).

Em conformidade com o autor acima, percebeu-se que as definições e as imagens das mães descritas nas obras em estudo, inclusive o posicionamento delas trazem uma relação direta com o meio social, cultural, econômico e ideológico as quais pertencem. Por essa razão, afirma-se que identidades não são construções fixas, nem mesmo as maternas, mas tendem a se ajustar mediante os sistemas e às necessidades de cada cultura e época, visto que as mães da contemporaneidade não conservam os mesmos perfis de outrora. Por exemplo, na narrativa caroliniana, vimos a d. Maria José (Zefa) e Carolina como mães distintas; na da nigeriana, Ona e Adaku, embora tenham amor extremado por seus filhos, a quantidade e o comportamento delas se assemelham quanto à resistência.

Os romances – **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, de Carolina Maria de Jesus e **As alegrias da maternidade**, de Buchi Emecheta – ajudaram-nos a entender que a maternidade vivida pelas personagens é de caráter solitário. Carolina sofre sozinha para cuidar de seus filhos; Nnu Ego, mesmo sendo casada, não pode contar com o pai das crianças por condições históricas e culturais, econômicas e pessoais situações que acabam por se naturalizar

historicamente. A primeira, porque tem ciência da ausência dos pais de seus filhos e a segunda, porque sabe que cuidar da casa e dos filhos é uma atividade da mulher, na qual o homem não deve participar e caso o fizesse estaria ali corroendo a sua masculinidade, indo de encontro à tradição ancestral.

Essa naturalização da maternidade enquanto obrigação da mulher evidencia-se no desalento em forma de oração exteriorizada por Nnu Ego, conforme lido no excerto seguinte.

Deus quando você irá criar uma mulher que se sinta satisfeita com sua própria pessoa, um ser humano pleno, não um apêndice de alguém? Afinal nasci sozinha e sozinha hei de morrer. O que ganhei com tudo isso? Sim, tenho muitos filhos, mas como que vou alimentá-los? Com minha vida. Tenho que trabalhar até o osso para tomar conta deles, tenho que dar-lhe meu tudo. E se eu tiver a sorte de morrer em paz, tenho que dar-lhes a minha alma. [...] nunca, nem mesmo na morte. Souprisioneira da minha própria carne e do meu próprio sangue. Será que essa é uma posição tão invejável assim?. (Emecheta. 2018, p. 262-263).

Os homens fazem com que as mulheres acreditem que elas precisam ser mães, e quando estas se tornam são relegadas à sua sorte, no caso, o lamento de Nnu Ego pode ser entendido como o de Carolina e de tantas mães que vivem nessas condições de marginalização. Por isso, acredita-se que a autora nigeriana desperta os leitores para reflexões e questionamentos acerca da maternidade, será se as mães alcançaram a paz? Ela responde que nem depois de morta, a mulher nunca será livre de suas obrigações, inclusive de cumprir seu papel de mãe. Outrossim, a maternagem nas duas obras se mostra de maneira excêntrica, mesmo que necessite de apoio, elas são exemplos de que o amor concedido aos filhos não deve esperar por retribuição e o ato de gerar filhos e amá-los não faz de uma mulher um ser completo e realizado. No entanto, não se duvida da sua capacidade de amar e de viver suas pretividades.

A forma do patriarcado se posicionar dentro da sociedade se expande de maneira rápida e fácil, podendo ser vista tanto na capital Lagos quanto na pequena Ibuza, ou mesmo no Brasil, ele passa a controlar o direito reprodutivo feminino de formas diversas e ao mesmo tempo com características semelhantes. As máscaras do patriarcado podem ser distintas, mas a raiz é a mesma, relacionando com o desassossego tanto de Carolina quanto de Nnu Ego, as semelhanças coexistem, ambas apontam para a ideia de completude da feminilidade através do ser mãe, da fertilidade. São várias histórias, mas o padrão de opressão é o mesmo.

Desse modo, as bases epistemológicas do feminismo precisam repensar esses caminhos e construir pontes que sejam capazes de libertar as mulheres dessas amarras. Em se tratando das condições econômicas de Carolina e Nnu Ego, estas se situam no pensamento de

Andrade (2022), que chama a atenção para o fato de que os negros e negras são pertencentes às classes menos favorecidas, com baixa escolaridade, salários miseráveis e moradores das periferias, não pode ser visto como uma infeliz coincidência, decerto, resultado das estruturas que definem o lugar social dessas pessoas. Assim, maternagens e paternagens são faces de uma mesma estrutura social, entretanto, como os pais não carregam os filhos no ventre, estes podem sofrer o abandono sem nenhuma crítica do patriarcado, contudo, a mulher se assim o fizer provocará a desordem, visto que a ordem natural é que as mães cuidem e zelem seus rebentos.

Diante das discussões, ao longo desta dissertação, foi possível identificar como as imagens dessas mães são construídas, levando em consideração seus espaços, suas culturas e suas formas de agir e reagir diante dos acontecimentos que se mostram no enredo das obras. Em primeiro lugar, destaca-se Carolina foi caracterizada pela sociedade como uma mulher diferente em vários aspectos: preta, mãe solo, favelada, catadora de resíduos, afrontosa, indisciplinada, uma negra suja e fedorenta. A protagonista é referida por meio de traços degradantes, “pensei nas palavras da mulher do Policarpo que disse que quando passa perto de mim eu estou fedendo bacalhau” (Jesus, 2020, p. 126), ao mostrar essa sujeira de Carolina, a autora transporta a realidade da maioria dos favelados, entende-se aqui como uma questão política de denúncia da realidade desse grupo social. São pessoas que sofrem, mas que não perdem a esperança, como afirma Carolina, “o meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela” (Jesus, 2020, p. 27-28).

A Carolina mãe é vista pelos filhos, como aquela que cuida, que protege, “mostrei-lhe os sapatos, ela ficou alegre. Ela sorriu e disse-me: que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca. Que não sou mentirosa. Que falei que ia comprar os sapatos, e comprei. Que eu tenho palavra” (Jesus, 2020, p. 66), já para os vizinhos, quando o assunto é seus filhos, ela vista como uma louca. Carolina se coloca como uma mãe que sonha, que luta todos os dias para alimentar seus filhos, mas que é injustiçada e incompreendida. Todas as Carolinas são expressões de uma sociedade escravista e excludente, que impõem determinadas condições para que as mulheres negras se tornem mães, mas que não lhes oferecem condições necessárias para existências das mesmas, e sem e tratando das mães negras e solo, os problemas são mais acentuados.

A segunda personagem analisada nesta pesquisa, é Nnu Ego. A narrativa de Buchi Emecheta é reverbera sobre as transmutações das mulheres africanas, a partir do seu ambiente e da sua função social, como já observado ao longo deste texto. Diferente de Carolina, Nnu Ego é narrada como uma personagem que pode ser entendida de diferentes maneiras, os seja, em cada situação e para cada pessoa ela é interpretada de uma determinada forma.

Para seu pai Nwokocha Agbadi, ela é uma jovem linda, preciosa e virtuosa, “minha filha mostrou ser uma virgem intacta” (Emecheta, 2018, p. 45), essa também era a concepção de todas as mulheres de seu pai. Para o povo de Ibuza. Já para seu primeiro esposo Amatokwu, o narrador não marca as suas percepções sobre a esposa nos primeiros meses de casamento, deixando apenas impressões de que ele também a considerava uma mulher bonita e atraente “eu não era assim quando cheguei aqui com você” (Emecheta, 2018, p. 47). Com o passar do tempo, Amatokwu “você já não me atrai. É seca e arisca. Quando um homem procura uma mulher, quer ser acolhido com carinho, e não arranhado por uma mulher nervosa que é puro osso” (Emecheta, 2018, p. 47). O período em que esteve casada, tornou-a uma pessoa ríspida e cheia de sobressaltos, o cuidado atribuído a ela na casa de seu pai, tornou-a em uma pessoa mais gentil, menos agressiva e “tinha clareza de propósitos” (Emecheta, 2018, p. 51). Aqui se percebe as primeiras mudanças sofridas pela protagonista.

Na fala da narradora, subentende-se que ao chegar em Lagos, Nnu Ego é vista como mais uma imigrante bonita que se casara com Nnaife Owulum. Somente depois de algum tempo de casados, que o marido exprime a imagem que tem de Nnu Ego, como posto em,

a mulher estava mudando! Era bela ao chegar, mas certamente não tão bela quanto agora – aquela testa alta ostentando as marcas tribais de uma filha de chefe, o corpo ainda esguio, que de algum modo parecia realçar a pouca firmeza do dele, aquele pescoço flexível... por que ela estava com o pescoço esticado daquele jeito? Devia ser o penteado, com as tranças muito apertadas. E os seios? Não estavam maiores? Nnaife tentou se lembrar do aspecto dos seios da mulher quando ela chegara, mas não conseguiu: a única coisa que sabia era que agora eles estavam maiores. É, algo estava acontecendo com ela (Emecheta, 2018, p. 70).

O narrador faz um discurso que traduz a perspectiva do homem sobre a mulher. O que faz desta fala algo intrigante, é o fato do tempo corrido desde a primeira vez em que Nnaife vira sua esposa. O primeiro momento é marcado pela necessidade que os homens têm de colocarem como superiores, marcas do patriarcado e suas imposições, após deixar em evidência essa estrutura social, é que se buscou elaborar uma imagem da mulher imigrante. Essa imagem só aparece uma vez na narrativa, pois desde a sua primeira gestação, Nnaife passa a defini-la como uma mulher mimada, egoísta de doida.

A maternidade, a crise financeira, a falta de amor do marido e a distância da família, contribuem para as metamorfoses da protagonista. Esta assume aspecto de uma mulher sofrida, enrugada e velha, em face dos cinquenta aos sessenta anos. Toda as imagens se constroem em torno principalmente da maternidade, era bela antes de casar, torna-se seca, por não ter filhos e dada como doida, após o nascimento dos filhos. Segundo Oyěwùmí, (2021), isso acontece “por causa da matrifocalidade de muitos sistemas familiares africanos, a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas” (p. 07). Enquanto mãe, Nnu Ego se posiciona como um ser que foi alienado por meio da ideia da maternidade, viveu sua busca em busca de uma identidade inalcançável, nesse contexto, ela sorriu, chorou, foi violentada, foi espancada, foi injustiçada, foi abandonada, não tinha amigos, não conseguiu encontrar paz e nem alegria, pois como esta afirma, “Nunca fizera muitos amigos, de tão ocupada que vivera acumulando as alegrias de ser mãe” (Emecheta, 2018, p.314).

Por último, entende-se que as ideologias contidas nos textos literários traduzem marcas da diferenciação dos grupos sociais caracterizando-os enquanto opressor e oprimidos, no caso, de Carolina e Nnu Ego, elas são parte de um sistema que as oprime, embora não tivessem escolhido a maternidade, porém, não a recusaram e aceitaram as imposições do meio. No entanto, Culler (1999, p. 51) mostra a importância de questionarmos as estruturas sociais para entender o quanto somos manipulados por elas e o quanto as usamos para outros fins, sobretudo se somos sujeitos de nossas ações ou se nossas escolhas são predeterminadas por forças exteriores. Assim, nem a brasileira, tampouco a nigeriana escolheram ser mães e, uma vez grávida não tiveram coragem de abortar, visto que sabiam das condenações que a sociedade poderia imputar a elas e, por isso, a maternidade embora não seja um fardo, o corpomaterno abriga essa condição resiliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido entre a aspiração e a conclusão do mestrado, passa por diversas contrariedades, que vão desde o não ter direito de sonhar – me fizeram pensar assim, durante muito tempo – até o desgaste de ter que dar respostas para a sociedade sobre o ser mãe solo e querer estudar depois dos quarenta anos. As mulheres ficam presas às questões da maternidade e a ideia de se tornar uma mulher completa. Essas questões são de cunho racional, mas existe uma relação de superioridade que nos faz concebê-la como uma questão de fé, de sentimento, nos fazendo prisioneiras a ideia de completude, ela oferece algo que a academia, a profissão ou a militância não é capaz de oferecer, a pressão que a maternidade oferece, remete as questões espirituais, não devem ser explicadas, apenas sentida.

O pensamento exposto acima, traz marcas do empirismo imposto pelo meio social e reproduzido por mim. O primeiro passo para a aprovação no mestrado, foi o enfrentamento entre a vergonha, os medos e desejo que me levou a aceitar o convite do professor Dr. Rubenil da Silva Oliveira. Os passos seguintes foram distribuídos entre o ser professora em duas escolas, horas a fio em frente ao computador assistindo as aulas on line ou mesmo lendo algum texto, as reuniões do GEPELIND (Grupo de Pesquisa em Literatura, Negritude e Diversidade), que ampliou o meu universo teórico e crítico, mas em que em alguns momentos me serviu como terapia, por ajudar a me conhecer muito mais; as viagens exaustivas para Bacabal para as aulas presenciais ou para os momentos de orientação e ter que dividir a minha maternagem entre Allana Cristine em São Luís e Kiara Maria em Lago do Junco.

Todos esses desafios, serviram de instrumentos para legitimar a existência de existência de um poder que domina os corpos maternos, os quais tornaram-se fundamentos para conferir os processos representativos da maternidade negra nas obras de Carolina Maria de Jesus e Buchi Emecheta. Os objetivos propostos para esta pesquisa, foram alcançados, como vistos em cada capítulo. Estes se desdobraram em analisar a representação da maternidade nas obras corpus desta pesquisa, seguindo da identificação do perfil das mães negras na literatura e finalizando com uma discussão estabelecida entre as protagonistas. O percurso metodológico foi mantido, não havendo necessidade de alteração.

Partindo da problemática produzida pelas identidades das mães negras na literatura brasileira e nigeriana, percebeu-se que as narrativas de Carolina Maria de Jesus e de Buchi Emecheta, apontam para a existências de estruturas opressoras que tendem a coisificar os corpos das mulheres negras, negando-lhes o direito às suas maternagens.

No primeiro capítulo, **IDENTIDADES MATERNAS**: estereótipos e percursos teóricos, encontramos com as questões identitárias acerca da maternidade das mulheres negras do quanto torna-se difícil estabelecer um conceito específico, uma vez que suas identidades se encontram fragmentadas, como define Hall (2006). Sendo assim, estamos diante uma discussão sempre atual devido a provisoriedade dos conceitos e as relações culturais. Assim, foi visto que as narrativas que versam sobre maternidades, buscam sempre as representações das identidades, como estas foram estabelecidas e como a ideologia do dominador é absorvida pelas mães, sem maiores questionamentos.

Essa submissão foi evidenciada nas vozes de Gonzalez (2020), Kilomba (2019) e hooks (2021), ao terem suas teorias alinhadas sob a opressão em que as mães negras foram submetidas, o silenciamento, a escravidão, aquelas que nasceram para procriar e serem amantes; aquelas que viveram sob o mito da mãe negra. Essas imagens foram usadas pelas autoras como forma de expor a presença do patriarcado e as heranças do período escravagista, havendo, pois, uma hierarquização e uma normalização do ser mãe.

No segundo capítulo, intitulado **A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DAS PERSONAGENS NEGRAS NA LITERATURA**, apresentou um desfile alegórico de algumas personagens negras e mães, ao longo da historiografia literária brasileira e da literatura feminina nigeriana. Examinou-se como essas personagens foram apresentadas por seus narradores e moldadas por autores, como o objetivo de fazer uma exposição dos estereótipos atribuídos às mães negras no universo literário. Para Bhabha (1998), tais estereótipos devem ser entendidos como uma representação complexa, ou seja, há que se pensar na existência de um outro, para que haja o diferente.

As análises apontadas neste capítulo, reforçaram a subsistência de mitos como o da mãe preta e da mammy; ressaltou que as mulheres negras não eram vistas como dignas da maternidade. Nesse sentido, percebeu-se que na literatura brasileira, os estereótipos foram estabelecidos a partir da existência do sistema escravocrata, que impediu que mães negras criassem seus filhos, para poder amamentar e cuidar dos filhos das senhoras brancas. Nessa senda, Carolina passa a ser interpretada como a subversiva, pois não se rendeu aos modelos de mãe que foram pré-definidos para as mulheres negras.

No tocante à literatura nigeriana, constatou-se que as representações das mães, foram arquitetadas pelas mãos do patriarcado, que conseguiu impor seu poderio, de forma severa. As diferenças estabelecidas entre homens e mulheres formaram a base das ideologias falocêntricas; ao homem cabia-lhes a dominação, às mulheres, a submissão. Desse modo, a

maternidade passou a ser compreendida como parte essencial para a formação identitária feminina, o que levou as mulheres a viverem suas vidas em busca do ser mãe de filhos homens. Em *Nnu Ego*, encontramos essa mulher que viveu toda a sua vida em função da maternidade, em busca de sua completude. Contudo, a cartografia nigeriana, segue por uma trilha similar da cartografia brasileira, na segunda metade do século XX ainda que em estandob o poder opressor do patriarcado, as personagens são elaboradas sob a perspectiva feminista, o que faz com que elas consigam e determinado momento, mudar sua condição de vida, na literatura brasileira, elas vivem o tempo todo sob o julgo do seu opressor. Em suma, as representações contidas neste capítulo, levam-nos a perceber o quanto as mães negras foram vistas como incapazes de dominar seus corpos, tornando-as submissas e desumanizadas.

O terceiro capítulo, **A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NEGRA**: um projeto de escrever, maternar e resistir, foi de suma importância, para poder refletir sobre o papel da mulher no contexto de autoria literária. Pois como afirma Dascatgnè (2017), esse deve ser um espaço para todos, não somente para os homens. A proposta deste capítulo foi mostrar o quanto as mulheres foram invisibilizadas, silenciadas ao longo da nossa história e o quanto que o movimento feminista fora significativo para que as mulheres consigam hoje externar suas vozes por meio da literatura.

De acordo com Alves (2010), às mulheres negras cabe o direito de contar suas histórias, de refletir sobre suas vivências e de dar-lhes uma imagem que lhes seja própria. Dessa maneira, passa a rejeitar as construções e as vozes masculinas, para dar lugar ao que Evaristo (2007) chamou de *escrevivências*, pois estas, passam a demarcar o lugar da mulher negra, sua voz, seu grito contido, seus gestos, tudo aquilo que for específico da mulher negra. Notou-se que a literatura de autoria feminina seguiu um longo caminho desde Maria Firmina do Reis até as escritoras contemporâneas e que escrever é um ato de resistência.

Seguindo esse percurso, o texto abordou sobre a relação maternidade e feminismo, dessa associação, extraiu-se a subsistência de inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres, a marginalização, a violência, a discriminação, traços vistos ao longo das narrativas de Carolina Maria de Jesus e Buchi Emecheta. Assim, Carolina e *Nnu Ego* servem como instrumentos para que o movimento feminista possa pensar as desigualdades e as lutas das mães negras.

O quarto e último capítulo, **DO IDEAL AO REAL**: a maternagem de Carolina e *Nnu Ego*, buscou analisar as personagens Carolina e *Nnu Ego*, levando em consideração as suas maternidades. Diante disso, vale ressaltar que estudar sobre a representação das mães negras

na literatura é em si um ato de rebeldia, de resistência e é com esse espírito que reafirmo a importância de suscitar essa temática em para muitos pode parecer insípido, insólito e que não mereça está dentro do universo científico literário, isso só reforça o quanto ainda precisa ser feito nesse cenário para que as vozes das minorias sejam ouvidas, respeitadas e valorizadas. O feminismo, os seus lugares de representação, seus imaginários individuais e coletivos são forças que delas emanam e que devem ser observadas, tiradas da gaveta para alçar voos altos que possam conquistar espaços através das discursões de gênero e identidades, posto que comparar a produção da mulher negra com aspectos marginalizados é buscar a sua aceitabilidade no universo dos brancos.

Ao abordar esse tema sob o prisma da cultura, é possível romper com as visões unilaterais e dicotômicas, trazendo à tona as complexidades e contradições presentes nesse processo. A construção da maternidade sob a perspectiva dos estudos culturais envolve uma análise crítica e contextualizada das diferentes representações, significados e práticas relacionadas à maternidade em uma determinada cultura ou sociedade.

Os estudos culturais permitem desconstruir e problematizar as narrativas hegemônicas sobre a maternidade, questionando as ideias preestabelecidas e tradicionais. Através dessa abordagem, é possível ampliar o olhar sobre as experiências das mulheres enquanto mães, identificando suas diferentes realidades, desejos e vivências. Ressalta-se que a construção social da maternidade está em constante transformação, permeada pela dinâmica das relações de gênero, classe, raça, sexualidade e contexto histórico e os novos arranjos familiares têm impacto diretamente nas representações e práticas relacionadas à maternidade. Compreender essas mudanças é fundamental para evitar a reprodução de estereótipos limitantes.

Quarto de despejo: diário de uma favelada e **As Alegrias da Maternidade** são textos que dialogam em tempos e espaços distintos e de forma inconsciente, visto que as autoras não tinham conhecimento de uma ou do outra, mas que passam a discutir as condições sociais das minorias de forma clara, objetiva, que denunciam um sistema político ineficaz, as estratificações de gênero, raça e classe pautado em valores patriarcais que oprimem e escravizam as mulheres, que mostram o quanto as experiências de vida podem fazer diferença em uma gestão pública ou particular, que precisamos nos importar com, com a dor e com a condição do outro. São vozes que gritam nas diferentes nações e que precisam ser ouvidas.

O estudo comparativo desses textos se estrutura no ponto de vista de alguns teóricos como Nitri (2010) e Carvalho (2006) apontam para caminhos que leve o pesquisador a não se limitar a relacionar textos, posto que a vida do autor constitui um papel fundamental na

gênese da obra, o que se espera é que ao estabelecer uma comparação, o pesquisador consiga ver além do texto, trazendo para sua análise informações primordiais da própria vida do autor como reflexo de sua produção, esses reflexos ficam evidentes nas leituras aqui abordadas, enquanto Carolina define sua realidade através da narrativa em forma de diário e Buchi, consegue apontar elementos de sua história na descrição da vida de Nnu Ego, o que nos possibilita uma análise literária mais consistente capaz de proporcionar uma maior caracterização da obra e das autoras.

Parafraseando Conceição Evaristo, é preciso entender que narrativas como essas não devem servir de historinhas para divertir a casa grande, mas que sirvam para nos incomodar com a contínua reprodução de ideologias e de comportamentos pautados em concepções ultrapassadas em que o papel da mulher deve seguir padrões pré-estabelecidos e ultrapassados. A maternidade é um momento e um estado. Muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher. (Perrot, 2007). É um momento quando se tem a certeza de ser mãe e é um estado pois a partir da gestação essa tem sua vida transformada sendo pois, incapaz haver distinção entre o ser mãe e ser mulher, a condição de mãe fala com mais força e determina todas as suas ações.

Em suma, tanto Carolina como Nnu Ego não construíram muitas amizades de tão ocupadas que viveram acumulando as alegrias de ser mãe. A alegria de ser mãe era a alegria de dar tudo aos filhos e o quarto de despejo é o local de vivenciar as dificuldades de uma maternidade negra solo. E é nesse cenário de injustiças que nos deparamos com duas grandes mulheres que pela maternidade conseguiram romper estereótipos e gritar ao universo que pela força do amor aos seus filhos e pelo desejo de vê-los bem, uma mãe é capaz de abrir mão da sua própria história.

Ademais, embora esta dissertação não tenha sido pensada pelo viés da militância do feminismo, não há como deixar de ser essa, um objeto que se sustenta nas bases do feminismo, e que compreende seu caráter imprescindível para a desconstrução dos inúmeros mitos da maternidade das mulheres negras. Pois como assevera Saffioti (2015, p. 100), “ser feminista, não significa deixar de ser feminina, [...]. acima de qualquer coisa, elas são mulheres que não tiveram sua consciência domada e que lutam, todos os dias pela igualdade social entre homens e mulheres, entre negros e brancos”. Verifica-se ao longo desta pesquisa, a existência não somente do discurso das narradoras, ou da intencionalidade das autoras, mas também, as vozes das minorias, que souberam lutar e que conquistaram seus espaços na sociedade.

Do ponto de vista literário, pode-se constatar uma carência nos pressupostos teóricos a respeito da maternidade negra e seus resultados, levando em consideração a interseccionalidade, o que torna urgente a construção de teorias que explique essas relações de forma mais resistente. Portanto, esta dissertação não encerra as discussões sobre a maternidade negra e suas imagens, seu modo de maternar. Posto, que há muito ainda precisa ser buscado, ser dito e ser vivenciado, para que consigamos entender e aceitar que as mulheres negras, assim como mulheres brancas, têm direito de decidir sobre seus corpos, seus filhos e seus sonhos.

O legado que ficou desta pesquisa, foi a aceitação sem culpas da minha condição de mãe solo; a certeza de que não cometi nenhum crime, ainda que o meu contexto social insista em me incriminar; que eu não preciso silenciar diante das verberações preconceituosas, de gênero, raça, classe e econômica a qual pertenço; que a minha voz e a minha escrita devem ser usadas em favor das maiorias minorizadas; que o etarismo não se constitui enquanto um problema na vida das pessoas; que o patriarcado e o escravismo precisam combatidos; que os estereótipos devem ser superados; acima de tudo, a certeza de minhas filhas não precisarão passar pelas mesmas opressões que passei. A elas eu deixo os meus escritos, as minhas ideologias e as minhas convicções de que a mulher negra é sujeito de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Trad. Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. Tradução Christina Baum. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- Akujobi, Remi. Motherhood in African Literature and Culture. **CLCWeb: Comparative Literature and Culture** 13.1 (2011): <https://doi.org/10.7771/1481-4374.1706>. Acesso em 16 de novembro de 2023.
- ALVES, Miriam. **BrasilAfro Autorrevelado**: Literatura Brasileira Contemporânea. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, vol. 7)
- ALVES, Miriam. Cadernos Negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares; FIGUEREDO, Maria do Carmo (Org.). **Poéticas afro-brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza; PUC-Minas, 2002.
- ANDRADE, Shirley Silveira. **A mulher negra no mercado de trabalho: condições escravistas das trabalhadoras domésticas**. Curitiba, CRV, 2022.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2017. (Coleção a obra-prima de cada autor; 209).
- ARISTOTELES, **Poética**. Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. São Paulo. Edipro. 2011.
- ASSIS, Machado. Pai contra mãe. In. **50 contos de Machado de Assis**. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ATTA, Sefi. **Tudo de bom vai acontecer**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. (Coleção a obra-prima de cada autor; 114).
- BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 51, p. 22-40, maio/ago. 2019. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/elbc/a/6BGQKVnCPZFQS4TF4PYc74H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 dezembro. 2023

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Penguin; Companhia das Letras, 2012.

BERNARDO, Teresinha. **Negras mulheres e mães: lembranças de Olga Alaketu**. 1. ed. São Paulo: Arole Cultural, 2019.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora Nacional; EDUSP, 1976.

BEZERRA e COSTA, Rosilda Alves, Joseane dos Santos. Questões sobre a maternidade da mulher negra em narrativas de Buchi Emecheta e Conceição Evaristo. In. MENDES, Algemira de Macêdo; SILVA, Fabio Mario da; BARROCA, Iara Christina Silva (orgs.). **Literatura e resistência: corporeidade, gênero e decolonialidade**. Teresina: Avant Garde Edições, 2020.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Avila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade, coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641309/artigo-6-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

BRITO, Ênio José da Costa. Ruth Guimarães: “não é fácil ser mulata”. **Centro de Estudos Culturais Africanos e de Diásporas PUC/SP**. 2016. Disponível em: <https://cecafroguc.wordpress.com/2016/03/02/ruth-guimaraes-nao-e-facil-ser-mulata/#_ftn1>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

carneiro

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Farias. 1. ed. 3. reimpressão. São Paulo. Contexto, 2016.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, A. O direito à Literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo, e desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro. 2011.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4ª.ed. rev. e ampliada. - São Paulo. Editora Ática, 2006

CAVALCANTI, Raissa. **O casamento do Sol com a Lua: Uma visão simbólica do masculino e do feminino**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CETRONE, Camila. Onde estão os pais no Brasil? O abandono paterno machuca milhares de crianças e mães solo. **Marie Claire**. Mães e filhos, São Paulo: redação Marie Claire.13/08/2023. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/maes-e-filhos/noticia/2023/08/abandono-paterno-brasil-machuca-criancas-maes-solo.ghtml>>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

CHUKWUKERE, I. “Chi in Igbo Religion and Thought: The God in Every Man.” *Anthropos*, vol. 78, no. 3/4, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40460646>. Accessed 30 Dec. 2023>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

COBRA, Hilton. Carolina Maria de Jesus, uma escritora atlântica! In. JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes felicidade?** Org. Dinha e Raffaella Fernandez. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. **Rei Negro**. Rio de Janeiro: Batel, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CORDEIRO. Mulheres, estereótipos e metaficção na obra A resposta (2015), de Kathryn Stockett. In. FELDMAN, Alba Krishna Topan; MUNHOZ, Ruan Felliipe. (orgs.). **Perspectivas multiculturais e pós-coloniais: irrompendo a literatura convencional**. Maringá: Editora Trema, 2019.

CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. **Análise psicológica**, nº 03, ano XVI, páginas 365-371. Lisboa: Instituto Universitário SPA, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5739/1/1998_3_365.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2023.

Correio Paulistano—1873, ed. 04948

Correio Paulistano—1876, ed. 05931

Correio Paulistano—1877, ed. 06212

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo, Beca Produções Culturais Ltda. 1999.

DALCASTAGNÈ, Regina. LITERATURA E RESISTÊNCIA NO BRASIL HOJE. In: **Revista Communitas** V1, N2, (Jul-Dez) 2017: Relações de poder e formas de resistências na educação e na literatura. Disponível em: <file:///D:/Downloads/1504-Texto%20do%20artigo-3393-2-10-0171129.pdf >. Acesso em 12 de novembro de 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea – um território contestado**. São Paulo: Horizonte, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DENZIN, N. K. Interpretando a vida de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. **Dados**, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/13WyeJ6JRuZSn2LN5JuDCLthx3Gu3FEHD/edit>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: **Terceira Margem**. Rio de Janeiro. Nº 23. p. 113 a 138. Julho/dezembro, 2010. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953/8012>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma introdução**. Tradução: Waltensir Dutra; [revisão da tradução: João Azenha Jr]. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EIKHENBAUM, B. A teoria do método formal. In. EIKHENBAUM, B. et al. **Teoria da literatura: formalistas russos**. 3. ed. Porto Alegre: Globo. 1976. Disponível em: <<https://professordiegodelpasso.files.wordpress.com/2016/05/teoria-da-literatura-formalistas-russos.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Trad. Heloisa Jahn. 2. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **O que é, afinal, estudos culturais?**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. 1. ed. Rio de Janeiro. Pallas. Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrima de mulheres**. Belo Horizonte. Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antonio (Org.). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. 1. ed. -- Rio de Janeiro. Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 4. ed. Rio de Janeiro. Malê, 2020.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro. Malê, 2018.

FERNANDEZ, Raffaella. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. 1. ed. São Paulo: AETIA EDITORIAL, 2019.

FERRANTE, Elena. **A filha perdida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Interdiscursividade e intertextualidade. Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001577539>>. Acesso em: 24 dezembro de 2023.

FREITAS, Alessandra Martich. Feminismo africano e nigeriano em Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie: da teoria à ficção. **(RE) Existência intelectual negra e ancestral**. Uberlândia: Copene, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FONCHINGONG, Charles C. Unbending Gender Narratives in African Literature. **Journal of International Women's Studies**, 8(1), 2006. 135-147. Available at: <<http://vc.bridgew.edu/jiws/vol8/iss1/10>>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras, Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: UCPA, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios, Marcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. São Paulo: GERMAPE, 2005.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. 2 ed. São Paulo: Quinteto, 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Org. Arthur Ituassu. Trad. Daniel Miranda, William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016

HOOKS, bell. Intelectuais negras. Trad. Marcos Santarrita. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Brasil, v. 3, n. 2. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em 10 de abril de 2023.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libanio. 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvi Libanio. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 26. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LEANDRO, Michel Luís da Cruz Ramos. **Autoria e resistência: Carolina Maria de Jesus em discurso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. doi:10.11606/D.59.2019.tde-03102019-231200. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-03102019-231200/publico/Corrigida.pdf>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luzia Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. 2. ed. Sacramento, Minas Geras: Bertolucci, 2015.

MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas algozes**: quadros da escravidão. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012. (Coleção a obra-prima de cada autor; 308).

MENDES, Algemira de Macêdo. **Amélia Beviláqua e Maria Firmina dos Reis na história da literatura: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em Linguística e Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MENDONÇA, Maria Collier de. Maternidade e Maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. In: **Revista Ártemis**, vol. XXXI, n. 1, jan-jun, 2021. p. 56-72. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/54296>>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. **Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859 – 2006)**. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MORRISON, Toni. **Amada**. Tradução José Rubens Siqueira. 1. ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

NILHA, Orlando. **Carolina: Carolina Maria de Jesus**. 1. ed. Campinas São Paulo. Mostarda, 2019.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada: história, teoria e crítica**. 3 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

NUTSUKPO, Margaret Fafa. **Feminism in Africa and African Women's Writing**. African Research Review: An International Multidisciplinary Journal, Ethiopia AFRREV Vol. 14 (1), Serial No 57, January, 2020: 84-94, ISSN 1994-9057 (Print) ISSN 2070-0083 (Online). DOI: <http://dx.doi.org/10.4314/afrev.v14i1.8>. Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/afrev/article/view/195270>>. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

NWAPA, Flora. **Efuru**. Tradução Tom Jones. São Paulo. Moinhos, 2023.

OGENE, Mbanefo. Different Consciousness Created by Some Nigerian Female Writers to Combat Gender Discrimination: An Overview of Nwapa, Emecheta, and Okoye Igwebuike: **An African Journal of Arts and Humanities**. Vol. 2. N, 3. 2016. Disponível em: <https://scholar.google.co.uk/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=nwI9k8UAAA&AJ&citation_for_view=nwI9k8UAAA&UebtZRa9Y70C>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

OYEWUMI, Oyeronke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para Los discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

OLIVEIRA, Ana Ximenes Gomes de; FREITAS, Sávio Roberto Fonseca de. A maternidade política em Hibisco roxo, de Chimamanda Adichie. **Revista Ártemis**, vol. XXXI nº 1. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/58567>>. Acesso em 20 jan. 2024.

PEREIRA, Charmaine. **Promover uma agenda feminista para a mudança, um ponto de vista da Nigéria**. Série diálogo feminista. 2016. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13085.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PITAS, Janaina Rodrigues. A literatura afro-brasileira de autoria feminina como fonte histórica. **Revista TEL**, Irati, v. 13, n.2, p. 13-34, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/19922>> Acesso em 10 de janeiro de 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina. In.:_. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1>. Acesso em 20 jan. 2024.

REGO, José Lins. **O moleque Ricardo.** 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 2005

REIS, Maria Firmina dos. **A Escrava.** Rio de Janeiro: Galuba, 2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** 2. ed. Jundiaí-São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. (Coleção acervo brasileiro; 2)

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Feminismos Plurais. São Paulo. Pólen, 2019.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura brasileira contemporânea**, nº 31. Brasília, Janeiro – Junho de 2008, pp. 129-152. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9437>>. Acesso em 16 de junho de 2023.

RUIZ, Alice. **Paixão xama paixão.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. **Cadernos Pagu**, nº 16. p. 137-150. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644543>>. Acesso em 10 jul. 2023.

SCHMIDT, Rita. **Centro e margens: notas sobre a historiografia literária.** Estudos de literatura brasileira contemporânea, (UnB), Brasília, n. 32, p. 127-141, jul./dez. 2008. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127096010>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In:_____; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SOBRAL, Cristiane. **Amar antes que amanhaça.** 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

SOUSA, Noémia de. **Sangue negro.** 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Kapulana, 2018. (Série Vozes da África)

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2010.

STRATTON, Florence. **Contemporary african literature and the politics of gender.** Routledge. Londres e Nova York, 2002.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX).** Tese (doutorado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2018.

TIRO DE LETRA. **Biografia:** Marilene Felinto. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/biografia/MarileneFelinto.htm>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

WALKER, Alice. **In Search of Our Mothers' Gardens.** Womanist Prose, London, Women's Press, 1984.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** V. II. 4. ed. 5. reimpr. Brasília: Ed. EDU-UNB, 2022.

WOLFF, Francis. O silêncio é a ausência de que?. In: **Mutações: o silêncio e a prosa do mundo.** Org.. Adauto Novais. São Paulo. Edições SESC. 2014.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista. In: **Em Tese.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 14, n. 1, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56503289/Pensamento_politico_brasileiro._Parte_I-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1668625732&Signature=TOZOBXrEDg2dPmpBwSvY-GwPTGdjxiMSzIWPdG2ZiRJdl0sxJE0G6VqztodKBqxM3trOOytwW2xNIv6NOEc~YD~zftlIYV0qtPAAHH0yG-iDydJpTgMQumOodc6F3F~-sBSLmbqy0FxQQqtBNuAKQI4e9wtRajtM0Dlo3QZ5OjHzqyG-rFalX6Snn-VZvQL7YeZOK0vNTncuYChAU1rvI1OK5GPy7k9F-ep1BdCs2QGhHYAmLONWcDARlJkqIrHnBSC5A0fhSkQMAEAFuKEUdEUADhh7DBtu91PsmIbntnVUiA8EkStJhgxdRvcLye0j2PIEYIUHSoHmXowb36w_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=34>. Acesso em 16 de novembro de 2022.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e Gênero - A Construção da Identidade Feminina.** Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2006.

ANEXO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Ednólia da Silva Farias**, Brasileira, solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 87488698-8 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 475.552.543-87, residente à Rua Governador José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - Maranhão. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada **“MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego”** e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 13 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **EDNOLIA DA SILVA FARIAS**
Data: 15/07/2024 08:50:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Ednólia da Silva Farias

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Allana Cristine Farias da Silva**, Brasileira, solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 024523492003-4 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 008.170.363-80, residente à Rua Governador José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - Maranhão. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada **“MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego”** e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 13 de julho de 2024.



Documento assinado digitalmente
ALLANA CRISTINE FARIAS DA SILVA
Data: 13/07/2024 09:06:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **André Lucas Farias de Castro**, Brasileiro, solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº. 026510492003-4 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 008.445.153-02, residente à Rua Governador José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - Maranhão. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 14 de julho de 2024.

Andgov.br

Documento assinado digitalmente

ANDRE LUCAS FARIAS DE CASTRO

Data: 14/07/2024 12:45:32-0300

Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Antônia da Conceição Silva Farias**, Brasileira, solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 987950 SSP/PI, inscrito no CPF sob nº 437.969.743-68, residente à Rua Governador José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - Maranhão. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 13 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIA DA CONCEICAO SILVA FARIAS**
Data: 13/07/2024 18:21:30 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Antônia da Conceição Silva Farias

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Madnólia da Silva Farias**, Brasileira, solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 000039282995-9 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 475.385.943-34, residente à Rua Governador José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - Maranhão. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 13 de julho de 2024.

Madnólia da Silva Farias

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Maglene da Silva Farias**, Brasileira, solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 557.487-0 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 449.457.873-87, residente à Rua Antônio Pinheiro Galvão, nº 1635, Bairro Buritis, município de Boa Vista, Roraima. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada **“MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego”** e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 14 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **MAGLENE DA SILVA FARIAS**
Data: 14/07/2024 15:25:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Maglene da Silva Farias

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Paula Cananda Farias Ferreira**, Brasileira, solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 303886-6 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 540.566.912-15, residente à Rua Antônio Pinheiro Galvão , nº 1635, Buritis , município de Boa Vista- Roraima. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Boa Vista – RR, 13 de julho de 2024.



Paula Cananda Farias Ferreira

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Pedro Caniggia Farias Ferreira**, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG nº. 303991-9 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 027.064.892-51, residente à Rua Guararapes, nº 1564, Aeroporto, município de Boa Vista - Roraima. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Boa Vista – RR, 13 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO CANIGGIA FARIAS FERREIRA**
Data: 13/07/2024 09:44:44-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

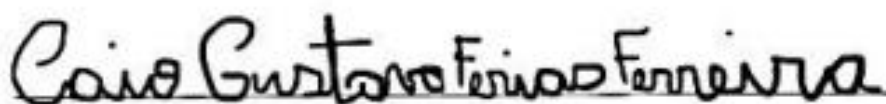
Pedro Caniggia Farias Ferreira

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Caio Gustavo Farias Ferreira** Brasileiro, solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº. 500756-9 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 033.156.442-41, residente à Rua Antônio Pinheiro Galvão, nº 1635, Bairro Buritis, município de Boa Vista – Roraima **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego**” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Boa Vista- RR 14 de julho de 2024.

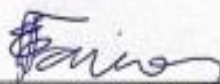


Caio Gustavo Farias Ferreira

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Everaldo José da Silva Farias**, Brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG nº. 15984736-7 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 745.852.456-98, residente à Rua Gov José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - MA. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 15 de julho de 2024.



Everaldo José da Silva Farias

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Erasmão da Silva Farias**, Brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG nº. 84276687-6 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 475.205.354-68, residente à Rua Gov José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - MA. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego**” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 15 de julho de 2024.

Erasmão da Silva Farias
Erasmão da Silva Farias

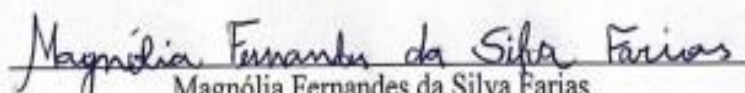
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Magnólia Fernandes da Silva Farias**, Brasileira, viúva, portador da Cédula de identidade RG nº. 179.248-8 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 129.176.303-10, residente à Rua Governador José Sarney, nº 1139, Centro, município de Lago do Junco - Maranhão.

AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada **“MATERNIDADE NEGRA: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego”** e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 13 de julho de 2024.


Magnólia Fernandes da Silva Farias

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Evaldo da Silva Farias**, Brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG nº. 2356082 SSP/PA, inscrito no CPF sob nº 475.552.463-68, residente à Rua Leonel Boguea, nº 28, Centro, município de Lago da Pedra - MA. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de mestrado, intitulada “**MATERNIDADE NEGRA**: um diálogo entre Carolina e Nnu Ego” e em qualquer outro veículo ligada ao PPGLB - UFMA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Lago do Junco – MA, 15 de julho de 2024.

Evaldo da Silva Farias
Evaldo da Silva Farias